

Euclides Mance

# O GOLPE

BRICS, DÓLAR E PETRÓLEO



LIBERTARIAN STUDENTS LEAD  
**MILLIONS**  
IN BRAZIL

---

Euclides Mance

**O GOLPE:**  
BRICS, DÓLAR E PETRÓLEO

Passo Fundo  
Saluz  
2018



### **Conselho Editorial**

Dr. Paulo César Carbonari  
Presidente  
Dr. Iltomar Siviero  
Secretário

#### Área Ciências Humanas

Dr. Adriano Correia (UFG); Dr. Agostinho Both;  
Dr. Castor Bartolomé Ruiz (UNISINOS); Dr. Eldon Henrique Mühl (UPF);  
Dr. Johannes Doll (UFRGS); Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide (UFPB);  
Dr. Miguel García Baró López (UPC, Madrid);  
Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS); Dr. Robinson dos Santos (UFPEL);  
Dr. Sandro Chignola (UPA, Itália); Dra. Vanderleia Pulga Daron (UFFS)

#### Área Ciências Sociais Aplicadas

Dr. Antônio Carlos Wolkmer (UFSC); Dr. Astor Diehl (UPF);  
Dr. Henrique Aniceto Kujawa (IMED); Dr. Jandir Pauli (IMED);  
Dr. João Carlos Tedesco (UPF); Dr. Joviles Vítório Trevisol (UFFS);  
Dr. Solon Eduardo Annes Viola (UNISINOS); Dr. Theofilos Rifiotis (UFSC)

#### Área Saúde

Dra. Alacoque Erdmann (UFSC); Dr. Leocir Pessini (CUSCSP);  
Dra. Lia Mara Wibelinger (UPF); Dr. Luiz Antônio Bettinelli (UPF);  
Dra. Marilene Rodrigues Porttella (UPF); Dr. Roque Junges (UNISINOS)

#### Área Linguística, Letras e Artes

Dra. Adriana Dickel (UPF); Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste (UPF)

# ACESSE! RETRIBUA! REPRODUZA!

## **Acesso**

Este livro, em formato eletrônico, não pode ser vendido ou comercializado. A oferta de acesso ao seu conteúdo não pode estar condicionada a pagamento pelo leitor e as cópias do livro devem ser distribuídas gratuitamente.

## **Reprodução integral da obra**

Está autorizada e incentivada a reprodução e distribuição eletrônica desta obra, em sua integralidade, sem cortes ou alterações.

## **Reprodução de trechos e citações**

Citações e reproduções de trechos devem respeitar os critérios normalmente adotados para obras sob copyright, preservando-se a autoria e indicando-se a fonte e o site original de acesso:

[www.euclidesmance.net](http://www.euclidesmance.net)

## **Retribuição ao autor**

Se você deseja retribuir ao autor por haver recebido gratuitamente esse livro, deseja colaborar para a continuidade de suas pesquisas e publicações e receber conteúdo adicional sobre elas, você pode realizar uma assinatura do site:

[www.euclidesmance.net](http://www.euclidesmance.net)



---

Edição: Editora do IFIBE  
Capa e projeto gráfico: Rodrigo Roman  
Diagramação: Diego Ecker e Rodrigo Roman  
Normatização: Elias Fochesatto e Israel Rodigheri  
Revisão: Gisele Giandoni Wolkoff

Editora do IFIBE  
Rua Senador Pinheiro, 350  
99070-220 – Passo Fundo – RS  
Fone: (54) 3045-3277  
E-mail: editora@ifibe.edu.br  
Site: www.ifibe.edu.br/editora

Imagem da Capa: Students For Liberty – Quarterly, Outono, 2015, sem indicação de copyright na publicação: <https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/11/SFL-Quarterly-Final-reduced.pdf>.

Editora filiada



---

CIP – Catalogação na Publicação

---

M268p Mance, Euclides  
O Golpe – Brics, Dólar e Petróleo / Euclides Mance. Passo Fundo:  
IFIBE, 2018.  
382 f. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-69343-45-5

1. Brasil – Política e governo. 2. Golpes de Estado. 3. Ciência política. II. Título.

CDU: 32

---

Catalogação: Bibliotecária Angela Saadi Machado - CRB 10/1857

2018  
Instituto Superior de Filosofia Berthier – Editora do IFIBE

---

“

Imagine millions of people protesting in the streets of a major city, criticizing their government [...]. Imagine that a 19-year-old idealist is on stage at the front of the crowd, shouting into a microphone, drawing cheers and applause with every phrase he utters. Imagine that he asks the people if the government-owned national oil company has ever helped out anyone in the crowd, to which they answer, “No!” Now imagine, when he asks the crowd what they should do with the national oil company, they shout in unison, “PRIVATIZE IT!” [...]

This is not fiction. It is a description of what is happening in Brazil right now. [...]

Throughout this document [“Libertarian Students Lead Millions in Brazil”], you will read about SFL students in Brazil who are organizing conferences for thousands of individuals. [...]. And you’ll discover the details of a movement that includes millions of people across the country calling for the impeachment of the president, Dilma Rousseff, and widespread reforms toward (classical) liberalization, being led by current students and SFL alumni.”

Alexander McCobin,  
Co-founder and President of  
Students For Liberty  
Nov / 2015 [\[1\]](#) [\[2\]](#)

”

---


BRICS' Brazil President Next  
Washington Target

The reason Washington wants to get rid of Rousseff is clear. As President she is one of five heads of the BRICS who signed the formation of the US\$100 billion BRICS Development Bank and a reserve currency pool worth over another US\$100 billion. She also supports a new International Reserve Currency to supplement and eventually replace the dollar. [...] Brazil is also moving away from the Anglo-American domination of its oil and gas exploration.

F. William Engdahl  
18/11/2014 [\[3\]](#)



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	12
<b>1. Brasil e BRICS</b>	22
<u>1.1. Desenvolvimento Capitalista com Distribuição de Renda no Brasil</u>	22
<u>1.2. Expansão dos BRICS e de seu Consumo Interno</u>	24
<u>1.3. A Crise Econômica de 2015 no Brasil</u>	32
<u>1.4. Aspectos do Cenário Interno do Golpe de 2016</u>	34
<u>1.5. A Participação de Organizações e Autoridades Norte-Americanas no Curso dos Acontecimentos</u>	43
<u>1.5.1. Embaixada dos EUA: mediação para alterar o marco regulatório do pré-sal</u>	47
<u>1.5.2. Students For Liberty: Coordenadores Locais atuam na Deposição do Governo e pela Privatização da Petrobras</u>	50
<u>1.5.3. State Coordinator for Counterterrorism: Treinamento de Membros da Polícia Federal, do Poder Judiciário e do Ministério Público</u>	65
<u>1.5.4. Empresas Petrolíferas Norte-Americanas: Articulação com José Serra/PSDB para Reverter a Lei do Pré-Sal</u>	69
<u>1.5.5. Governo dos Estados Unidos: Ação Contrária à Ampliação da Fronteira Marítima Brasileira</u>	71
<u>1.5.6. National Security Agency: Espionagem da Presidente Dilma e da Petrobras</u>	72



<u>1.5.7. Federal Bureau of Investigation: Aplicação, no Brasil, da “Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior”</u>	72
<u>1.5.8. Central Intelligence Agency: Informação, Análise Estratégica e Ação</u>	76
<u>1.6. Primeira Fase Ostensiva da Operação Lava Jato – Participantes do Treinamento Norte-Americano entram em Ação</u>	86
<u>1.7. Impactos da Lava Jato na Petrobras são citados por Serra para mudar a Lei do Pré-Sal</u>	89
<u>1.8. Dilma vence a eleição, toma posse e vetaria mudanças substantivas na Lei do Pré-Sal</u>	89
<u>1.9. Mobilizados nas redes sociais, crescem os protestos de rua contra o Governo recém-eleito</u>	91
<u>1.10. Coordenadores da Students For Liberty lideram ações pela deposição da Presidente Dilma</u>	93
<u>1.11. Dinheiro de empresas petrolíferas norte-americanas financia entidades que capacitaram e apoiaram lideranças de protestos pelo impeachment no Brasil</u>	103
<u>1.12. Presidente da Students For Liberty comemora nos Estados Unidos as Mobilizações pelo Impeachment e pela Privatização da Petrobras</u>	109
<u>1.13. Instrumentos para o Desfecho do Golpe</u>	122
<u>1.13.1. Redes Sociais para Combate, Propaganda e Mobilização</u>	122
<u>1.13.2. Combate Judicial e Parlamentar</u>	123
<u>1.13.3. Difusão do Eixo de Lutas do Movimento Golpista</u>	123
<u>1.13.4. Violações da Lei na Operação Lava Jato</u>	125
<u>1.13.5. Golpe “com Supremo e com tudo” para “estancar a sangria”</u>	126
<u>1.13.6. Câmara e Senado aprovam o Impeachment</u>	127
<u>1.14. Noam Chomsky denuncia o “soft coup” e intelectuais estrangeiros assinam manifesto</u>	132

<u>1.15. Mesmo sob ataque, Petrobras consolida posição global</u>	132
<u>1.16. Substitutivo do Projeto de José Serra/PSDB é aprovado, beneficiando a Petroleiras Estrangeiras</u>	140
<u>1.17. Students For Liberty Deleta Dados do EPL e Matéria sobre o Partido Social Liberal</u>	142
<u>1.18. Ministro do STF Relator da Lava Jato morre em Acidente Aéreo</u>	143
<u>1.19. Greve de Caminhoneiros e Locaute de Transportadoras</u>	144
<u>1.20. O Pré-sal e a Petrobras como Alvos do Ataque</u>	145
<u>1.20.1. Plano de Negócios e Gestão 2017-2021</u>	146
<u>1.20.2. Diminuição da Ocupação das Refinarias</u>	147
<u>1.20.3. Privatização da Rede de Gasodutos</u>	148
<u>1.20.4. Aumento de Preços do Diesel, da Gasolina e do Gás</u>	150
<u>1.20.5. A Greve dos Petroleiros</u>	155
<u>1.20.6. Dólar, Mercado internacional e Diesel Importado</u>	156
<u>1.20.7. Subsídio aos Importadores de Diesel Norte-Americano com Recursos da Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia</u>	158
<u>1.20.8. Reação Judicial: criminalizar o movimento grevista</u>	159
<u>1.20.9. “Não nos calarão”</u>	159
<u>1.20.10. Resultados do Movimento</u>	159
<u>1.20.11. Federação Única dos Petroleiros Processa Pedro Parente por Improbidade Administrativa</u>	160
<b><u>2. Alguns Frutos do Golpe para os Estados Unidos, suas Empresas e Organizações</u></b>	162
<u>2.1. Enfraquecimento Parcial dos BRICS</u>	162
<u>2.2. Manutenção da Hegemonia do Dólar na Comercialização do Petróleo Brasileiro</u>	170

<u>2.3. Apropriação de Reservas do Pré-Sal, de Tecnologias da Petrobras e de Recursos que iriam para o Fundo Social</u>	192
<u>2.4. Aumento da Exportação Norte-Americana de Derivados de Petróleo ao Brasil</u>	203
<u>2.5. Apropriação da Capacidade do Satélite de Defesa e Comunicações Estratégicas do Brasil</u>	206
<u>2.6. Manobras Militares na Amazônia, ao Sul da Venezuela</u>	208
<u>2.7. Possibilidade de Uso da Base de Alcântara</u>	208
<u>2.8. Possibilidade de Apropriação de Áreas da Amazônia</u>	209
<u>2.9. Possibilidade de Apropriação de Águas Fluviais com o Mercado de Águas</u>	210
<u>2.10. Maior Fatia nas Operações de Rolagem da Dívida Pública</u>	214
<u>2.11. Pagamento de Bilhões de Dólares a Acionistas Norte-Americanos e “Conquista de Mercados” no Brasil</u>	219
<b><u>3. Regime de Exceção e Violação de Direitos Humanos no Brasil</u></b>	<b>222</b>
<u>3.1. Assassinatos de Lideranças Políticas e Sociais</u>	222
<u>3.2. Repressão aos Movimentos de Resistência em Defesa da Democracia</u>	223
<u>3.3. Violência nas Três fases do Golpe</u>	225
<u>3.4. Violações da Lei por Membros do Poder Judiciário</u>	226
<u>3.5. Violações da Lei por Procuradores</u>	240
<u>3.6. Jurisprudência Norte-Americana para a Condenação do Ex-presidente Lula</u>	247
<b><u>4. O Manual do Golpe</u></b>	<b>253</b>
<u>4.1. Espionagem</u>	253
<u>4.2. Definição dos Alvos</u>	253
<u>4.3. Formação Técnica e Cooptação de Ativos Estratégicos</u>	254
<u>4.4. Formação Ideológica e Cooptação de Lideranças Sociais</u>	254
<u>4.5. Emprego de Bots na Internet para o Abate dos Alvos</u>	254

<u>4.6. Ajuste do Ataque com Base na Reação do Público</u>	<u>259</u>
<u>4.7. Massificação do Ataque pela Mídia Convencional</u>	<u>263</u>
<u>4.8. Mobilizações de Rua: do Espaço de Fluxos para o Espaço de Lugares</u>	<u>264</u>
<u>4.9. Etapa Judicial: Lawfare</u>	<u>267</u>
<u>4.10. Desfecho do Golpe com a Deposição do Governo pela via Jurídico-Parlamentar</u>	<u>267</u>
<b><u>5. Golpes de Estado Recentes na América Latina</u></b>	<b><u>269</u></b>
<u>5.1. Venezuela (2002)</u>	<u>271</u>
<u>5.2. Haiti (2004)</u>	<u>274</u>
<u>5.3. Honduras (2009)</u>	<u>277</u>
<u>5.4. Paraguai (2012)</u>	<u>282</u>
<u>5.5. Brasil (2016)</u>	<u>294</u>
<b><u>6. Oriente Médio</u></b>	<b><u>297</u></b>
<b><u>Conclusões</u></b>	<b><u>302</u></b>
<b><u>Referências Bibliográficas Citadas</u></b>	<b><u>310</u></b>
<b><u>Notas e Citações nos Idiomas</u></b>	<b><u>359</u></b>
<b><u>Sobre o Autor</u></b>	<b><u>382</u></b>

## INTRODUÇÃO

O texto que deu origem a esse livro foi organizado para a realização de uma conferência na Universidade Autônoma Metropolitana do México<sup>1</sup> em abril de 2018. Na sequência, foi ampliado para uma aula no curso de extensão sobre “O Golpe de 2016”, realizado na Universidade Federal do Paraná.

Alguns tópicos do livro permaneceram na forma de uma exposição sintética, apropriada a uma conferência, seguindo a cronologia dos acontecimentos. Outros, por sua vez, foram desdobrados de maneira analítica, com detalhamentos próprios a aulas de aprofundamento temático.

A obra, em seu conjunto, traz elementos para entender-se o golpe de estado ocorrido no Brasil em 2016, analisando o contexto nacional e global em que ele foi consumado, alguns mecanismos adotados em sua execução e alguns objetivos já alcançados com a sua realização.

Ela oferece, igualmente, uma chave interpretativa para compreender como o crescimento dos BRICS – cujo PIB em paridade de poder compra ultrapassou o PIB da União Europeia e o PIB dos Estados Unidos há vários anos – tornou-se um desafio à manutenção da hegemonia econômica global norte-americana.

De fato, a maior participação de empresas de países dos BRICS em vendas no mercado internacional acabou por reduzir ainda mais a participação de empresas norte-americanas no comércio exterior. Isso contribuiu para agravar os indicadores de endividamento da economia dos Estados Unidos, cuja balança comercial é estruturalmente deficitária desde 1976. O deficit de

US\$ 734,3 bilhões na balança comercial de 2017 – excluídas as transações com petróleo – foi o maior já registrado na série histórica do censo norte-americano. [4]

Por outra parte, a compra ou venda de petróleo e gás no mercado internacional por China, Rússia e Brasil – três dos maiores produtores mundiais – usando outra moeda que não o dólar, poderia significar um forte revés para a hegemonia global dos petrodólares.

A investigação sobre a importância, para os Estados Unidos, da apropriação ou controle de reservas de petróleo no exterior por empresas norte-americanas e a manutenção de sua comercialização em dólar, nos levou a analisar a relação existente entre as cotações do dólar e do petróleo no mercado mundial a partir de 1974 e o impacto de sua oscilação em diferentes blocos econômicos.

De fato, em razão do petróleo ser hegemonicamente comercializado em dólar, quando a cotação do dólar sobe frente as principais moedas, o preço do petróleo em dólar tende a cair; e quando a cotação do dólar cai em relação a elas, o preço do petróleo tende a subir.

Investigando a série histórica dessa oscilação, cruzando diferentes indicadores econômicos – que foram compilados e referenciados neste livro para facilitar a verificação da análise realizada –, pudemos explicitar como a política monetária dos Estados Unidos, a partir da década de 1980, impactou na elevação internacional do preço do petróleo em diferentes momentos e como isso alimentou tendências inflacionárias, nessas ocasiões, em países e blocos econômicos, obrigando-os a adotarem políticas monetárias anti-inflacionárias que, por sua vez, retraíram a atividade econômica em seus territórios, aumentaram o endividamento público e a dependência do fluxo de capitais externos em muitos deles.

O golpe de estado ocorrido no Brasil em 2016 se insere no contexto mais amplo de disputas e conflitos no âmbito da economia mundial, no qual se destacam algumas ações dos Estados Unidos que, confrontando-se com os BRICS e com a União Eu-

ropeia, visam, entre outras coisas, preservar a supremacia do dólar como divisa global, contando para isso com diferentes vetores, particularmente a manutenção do seu emprego como moeda hegemônica no mercado mundial de petróleo e como principal componente das reservas cambiais da maioria dos países.

Preservar a importância do dólar como moeda de troca global e de reserva mundial é a única solução de curto prazo para os Estados Unidos seguirem financiando, com a emissão de Títulos do Tesouro, a sua balança comercial deficitária e sua gigantesca dívida pública; e, por outro lado, seguirem mantendo o poder de interferência de sua política monetária na economia mundial.

Por sua vez, sob o aspecto do método político adotado para a deposição de governos nacionais, uma análise comparativa de golpes de estado similares, recentemente ocorridos na Venezuela, Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil e países árabes permitiu identificar a evolução de alguns elementos estruturais – tais como, ações de espionagem, capacitação e cooptação de atores locais, uso de redes sociais e *bots* para disseminação de conteúdos políticos, participação de agências e/ou autoridades e organizações norte-americanas no curso dos acontecimentos, entre outros – que sistematizamos no que pode ser chamado de “Manual do Golpe”.

Compreender os mecanismos usados nesses golpes de estado recentes e encontrar estratégias adequadas ao seu enfrentamento é essencial para evitar que outros do mesmo tipo ocorram na América Latina ou em outras partes do mundo.

Nos países em que ele ocorre, desaparece, se existente, o Estado Democrático de Direito – que regula a mediação entre os interesses contraditórios das classes sociais –, convertendo-se uma parte dos aparelhos do estado em meros instrumentos de dominação política das forças hegemônicas do capital por sobre a sociedade, visando a imposição de um amplo programa de reformas, que atende aos interesses das forças golpistas, particularmente com a privatização do patrimônio público e dos serviços estatais.

Com o emprego do poder de Estado, busca-se, então, validar e legitimar – na forma de leis, medidas judiciais e governamentais – um conjunto de ações que atende aos interesses privados de grandes grupos econômicos, em detrimento do interesse público, do bem comum e da soberania popular e nacional.

## Método de Investigação

Para compreender os processos históricos é necessário investigar as contradições existentes entre as classes sociais, identificando os atores que as compõem e as contradições entre eles, os fluxos materiais, de poder e de conhecimento de que participam e sua relação com o modo de produção, com o sistema de intercâmbio econômico e com a formação social existentes.

*O mercado – como sistema de intercâmbio do capital – é simultaneamente local e mundial.* Nele se confrontam *interesses contraditórios* – em razão dos quais surgem alianças e antagonismos entre atores econômicos, entre atores políticos e de ambos entre si – com relação à produção e circulação do valor econômico, a apropriação de excedentes e a realização de lucros. Por isso, é necessário investigar essas alianças e antagonismos, tanto em nível *nacional* quanto *internacional*, para que se entenda os processos econômicos e políticos que ocorrem no interior dos países e entre eles.

A análise dos acontecimentos transcorridos no Brasil em 2016 nos levou a investigar os fluxos de dólares e de petróleo no mercado mundial, o confronto econômico dos Estados Unidos com a União Europeia e BRICS e algumas práticas econômicas, políticas, ideológicas e militares adotadas pelos Estados Unidos para preservarem a sua hegemonia global.

Essa investigação nos levou, particularmente, aos fluxos de conhecimento que envolveram atividades de comunicação, informação e interpretação de conteúdos, presentes em treinamentos



de estudantes, juízes, promotores e policiais federais brasileiros, realizados com recursos de fundações privadas norte-americanas, no caso dos estudantes, e do governo norte-americano, no caso dos demais.

Em seguida, analisando o fluxo de recursos das fundações norte-americanas que patrocinaram a formação desses jovens brasileiros – que segundo o presidente da Students For Liberty conduziram milhões de pessoas ao impeachment da presidente Dilma e à defesa da privatização da Petrobras – chegamos a doações que totalizaram milhões de dólares, realizadas por empresas e bilionários que atuam no setor de petróleo e gás nos Estados Unidos.

Por fim, investigando os fluxos de interpretantes sobre empresas públicas, privatizações e livre-mercado difundidos pelos movimentos conduzidos por tais lideranças e a ideologia política, propagada por eles, sobre a liberdade individual – que renega, de maneira contundente, as dimensões solidárias da liberdade pública requeridas ao desenvolvimento ético da liberdade pessoal no seio das comunidades humanas –, chegamos ao Partido Libertariano, fundado nos Estados Unidos em 1971.

Analisando documentos desse partido e o programa defendido por David Koch, quando candidato a vice-presidente daquele país, percebemos a identidade dessas propostas com a pauta do Movimento Brasil Livre e o programa de reformas implementado pelas forças golpistas. Encontramos, igualmente, referências à organização do *Livres* como corrente política no Brasil, à conquista do Partido Social Liberal por essa corrente e à transformação desse partido numa perspectiva libertariana.

É com base nessa ampla investigação de fluxos de recursos, de poderes e de conhecimentos que fomos desvelando a participação de diferentes classes de atores norte-americanos e brasileiros numa teia de parcerias ou de cooperação informal, retroalimentando processos políticos e jurídicos que desembocaram no golpe de Estado em 2016 e na posterior execução de um nefasto programa de medidas econômicas e políticas, parte do qual será analisado com grande riqueza de detalhes ao longo desse livro.

## Método da Exposição

Preservando uma linguagem acessível e explicando, conforme a necessidade, alguns conceitos técnicos requeridos ao entendimento dos aspectos econômicos analisados, buscamos organizar o conteúdo de maneira a compreender-se o desenrolar dos acontecimentos, seguindo a cronologia dos eventos que vão se sucedendo.

Alguns desses eventos foram desdobrados em diferentes laços que conectam distintos processos em seu desfecho. Assim, frente a alguns tópicos bem resumidos, há outros amplamente detalhados.

Respeitando esse método expositivo, de preservar a cronologia e aprofundar os conteúdos mais relevantes, o livro foi organizado em seis unidades de conteúdos.

Na primeira parte, mostramos o impressionante crescimento econômico dos BRICS, desde sua criação, e o modelo de desenvolvimento com distribuição de renda adotado pelo Brasil a partir de 2003. Em seguida, detalhamos alguns elementos da crise econômica de 2015 no país, os principais aspectos do cenário interno do golpe e a participação de empresas, organizações, agências e autoridades norte-americanas no desenrolar dos acontecimentos. Na sequência, explicitamos os principais instrumentos usados na realização do golpe e alguns de seus frutos para os Estados Unidos, suas empresas, organizações e investidores.

Na parte intermediária, tratamos do regime de exceção implantado no país a partir de 2016 e da violação de direitos humanos no Brasil atual. E, à luz do que ocorreu em outros países que viveram processos semelhantes, sintetizamos o que pode ser chamado de “*Manual do Golpe*”, detalhando os dez elementos metodológicos mais recorrentes em sua realização.

Na parte final, destacamos alguns aspectos dos golpes de estado recentemente executados na América Latina – Venezuela (2002), Haiti (2004), Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil

(2016) – e de intervenções similares ocorridas no Oriente Médio, no transcurso da Primavera Árabe.

Os elementos destacados nessa parte do livro servem de insumo para a projeção de cenários possíveis com respeito à movimentação das forças golpistas num futuro próximo, em que buscarão, a qualquer custo, impedir a retomada do desenvolvimento soberano do país com distribuição de renda e a recuperação, pelo Estado brasileiro, do domínio nacional tanto sobre a lavra de suas jazidas de petróleo e de gás natural quanto sobre a propriedade de gasodutos e refinarias, que foram transferidos ao controle estrangeiro pelas forças golpistas, lesando o patrimônio público.

## **Observação Geral**

Cabe esclarecer de maneira inequívoca que quando nos referimos aos Estados Unidos nesse livro não estamos nos referindo ao povo norte-americano em geral, muito menos aos quarenta milhões de habitantes daquele país que vivem abaixo da linha da pobreza, ao meio milhão de pessoas sem-teto que dorme pelas ruas ou às pessoas que passam fome nas 9,4 milhões de famílias norte-americanas em situação de severa insegurança alimentar. De fato, uma parte da população norte-americana é extremamente crítica às políticas econômicas e imperialistas adotadas por seu país.

Igualmente, não estamos nos referindo a um Estado, formado pelo povo, território e governo norte-americanos; nem a um País, compondo aspectos físicos, naturais, econômicos, sociais e culturais presentes no território norte-americano; nem a uma Nação, compreendida como a união de um povo ou de povos que habitam esse território e compartilham um sentimento de pertencimento e de unidade entre si.

Estamos, sim, nos referindo a um consórcio informal ou conglomerado de atores econômicos, políticos, culturais e militares sediados naquele território, integrados entre si por meio de fluxos materiais, de poder ou de conhecimento, que os conectam direta ou indiretamente em laços de retroação, conformando uma grande rede. Tais fluxos, descentralizados e distribuídos, alimentam ações em níveis local e global, participando cada ator, a seu modo, na defesa de seus interesses particulares, da instituição que representa ou da rede como tal, que nenhum deles sabe, ao certo, onde começa ou termina ou por quais atores é constituída em sua totalidade.

Não se trata, portanto, de uma rede centralizada ou que dependa de alguma conspiração de atores ou de uma carta de princípios para a sua atuação. Mas de uma rede, internacionalmente descentralizada e localmente distribuída nos territórios por ela alcançados, cujos nodos (atores) são reproduzidos por fluxos materiais, de poder e de conhecimento que a permeiam – por exemplo, recursos governamentais ou de fundações privadas para o treinamento de atores locais que aprenderão a atuar de modo eficiente para a cooperação ou parceria com atores norte-americanos na aplicação de suas normas e leis, no emprego de suas técnicas ou na difusão de seus valores ou visão de mundo.

É a conexão desses fluxos – materiais, de poder e conhecimento –, em laços de realimentação, ou a sua falta, o que faz, respectivamente, surgir ou desaparecer atores, singulares e coletivos, como nodos dessa rede. Assim, nodos anteriormente criados ou empoderados pelas parcerias e pela cooperação para propósitos específicos no exterior, podem ser desativados após gerarem os resultados esperados, simplesmente pelo corte do fluxo de recursos, de poder ou de informação que os alimentava.

Evidentemente, do mesmo modo como nunca houve uma assembleia geral dos organismos que compõem um ecossistema para deliberar sobre o funcionamento dos laços que os conectam entre si na reprodução de um bioma, também não houve uma assembleia geral dos atores norte-americanos – fundações, representantes de empresas petrolíferas, dirigentes de organizações

libertarianas, agentes da NSA, FBI, embaixadores, procuradores, Secretários de Estado, etc – para deliberar sobre os laços que os conectam entre si na defesa dos interesses pelos quais atuam.

Contudo, quando vamos analisando os fluxos de recursos, de poder ou de conhecimento que eles intermediaram em relação a diferentes processos que culminaram no golpe de Estado de 2016, vamos encontrando a *comprovação material* de sua própria participação no palco de operações de alguns eventos ou da sua conexão com atores brasileiros que são protagonistas locais de acontecimentos que encontraram nesse golpe o seu desfecho, possibilitando a imposição de um programa de reformas que atende aos interesses do grande capital, particularmente, norte-americano.

Por isso, espero que o presente livro contribua também para ampliar o diálogo com as forças democráticas no interior dos Estados Unidos, particularmente com sua classe trabalhadora e movimentos sociais progressistas, explicitando o modo como autoridades, empresas, fundações e outras organizações norte-americanas vêm alimentando, direta ou indiretamente, o combate e a deposição de governos em outros países para o atendimento de interesses alheios a esses povos e nações.

## **Termos e Citações**

Optamos por manter em notas numeradas, ao final do livro, a redação original das citações em língua estrangeira, possibilitando ao leitor averiguar, no idioma de origem, o sentido das passagens traduzidas e contextualizá-las, com maior facilidade, no corpo dos documentos referidos na bibliografia. Para oportunizar a imediata navegação pelos documentos externos mencionados e pelas bases de dados consultadas, incluímos hiperlinks ao final das citações e junto a gráficos, tabelas e capturas de tela.

Um último aspecto a destacar refere-se à tradução do termo inglês *libertarian*. Usamos a expressão *libertariano* como o seu correspondente em português e não o termo *libertário*, pois este guarda também, em certa vertente do pensamento filosófico e político, uma dimensão *social* ou *comunal* que é renegada na ideologia liberal-libertariana propagada por redes e fundações norte-americanas.

## 1. BRASIL E BRICS

### 1.1. Desenvolvimento Capitalista com Distribuição de Renda no Brasil

Em 2011 o Brasil tornou-se a sexta economia do planeta. E, no ano seguinte, considerando a evolução de alguns indicadores do PIB no segundo e terceiro trimestres – crescimento de 0,9% e 1.5%, respectivamente, ante a um crescimento do PIB da França em 0,1% e 0,1% – esteve perto de ocupar a posição de 5ª maior economia global, conforme dados da *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* – OCDE [5].

Chegou a isso não somente pela *elevação do preço internacional das commodities exportadas pelo país* no período anterior à crise de 2007-2008 ou, ainda, pela própria *elevação da cotação das commodities agrícolas* ocasionada por essa crise – pois a queda dos preços de commodities metálicas e energéticas, provocada pela redução de sua demanda global com a recessão econômica desencadeada pela crise, levou investidores, por outra parte, a movimentos especulativos em mercados futuros de grãos, aumentando o preço da soja, milho, trigo e arroz no mundo todo. Mas, especialmente, porque o país adotou, ao longo de mais de uma década, um *modelo de desenvolvimento centrado na distribuição de renda*, ampliando com isso o tamanho da classe média brasileira e o volume de seu consumo.

Nesse período, os salários subiram acima da inflação – pois o reajuste do ano seguinte compunha a inflação do ano presente

e o crescimento econômico real do ano anterior. Essa regra de valorização do salário-mínimo chegou mesmo a ser consolidada com a aprovação da Lei 12.382/2011 [6].

Por sua vez, a transferência direta de renda aos empobrecidos retirou mais de 39 milhões de pessoas da pobreza, ampliou a classe média e impulsionou o comércio local de regiões em que essas pessoas vivem e consomem, expandindo o volume de demanda solvente no mercado interno do país.

A agricultura familiar e a economia solidária, por sua vez, ampliaram sua produção, gerando, com seu trabalho, um aumento de renda para milhões de famílias.

Essas famílias, os trabalhadores assalariados e os beneficiários da transferência direta de renda, usando tais valores econômicos – oriundos de salário, transferência pública e trabalho autogestionado – na *ampliação de seu consumo no mercado capitalista*, comprando produtos elaborados por empresas com fins de lucro, contribuíram para ampliar o volume de realização de lucros do capital produtivo e comercial em expansão nesse período.

Tais empresas – com vendas ampliadas por essas políticas de distribuição de renda, contando com o mercado consumidor crescente no âmbito dos BRICS e com a expansão da infraestrutura nacional – aumentaram, ano a ano, o seu faturamento. Algumas delas alcançaram o rol de empresas dominantes ou proeminentes em seus segmentos no mercado mundial, enquanto outras iam pelo mesmo caminho, como no setor de bebidas (Ambev), processamento de proteína animal (JBS), construção (Odebrecht) ou de petróleo, em que a Petrobras se tornou a maior produtora entre as empresas petrolíferas de capital aberto no mundo.

De fato, a elevação do consumo interno no país – em razão das políticas distributivas que expandiram a classe média – ativou o comércio e a produção. E, mesmo num ambiente de crise econômica internacional, o fomento desse consumo, sustentou o crescimento econômico nacional.

Mas o crescimento provocado por tais políticas de distribuição de renda ativou, basicamente, os *circuitos econômicos do*



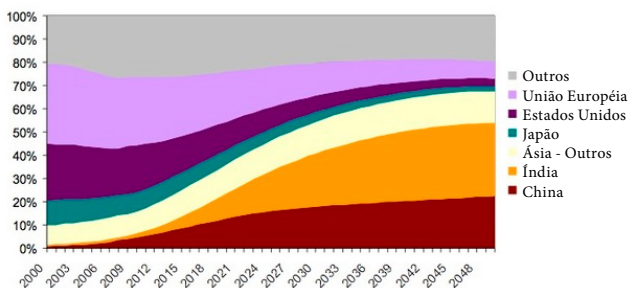
*capital* produtivo e comercial ao longo dessa década, em vez de alimentar a expansão de *circuitos econômicos solidários*, autogestionados por comunidades econômicas, na perspectiva de construir outro modo de produção, outro sistema de intercâmbio e outra formação social. Isso poderia ter ocorrido, se a economia solidária não tivesse sido tratada nesse modelo como uma política de inclusão social, em vez de ser considerada como uma estratégia de desenvolvimento econômico soberano, sustentável e autogestionado.

Por fim, cabe destacar que distribuir renda não significa necessariamente desconcentrá-la. Pois se a distribuição dos excedentes for realizada segundo as proporções da concentração de renda existente no seio de uma sociedade, ainda que, em valores absolutos, tal distribuição aumente a renda das diferentes classes sociais, do ponto de vista relativo terá permanecido o mesmo grau de concentração de renda nela existente.

## **1.2. Expansão dos BRICS e de seu Consumo Interno**

Um estudo publicado pela OCDE em 2010, considerando a expansão da classe média global, mostrava um cenário futuro bastante distópico aos Estados Unidos, frente ao crescimento real da classe média em países dos BRICS, com base em indicadores que consideravam a distribuição de renda, mediante o aumento real de salários e outras políticas em curso nesses países.

Gráfico 1 – Distribuição do Consumo Global da Classe Média  
2000 – 2050



Fonte: OECD Development Centre. Working Paper, No. 285, 2010 [7]

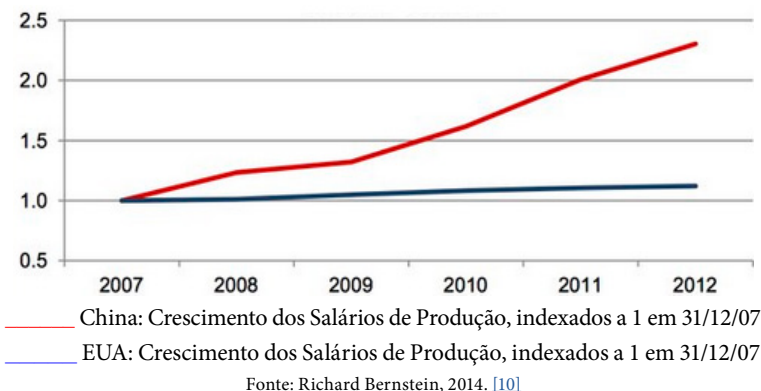
O documento, intitulado “The Emerging Middle Class in Developing Countries” afirmava que

“a melhor maneira de ampliar o consumo é aumentar a participação da renda familiar no PIB. Aqui há mais possibilidades para ações políticas diretas e indiretas”.<sup>2</sup> (KHARAS, 2010) [8]

De fato, o crescimento da demanda de consumo das famílias no interior dos BRICS – em razão da expansão de sua classe média em decorrência de políticas de distribuição de renda – impactou no crescimento do próprio Produto Interno Bruto no bloco, para o atendimento desse consumo.

Como destaca Richard Bernestein (2014), entre dezembro de 2007 e dezembro de 2012, os salários da indústria manufatureira na China aumentaram 18% ao ano, ao passo que nos Estados Unidos eles aumentaram 2,3% ao ano. [9]

Gráfico 2 – Crescimento dos Salários na Manufatura dez/2007 a dez/2012



Assim, como mostra o gráfico, em cinco anos o valor real dos salários mais do que dobrou na China, enquanto nos Estados Unidos ficou praticamente estável.

Considerado num período mais amplo, o salário médio anual no setor manufatureiro chinês, subiu de 20.884 yuans em 2007 para 59.470 yuans em 2016, quase triplicando. Em dólares a preços de mercado, ao câmbio de 31/12 do ano respectivo, ele foi de US\$ 2.855 para US\$ 8.557. [11]

O crescimento rápido dos BRICS – que alcança, em habitantes, a mais de 40% da população mundial residente na China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul e, em área, a cerca de 25% da superfície do planeta – passou a ser realmente um desafio à hegemonia econômica norte-americana.

O bloco, de fato, constituiu um gigantesco mercado consumidor em expansão constante, graças às suas políticas de distribuição de renda e ao fortalecimento de cadeias produtivas locais para o atendimento desse consumo.

O fortalecimento e a expansão de seu comércio interno e externo trouxeram dificuldades cada vez maiores de penetração para os atores norte-americanos, em razão do aumento da competitividade dos próprios mercados emergentes no desenvolvi-

mento dessas cadeias locais e do aumento da eficiência e produtividade das empresas do bloco no seu atendimento.

Em outras palavras, não é verdadeiro o argumento de que a maior parte dos milhões de iPhones e iPads vendidos pela Apple a cada ano é fabricada na China *apenas* porque lá a mão de obra industrial é mais barata que nos Estados Unidos – para citarmos um exemplo emblemático de cadeia produtiva local de alta tecnologia.

De fato, em relação à mão-de-obra norte-americana, ela é mais barata para as empresas. Por outra parte, considerando o *custo de reprodução da força de trabalho* em cada país, levando em conta a extensão dos serviços públicos oferecidos aos trabalhadores, o preço em geral dos artigos de consumo das famílias e a paridade do poder de compra das moedas, vemos que um trabalhador chinês compra mais produtos com o mesmo valor equivalente em dólares em seu país do que compraria um trabalhador com valor idêntico em qualquer cidade norte-americana. E como o trabalhador chinês tem de gastar menos com alguns serviços essenciais, pode gastar mais com a aquisição de outros produtos que, comparativamente, são mais baratos na China que nos Estados Unidos. Assim, é necessário considerar esses aspectos para compreendermos a expansão do consumo sustentado das famílias na China, ativando o seu crescimento econômico, em relação ao consumo endividado das famílias nos Estados Unidos, que não gera o mesmo resultado para o seu país.

Contudo, se o critério decisivo para escolher a China fosse apenas o custo da mão-de-obra, esses equipamentos da Apple poderiam ser feitos no Brasil ou no México, pois os trabalhadores industriais chineses são melhor remunerados que os brasileiros ou mexicanos (CHINA, 2017) [12]. Ou, igualmente, poderiam ser feitos em alguns países da União Europeia, em que os salários são mais baixos que na China, como por exemplo, Croácia, Lituânia, Letônia e Estônia. (RAPOZA, 2017) [13]

De fato, em nível mais amplo,

considerando os trabalhadores chineses como um todo, a renda por hora é superior a de todos os grandes países da América Latina, com exceção do Chile. // Em relação aos países menos desenvolvidos da zona do euro, o chinês recebe 70% do salário médio. O salário médio por hora na indústria chinesa triplicou entre 2005 e 2016, para US\$ 3,60, segundo o Euromonitor. (Agência O Globo, 2017) [\[14\]](#)

De fato, esses milhões de iPhones e iPads são produzidos na China, especialmente, porque a maioria dos fornecedores da Apple também está na China, sendo muito difícil para a empresa transportar a cadeia produtiva local inteira para dentro dos Estados Unidos ou importar bilhões de componentes para montá-los no país e depois distribuir o produto final, o que ampliaria custos logísticos desnecessários.

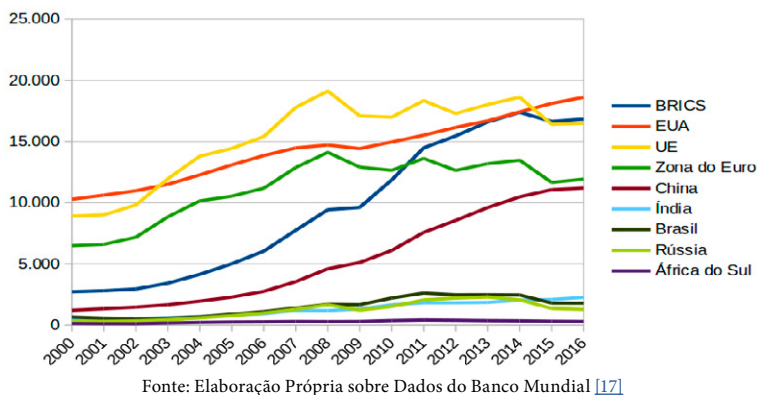
Por fim, as fábricas chinesas são também mais ágeis que as americanas para introduzir rápidas alterações no processo produtivo, o que é recorrentemente necessário em se tratando de produtos de alta tecnologia em acelerada evolução.

Assim, justamente porque a produção de empresas norte-americanas se deslocou para o exterior ao longo de décadas, os Estados Unidos passaram enfrentar enormes dificuldades para criar postos de trabalho no setor industrial. (DUHIGG, 2012). [\[15\]](#)

A criação do Banco dos Brics, de seu Fundo de Reservas e de uma criptomoeda própria, alternativa ao dólar [\[16\]](#), alavancando o crescimento dos países do bloco e apoiando-os em caso de problemas de curto prazo em sua balança de pagamentos, não apenas permitiria consolidar sua expansão econômica, com a expansão de seus próprios mercados consumidores internos, fortalecendo as cadeias produtivas locais, mas colocava em risco, no médio prazo, a própria hegemonia econômica global norte-americana.

De fato, nascido em 2006, os BRICS mantiveram uma trajetória de rápido crescimento de seu Produto Interno Bruto, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Evolução do PIB a Preços Correntes (bilhões de US\$) – 2000 a 2016



O alerta acendeu em 2011, quando o PIB dos BRICS, a preços de mercado, ultrapassou o da Zona do Euro e a diferença de magnitude do PIB dos Estados Unidos para o PIB dos BRICS caiu 14% em apenas um ano. Nos anos de 2013 e 2014 a diferença caiu para pouco mais de 0%.

Mantidas as trajetórias e o seu projeto estratégico de crescimento econômico com distribuição de renda, os BRICS tendiam a se converter, em menos de uma década, na principal potência econômica global, considerando o seu PIB a preços correntes de mercado.

Tabela 1 - PIB Nominal em Bilhões de Dólares e diferença percentual entre USA e BRICS

Ano	BRICS	USA	Diferença %
2010	11.866	14.964	20,7
2011	14.480	15.518	6,7
2012	15.460	16.155	4,3
2013	16.601	16.692	0,5
2014	17.389	17.428	0,2

Fonte de Dados: Banco Mundial [18]

Essa afirmação é facilmente comprovada quando analisamos, pelo conceito de Paridade de Poder de Compra, a variação do Produto Interno Bruto desses blocos e dos Estados Unidos.

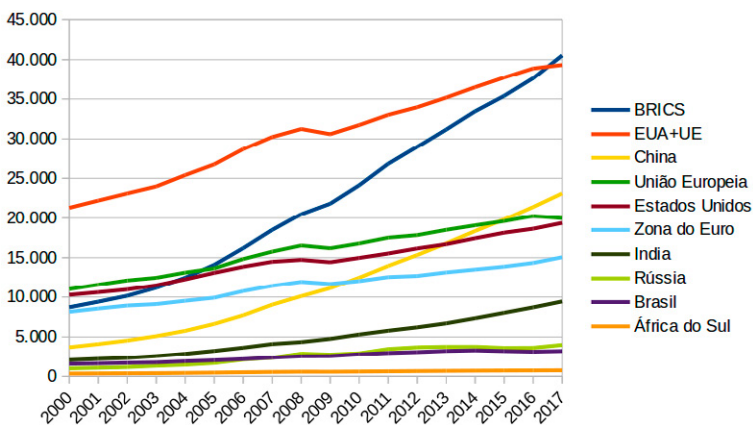
Nesse caso, diferentemente de considerar a magnitude do Produto Interno Bruto realizado pelos países a preços de mercado – convertendo o seu valor, de moeda nacional para dólar, conforme a cotação entre as moedas no mercado internacional –, leva-se em conta o poder de compra real das moedas usadas nos diferentes países, gerando-se um fator de paridade para cada um deles, que é usado para dimensionar o valor real do seu Produto Interno Bruto.

Disso resulta um cenário muito diferente, não apenas para comparar a produção econômica real desses países, como também para analisar a evolução de sua atividade econômica, excluindo as variações de câmbio entre as suas moedas.

De fato, uma parte importante do PIB de cada país corresponde ao *consumo das famílias*, que, quando é atendido com produtos elaborados no interior do próprio país, ativa não apenas as cadeias de comercialização locais, mas igualmente as cadeias da produção nacional, sustentando a produção de bens e serviços para o seu atendimento.

O aumento desse consumo final, por sua vez, expande também a magnitude do consumo produtivo das empresas, requerido para essa produção, ampliando o faturamento das cadeias produtivas locais, possibilitando o seu desenvolvimento e consolidação.

Gráfico 3 – Evolução do PIB em Paridade de Poder de Compra (bilhões de US\$) – 2000 a 2017



Fonte de Dados: Banco Mundial (2000 a 2016) [19] e CIA (2017) [20]

Considerando a paridade de poder de compra das moedas nesses países e blocos, vemos que em 2000 a soma do PIB dos países que formariam posteriormente os BRICS estava um pouco acima do PIB da Zona do Euro, com uma diferença de 589 bilhões de dólares, mas abaixo do PIB dos Estados Unidos, com uma diferença de 1.572 bilhões de dólares e do PIB da União Europeia em 2.314 bilhões de dólares.

Mas quatro anos depois, em 2004, o conjunto de países que conformariam os BRICS ultrapassou os Estados Unidos, com uma vantagem de 197 bilhões de dólares. Em 2005 ultrapassou também a União Europeia em 473 bilhões de dólares. Em 2016, ano do golpe no Brasil, o Produto Interno Bruto dos BRICS, em paridade de poder de compra, alcançou a 37.626 bilhões de dólares, quase o mesmo valor do PIB somado dos Estados Unidos e da União Europeia, em paridade de poder de compra, que alcançou a 38.880 bilhões de dólares.

Em 2017, com dados estimados pela CIA e publicados em seu *The World Factbook* [21], o PIB dos BRICS, em paridade de poder de compra, ultrapassou ao PIB somado dos Estados Uni-



dos e da União Europeia em 1.213 bilhões de dólares, alcançando uma magnitude total de 40,5 trilhões de dólares.

### **Reação Norte-Americana**

Para enfrentar o crescimento dos BRICS, os Estados Unidos adotaram, a partir de 2011, alguns procedimentos estratégicos em relação ao Brasil, Rússia, África do Sul e alguns países do Oriente Médio, valendo-se de suas Agências, Departamentos, forças políticas, ideológicas e militares – como veremos mais adiante.

Entendamos primeiro a crise econômica de 2015 no Brasil.

### **1.3. A Crise Econômica de 2015 no Brasil**

#### **Concorrência Empresarial, Queda na Taxa de Lucros e Endividamento**

O crescimento econômico constante do mercado interno dos BRICS, ampliou a concorrência entre as empresas capitalistas nesses países, como se viu claramente no Brasil.

Em circunstâncias de crescimento econômico, as empresas capitalistas, competindo entre si na disputa pelo mercado em expansão, tendem a baixar suas taxas de lucro para ampliar o volume de vendas de seus produtos, aumentando seus ganhos pela ampliação da escala de produção e de comercialização, com um maior volume de bens e serviços produzidos e vendidos. Assim, por exemplo, vender mil unidades a R\$ 100,00 cada uma, com uma taxa de lucro de 10% sobre a receita, gerando um benefício final de R\$ 10.000,00, é menos vantajoso para uma empresa que vender 3 mil unidades a R\$ 95,00 cada uma com um lucro de 5% sobre a receita, gerando um benefício final de R\$ 14.250,00.

Por outro lado, nesse período de crescimento e de prosperidade econômica, com a oferta abundante de capitais provenientes dos mercados da América do Norte e da Europa após a crise de 2007-2008, empresários e consumidores tomaram empréstimos

junto ao capital financeiro e ampliaram a produção e o consumo – pois o crescimento da renda e o resultado do investimento realizado, obtidos nos anos seguintes, permitiam aos trabalhadores e aos empresários pagarem as dívidas contraídas nos anos anteriores. E assim foi, durante quase uma década no Brasil.

Mas, quando o endividamento ultrapassou a margem de conforto, com respeito à expectativa de solvência futura, e capitais começaram a migrar novamente para os Estados Unidos – saindo, também, do mercado brasileiro e chinês –, empresários e famílias no Brasil começaram a direcionar mais dinheiro para o pagamento de dívidas e diminuíram compras finais ou novos investimentos.

Isso se refletiu tanto na redução de investimento empresarial para Formação Bruta do Capital Fixo – isto é, destinado a ampliar a capacidade de produção e circulação de bens e serviços – quanto no consumo das famílias, que deixou de crescer.

Esse movimento contribuiu fortemente para a estagnação do Produto Interno Bruto em 2014, com crescimento de 0,5%, e para as quedas de 3,5% em 2015 e de 3,6% em 2016.

### **Crise Econômica e Lucros do Capital a Juros**

Comparando os resultados dos setores produtivo e financeiro no Brasil nesse período de crise, os bancos passaram a registrar proporcionalmente lucros sempre maiores a cada ano (COSTAS, 2015) [22], pois os excedentes gerados no setor produtivo da economia migravam, pelo pagamento de dívidas, para a realização de lucros no setor financeiro do capital a juros.

Assim, a economia deixou de crescer, pois os excedentes do setor produtivo passaram a ser destinados, em maior medida, ao pagamento de empréstimos feitos em anos anteriores e não mais para investimento na produção ou para consumo.

Com a redução da atividade econômica, o Estado passou a arrecadar menos recursos em impostos.

E a crise econômica que se instalou teve diversos desdobramentos.

## 1.4. Aspectos do Cenário Interno do Golpe de 2016

### **Recomposição da Taxa de Lucros do Capital Produtivo e Comercial: Desemprego e Inflação com Recessão**

Vendendo menos, os empresários brasileiros subiram os preços para recompor as taxas de lucro, gerando inflação. Mas, ao mesmo tempo, havia uma redução das compras para consumo final e produtivo, provocando uma recessão no país.

Por sua vez, em função da alteração do câmbio e do preço do petróleo associado a políticas monetárias norte-americanas – como veremos na *Seção 2.2* –, da necessidade da Petrobras reajustar preços em razão do impacto das variações cambiais sobre o pagamento de obrigações internacionais da empresa, da ausência de chuvas que exigiram a entrada em operação de usinas termoeletricas, houve também um encarecimento do preço dos derivados de petróleo e da energia elétrica no país, pressionando, igualmente, o crescimento da inflação.

Os empresários endividados, por sua vez, desempregaram milhões de trabalhadores para cortar custos. E outros, que não estavam endividados, fizeram o mesmo, frente a retração do mercado consumidor, direcionando a aplicação de seus lucros para o investimento financeiro – pois este se mostrava mais rentável e seguro em relação ao investimento produtivo [23] – e acompanharam a elevação geral dos preços de mercado, ampliando, igualmente, suas margens de lucro.

### **Mídias Convencionais: Perdas de Receita e Desconcentração da Publicidade Federal**

Os grandes grupos empresariais na área de mídia, sofrendo com a redução de publicidades do capital produtivo e comercial em razão da crise, perdendo verbas publicitárias com o crescimento da Internet – em que o Google se tornou o grande mediador da publicidade global – e enfrentando a expansão de cobertura das operadoras de telefonia que se tornaram também

provedoras de conteúdo [24], tiveram, igualmente, reduzidas as publicidades do Governo Federal, que havia desconcentrado e pulverizado os recursos gastos com elas, para alcançar também a um grande número de pequenos veículos espalhados em todas as regiões do país.

Premidos pela crise econômica, os grandes grupos de mídia passaram a defender reformas econômicas em benefício próprio, para reduzir custos e recuperar resultados, vendo na reconcentração da publicidade federal um elemento adicional para a sua sobrevivência. [25]

Para que se tenha uma ideia, considerando o período de 2000 a 2016, o Grupo Globo – TV, jornal, revista *Época* e portais de internet, desconsiderando rádios e TV por assinatura – recebeu, por veiculação de publicidade federal, o valor de R\$ 10,2 bilhões. [26]

Somente nas gestões de Lula e Dilma, até 2014, a TV Globo e suas cinco emissoras receberam R\$ 6,2 bilhões [27] por veiculação de publicidade federal. A revista *Veja* recebeu R\$ 700 milhões nesse período. Cerca de R\$ 730 milhões foram para os jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico* nesse mesmo íterim.

Com o processo de desconcentração e pulverização da publicidade federal, as emissoras da Globo que detinham 49% de toda verba estatal de publicidade em 2002, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, e que chegaram a 59% num certo momento do Governo Lula, caíram para 36% no final do primeiro Governo Dilma. A revista *Veja*, que chegou receber R\$ 43,7 milhões de verbas federais em 2009, caiu para R\$ 19,9 milhões em 2014. De fato, foi uma perda de receita muito grande para os veículos desse grupo de mídias de massa.

Por sua vez, o PL 7.460/2014 – apresentado por Jorge Bittar (PT) e Luciana Santos (PCdoB) – contrariava frontalmente os interesses econômicos dos grandes grupos de comunicação, particularmente, os interesses do Grupo Globo. Com a aprovação desse projeto de lei, o Governo Federal passaria a destinar 30%

das verbas de publicidade [28] para as regiões norte, nordeste e centro-oeste [29] e 30% das verbas para mídias alternativas.

O projeto instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária e estabelecia

critérios para promover a desconcentração, pela administração pública, da contratação dos serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. (PL 7.460/2014) [30]

Embora tenha tido parecer favorável na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática em 04/12/2014, esse projeto de lei foi arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, menos de um mês depois, em 31/01/2015.

Com base nos critérios desse projeto, a Rede Globo [31], que recebeu R\$ 6,2 bilhões em 12 anos, receberia algo como R\$ 3 bilhões – mesmo mantendo a sua política de *bônus de volume*, que atrai para si a veiculação das campanhas das agências de propaganda, as quais ficam com um percentual do dinheiro público destinado a essa veiculação a partir de um certo volume de campanhas e de valores contratados com a Rede.

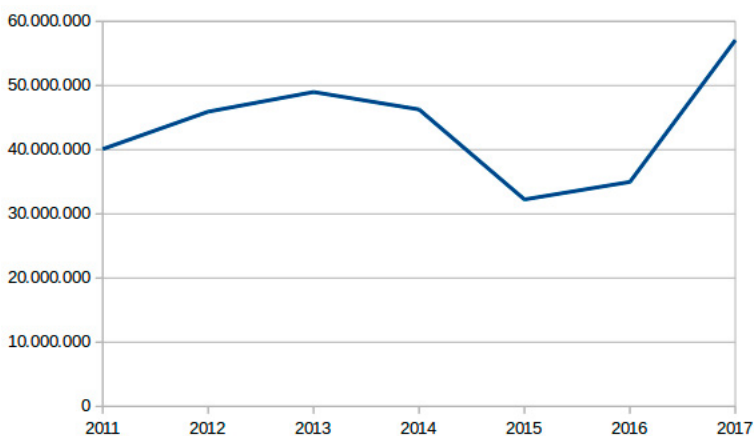
Essa desconcentração da publicidade federal acabaria por diminuir a hegemonia do reduzido grupo de empresas de mídia que domina a comunicação de massa no Brasil.

Em 2015, o Governo Dilma cortou R\$ 206 milhões em publicidade da TV Globo, representando 34,9% de toda a redução de gastos em publicidade do governo naquele ano. No caso da revista *Veja*, o corte foi de 78%. Com relação aos jornais, a redução foi de R\$ 55,8 milhões ante o ano anterior. Por outro lado, os maiores portais na web tiveram uma ampliação de 12,2% em igual período. (NETZEL, 2016) [32] [33]

Assim, com a deposição do Governo Dilma, a grande mídia em geral, controlada por umas poucas famílias no país, e a Globo em particular, saíram vitoriosas, e poderiam recuperar o faturamento que haviam perdido com a desconcentração da publicidade do Governo Federal e das empresas estatais.

De fato, a verba publicitária recebida por empresas do Grupo Globo somente com a publicidade da Presidência da República e dos ministérios, sem contar pois a publicidade das estatais que é a maior fatia, quase dobrou de 2015 a 2017, saindo da casa de R\$ 32 milhões para R\$ 57 milhões.

Gráfico – Contratos de Veiculação de Publicidade da Presidência da República e Ministérios por Empresas do Grupo Globo<sup>3</sup> – 2011 a 2017



Fonte: Elaboração Própria com dados da Secom [34]

### Transfiguração de Cenários por Grandes Empresas Privadas de Jornalismo e Comunicação

Assim, em 2015, os grandes conglomerados de mídia, transfigurando cenários, avançaram em seu ataque contra os chamados “governos do PT”, afirmando que a inflação existente resultava dos gastos públicos ao longo de 12 anos, motivados pelas políticas sociais adotadas, particularmente pela transferência de renda aos mais pobres e por outros gastos públicos.

Mas não explicitavam a recomposição das taxas de lucro das empresas de produção e de comércio como motivo da elevação de preços. Tampouco centravam suas análises sobre a gigantesca realização de lucros, pelo capital a juros, como mecanismo que

sugava recursos da atividade econômica, que poderiam permanecer ativando as cadeias de produção e consumo, mas que eram acumulados no setor financeiro para o enriquecimento sempre maior de rentistas nacionais e estrangeiros.

De fato, as semióticas hegemônicas do capital – que produzem uma compreensão ideológica da realidade e desencadeiam emoções e ações a seu respeito – são universalizadas sob diferentes estratégias de produção de subjetividades, modelando o fluxo da informação e a sua interpretação, como analisamos há 20 anos em “*Globalização, Subjetividade e Totalitarismo*” [35].

### **Reação Política ao Combate à Corrupção**

Outro aspecto relevante para compreender o cenário do golpe foi a reação contrária de uma parcela expressiva de políticos, particularmente deputados e senadores, ao fortalecimento, promovido pelos “*governos petistas*”, do combate à corrupção.

O governo Lula melhorou sensivelmente as condições de atuação da Polícia Federal, reforçando os meios de investigação, construindo uma nova sede para a instituição e abrindo concursos que duplicaram o efetivo da corporação.

O novo período da Polícia Federal se inicia com Operação Sucuri, em 2003, pioneira das grandes operações. Essa operação investigou a corrupção de policiais federais que facilitavam a entrada de contrabando no país, vários dos quais foram condenados em primeira instância.

Mas a renovação das instituições não é tarefa simples de realizar. Enquanto recorriam da condenação em instâncias superiores, parte desses agentes foi mantida na corporação, exercendo suas funções. E, por mais estranho que possa parecer, pelo menos um deles, nessa situação, veio a participar, posteriormente, da execução de ações da Lava Jato, tornando-se ícone dessa operação junto à sociedade.[36] E, mesmo após a sua condenação final pelo STJ a quatro anos e dois meses de prisão, cumprindo sua pena em regime semiaberto – o que lhe permitiu seguir trabalhando –, esse policial continuou a participar de ações da operação Lava Jato. [37]

Outra frente importante para fortalecer o combate à corrupção estava no âmbito legal. Em 2009 organizações da sociedade civil deram origem a um projeto de lei de iniciativa popular, conhecido como Lei da Ficha Limpa, que foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula em 2010 – Lei Complementar nº 135/2010 [38] –, tornando inelegível por oito anos quem tivesse o mandato cassado ou renunciasse para evitar a cassação ou fosse condenado por órgão colegiado e não recorresse da decisão.

A interpretação geral de ser inelegível quem fosse condenado por órgão colegiado mesmo recorrendo da decisão em instância superior, abriu um impasse no Supremo Tribunal Federal, por ferir a cláusula pétrea constitucional de presunção de inocência – Art. 5º, inciso 57 –, porquanto, havendo recursos interpostos pela Defesa em instância superior, o processo não estaria transitado em julgado e a condenação ainda poderia ser revertida. Somente dois anos depois, em 2012, quando se formou uma nova maioria na corte, o STF considerou essa lei constitucional.

Mas, como veremos na *Seção 3.4*, os temores dos ministros, que votaram pela inconstitucionalidade da lei, se confirmaram posteriormente, pelo uso político desse dispositivo na segunda fase do golpe de 2016, para impedir a candidatura do ex-presidente Lula à presidência do país.

Por sua vez, o Governo Dilma, em 2011, instituiu o instrumento do Acordo de Leniência (Lei 12.529/2011) [39] e em 2013, modificou o instrumento de Delação Premiada (Lei 12.850/2013) [40], empoderando, sob o aspecto legal, as operações de combate à corrupção no país.

Além do fortalecimento legal e operacional do combate à corrupção, foi também assegurada a independência da Polícia Federal e do Ministério Público no exercício de suas competências.

Conforme Carlos Fernando dos Santos Lima, procurador da força-tarefa da Operação Lava Jato,

um ponto positivo que os governos que estão sendo investigados, os governos do PT, têm a seu favor é que boa parte da independência



atual do Ministério Público, da capacidade administrativa, técnica e operacional da Polícia Federal decorre de uma não intervenção do poder político.

Isso é importante, é um fato que tem que ser reconhecido, porque os governos anteriores realmente mantinham controle das instituições. (Lima apud REVERBEL, 2016) [41].

De fato, com o avanço do combate à corrupção no país, setores corruptos do Congresso Nacional se movimentaram para não serem alcançados pelas investigações e tiveram um papel decisivo no desfecho do golpe de Estado em 2016.

Por outra parte, esses mesmos dispositivos que fortaleceram o combate à corrupção no país foram usados para realizar objetivos espúrios pelas forças golpistas.

### **A Força Tarefa do Golpe**

Assim, paradoxalmente, enquanto o Ministério da Justiça afirmava, nesses 12 anos, que o combate à corrupção se realizava de maneira republicana, sem perseguir nem proteger ninguém, segmentos do Ministério Público Federal, Polícia Federal e Poder Judiciário se converteram – conscientes disso ou não – numa espécie de braço executivo de interesses estrangeiros no país, recebendo treinamento ou desenvolvendo ações com o apoio de autoridades norte-americanas, algumas delas fora dos trâmites legais de cooperação [42].

Adotando, pois, em maior ou menor medida, conceitos e técnicas aprendidas em treinamento oferecido por autoridades dos Estados Unidos, acabaram contribuindo – com as ilegalidades que cometeram no exercício de suas funções – para pôr um fim à hegemonia política de um projeto nacional de crescimento econômico com distribuição de renda no Brasil, que se orientava à instituição de um estado de bem-estar social de caráter capitalista, semelhante ao das nações da Europa Ocidental.

Com isso, contribuíram também para conter a expansão dos BRICS e frear a política externa brasileira, que defendia a autonomia e o desenvolvimento soberano da América Latina, com o for-

talecimento do Mercosul e da Unasul em torno de políticas similares de desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

A operação Lava Jato poderia ter cumprido um papel muito importante na história do Brasil, nos marcos republicanos do Estado Democrático de Direito, investigando, julgando e punindo crimes cometidos por poderosos atores políticos e econômicos.

Mas, infelizmente, como veremos, a instrumentalização política dessa operação contribuiu para levar o país a uma ruptura institucional e à instauração de um regime autoritário, fundado na violação seletiva de leis e de garantias constitucionais, hegemônico por uma canastra de atores, nacionais e estrangeiros, que impuseram à nação a sua *agenda política e econômica*, sob o alibi de combater a corrupção e sanear as contas públicas.

### **Instrumentalização de Movimentos de Rua**

Em 2013, a alteração dos preços do diesel impactou nas passagens de ônibus e movimentos sociais protestaram pela redução das tarifas.

Contudo, a partir de um certo momento, grupos não identificados passaram a atuar nas manifestações.

Em junho de 2013, carros e ônibus foram incendiados. Houve a tentativa de incendiar a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e foram depredadas dependências do Itamarati.

Não foram identificados os autores dessas ações, imputadas a *blackblocs*. Mas, como máscaras contra gás foram usadas por alguns desses manifestantes e coquetéis molotov foram por eles lançados, conclui-se que houve um planejamento prévio desses protestos de alto impacto midiático [43].

Por outra parte, movimentos que terão um papel decisivo no processo do impeachment surgem nesse momento, buscando orientar as mobilizações para o confronto com o que eles denominavam “*os governos do PT*”, defendendo o impeachment de Dilma.

Numa entrevista de 18/06/2013 à Revista Fórum, Luiza Mandetta, liderança do Movimento Passe Livre, afirmou que o objetivo do movimento era reverter a lógica econômica que tra-

tava o transporte como produto e que havia vários grupos tentando incluir e projetar pautas estranhas ao movimento:

**Fórum** – Depois dos protestos de ontem, muito se falou nas redes sociais e se propagou por setores da mídia que as pautas de vocês são mais amplas, passando por temas como aumento da inflação, votação da PEC 37 e até *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Isso é verdade?

**Luiza Mandetta** – Não, não tem nada disso. Estamos na rua para barrar o aumento, para que a passagem retorne aos R\$ 3. Esse negócio de colocar várias pautas e tentar pautar o movimento não nos agrada. Tem muita gente querendo colocar a própria pauta nos atos, e tentamos combater isso porque é um risco para nós. Não queremos e não vamos permitir que parasitem a nossa pauta e que as coloquem no meio, justamente agora que a manifestação está gigante. [\[44\]](#)

Mas, nas redes sociais, a pauta do MPL – Movimento Passe Livre foi associada à pauta do MBL – Movimento Brasil Livre, alterando não apenas a sua extensão mas o seu caráter.

Assim, o que era a defesa de uma tarifa menor para o transporte público deu lugar à defesa do livre mercado como regulador dos preços de tudo, inclusive do transporte coletivo.

E a reivindicação de um serviço público de transporte de qualidade deu lugar à defesa de um amplo programa de privatização dos serviços públicos e das empresas estatais, resultando em que tudo fosse regulado pela livre concorrência num ambiente de livre mercado.

E, para que isso ocorresse, apontava-se nas redes sociais a necessidade de pôr fim aos “*governos do PT*”, começando pela própria deposição do governo Dilma.

### **Unidos pelo Golpe**

Ao longo de 2015 vai se conformando, pouco a pouco, um conglomerado de atores que era favorável à deposição do Governo Dilma e que era constituído por empresários e investidores dos setores agrário, industrial, comercial e de serviços – defensores de reformas que cortassem direitos trabalhistas, sociais e

impostos, entre outras medidas destinadas a ampliar suas taxas de lucro – e por políticos corruptos que desejavam impedir que o combate à corrupção os alcançasse.

O ambiente econômico e político interno, favorável ao golpe, estava dado. Mas a intervenção de atores norte-americanos será determinante, em diferentes aspectos, tanto no apoio à mobilização de segmentos sociais pela deposição do governo, quanto na qualificação de ações que culminarão no seu desfecho bem como na difusão de uma pauta de medidas implementada pelo governo golpista e que atendia a vários interesses dos Estados Unidos, que detalharemos no *Capítulo 2*.

### **1.5. A Participação de Organizações e Autoridades Norte-Americanas no Curso dos Acontecimentos**

Há muita similaridade nos golpes de estado ocorridos em Honduras (deposição de Manuel Zelaya em 2009), Paraguai (deposição de Fernando Lugo em 2012) e Brasil (deposição de Dilma Rousseff em 2016). Eles possuem, também, alguns traços em comum com os golpes desfechados na Venezuela (2002) e no Haiti (2004) com a deposição respectiva de Hugo Chávez e Jean-Bertrand Aristide. O golpe fracassado contra Chávez abriu a nova série de golpes de Estado na América Latina, os quais ocorrem, em média, a um intervalo de 4 anos. Um quadro comparativo desses golpes será apresentado no *Capítulo 5*.

Embora o conjunto de medidas implementadas pelo governo golpista no Brasil atenda a vários objetivos econômicos e geopolíticos norte-americanos, destacaremos, particularmente, o interesse dos Estados Unidos nas reservas brasileiras de petróleo, não apenas para reduzir a sua dependência do petróleo do Oriente Médio e da Venezuela [45], mas especialmente pela importância do mercado mundial do petróleo na manutenção do dólar como moeda hegemônica global.

## A Petrobras como Alvo Estratégico

Antes da descoberta do pré-sal, a Petrobras, sob uma estratégia de expansão internacional, visando refinar petróleo brasileiro no exterior, comprou, em 2006, 50% de uma refinaria em Pasadena, no Texas (EUA), com uma capacidade instalada de processamento para cerca de 120 mil barris/dia, tanques para armazenagem de 5,1 milhões de barris de petróleo e derivados, terminal marítimo e operação logística e de comercialização já estruturadas – localizada no Houston Ship Channel, que conduz ao porto Houston, que se abre ao Golfo do México e possui ligações modais para todo o país. [46] [47] [48]

Com a descoberta do pré-sal, os investimentos da Petrobras se voltaram para a exploração dessas reservas, pois se tratava de um óleo mais leve e mais rentável, que passaria igualmente a abastecer a rede de refinarias no Brasil e no exterior.

Dada a vantagem comparativa que a Petrobras obteve na produção de petróleo em relação à média mundial e o crescimento expressivo do volume produzido, se ela continuasse como única operadora do pré-sal, no prazo de poucos anos a sua participação no mercado internacional – incluindo sua atuação no refino de petróleo brasileiro nos Estados Unidos – seria expandida em razão de seus preços altamente competitivos, ampliando seus ganhos com a venda de combustíveis e de outros derivados no interior da América do Norte – Estados Unidos, Canadá e México –, conquistando mercados que antes eram de petroleiras estadunidenses, cuja difícil situação analisaremos na *Seção 1.15*.

De fato, após atravessar a crise econômica que se abateu nos EUA a partir 2007-2008, que provocou a redução da demanda de derivados de petróleo e do preço dos ativos das companhias petrolíferas, a refinaria de Pasadena alcançou a marca de 73 milhões de dólares em lucros no primeiro semestre de 2014. [49]

Por sua vez, na América do Sul, a possível participação da Petrobras na Petrosur e na Petroamerica, integrando iniciativas conjuntas com a estatal venezuelana PDVSA, considerando “a experiência da Petrobras em tecnologia de perfuração em águas

*profundas; e [...] o grande volume de recursos energéticos da Venezuela*”, [50] era uma preocupação adicional aos Estados Unidos, que têm na Venezuela uma de suas fontes de petróleo e que há muitos anos desejam ver no país um governo voltado ao atendimento de interesses norte-americanos.

Conforme Adriana Campos (2005),

o exemplo dos acordos assinados entre a PETROBRÁS e a PDVSA em fevereiro de 2005 mostra que a integração energética da América do Sul pode ser o caminho mais correto para os países que querem se solidificar no setor, pois possuem um grande volume de reservas de petróleo e gás natural, além da possibilidade de complementação com a energia hídrica e as fontes alternativas de energia (álcool e biodiesel, dentre outras). [51]

A parceria poderia se estender para atuação conjunta nos Estados Unidos, pois,

só a Citgo, subsidiária da petroleira venezuelana PDVSA nos EUA, que importa cerca de 200 mil barris por dia da Venezuela, tem três refinarias no país (Texas, Louisiana e Illinois), 48 terminais de abastecimento e 6.000 postos pelos EUA, onde trabalham 46 mil pessoas. (FLECK, 2017) [52]

Por outra parte, o crescimento da Petrobras, explorando as gigantescas reservas de pré-sal, vinha contribuindo para sustentar a expansão do PIB brasileiro e dos BRICS, fortalecendo o laço de produção e consumo na ativação de diferentes cadeias produtivas locais no interior do bloco, que requerem polímeros plásticos, fertilizantes, tintas, produtos petroquímicos ou outros derivados de petróleo, além de óleo lubrificante e combustíveis.

Com sua produção, a Petrobras poderia atender, prioritariamente, às demandas de consumo internas do Brasil e dos BRICS, a preços estáveis e favoráveis a ela e ao país. E, para proteger-se da oscilação cambial dos petrodólares, resultante, em parte, da política monetária dos Estados Unidos, poderia valer-se de uma nova moeda, em estudo nos BRICS, para negociações no interior

do bloco e junto a seus parceiros comerciais na América Latina, Europa, Ásia e África. [53]

A consolidação dessas estratégias de cooperação entre Brasil, China, Rússia e Venezuela mostrava-se mais grave ainda aos Estados Unidos, quando consideramos que todos os campos de petróleo, após alcançarem seu pico de exploração, entram numa fase de declínio e que

poucos países continuarão, a longo prazo, tendo grande produção de petróleo e manter-se-ão como exportadores mundiais [...]. A busca incessante por parte das grandes companhias de petróleo por reservas vai de encontro às mudanças setoriais que vem ocorrendo desde o início da década de 1990 na América do Sul. (CAMPOS, 2005) [54]

Como veremos, a substituição dos campos de petróleo então explorados pela Chevron, Exxon-Mobil e outras companhias norte-americanas era um dos elementos críticos para a manutenção da rentabilidade dessas companhias. E o pré-sal brasileiro, no contexto mundial, mostrava-se a elas, por assim dizer, como uma “*tábua de salvação*” – usando a expressão de Cláudio Oliveira, ex-economista da Petrobras [55].

Por fim, como previsto em lei, a aplicação da maior parte dos royalties do pré-sal seria em educação. Isso consolidaria no longo prazo, o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, como resultado das políticas de educação, pesquisa e desenvolvimento, sustentadas com os recursos do Fundo Social do Pré-Sal – o que poderia colocar as forças produtivas do país num novo patamar no contexto global, fortalecendo ainda mais os BRICS e o Mercosul.

De fato, aos Estados Unidos não interessava que o Brasil se consolidasse como a quinta maior economia global e seguisse avançando na difusão do modelo de desenvolvimento socioeconômico com distribuição de renda, com suas alianças no interior da América Latina e África.

Muito menos que o Mercosul e a Comunidade Andina se-guissem avançando, com o apoio do Brasil e da Venezuela, na efetivação da Unasul – União das Nações Sul-Americanas, formada por 12 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), com ações nos segmentos de educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças, colocando em funcionamento o Conselho de Defesa da América do Sul, o Parlamento Sulamericano e o Banco do Sul.

Por esses e outros motivos, a Petrobras se tornou um alvo estratégico para a intervenção norte-americana. Vejamos, passo a passo, o desenrolar dos acontecimentos.

### *1.5.1. Embaixada dos EUA: mediação para alterar o marco regulatório do pré-sal*

#### **Antecedentes**

##### **a) Descoberta e Regulação da Exploração do Pré-Sal**

Em 2006, o Brasil anunciou a descoberta de uma gigantesca reserva de petróleo e gás natural, abaixo do leito do mar na camada pré-sal, ao longo da costa brasileira entre o Espírito Santo e Santa Catarina, com um volume estimado em 176 bilhões de barris (GANDRA, 2015) [56].

Na época, não havia tecnologia e processos apropriados para explorá-la de maneira rentável. Mas, em alguns anos, a Petrobras desenvolveu essas condições.

Para a exploração dessas jazidas, o Governo Lula propôs um regime específico que deu à Petrobras a exclusividade como operadora, assegurando-lhe o controle de custos e do processo da operação em todos os blocos, determinou a sua participação mínima em 30% dos investimentos neles realizados e a partilha do óleo extraído. Tais medidas contrariavam os interesses das empresas petrolíferas estrangeiras que, na prática, ficariam



subordinadas à Petrobras e não teriam a propriedade de todo o óleo extraído.

A primeira extração ocorreu em novembro de 2007, no campo de Tupi. Confirma-se que o óleo do pré-sal,

com média de 28° a 30° na escala do American Petroleum Institute (API), [...] é do tipo leve, de maior valor no mercado, diferente do petróleo comumente encontrado no Brasil, considerado pesado. (PETROBRAS, 2006) [57]

## b) Petrobras Espionada

Em Janeiro de 2008, ocorre o furto de quatro notebooks e dois HDs da Petrobras – que estavam trancados no interior de um contêiner – com dados sigilosos sobre a camada pré-sal na bacia de Santos. A única linha de investigação adotada pela Polícia Federal foi a *espionagem industrial*, pois, segundo o delegado

havia no contêiner material de escritório e laptops, não levaram todo o material, o que nos leva a descartar que foi um roubo comum. Quem procura HD não está praticando um roubo comum, havia um interesse específico de um determinado assunto. (apud GAIER, 2008) [58]

O inquérito aberto visava, entre outros objetivos, determinar se teria havido falha da Petrobras ou das empresas envolvidas, a norte-americana Halliburton e a transportadora Transmagno:

A PF confirmou que foram furtados quatro notebooks e dois pentes de memória RAM, onde estariam armazenados dados colhidos pela empresa norte-americana Halliburton, que presta serviços à Petrobras. [...] A Halliburton foi contratada para realizar testes em reservatórios, possivelmente incluindo o megacampo de Tupi, na bacia de Santos. [...] Funcionários da Halliburton identificaram a troca de um cadeado, apontando violação do contêiner. A Petrobras foi comunicada e, posteriormente, a PF.” (REUTERS, 2008) [59]

A investigação, entretanto, não chegou a identificar os responsáveis pelo furto das informações.

### **Reação Inicial Norte-Americana à Descoberta do Pré-Sal e à Regulação da sua Exploração**

No dia 08/01/2008, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel, em mesa-redonda realizada no Rio de Janeiro com dirigentes das companhias petrolíferas norte-americanas Chevron, Exxon Mobil, Devon Energy, Anadarko e Hess Corporation, ofereceu a atuação da Embaixada para agir como representante dessas empresas em negociações com autoridades brasileiras visando reverter o marco regulatório do pré-sal proposto pelo governo e que estava em debate [60].

A mensagem enviada à Secretaria de Estado, detalha que:

Os CEOs da Chevron, Exxon Mobil, Devon Energy, Anadarko e Hess Corporation informaram ao embaixador Sobel sobre o clima de investimento para os players estrangeiros no Brasil, perspectivas de futuras descobertas de petróleo e compartilharam seus pontos de vista sobre os regimes regulatórios e fiscais do petróleo e do gás. Os participantes acreditavam que o clima geral de investimento era positivo para as empresas americanas, mas os obstáculos incluíam a instabilidade nos leilões de petróleo e nos regimes tributário e de licenciamento. O embaixador ofereceu-se para advogar em nome dos participantes junto a representantes do governo e da Agência Nacional do Petróleo (ANP). As empresas receberam bem essa ideia e sugeriram enfatizar a necessidade de estabilidade para incentivar o investimento. O embaixador também propôs que o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) se reúna com relevantes embaixadores estrangeiros no Brasil para discutir as preocupações gerais.<sup>4</sup> (AM-CONSUL, 2008) [61]

Na sequência, em 01/07/2008, os EUA reativam, depois de 58 anos, a sua 4ª Frota Naval (do Atlântico Sul) para patrulhar mares latino-americanos, o que incluía vigiar a área marítima do pré-sal [62].

### 1.5.2. *Students For Liberty: Coordenadores Locais atuam na Deposição do Governo e pela Privatização da Petrobras*

Vinte e três dias depois, em 24/07/2008, é oficialmente fundada nos Estados Unidos uma organização chamada *Students For Liberty* – com a realização de seu primeiro Congresso na Columbia University, em Nova York –, cujos coordenadores no Brasil terão importante papel no impeachment da presidente Dilma e na promoção da ideologia de privatização da Petrobras.

Na origem e na sustentação dessa entidade estão fundações e empresários que atuam no ramo do petróleo e gás – entre eles, as fundações da família Koch.

Como destaca Alexander McCobin, um dos co-fundadores e ex-presidente da organização – que também trabalhou no Cato Institute –,

As origens da SFL remontam ao verão de 2007, quando eu era bolsista de verão da Koch, na Reason Foundation, patrocinado pelo Institute for Humane Studies. Outros Bolsistas de Verão da Koch puseram em marcha organizações estudantis pró-liberdade em seus campi, então organizei uma mesa redonda sobre melhores práticas de organizações estudantis dedicadas à liberdade. Essa mesa redonda atraiu uma dúzia de pessoas e foi tão bem-sucedida que, posteriormente, vários de nós decidimos expandir o conceito para uma conferência de 30 alunos no Nordeste. Quando realizamos a conferência de acompanhamento em fevereiro de 2008, atraímos 100 estudantes de 42 escolas em 3 países. Desde então, a SFL cresceu para mais de 425 grupos de estudantes com milhares de membros em todo o mundo.<sup>5</sup> (McCobin *in* HEADCOUNT, 2011) [63]

Entre os principais doadores de fundos para o *Institute for Humane Studies* estão a família Koch que, através da Charles G. Koch Charitable Foundation e David H. Koch Charitable Foundation, já lhe repassou mais de US\$ 32 milhões; e a Donors Capital Fund e DonorsTrust que lhe repassaram quase US\$ 6 milhões. [64]

Assim, por estranha coincidência, a Students For Liberty – como veremos na *Seção 1.11* – conta com recursos oriundos indiretamente de empresas petrolíferas norte-americanas para a capacitação de suas lideranças no Brasil; coordenadores locais dessa organização no país, como Kim Kataguiri, mobilizaram a juventude e a população em geral em favor da deposição do governo Dilma Rousseff; treinaram, oficialmente, a mais de mil lideranças no país até 2016 apoiados com recursos de origem norte-americana; lideraram, por 33 dias, a “Marcha pela Liberdade”, saindo de São Paulo rumo a Brasília, onde protocolaram, na Câmara dos Deputados, o primeiro pedido de impeachment contra Dilma em seu segundo mandato, em 27/05/2015; atuam abertamente na difusão ideológica da privatização da Petrobras e de que “*Brasil Livre é Brasil sem PT*”. Também, por estranha coincidência, o programa de expansão da rede *Students For Liberty*, que se associava indiretamente a essa formação de líderes no Brasil, foi oficialmente encerrado alguns dias depois do impeachment de Dilma Rousseff ter sido aprovado pelo Senado [65].

### **Students For Liberty surge como Grupo de Promoção do Partido Libertariano**

Valendo-nos de repositórios que preservam a memória da web, podemos analisar a evolução do website da Students For Liberty. Com isso podemos verificar que em 2001 já havia uma organização chamada Students For Liberty, classificada pela Elon University – segundo o próprio site – como “*organização de desenvolvimento*” [*developmental organization*], que se definia à época como um grupo que promovia o Partido Libertariano:

Somos um grupo de estudantes da Elon University que se reúne semanalmente para discutir ideias sobre o libertarianismo e trabalhar para promover o Partido Libertariano.<sup>6</sup> (SFL, s.d.p.d) [66]

## Captura de Tela 1: Página Inicial do Site da Students For Liberty

Students for Liberty - Elon University - Mozilla Firefox

Students for Liberty - E... x

http://www.studentsforliberty.org/00/

# Students for Liberty

**Navigation**

- Home
- **What We Do**
- **Libertarianism 101**
- Contact Us
- Links

**Welcome**

Welcome to the web site of Students For Liberty. We are a group of Elon University students that meet weekly to discuss ideas of libertarianism and work to promote the Libertarian Party.

Our first interest meeting was held on Thursday November 8th and was very successful. We plan to hold a second interest meeting at the beginning of the spring 2002 semester. We look forward to having a lot of fun and hope that you will be interested in joining our upcoming organization.

Please visit the other sections of our web site for more information about Students For Liberty and about libertarianism.

Disclaimer: Students for Liberty is classified by Elon University as a "developmental organization." We may hold only interest meetings at this time and may not solicit the use of student government funds.

© Students for Liberty 2001-2002

You are visitor number 15 since October 31, 2001

Fonte: <https://www.studentsforliberty.org> [67]

Entre os links indicados aos interessados, dois deles remetem ao Partido Libertariano, um para o site nacional da agremiação e outro para o da Carolina do Norte.

## Captura de Tela 2: Links Recomendados pela Students For Liberty

Students for Liberty

**Navigation**

- Home
- What We Do
- **Libertarianism 101**
- Contact Us
- Links

**Links**

**Libertarian Views/Ideas**

Libertarian Party -- <http://www.lp.org>

Libertarian Party of NC -- <http://www.lpnc.org>

Future of Freedom Foundation -- <http://www.fff.org>

Advocates for Self-Government -- <http://www.self-gov.org>

Cato Institute -- <http://www.cato.org>

Libertarianism.org -- <http://www.libertarianism.org>

Liberty For All -- <http://www.libertyforall.net>

**Libertarian Activism**

Small Government Act (Massachusetts)--  
<http://www.smallgovernmentact.org>

You are visitor number 80

Fonte: <http://www.studentsforliberty.org:80/links.html> [68]

Por sua vez, no site do Partido Libertariano encontramos, entre muitas outras referências e indicações ao Students For Liberty, um informe de 2012, de James W. Lark, sobre as ações do partido com respeito a essa organização e sobre como os serviços dela poderiam ser usados pelo partido:

Eu continuo a trabalhar em estreita colaboração com a Students For Liberty para formar grupos libertarianos em colégios e faculdades. (Sou membro do Conselho de Assessores da SFL). Como parte desse esforço, membros do conselho da SFL e eu descobrimos maneiras de o Partido Libertariano (LP) usar os muitos serviços disponíveis da SFL. Devemos ser cuidadosos ao fazê-lo, porque não queremos colocar em risco o status 501c (3) da SFL.

Além disso, sou o presidente do Comitê Estudantil Libertariano de Ex-alunos (SLAC). Esta organização auxilia a SFL promovendo a organização entre os libertarianos e ajudando a levantar fundos para a SFL.<sup>7</sup> (LIBERTARIAN PARTY, 2012) [69]

Encontramos, igualmente, um artigo de Clark Ruper (2010), vice-presidente da SFL, publicado no *LP News*, que é o jornal oficial do Partido Libertariano. Conforme Ruper,

a Students For Liberty oferece vários recursos para ajudar os estudantes a lutar pela liberdade no campus. Estes incluem um jornal acadêmico, livros gratuitos para grupos de leitura, seminários via web de liderança eletrônica, manuais úteis, subsídios para protesto, uma rede de ex-alunos e muito mais.<sup>8</sup> [70]

### **Em 2012, no Brasil, o Estudantes Pela Liberdade (EPL) é organizado como a Students For Liberty global**

Retomando a história do movimento libertariano no Brasil, cabe destacar que em 2009, três anos depois de anunciada a descoberta do pré-sal, a organização norte-americana Atlas Network passa a financiar o Instituto Ordem Livre (GOBBI, 2016, p.68) [71]. E, em 2012, ela organiza e financia o encontro em Petrópolis que dá origem ao Estudantes Pela Liberdade. (IDEM).

Filipe Celeti (2014) afirma que:

foi apenas em 2012 que o movimento estudantil pela liberdade foi consolidado no Brasil. Após discussão acerca da ideia no Seminário de Verão do Ordem Livre em Petrópolis-RJ, o Estudantes Pela Liberdade (EPL) foi realmente organizado como o Students For Liberty global. [72]

Daniel Gobbi, com base nas entrevistas por ele realizadas com membros do Estudantes Pela Liberdade, destaca que, ao referir-se ao surgimento da organização,

o grupo desenvolve uma narrativa que relembra a fundação do SFL nos Estados Unidos: tal como lá, aqui a fundação se deu num seminário acadêmico, cuja intencionalidade era apenas discutir ideias libertárias, e, em ambos os países, o seminário foi financiado pela mesma rede de organizações. (GOBBI, 2016, p.68) [73]

Conforme Gobbi, no debate aberto sobre o verbete “Estudantes pela Liberdade” na Wikipedia, um usuário apelava por fontes independentes para referenciá-lo, porque o conteúdo estava sendo escrito por membros da própria Ong, remetendo a textos disponibilizados no domínio dela mesma. Então

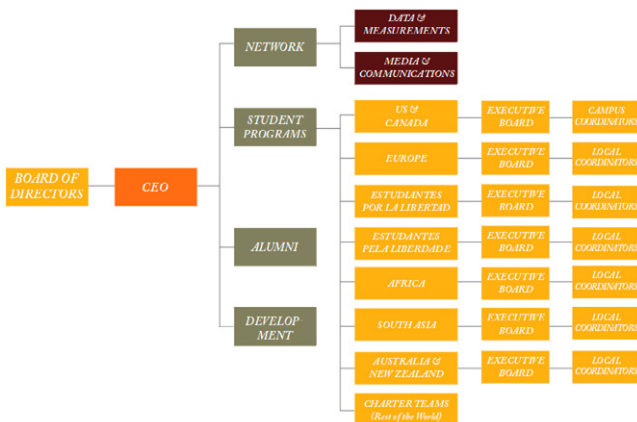
Carlos André Góes, um dos fundadores do EPL responde: “Você está enganado. Esse artigo é sobre o Students For Liberty – uma organização americana.”(GOBBI, 2016, p.64-65). [74]

Por fim, a Wikipedia em português eliminou o verbete “Estudantes Pela Liberdade” e manteve apenas “Students For Liberty”.

De fato, conforme o *Students For Liberty – Annual Report 2014-2015*, o “*Estudantes Pela Liberdade (Brazil)*” possuía dois assentos na Diretoria Executiva Internacional da entidade e no *staff* da organização havia três brasileiros, sendo um deles Juliano Torres, qualificado como *Brazilian Programs Director* (STUDENTS FOR LIBERTY, 2015, p.10) [75].

Como se pode ver pela estrutura de liderança dessa organização, o Estudantes pela Liberdade estava vinculado aos Programas Estudantis da SFL.

Captura de Tela 3: Estrutura de Liderança da Students For Liberty



Fonte: *Students For Liberty – Annual Report 2014-2015*, p. 11 [76]

O principal elemento, destacado em preto na estrutura de liderança da organização, é a “Network”, subdividida em duas áreas: “Data & Measurements” e “Media & Communications”.

Esses elementos, como veremos mais adiante, foram centrais na difusão pela Internet das teses libertarianas em defesa do impeachment da presidente Dilma e da privatização da Petróbras.

Embora a SFL se mostre como uma rede mundial, o tráfego de dados do site revela, entretanto, que o trabalho está realmente concentrado nos Estados Unidos, Brasil, México e Índia, que respondem por mais de 55% dos seus visitantes. Comparativamente, o site está muito melhor ranqueado no México, Brasil e Índia do que nos Estados Unidos.



Tabela 2 – Audiência Geográfica do Site [studentsforliberty.org](http://studentsforliberty.org)

País	Visitantes (%)	Ranking no País
Estados Unidos	21.6%	296.259
Brasil	15.7%	70.557
México	11.1%	54.135
Índia	7.1%	194.263

Fonte: [www.alexa.com](http://www.alexa.com), 29/06/2018 [77]

## A Doutrina da Students For Liberty e o Libertarianismo Norte-Americano

O fluxo de recursos para a capacitação de líderes jovens no Brasil por essa rede está claramente destinado à propagação da ideologia associada ao liberalismo e ao libertarianismo.

No livro *After the Welfare State*, publicado e distribuído aos milhares pela Students For Liberty e Atlas Network, lê-se que:

“Liberalismo clássico” e “libertarianismo” referem-se à tradição de pensamento ético, político, legal e econômico que coloca a liberdade do indivíduo no centro da preocupação política e que vê a liberdade como, na linguagem de John Locke, o desfrute de cada pessoa de uma “Liberdade para dispor e ordenar, como ele enumera, suas Pessoas, Ações, Posses e toda sua Propriedade, dentro da Permissão daquelas Leis sob as quais ele está; e nisto não estar sujeito à Vontade arbitrária de outro, mas seguir livremente a sua própria”.

Os liberais clássicos, apesar de muitas divergências entre si sobre ambos os fundamentos da liberdade e os limites adequados do poder do Estado, geralmente concordam com a tese da presunção de liberdade; isto é, que é a interferência com a liberdade dos outros que deve ser justificada, e não sua ação livre em si mesma. O exercício do poder requer justificação; o exercício da liberdade não.<sup>9</sup> (PALMER, 2012, p.109) [78]

Na prática essa ideologia, no campo econômico, se condensa em alguns bordões difundidos exaustivamente pelos participantes da Students For Liberty.

Kim Kataguirí, por exemplo, afirmou à *Time* que o objetivo desejado pelo movimento é “*liberalizar o Estado. Nós queremos*

menos impostos, menos burocracias e a privatização de todas as empresas públicas.” [79]. Ao periódico *The Guardian* repetiu o mesmo: “Nós defendemos o livre mercado, impostos mais baixos e a privatização de todas as empresas públicas” [80]. E ao *Liberty Conservatives* afirmou que se busca “a privatização de todas as empresas públicas.” [81] Todas inclui, evidentemente e particularmente, a Petrobras, empresa estatal de economia mista, que tem o governo brasileiro como acionista majoritário.

Em inglês, essas lideranças são referidas como “*members of the libertarian Movimento Brasil Livre*” [82]. E como o *Libertarian Party* foi promovido pela Students For Liberty desde a origem do primeiro grupo na Elon University, é importante confrontar as posições gerais do Movimento Brasil Livre – MBL com a plataforma desse partido, que teve David Hamilton Koch como candidato a vice-presidente dos Estados Unidos em 1980, possibilitando analisar a identidade programática de ambos.

Os irmãos Charles e David Koch operam na área de petróleo, química e commodities; são proprietários de refinarias no Texas, Alaska e Minnesota e controladores de 4 mil milhas de oleodutos. Eles possuem uma fortuna de 97 bilhões de dólares. Com 48,5 bilhões de dólares cada qual, ambos aparecem empatados na sexta posição de pessoas mais ricas dos Estados Unidos em 2017 na lista da Forbes. [83] [84]

Alguns itens da plataforma do *Libertarian Party* foram assim defendidas por David Koch em 1980:

- “Nós pedimos a revogação das leis federais de financiamento de campanhas [...]”
- “Propomos a abolição do serviço estatal dos Correios.”
- “Somos contra qualquer imposto de renda, pessoal e empresarial, incluindo os impostos sobre ganhos de capital. [...]”
- “Apoiamos a revogação de todas as leis que impedem as pessoas de conseguirem emprego, tais como as leis do salário-mínimo.”
- “Defendemos a completa separação entre educação e Estado. Escolas Públicas conduzem à doutrinação das crianças e interferem com a livre escolha dos indivíduos.”
- “Defendemos a abolição da Agência de Proteção Ambiental.”

- “Apoiamos a abolição do Ministério [*Department*] de Energia.”
- “Queremos o retorno do sistema ferroviário americano à propriedade privada. Pedimos a privatização das estradas públicas e do sistema rodoviário nacional.”
- “Apoiamos o fim de todos os subsídios para o cuidado dos filhos que há em nossas leis atuais, inclusive os serviços de bem-estar e outros orientados para crianças e mantidos com impostos.”
- “Nós nos opomos a todos os serviços estatais de bem-estar, aos projetos de auxílio e a todos os programas de ‘ajuda aos pobres’. Todos esses programas governamentais são paternalistas, invasores da privacidade, degradantes e ineficientes. [...]”
- “Pedimos a privatização das vias fluviais navegáveis e do sistema de distribuição que leva água para a indústria, a agricultura e as famílias”.<sup>10</sup> (KOCH apud SANDERS, s.d.p.) [\[85\]](#)

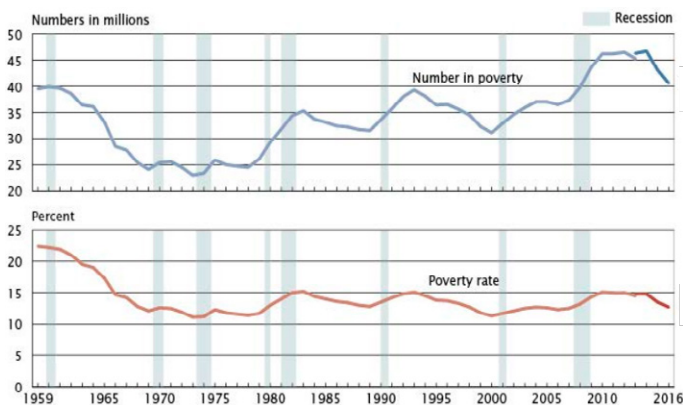
Como se vê, há uma coincidência entre várias propostas do *Libertarian Party* e do *MBL*, particularmente na defesa das privatizações, redução de impostos e no combate aos programas sociais.

Contudo, quando confrontamos esse Programa e a doutrina do *Students For Liberty* com a situação de pobreza e exclusão social nos Estados Unidos, percebemos a sua perversidade.

### **Pobreza e Concentração de Renda nos EUA**

Em 2016, conforme dados do Censo norte-americano, existiam 40,6 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza naquele país, correspondendo a 12,7% do total da população. Praticamente o mesmo número absoluto que havia em 1959.

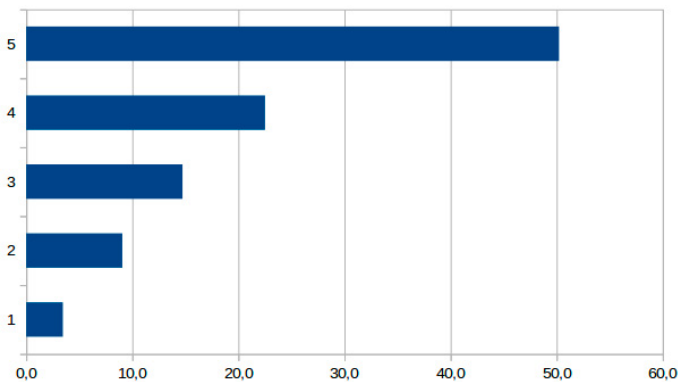
Gráfico 4 – Número de Pessoas em Situação de Pobreza e Taxa de Pobreza nos Estados Unidos – 1959 a 2016



Fonte: Censo dos Estados Unidos [86]

Esse elevado grau de pobreza está associado a um alto grau de concentração de renda, que fica evidente ao compararmos a participação percentual de quintis da população na renda total.

Gráfico 5 – Participação Percentual no Rendimento Monetário Total por Quintis da população nos Estados Unidos – Ano 2016



Fonte: Censo dos Estados Unidos [87]

Enquanto os 20% mais pobres nos Estados Unidos, ficam com 3,1% da renda monetária, os 20% mais ricos ficam com 51,5%. Enquanto 50% da população ficam com 18,5% da renda monetária total, os 5% mais ricos ficam com 22,5%. Essa concentração de renda e exclusão econômica de grandes parcelas da sociedade é um grave problema para a economia dos Estados Unidos, que tem por consequência altos índices de endividamento da maioria da população.

Sem a introdução de alguma política de distribuição de renda, por geração de postos de trabalho, por elevação de salários ou transferência direta de renda, a classe média americana tende a encolher cada vez mais frente ao crescimento da classe média mundial, puxada pela distribuição de renda nos BRICS. Pois embora o golpe de Estado no Brasil avance reconcentrado novamente a renda nas mãos da elite mais abastada, por outra parte na China e Índia a classe média continua a crescer rapidamente, ampliando o mercado consumidor dos BRICS, o que fortalece o processo de crescimento econômico dos países que compõem o bloco.

### **Pessoas em Pobreza Absoluta nos EUA**

Num artigo intitulado “The U.S. Can No Longer Hide From Its Deep Poverty Problem” [Os EUA não podem mais se esconder de seu problema de pobreza extrema], Angus Deaton destaca que mais de 5 milhões de norte-americanos vivem em pobreza absoluta, na condição de indigência:

Segundo o Banco Mundial, 769 milhões de pessoas viviam com menos de US\$ 1,90 por dia em 2013; eles são os mais pobres do mundo. Destes, 3,2 milhões vivem nos Estados Unidos e 3,3 milhões em outros países de renda alta (a maioria na Itália, Japão e Espanha). [...] O economista de Oxford Robert Allen recentemente estimou linhas de pobreza absoluta sobre necessidades básicas para países ricos que são projetadas para corresponder com mais precisão a linha de US\$ 1,90 para países pobres, e US\$ 4 por dia está próximo à média de suas estimativas. Quando nós comparamos a pobreza absoluta nos Esta-

dos Unidos com a pobreza absoluta na Índia, ou em outros países pobres, devemos usar US\$ 4 nos Estados Unidos e US \$ 1,90 na Índia. [...] Uma vez que fazemos isso, vemos que existem 5,3 milhões de americanos que são absolutamente pobres pelos padrões globais. Este é um número pequeno em comparação com o da Índia, por exemplo, mas é maior do que em Serra Leoa (3,2 milhões) ou Nepal (2,5 milhões), aproximadamente o mesmo que no Senegal (5,3 milhões) e apenas um terço a menos do que em Angola (7,4 milhões). O Paquistão (12,7 milhões) tem duas vezes mais pessoas pobres que os Estados Unidos, e a Etiópia cerca de quatro vezes mais.<sup>11</sup> (DEATON, 2018) [88]

### **Pessoas Morando nas Ruas nos EUA**

A situação dos sem-teto nos Estados Unidos também é outro grave problema. Mais de meio milhão de pessoas dorme pelas ruas do país:

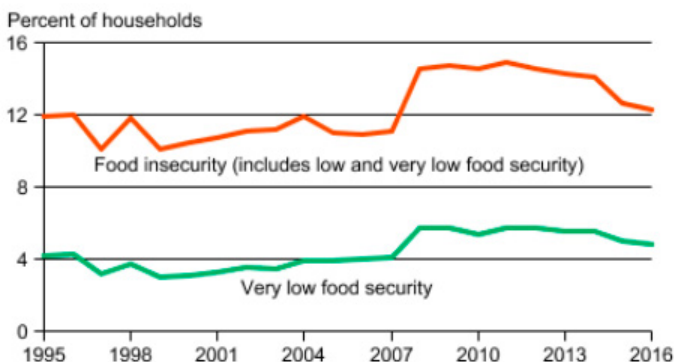
“Embora a população total de pessoas sem-teto tenha caído quase 14% desde 2010, ainda há cerca de 550.000 pessoas nos EUA que não têm uma morada fixa, de acordo com estimativas do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA.<sup>12</sup> (ELLIOTT, 2007)[89]

As dez cidades com maior número de sem-tetos são: Nova York (73.523), Los Angeles (43.854), Seattle (10.730), San Diego (8.669), District of Columbia (8.350), San Francisco (6.996), San Jose and Santa Clara (6.524), Boston (6.240), Las Vegas (6.208) e Philadelphia (6.112) (IDEM) [90]

### **Pessoas em Situação de Fome nos EUA**

Conforme o Departamento da Agricultura dos Estados Unidos, a insegurança alimentar, situação em que a pessoa passou fome em 2016 por “*falta de dinheiro ou de outros recursos para comida*”<sup>13</sup> alcançou a 15,6 milhões de famílias, o que corresponde a 13,3% do total de famílias no país.

Gráfico 6 – Taxa de Prevalência de Insegurança Alimentar e da Segurança Alimentar Muito Baixa em Domicílios Norte-Americanos, 1996-2016



Fonte: USDA [91]

## Uma Nação Sequestrada por Bilionários

Frente ao Programa Libertariano – defendido pelos irmãos Koch e outros bilionários, que despejam milhões de dólares em sua rede de fundações nos Estados Unidos, autorizadas pela Suprema Corte a realizar propaganda política “independente” –, o senador norte-americano Bernie Sanders destacou que

a agenda dos irmãos Koch é revogar todas as principais peças de legislação que foram firmadas em lei ao longo dos últimos 80 anos, que tem protegido a classe média, os idosos, as crianças, os doentes, e os mais vulneráveis neste país.

Está claro que os irmãos Koch e outros bilionários de direita estão dando as ordens e puxando as cordas do Partido Republicano.

E por causa da desastrosa decisão da Suprema Corte no caso “Citizens United”, eles agora têm o poder de gastar uma quantia ilimitada de dinheiro para comprar a Câmara dos Representantes, o Senado e o próximo Presidente dos Estados Unidos.

[...] Nossa grande nação não pode mais ser sequestrada por bilionários de direita como os irmãos Koch.

Para o bem dos nossos filhos e netos, para o bem da nossa economia, temos que deixar a democracia prevalecer.<sup>14</sup> (SANDERS, s.d.p.) [92]

A decisão da Suprema Corte norte-americana a que Sanders se refere permitiu que empresas e sindicatos passassem a gastar quantias ilimitadas de dinheiro para fazer *propaganda política independente*, favorável ou contrária, a qualquer candidato.

Assim, o Comitê de Ação Política, sediado em Washington, denominado Citizens United – que apresentara o questionamento à Justiça em 2008 sobre ser inconstitucional o Estado restringir gastos políticos “independentes” feitos por corporações ou sindicatos na manifestação de sua opinião – foi legalmente respaldado, pela decisão da Suprema Corte, para dar continuidade à sua campanha de propaganda pela TV, divulgando um vídeo contra Hilary Clinton disponível na Internet. [93] (BENTLEY, s.d.p.)

Desde então, com a extensão dessa jurisprudência a outros tipos de atores, inúmeras organizações sem fins lucrativos passaram a receber, em seu conjunto, milhões de dólares de grandes empresas ou de bilionários para atuar politicamente no combate ou na defesa de programas políticos ou de candidatos, como no caso da propagação do programa político libertariano.

Os efeitos devastadores dessa interpretação da liberdade de expressão pela Suprema Corte, fragilizaram profundamente o debate democrático no país. Na eleição de 2012, por exemplo, foram gastos por grupos “independentes” a cifra de 675 milhões de dólares, para propagar as teses endossadas pelos doadores e combater os candidatos que eram seus adversários. (SKEEN, 2012) [94].

O uso massivo da Internet, a propagação de *fake news* e a difusão ideológica de consensos que desprezam a investigação da verdade cresceram em igual medida ao volume de dinheiro doado para ações de campanhas “independentes” e afetaram profundamente as eleições de 2016.

Os efeitos da subordinação do debate político à quantidade gigantesca de dinheiro investido na produção de hegemonias políticas, para a propagação de interpretantes negativos ou positivos sobre pessoas e propostas, levou dez estados norte-americanos, até 2012, a adotarem medidas em oposição ao que se desdobrou como jurisprudência do caso Citizens United. (IDEM) [95]



## A Soberania Nacional Sequestrada por um Golpe de Estado para a Privatização do Patrimônio Público

O que vemos no Brasil, a partir do golpe de Estado de 2016, é a implementação prática de grande parte das medidas desse projeto liberal-libertariano: com a revogação ou esvaziamento de direitos sociais e trabalhistas; com a redução de todas as ações públicas de distribuição de renda; com as privatizações – denominadas como “desinvestimento” – e com a negação de liberdades públicas e direitos de cidadania em proveito da expansão da liberdade econômica do grande capital, nacional e estrangeiro, em sua exploração do trabalho, e na apropriação privada do patrimônio público – gasodutos, refinarias e petróleo, entre outros ativos, visando sempre a maximização de seus lucros.

Em nossa opinião, várias dessas ações podem ser qualificadas como crimes contra a economia popular. Por exemplo, a elevação artificial dos preços dos combustíveis produzidos pela Petrobras ao patamar praticado pelos concorrentes estrangeiros, para tornar viável, no país, a venda de combustível *importado* dos Estados Unidos – o qual, por fim, foi parcialmente *subsidiado* com recursos do orçamento federal, que antes estavam destinados à saúde e educação, como analisaremos na *Seção 1.20.7*. [96].

O imaginário de uma parcela da população brasileira foi sequestrado por uma ideologia propagada por lideranças, formadas e treinadas com recursos estrangeiros, para operar eficientemente em rede, avaliando dados e indicadores, manejando mídias e comunicações, para defender medidas econômicas e políticas que atendem, na prática, a interesses de corporações e empresários bilionários dos Estados Unidos.

Estes, por meio de suas fundações e outras entidades, transferem milhões de dólares para a realização de atividades formativas e de treinamento de líderes liberais-libertarianos em diferentes lugares do mundo.

Mas, igualmente, há empresas norte-americanas que colaboram para a concessão de prêmios e honrarias a juízes e personalidades públicas, que se mantém alinhadas ao seu programa

político e visão de mundo, quando interpretam as leis, proferem suas sentenças ou defendem publicamente suas convicções.

De fato, a ideologia libertariana, de origem estado-unidense e propagada pelo MBL e Students For Liberty no Brasil justifica o conjunto de medidas impostas pelo governo golpista, que em nada colaboram para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A entrega do pré-sal, a privatização de gasodutos e refinarias, enfim, o desmonte da Petrobras, convertendo-a basicamente em exportadora de óleo cru, em nada contribuem para a soberania energética do Brasil, mas, sim para o enriquecimento de *uma certa parcela do quintil mais rico* dos Estados Unidos e de outros países, que se beneficiam com essas medidas.

Mas não somente jovens estudantes brasileiros passaram por treinamento de organizações norte-americanas para melhor defender as privatizações e o livre mercado no país.

Também juizes, promotores e policiais federais brasileiros foram treinados por instrutores norte-americanos para compreender a extensão da *Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior* [Foreign Corrupt Practices Act – FCPA] invocada como instrumento legal para o combate à corrupção em qualquer país pelos Estados Unidos – como veremos na *Seção 1.5.7*; para o aprendizado de métodos e técnicas para a condução de investigações; e para a cooperação informal, fora dos canais oficiais, entre autoridades brasileiras e norte-americanas, às margens da formalidade legalmente estabelecida para esse tipo de cooperação pelo Decreto nº 3.810/2001, como veremos na *Seção 3.5*.

### *1.5.3. State Coordinator for Counterterrorism: Treinamento de Membros da Polícia Federal, do Poder Judiciário e do Ministério Público*

Em Outubro de 2009, conforme mensagem da Embaixada Norte-Americana em Brasília, reproduzida pelo Wikileaks, ocorreu no Rio de Janeiro uma “*conferência regional financiada*

pela Coordenadoria para Contraterrorismo (S/CT)”<sup>15</sup> [97], que é um órgão do governo norte-americano.

O evento se chamou *Projeto Pontes: construindo pontes para a aplicação da lei no Brasil* [Building Bridges to Brazilian Law Enforcement], tratando-se de um seminário de cooperação com autoridades dos Estados Unidos e membros do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Poder Judiciário [98]. Dele participou o juiz Sérgio Moro, discorrendo sobre lavagem de dinheiro.

O seminário tratou, basicamente, da

cooperação formal e informal entre países, confisco de bens, métodos para obter provas, [...] negociação de delações [...] e sugestões de como lidar com Organizações Não Governamentais (ONGs) suspeitas de serem usadas para financiamento ilícito.<sup>16</sup> [99]

A expressão *treinamento* é usada na própria mensagem enviada à Secretaria de Estado em Washington. O documento afirma que

a conferência de uma semana foi elogiada em avaliações escritas pelos participantes, com muitos deles pedindo mais treinamento [...]. Além disso, os participantes em unanimidade elogiaram o fato de que o treinamento foi multijurisdicional, prático e incluiu demonstrações reais (por exemplo, como preparar uma testemunha para depor e o exame direto de testemunhos). [...]

Juízes federais e procuradores de cada um dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal participaram, bem como mais de 50 agentes da polícia federal (de todo o Brasil). A participação no nível estadual também foi solicitada, e 30 promotores, juízes e agentes da lei participaram. Além da grande delegação brasileira, o Posto esforçou-se para atender ao enfoque regional da Coordenadoria para Contraterrorismo (S/CT), convidando representantes do México, Costa Rica, Panamá, Argentina, Uruguai e Paraguai.<sup>17</sup> (AMEMBASSY BRASILIA, 2009) [100]

As pontes construídas a partir do seminário uniam autoridades brasileiras e estrangeiras, particularmente norte-americanas, no intercâmbio de informações para o combate à corrupção.

Como se pode ver, pelos processos abertos nos Estados Unidos, essa cooperação teve como alvos particulares algumas grandes empresas brasileiras, que avançavam sobre mercados norte-americanos – Embraer, Petrobras, etc – e que entraram na mira do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), como analisaremos na *Seção 1.5.7*.

A constituição dessas pontes se inscrevia numa ação norte-americana mais ampla, voltada a construir uma rede global de cooperação de autoridades locais com o DOJ:

O Departamento de Justiça (DOJ) e a Comissão de Valores Mobiliários (SEC) têm trabalhado de forma bastante diligente para aumentar o profissionalismo em relação à aplicação [da lei] anticorrupção em jurisdições fora dos EUA. [...] Nos últimos anos, o DOJ e a SEC trabalharam para criar uma rede de cooperação internacional na guerra global contra o suborno e a corrupção. Além de formarem contatos, eles organizaram três conferências dedicadas à formação de promotores estrangeiros em investigações, melhores práticas em torno do programa de conformidade anticorrupção e cooperação entre países no compartilhamento de documentos e outras evidências.<sup>18</sup> (FOX, 2016) [101].

Nessa Conferência, realizada no Brasil, levantou-se a necessidade da continuidade do treinamento e a formação de forças-tarefa em São Paulo, Campo Grande ou Curitiba, usando-se investigações reais em curso como base para a sua execução:

TREINAMENTO FUTURO: [...] existe uma necessidade contínua de fornecer treinamento prático a juízes federais e estaduais brasileiros, promotores e agentes da lei com relação ao financiamento ilícito de condutas criminosas.[...] Idealmente, o treinamento deve ser de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa de treinamento. Dois grandes centros urbanos com comprovado suporte judicial para casos de financiamento ilícito, em particular São Paulo, Campo Grande ou Curitiba, devem ser selecionados como local para

esse tipo de treinamento. Em seguida, forças-tarefa podem ser formadas e uma investigação real usada como base para o treinamento, que evoluiria sequencialmente da investigação até a apresentação e a conclusão do caso no tribunal.<sup>19</sup> (AMEMBASSY BRASILIA, 2009) [102].

Não obstante o evento ter contado com aproximadamente 150 participantes, entre juízes, policiais federais e promotores, um documento oficial brasileiro – expedido, no âmbito do Ministério da Justiça, pelo órgão responsável pela Cooperação Jurídica Internacional em 19/10/2016 e disponibilizado no site da Controladoria Geral da União –, afirma que o

“Projeto Pontes: Building Bridges to Brazilian Law Enforcemet” não foi tratado neste Departamento de Recuperação de ativos e Cooperação Jurídica Internacional. [103]

De fato, pelo que consta na mensagem, o embaixador, ao qualificar o evento, informa que os custos para o treinamento foram cobertos pelo órgão norte-americano:

Conferência sobre Financiamento Ilícito de 4 a 9 de outubro (ref-tel), realizada na capital regional do Rio de Janeiro e financiada pela Coordenadoria para Contraterrorismo (S/CT). Esta é a primeira conferência regional conduzida sob o guarda-chuva Projeto PONTES, um novo conceito de treinamento introduzido em fevereiro de 2009 para consolidar o treinamento bilateral de agentes da lei.<sup>20</sup> (AMEMBASSY BRASILIA, 2009) [104].

O site do Governo Americano informava, em 2009, que:

A missão primária do Escritório da Coordenadoria para Contraterrorismo (S/CT) é forjar parcerias com atores não estatais, organizações multilaterais e governos estrangeiros para promover os objetivos de contraterrorismo e a segurança nacional dos Estados Unidos.<sup>21</sup> (U.S. DEPARTMENT OF STATE, s.d.p.) [105].

Mas, pelo que consta no documento expedido em 2016, essa parceria para o treinamento não passou pelo Departamento de

Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça no Brasil.

Também não sabemos se as propostas de continuidade do treinamento – com a formação de forças-tarefa e uso de investigação real como base para a sua realização, que evoluiria da investigação à apresentação e conclusão do caso em tribunal – foram ou não realizadas e qual seria o órgão brasileiro encarregado de supervisioná-las.

Mas, seguramente, caberia uma ampla investigação sobre isso. Pois, se esse tipo de treinamento realmente ocorreu, houve uma ingerência direta de autoridades do governo norte-americano em processos judiciais no país.

Se tais propostas foram efetivamente levadas a cabo, investigações reais em São Paulo, Campo Grande ou Curitiba, foram submetidas à aplicação de métodos e técnicas oriundos do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sob orientação de instrutores norte-americanos.

Se isso aconteceu, tais instrutores tiveram acesso privilegiado aos conteúdos de investigações, foram antecipadamente informados sobre as ações executadas, sobre as linhas de investigação adotadas e orientaram interrogatórios para a obtenção de provas e a preparação de testemunhas para depor. Tudo isso à revelia dos dispositivos legais que regem os processos judiciais no Brasil.

E, se o objetivo final desses treinamentos foi alcançado, membros das forças-tarefa de combate à corrupção em São Paulo, Campo Grande ou Curitiba, foram, formal ou informalmente, integrados à rede de cooperação internacional do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

#### *1.5.4. Empresas Petrolíferas Norte-Americanas: Articulação com José Serra/PSDB para Reverter a Lei do Pré-Sal*

Dois meses depois desse treinamento, mensagem enviada do Consulado norte-americano do Rio Janeiro à Secretaria de

Estado, em 02/12/2009, informa sobre conversas entre o senador José Serra (PSDB) e lobistas do petróleo, visando reverter o regime de exploração do pré-sal [\[106\]](#).

Patricia Pradal, mencionada na mensagem, era diretora de Desenvolvimento de Negócios da petroleira norte-americana Chevron e também diretora do Instituto Brasileiro para o Petróleo (IBP). Assim afirma o documento:

Segundo Pradal, do Instituto Brasileiro de Petróleo, o provável candidato presidencial do PSDB em 2010 José Serra se opôs à estrutura [do marco regulatório], mas parecia não ter um senso de urgência sobre o assunto. Ela o citou dizendo aos representantes da indústria: “Deixe que esses caras (do Partido dos Trabalhadores) façam o que quiserem. Não haverá rodadas de licitação, e então mostraremos a todos que o modelo antigo funcionou... E vamos mudá-lo de volta.”<sup>22</sup> (AMCONSUL RIO DE JANEIRO, 2009 – colchete nosso) [\[107\]](#)

As petroleiras esperavam, contudo, não apenas uma emenda ao projeto, mas a derrota da nova lei como um todo e a reedição do modelo anterior de concessão.

Estabelecido em 1997, tal regime

garantia às empresas vencedoras o direito de propriedade do petróleo e do gás natural extraídos após o pagamento das taxações, como os tributos incidentes sobre a renda (imposto de renda, contribuições etc.), participações governamentais e a taxa de ocupação da área. Ou seja, após o pagamento dos tributos devidos, a empresa privada possuía direito sob todo o óleo produzido. (LEÃO, 2017) [\[108\]](#)

Entretanto, o que as petroleiras estrangeiras queriam não aconteceu, pois o projeto defendido pelo Governo Lula foi aprovado no Congresso.

José Serra, por sua vez, negou ter feito as afirmações que apareceram no referido documento.

### 1.5.5. Governo dos Estados Unidos: Ação Contrária à Ampliação da Fronteira Marítima Brasileira

Em 22/12/2010 o presidente Lula sancionou a Lei 12.351, conhecida como Lei do Pré-Sal [109], que, no trato dessas jazidas, estabeleceu a Petrobras como única

“responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção” [110].

O regime de partilha, criado pela lei, estabelecia que a Petrobras, única operadora no pré-sal, subcontrataria as empresas vencedoras de leilão, sendo vitoriosa a que oferecesse a maior parcela de petróleo extraído à União, além de pagar um bônus inicial e 15% de royalties.

A lei estabeleceu também que 75% dos royalties do petróleo extraído e 50% do chamado *Fundo Social* do Pré-Sal fossem destinados à *educação e outra parcela à saúde*.

Assim, parte importante dessas reservas estava destinada, pela via da política educativa e social, a fortalecer o desenvolvimento econômico e social do país e a pesquisa científica e tecnológica.

Expandindo sua atuação no Brasil, a estatal chinesa Sinopec forma então uma *joint venture* com a companhia hispano-brasileira Repsol e investe mais de US\$ 7 bilhões na Repsol Brasil. [111]

Nesse mesmo ano, o Brasil ampliou a fronteira marítima para 350 milhas náuticas [112], visando proteger as reservas do pré-sal. Os Estados Unidos, entretanto, que haviam reativado a 4ª Frota Naval para patrulhar mares latino-americanos, incluindo vigiar a área marítima do pré-sal, permanecem contrários a essa medida [113].

Em 2004 o Brasil solicitara à ONU essa ampliação, que foi rejeitada por questionamentos dos EUA. A ONU pediu que o



projeto fosse reformulado e posteriormente o aprovou, excluindo, entretanto, uma área de 190 mil km<sup>2</sup>.

### *1.5.6. National Security Agency: Espionagem da Presidente Dilma e da Petrobras*

Em junho de 2013, Edward Snowden revela informações confidenciais de que a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos – NSA havia grampeado o e-mail e o telefone da presidente Dilma [114]. Em agosto, o Brasil questiona os Estados Unidos a esse respeito.

Em 8 de setembro aparecem documentos reproduzidos por Snowden, mostrando que a espionagem norte-americana tinha por alvos prioritários não apenas a presidente Dilma mas, igualmente, a Petrobras [115]. Havia, inclusive, um software de espionagem de conversas privadas, *Blackpearl*, que rastreava mensagens que contivessem a palavra Petrobras. [116]

Ainda nesse mês, Dilma critica a espionagem americana no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU [117]. Em outubro ela cancela viagem oficial aos Estados Unidos. E, nesse mesmo mês, ocorre o leilão do primeiro bloco do pré-sal [118], sem a participação de petroleiras norte-americanas, pois, se vencessem, ficariam subordinadas à Petrobras – que faria todos os controles de investimentos, custos e dos volumes produzidos – e teriam de entregar ao Brasil uma parte do óleo extraído, respeitando o contrato de partilha.

### *1.5.7. Federal Bureau of Investigation: Aplicação, no Brasil, da “Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior”*

Para entendermos a ação do FBI no Brasil – que tinha por alvos a Embraer, a Petrobras, a Braskem, a Odebrecht e, possivelmente, outras grandes empresas nacionais –, necessitamos com-

prender, primeiro, a justificativa norte-americana de atribuir a esse órgão o papel de investigar a corrupção de autoridades no mundo todo.

Em 1977, na sequência de escândalos sobre pagamentos de propinas nos Estados Unidos e no exterior, atingindo cerca de 400 empresas, editou-se a *Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior* [*Foreign Corrupt Practices Act – FCPA*] [119] [120] [121], como instrumento para combater subornos e fraudes contábeis, cabendo ao Departamento de Justiça (DOJ) e à Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio [*Securities and Exchange Commission – SEC*] interpretá-la e aplicá-la.

O FBI, subordinado ao Departamento de Justiça, tem uma unidade especial para investigação de violações dessa lei. Em seu website, podemos ler como

a Unidade de Corrupção Internacional do FBI e um esquadrão especial no Escritório da Agência em Washington, estão combatendo práticas corruptas no exterior<sup>23</sup> [122].

O Diretor Assistente do FBI, William F. Sweeney, do escritório de Nova York, esclarece que quando alguma autoridade estrangeira recebe propina, isso ameaça a própria “segurança nacional” dos Estados Unidos:

Não importa qual seja o motivo, quando funcionários estrangeiros recebem propinas, eles ameaçam nossa segurança nacional e o sistema internacional de livre mercado no qual nós negociamos [...]. Só porque eles estão fora de nossa vista, não significa que eles estão além de nosso alcance. O FBI usará todos os recursos disponíveis para pôr fim a esse tipo de comportamento corrupto.<sup>24</sup> (DEPARTMENT OF JUSTICE – U.S., 2016) [123]

Com base nessa nova interpretação da segurança nacional norte-americana e da aplicação da lei de combate à corrupção no exterior, o governo dos Estados Unidos se considera autorizado a investigar casos de corrupção em qualquer país, que envolvam dólares, empresas norte-americanas ou empresas estrangeiras

com ações negociadas em bolsa ou afetem a atores norte-americanos.

Destaca Marcos de Vasconcellos, chefe de redação da revista Consultor Jurídico, que o “*FBI ampliou presença no Brasil em 2014*”:

o órgão do governo americano reforçou o time que investiga possíveis casos de corrupção em solo brasileiro em 2014, antes de a operação “lava jato” se tornar conhecida do grande público. [124]

A agência Reuters, igualmente, noticiou a atenção dada pelo FBI ao Brasil e a importância da atuação desse órgão no caso da Petrobras:

Investigadores dizem que as violações detectadas pela contra lavagem de dinheiro [*anti-money laundering*](AML) frequentemente apontam para esquemas ilegais de suborno e fraude. O caso do Brasil mostra como um caso local de AML levou a uma hierarquia de corrupção no país tão grande que eles poderiam não ter conseguido avançar sem o envolvimento de agências de fiscalização global.<sup>25</sup> (SATRAN, 2016) [125]

Nada, entretanto, poderia ser concluído nos Estados Unidos com base em informações não-confirmadas, levantadas no exterior pelo FBI sobre possíveis violações tipificadas na *Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior* (FCPA), sem a colaboração das autoridades locais.

Assim, autoridades dos Estados Unidos compartilham informações sigilosas com as autoridades do país – de modo formal ou informal.

E uma vez abertos os processos de investigação no país que recebeu as informações vindas de órgãos norte-americanos, as empresas-alvo são acionadas igualmente nos Estados Unidos, com base na documentação legal das ações em curso no país em que a denúncia é investigada.

Essas empresas, então, têm de pagar multas gigantescas para evitar processos em cortes norte-americanas, como nos ca-

os da Embraer que pagou US\$ 205 milhões, Braskem que pagou US\$ 957 milhões e da Petrobras que aceitou pagar US\$ 3 bilhões [126]. A Odebrecht, por sua vez, negociava um pagamento em torno a US\$ 2,5 bilhões [127].

Porém, o rigor dessas mesmas instituições no combate à corrupção no interior dos Estados Unidos é bem diferente. Como destaca a firma de advocacia *Paul, Weiss, Rifkind, Wharton & Garrison LLP* composta por mais de 900 advogados,

o primeiro trimestre de 2018 viu uma enxurrada de declinações de processos de FCPA pelo DOJ e pela SEC, e apenas uma resolução corporativa de execução da FCPA pelo DOJ e duas resoluções pela SEC. Essa atividade — ou a falta dela — parece consistente com as declarações dos funcionários sênior do DOJ que, na ausência de má conduta corporativa “grave ou difundida o suficiente” para justificar uma resolução criminal em nível de entidade, o DOJ procura “evitar impor sanções que desproporcionalmente punam funcionários inocentes, acionistas, clientes e outras partes interessadas.” [...]

Com base em registros publicamente disponíveis, as acusações da FCPA foram imputadas a apenas um indivíduo no primeiro trimestre [...]

O nível de atividade de fiscalização dos EUA no último trimestre contrastou fortemente com os esforços anticorrupção intensificados no exterior, já que as jurisdições estrangeiras continuaram a implementar e aplicar as leis anticorrupção.<sup>26</sup> (PAUL, WEISS, 2018) [128]

Comparados aos US\$ 6,62 bilhões a serem pagos pelas 4 empresas brasileiras mencionadas anteriormente, apenas uma empresa foi autuada nos Estados Unidos no primeiro trimestre deste ano de 2018, tendo de pagar tão somente US\$ 3,45 milhões, que corresponde a 0,05% do valor a ser pago pelas empresas brasileiras:

No primeiro trimestre de 2018, o DOJ e a SEC resolveram um total de três ações de fiscalização da FCPA, resultando em modestos US\$ 3,45 milhões em multas combinadas, penalidades, repactuação e juros pré-julgamento, dos quais US\$ 2 milhões foram taxados pelo DOJ e US\$ 1,45 milhão pela SEC.<sup>27</sup> (PAUL, WEISS, 2018) [129]

Seria necessário averiguar a série histórica de autuações e os valores pagos para melhor dimensionar a diferença de atividade – ou de falta dela, como afirmam os advogados – no combate à corrupção nos Estados Unidos por essas autoridades em relação aos demais países.

No caso da Embraer, temos o relato de Andrew Ceresney, Diretor da *Division of Enforcement*, sobre o trabalho feito em conjunto pelo DOJ e autoridades brasileiras e o pagamento feito pela empresa para encerrar o caso:

No mês passado, trabalhamos em estreita colaboração com o DOJ e autoridades brasileiras para processar a fabricante brasileira de aeronaves Embraer. Nosso acordo global exigiu que a empresa pagasse mais de US\$ 205 milhões para resolver as alegações de que violou a FCPA pagando propinas para conquistar negócios na República Dominicana, Arábia Saudita e Moçambique. [130] O acordo exige que a Embraer pague ao DOJ uma multa de US\$ 107 milhões como parte de um DPA, e que pague mais de US\$ 98 milhões em repasse à SEC. US\$ 18,5 milhões desse montante de reembolso foram pagos às autoridades brasileiras no processo civil e criminal paralelo no Brasil, sendo que creditamos esses pagamentos contra o desembolso devido à Comissão.<sup>28</sup> (CERESNEY, 2016) [131]

#### 1.5.8. Central Intelligence Agency: Informação, Análise Estratégica e Ação

Os Estados Unidos possuem várias agências no setor de inteligência. No período da Segunda Guerra Mundial, existiu a Agência de Serviços Estratégicos (*Office of Strategic Services* – OSS) que produzia relatórios analíticos para tomadas de decisão política e militar, realizava atividades de desinformação, contra-propaganda, operações especiais – como sabotagens –, apoiava guerrilhas e forças de resistência.

Por sua vez, criada em 1947, sucedendo a OSS e subordinada ao Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council*

– NSC), a Agência Central de Inteligência (CIA) tinha por missão recolher informações sobre governos estrangeiros, empresas e indivíduos, correlacionar e avaliar atividades de inteligência do conjunto das agências do governo, prover informações de segurança nacional ao Senado e realizar atividades especiais demandadas pela Presidência do país. Em 2004, suas atribuições foram modificadas pela Lei de Prevenção ao Terrorismo e de Reforma do Serviço de Inteligência (*Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act*) [132].

Ao longo de sua história, a CIA, atuando de maneira *secreta*, esteve envolvida na realização de golpes de estado em vários países, para a deposição de governos não alinhados aos interesses norte-americanos.

Mas, como veremos neste tópico, parte do antigo trabalho de desinformação e contrapropaganda, treinamento de lideranças e de suporte a grupos de oposição passou a ser *abertamente* assumido por organizações civis a partir da década de 1980, subvencionadas legalmente por entes governamentais e não-governamentais norte-americanos, visando ideologicamente promover a “democracia”, a “participação política” e a “liberdade” – o que, na prática, significa combater, derrotar ou depor governos indesejados pelos Estados Unidos, sejam tais governos democráticos ou não.

Como veremos no Capítulo 5, em todos os golpes de estado ocorridos nesse século na América Latina houve a participação de atores que foram treinados e apoiados por entes norte-americanos.

## **Informação**

Nos arquivos públicos da CIA, encontramos uma breve passagem que caracteriza a percepção da Agência sobre a eleição de Lula, no quadro das análises sobre “*ameaças transnacionais*”:

### AMEAÇAS TRANSNACIONAIS

Sr. Presidente, gostaria de abordar agora uma série de importantes questões transnacionais que têm uma incidência imediata sobre a

segurança nacional e o bem-estar material dos EUA. Elas são complexas, evoluem e têm consequências de longo alcance.

A globalização – conquanto seja uma positiva vantagem para a economia global – é uma força profundamente disruptiva para os governos administrarem. A China e a Índia, por exemplo, abraçaram-na substancialmente e reutilizaram os setores afetados visando aproveitá-la para fins nacionais, embora em outros países seja uma realidade não procurada que simplesmente se impõe à sociedade. Por exemplo, muitos dos países árabes, politicamente e economicamente rígidos, estão sentindo muitos dos estresses da globalização – especialmente na frente cultural – sem colher os seus benefícios econômicos.

- A ascensão do populismo da América Latina exemplifica a crescente reação contra a globalização em países que estão ficando para trás. No ano passado, o Presidente do Brasil, “Lula” da Silva, fez campanha e venceu com uma plataforma populista, expressamente anti-globalização.<sup>29</sup> (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2003) [\[133\]](#)

Esses mesmos interpretantes de *atraso e populismo* aparecem, igualmente, em mensagens enviadas posteriormente do Brasil à Agência, em referência a outros governos latino-americanos.

### **Pré-sal**

Considerando as mensagens publicadas no Wikileaks endereçadas à *Central Intelligence Agency*, vemos que a CIA recebeu elementos para analisar os diferentes aspectos envolvidos no trato do pré-sal – antes mesmo da publicação do marco regulatório –, podendo, assim, orientar o governo norte-americano sobre posturas a adotar a seu respeito.

Conforme representantes das empresas, havia resistências em aceitar alterações do marco regulatório da exploração do petróleo no país, particularmente sobre a definição da Petrobras como operadora única no pré-sal e a exigência de conteúdo nacional na exploração dessas jazidas. Mas, mesmo assim, a decisão delas era manter presença ativa no Brasil, não importando sob qual regulação.

Em reação à probabilidade de o novo enquadramento exigir que a Petrobras seja a única operadora de todos os blocos não licenciados, executivos da Petrobras e do Instituto Brasileiro do Petróleo argumentaram que a empresa não possui recursos suficientes para desempenhar efetivamente essa função, o que poderia levar a oportunidades de subcontratação para outras empresas petrolíferas. Embora as companhias petrolíferas tenham elogiado o modelo de concessão sob o regime existente e se oposto à provável mudança para os contratos de partilha de produção (CPP), alguns analistas argumentaram que as provisões do CPP poderiam, potencialmente, levar a acordos fiscalmente vantajosos para os investidores. Representantes locais da Chevron e da Exxon Mobile estão se preparando para um ambiente operacional muito mais desafiador, mas ambas as empresas manterão uma presença ativa no Brasil, independentemente das mudanças trazidas pelo novo pacote de reformas.<sup>30</sup> (AMCONSUL RIO DE JANEIRO, 2009b) [\[134\]](#)

Em particular o tema da Petrobras como única operadora apontava para a necessidade de subcontratações. Mas as empresas estariam dispostas a aceitar tal condição e já tinham histórico de trabalho em parceria com a Petrobras.

A diretora de Relações Externas da Exxon Mobile, Carla Lacerda, disse [...] que o modelo proposto constituiu uma reversão para o antigo sistema de monopólio do Brasil. Como única operadora, explicou, a Petrobras teria mais controle sobre compras de equipamentos, pessoal e seleção de tecnologia, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente o fornecimento de equipamentos e serviços dos EUA para o Brasil. A diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações Governamentais da Chevron, Patricia Pradal, disse [...] que tinha dúvidas sobre a legalidade de tal cláusula. “O governo brasileiro terá que combater [por isso] nos tribunais ou mudar a composição acionária da Petrobras para dar ao governo uma participação maior”, explicou ela. Apesar dessa possibilidade, Pradal não acreditava que o status de parceiro não operacional fosse necessariamente ruim para a Chevron. Ela afirmou: “Estamos tentando manter um perfil mais baixo hoje em dia”, acrescentando: “Nós já fazemos parceria com a Petrobras em cinco projetos aqui”.<sup>31</sup> (AMCONSUL RIO DE JANEIRO, 2009b) [\[135\]](#) [colchete nosso]



Assim, o problema para elas era que a Petrobras teria maiores poderes na definição das compras de equipamentos, definição de pessoal e seleção de tecnologia. E isso reduziria a importação de equipamentos e serviços dos EUA para o Brasil.

Quanto à mudança do modelo de *concessão* para o de *partilha da produção* argumentou-se, como vimos, que isso poderia, talvez, até mesmo beneficiar, do ponto de vista fiscal, os próprios investidores.

Embora a indústria se oponha à provável mudança da concessão para os contratos de partilha de produção (CPPs) sob o novo regime, as provisões do CPP poderiam potencialmente trazer condições fiscais vantajosas para os investidores. Teixeira, do IBP, e Pradal, da Chevron, elogiaram o modelo de concessão sob o regime existente, chamando-o de “forte e estável”. Pradal disse que a mudança de tal modelo para um CPP foi um movimento político, explicando “Tudo o que o governo brasileiro está tentando obter de um CPP, eles poderiam ter feito através de concessões”.<sup>32</sup> (AMCONSUL RIO DE JANEIRO, 2009b) [136]

Mas, ao que parece, a mudança foi feita essencialmente porque o governo desejava assegurar o seu controle sobre a parcela do petróleo que cabia ao país e não simplesmente receber um valor monetário da companhia estrangeira em troca dessa parcela.

Contudo, a informação mais importante dessa mensagem enviada para a CIA – em que alguns nomes são grafados de forma incorreta – refere-se à *dificuldade que as empresas norte-americanas estavam encontrando para substituir suas reservas de petróleo*. Justamente por isso, faziam questão de participar na exploração do pré-sal, mesmo que sob algum regime que lhes fosse um tanto adverso.

EMPRESAS DE PETRÓLEO AMERICANAS: ‘NÓS FICAREMOS’  
Embora os representantes da Chevron e Exxon Mobile, baseados no Rio de Janeiro, estejam se preparando para um ambiente operacional muito mais desafiador, ambas as empresas manterão uma presença ativa no Brasil, independentemente das mudanças trazidas pelo novo pacote de reformas. Segundo Lacerda, da Exxon Mobile,

o mercado brasileiro continua atraente, especialmente considerando o declínio do acesso a reservas em todo o mundo. Padral, da Chevron, admitiu que sua empresa estará “lutando” nos próximos anos, mas disse que os investimentos existentes e as metas de longo prazo de sua empresa manterão a Chevron comprometida aqui. “As regras sempre podem melhorar mais tarde”, disse ela. Lacerda e Padral afirmaram que suas empresas estavam acostumadas a contratos de partilha de produção em todo o mundo e que entrariam neles aqui, em termos competitivos e transparentes.<sup>33</sup> [137] [AMCONSUL RIO DE JANEIRO, 2009b]

Em outra seção voltaremos a esse tema da dificuldade de empresas norte-americanas em substituir suas reservas de petróleo, o que tornou tão urgente e estratégica para os Estados Unidos a apropriação do petróleo brasileiro – particularmente considerando a atual dependência norte-americana do petróleo venezuelano.

### **Ação Aberta**

Dada a participação de diferentes órgãos norte-americanos em atividades que, posteriormente, concorreram para o golpe de estado em 2016, é muito provável que tenha havido, igualmente, alguma ação de campo realizada pela CIA nesse mesmo período em território brasileiro, além de analisar as informações que recebia do país – parte das quais foi reproduzida para consulta pública pelo Wikileaks.

Contudo, é importante salientar a mudança de atuação da Agência em relação aos golpes de estado que ocorreram antes dos anos 80 do século passado.

O jornalista David Ignatius, em matéria publicada em 1991 no *The Washington Post*, fala do início de uma “era da ação aberta” na deposição de governos.

Referindo-se à queda do bloco soviético ele afirma:

A grande revolução democrática que varreu o mundo ao longo dos últimos anos tem sido um triunfo de ação aberta. Os Old Boys da CIA passaram uma geração fantasiando sobre este tipo de golpe

[*putsch*] anticomunista global. Mas, quando ele finalmente aconteceu, foi a céu aberto. Não havia exércitos paramilitares secretos e quase não houve derramamento de sangue. Os principais agentes da conspiração realizada eram telefones, televisores e aparelho de fax.<sup>34</sup> (IGNATIUS, 1991) [138]

O argumento contrapõe as ações dos *agentes secretos* da CIA às ações dos *agentes abertos*, que embora não sejam quadros da Agência, recebem recursos, treinamento e apoio para fazer *abertamente* o que os agentes dela faziam em *segredo*.

Preparando o terreno para o triunfo do mês passado [agosto de 1991] de ação aberta [em Moscou] estava uma rede de agentes abertos que durante os últimos 10 anos mudaram silenciosamente as regras da política internacional. Eles têm feito em público o que a CIA costumava fazer em privado – fornecendo dinheiro e apoio moral para grupos pró-democracia, treinando lutadores da resistência, trabalhando para subverter o regime comunista. E, em contraste com muitos dos Cold Warriors da CIA, que costumavam se enredar em suas teias de segredo, esses agentes abertos têm sido imensamente bem-sucedidos.<sup>35</sup> (IGNATIUS, 1991) [Colchetes nossos] [139]

Assim, o que a CIA fazia de forma *secreta*, essa rede de militantes treinados e financiados com recursos norte-americanos realiza de forma *aberta*. Mas os objetivos são os mesmos: combater e derrotar ou derrubar governos indesejados em proveito de interesses norte-americanos, ideologicamente recobertos com o discurso de promover a *liberdade* e o *livre mercado* em toda a parte.

Ações secretas, quando descobertas, deixam problemas para a CIA. Mas, como esses militantes pró-Estados Unidos agem abertamente, tais ações não correm qualquer risco dessa natureza.

Há uma lição óbvia aqui para [...] quem acaba dirigindo a CIA. O antigo conceito de ação secreta, que colocou a agência em tais problemas durante os últimos 40 anos, pode estar obsoleto. Hoje em dia, atividades sensatas para apoiar os amigos dos Estados Unidos no exterior (ou minar seus inimigos) são, provavelmente, realizadas,

em melhor modo, de maneira aberta. Isso inclui operações paramilitares, como o apoio aos combatentes da liberdade, que podem ser administradas abertamente pelo Pentágono. E inclui, igualmente, operações de apoio político para ativistas pró-democracia, o que, em melhor modo, pode ser deixado para a nova rede de operadores abertos.<sup>36</sup> (IGNATIUS, 1991) [140]

Como veremos no Capítulo 5, em golpes recentes na América Latina e no Oriente Médio houve claramente o apoio de organizações norte-americanas aos *agentes abertos* dos protestos de rua contra os governos estabelecidos. Mas, em alguns contextos, como no Haiti e Síria, por exemplo, houve o apoio a *operações paramilitares*, seja respectivamente com o sequestro do presidente e seu envio ao exterior, seja realizando bombardeios contra as tropas do governo vigente, usando drones, aviões e navios de guerra. [141] [142]

Mas, é muito importante destacar que a maioria dos participantes civis dos protestos, por ser alvo das ações de propaganda e desinformação, acredita estar fazendo um bem ao seu país quando apoia a derrubada de governos democraticamente eleitos.

Para chegar a esse ponto, a transição da *ação secreta* para a *ação aberta* também requer importantes alterações na estratégia de propagação de conteúdo, como veremos no *Capítulo 4*.

Nos anos 1950, a CIA deu origem à *Operação Mockingbird*, visando influenciar os meios noticiosos para propósitos de propaganda, subsidiando estudantes, organizações culturais e revistas – teia conhecida na Agência como o “*poderoso Wurlitzer*”, como um poderoso órgão, cujas teclas (os diferentes veículos) eram ativadas em conjunto, em diferentes arranjos, propagando a composição que se desejava difundir.

Isso [transitar para um novo modo de atuação] é especialmente verdadeiro no reino do que costumava ser chamado de “propaganda” e agora pode simplesmente ser chamado de informação. A CIA trabalhou arduamente nos velhos tempos para atrair jornais e revistas estrangeiros para a sua teia, a fim de combater a desinformação soviética. Frank Wisner, chefe das operações secretas da CIA em mea-

dos da década de 1950, observou certa vez que ele poderia se valer de seus ativos de mídia como um “poderoso Wurlitzer”.

Hoje o poderoso Wurlitzer realmente existe. Chama-se CNN. Mas não precisa ser tocado por ninguém além dos jornalistas independentes que trabalham lá. A cobertura objetiva, onipresente e em tempo real da CNN sobre as notícias ajuda aos interesses dos Estados Unidos mais do que todos os “ativos de mídia” antigos do Terceiro Mundo podem ter imaginado.<sup>37</sup> (IGNATIUS, 1991) [143] [colchete nosso]

Os canais de notícias cumprem um importante papel ideológico, ao gerar uma interpretação dos acontecimentos noticiados, de modo a difundir uma certa compreensão sobre eles e não outras. Não é necessário à emissora determinar o que o jornalista deve dizer. Basta simplesmente selecionar criteriosamente o jornalista que, com base em sua própria visão de mundo, dirá aquilo que a emissora deseja veicular ao interpretar os acontecimentos. E poderá, o jornalista, assegurar a todos que desfruta da mais plena liberdade de expressão em sua atividade na emissora.

E para levar os profissionais da mídia a publicarem o que a Agência deseja, basta fazer chegar a eles, com exclusividade, documentos que tramitam em segredo de justiça, com informações e denúncias em apuração. E, assim, cumprindo sua missão de informar a sociedade, o agente noticioso se converte em mais uma das teclas do poderoso Wurlitzer.

Contudo, não basta publicar a informação vazada. É necessário hegemônizar a sua interpretação. Para tanto, escolhe-se um canal de alta penetração, cujos padrões de interpretação estejam alinhados com a abordagem que se deseja difundir sobre o vazamento a ser realizado.

Por outro lado, a circulação de notícias, nesse novo modelo de propagação de interpretantes, ocorre, essencialmente, em redes descentralizadas, cujos nodos se retroalimentam de maneira constante.

Allen Weinstein – cofundador do *National Endowment for Democracy* [Doação Nacional para a Democracia], entidade norte-americana que financia treinamentos e apoios a grupos políticos em diferentes países – afirma que “o fenômeno

da atuação em rede [networking] é uma das coisas em que nos especializamos”.<sup>38</sup> (apud IGNATIUS, 1991) [144]

Tratam-se de redes de pessoas e organizações, integradas por mecanismos de informação, mas igualmente de fluxos materiais para a realização de suas atividades. Membros dessas redes, nos anos 80, eram “*insurgentes que mais tarde liderariam movimentos de protesto em toda a Europa Oriental em 1989*”.<sup>39</sup> [145]

Conforme Weinstein, “*muito do que fazemos hoje [em 1991] foi feito secretamente há 25 anos pela CIA*” (IDEM). E como destaca Ignatius (1991).

a maior diferença é que quando essas atividades são feitas abertamente, o strass [flap] potencial é próximo de zero. A abertura é sua própria proteção.<sup>40</sup> [146]

Com base nessa mudança de estratégia da CIA, ainda nos anos 80, o Congresso norte-americano autorizou o gasto de milhões de dólares para subvencionar organizações e atividades de interesse dos Estados Unidos no exterior.

Uma dessas organizações enviou aos membros de sua rede no leste europeu, por exemplo, recursos materiais em apoio ao Sindicato Solidariedade.

O dinheiro subvencionou as remessas de dezenas de prensas de impressão, dezenas de computadores, centenas de mimeógrafos, milhares de galões de tinta para impressão, centenas de milhares de stencils, câmeras de vídeo e equipamentos de transmissão de rádio.<sup>41</sup> (Adrian Karatnycky apud IGNATIUS, 1991) [147]

Uma das fontes importantes de doação de recursos para essas ações – que, em alguns contextos, terminam na desestabilização e deposição de governos – é justamente o *National Endowment for Democracy, NED*.

Em anos recentes, indiretamente, recursos dessa organização financiaram, segundo (GOLINGER, 2009) [148], atores que tomaram parte nos golpes de Estado da Venezuela (2002), Haiti (2004) e Honduras (2009).

O pai generoso das operações abertas tem sido o National Endowment for Democracy, um grupo quase privado [...] que é financiado pelo Congresso dos EUA. No final dos anos 80, fez abertamente o que outrora havia sido indescritivelmente encoberto – dispensando dinheiro às forças anticomunistas por trás da Cortina de Ferro. [...] O financiamento secreto desses grupos teria sido o beijo de morte, se descoberto. O financiamento aberto, parece, tem sido um beijo de vida.<sup>42</sup> (IGNATIUS, 1991) [\[149\]](#)

Atualmente, institutos financiados pelo congresso norte-americano continuam a agir, apoiando grupos que fazem oposição a governos indesejados pelos Estados Unidos, como veremos no *Capítulo 5*.

Mas a novidade das últimas décadas é a rede de fundações, abastecida diretamente por empresas e bilionários norte-americanos, para promover *abertamente* ações que anteriormente eram realizadas *secretamente* pela CIA.

Embora, ideologicamente, afirmem alimentar ações em defesa da *liberdade* e do *livre mercado*, na prática criam movimentos de massa que atuam em favor do interesse das empresas e bilionários que fornecem a esses movimentos recursos, treinamentos ou subvenção a protestos.

Veremos no *Capítulo 2* alguns dos frutos que o golpe de estado de 2016 no Brasil gerou para diferentes atores norte-americanos nos setores de petróleo, finanças, telecomunicações e outros.

## **1.6. Primeira Fase Ostensiva da Operação Lava Jato – Participantes do Treinamento Norte-Americano entram em Ação**

Em março de 2014, em Curitiba, é iniciada a primeira fase ostensiva da Operação Lava Jato na investigação da Petrobras.

As prisões preventivas de longa duração, seguidas de negociações negociadas, associam-se aos temas do treinamento recebi-

do dos instrutores norte-americanos sobre *métodos para extrair provas, negociação de delações e como preparar a testemunha para depor* [150].

Vazamentos seletivos de documentos sigilosos dos processos passam, então, a alimentar cotidianamente a mídia. E as denúncias veiculadas são tratadas pelos grupos hegemônicos de comunicação como elementos que permitem quase antecipar a culpa dos acusados, antes mesmo de haver qualquer investigação que as comprovasse ou não – fazendo surgir convicções sem provas.

Tais depoimentos, comprovados ou não, possibilitarão a abertura de processos nos Estados Unidos com base na *Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior* (FCPA), resultando nos acordos bilionários, anteriormente mencionados, da Embraer, Petrobras, Braskem e Odebrecht, em favor dos acionistas e órgãos norte-americanos – entre outros – e que beneficiam, direta ou indiretamente, aos escritórios de advocacia que representam os clientes.

Dependendo do acordo feito nos Estados Unidos, as empresas brasileiras passam a ser monitoradas internamente por uma pessoa indicada pelo Departamento de Justiça do governo norte-americano.

Foi o que aconteceu no caso da Embraer, Braskem e Odebrecht:

o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) definiu [...] que o advogado [...] Rene, do escritório americano Ropes&Gray, será o monitor externo da Embraer. Rene vai vigiar a fabricante de aviões pelos próximos três anos, fiscalizando as regras de compliance que serão implantadas na companhia. [...]

A exigência de um vigilante foi feita pela Justiça americana, que quer ter certeza de que a companhia vai mudar suas práticas e ter regras fortes para evitar novos casos de corrupção. O monitor é pago pela própria companhia e terá acesso total a qualquer documento, qualquer equipamento ou a qualquer pessoa da companhia ou prestador de serviços, sem precisar de aviso prévio.[...] (GOULART, 2017).

[151]



Assim, qualquer novo desenvolvimento de projetos, tecnologias, ações estratégicas, investimento ou qualquer informação crítica da companhia terá de estar disponível ao monitor externo, pois este, segundo Goulart, tem “*acesso total a qualquer documento*”.

A Embraer foi a primeira empresa brasileira a ser monitorada por determinação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, mas a Odebrecht e a Braskem também o serão:

A Odebrecht e a Braskem que recentemente fecharam acordo com o Departamento de Justiça também terão que contratar monitores. Todas elas terão que ser vigiadas por três anos [...]. Algumas empresas precisam de apenas 18 meses e outras sequer têm monitor, porque conseguem provar que já se adaptaram à lei anticorrupção [...]. Depois de três anos, ainda é possível que o prazo seja prorrogado por mais um tempo. (GOULART, 2017).[\[152\]](#)

No processo de seleção do vigilante, as empresas apresentam três nomes e as autoridades norte-americanas escolhem, entre eles, quem será o monitor:

Pelo procedimento usual adotado pelo DoJ, são as próprias empresas que apresentam uma lista com três nomes, que passam então pelo crivo das autoridades americanas. O monitor escolhido para o caso Embraer trabalha em um escritório privado mas já foi procurador na divisão criminal no DoJ, apurando casos de lavagem de dinheiro e violações das regras anticorrupção. (GOULART, 2017). [\[153\]](#)

Há casos, contudo, em que os denunciados nem negam nem confirmam as acusações. E, visando encerrar ou evitar os processos, aceitam pagar os valores impostos pelas autoridades norte-americanas [\[154\]](#) [\[155\]](#). Mas a abertura de tais processos nos Estados Unidos não seria possível sem a cooperação de autoridades estrangeiras dos países em que tais empresas estão sendo investigadas.

## **1.7. Impactos da Lava Jato na Petrobras são citados por Serra para mudar a Lei do Pré-Sal**

Em fevereiro de 2015, José Serra apresenta o PL N.131/2015 que muda a Lei do Pré-Sal [\[156\]](#), argumentando, entre outras coisas, que

“as investigações da justiça sobre negócios da Petrobras que se desenrolam desde meados de 2014 [...] têm afetado a estatal, gerando cancelamentos, atrasos e desorganização de suas atividades. A sucessão de escândalos associados às alegações de cartel, suborno e lavagem de dinheiro criaram uma situação quase insustentável [para alcançar as metas previstas]. (SERRA, 2015) [\[157\]](#) [colchete nosso]

E, assim, o melhor seria, segundo Serra, extinguir a exclusividade da Petrobras como operadora na exploração do pré-sal, com a alteração da Lei 12.351/2010.

## **1.8. Dilma vence a eleição, toma posse e vetaria mudanças substantivas na Lei do Pré-Sal**

Em outubro de 2014, numa eleição muito apertada, a presidente Dilma Rousseff é reeleita, com 54,5 milhões de votos. Porém, a maioria do Congresso passou a ser de oposição.

Naquele mesmo mês, o PSDB recorre do resultado, solicitando a realização de uma auditoria. Após obter acesso aos sistemas de votação, apuração e totalização dos votos, a auditoria contratada, que contou com especialistas do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e da Universidade de São Paulo (USP), não encontrou irregularidades na eleição. [\[158\]](#)

Em dezembro, apoiado pelo PSDB, o movimento Vem Pra Rua – que havia se organizado através de redes sociais eletrôni-

cas – protesta contra o governo Dilma na Avenida Paulista, em São Paulo.

E no dia 18 desse mês, o PSDB solicita ao Tribunal Superior Eleitoral a cassação da candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer, requerendo que fosse dada posse, como presidente do Brasil, ao seu candidato, Aécio Neves, alegando que a campanha da chapa vencedora havia sido financiada com dinheiro de corrupção. [159]

Em janeiro, entretanto, Dilma é empossada, dando início ao seu segundo mandato presidencial.

### **CPI da Petrobras cria ambiente favorável à aprovação do projeto de Serra, mas Dilma o Vetaria.**

Dois meses depois, a oposição instala na Câmara dos Deputados a CPI da Petrobras. E no senado é debatido o projeto de lei de José Serra, alterando a lei do pré-sal, eliminando a obrigatoriedade da Petrobras como única operadora e permitindo que empresas estrangeiras atuassem também como operadoras na exploração dessas jazidas [160].

Mas como as empresas estrangeiras não tinham a melhor tecnologia para atuar no pré-sal, na prática, a Petrobras teria de compartilhar sua tecnologia com elas [161].

O projeto foi, posteriormente, aprovado no senado e remetido à Câmara. Mas se a Câmara o aprovasse, Dilma o vetaria.

O veto presidencial obrigaria a realização de uma sessão conjunta da Câmara e do Senado para apreciar os seus motivos, a constituição de uma comissão com parlamentares de ambas as casas para analisá-lo e apresentar um relatório ao Congresso sobre ele. Depois disso, o veto seria discutido em plenário e submetido a votação, somente podendo ser rejeitado por maioria absoluta. E, dada a pressão popular, seria muito difícil conseguir a rejeição do veto e a aprovação da nova lei.

Assim, negociou-se um substitutivo ao projeto original do senador José Serra, que acabou sendo aprovado em 24/02/2016, dando prioridade à Petrobras sobre os campos e facultando-lhe a participação máxima de até 30% como direito de preferência em

todos os blocos licitados. Em caso de não participação, o bloco passaria aos operadores estrangeiros que vencessem as licitações. O substitutivo incluiu também a possibilidade do Presidente da República obrigar a Petrobras a participar da exploração de um bloco ou vetar o investimento da empresa em qualquer um deles.

A aprovação do substitutivo teve o aval da presidente Dilma, pois ela temia ir ao confronto no Congresso e sofrer uma derrota na votação, preferindo construir uma versão substitutiva do projeto. Contudo, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a própria presidente Dilma se mantiveram contrários a qualquer alteração substantiva da lei e à privatização da companhia.

Por isso, tornava-se mais seguro realizar o impeachment da presidente Dilma e empossar, em seu lugar, alguém disposto a sancionar, sem resistência, a entrega da exploração dos blocos do pré-sal às empresas estrangeiras e avançar na própria privatização da Petrobras.

## **1.9. Mobilizados nas redes sociais, crescem os protestos de rua contra o Governo recém-eleito**

Pedidos de impeachment não eram uma novidade para o governo. Em seus dois mandatos, o presidente Lula foi alvo de 34 deles e a presidente Dilma de 48 ao todo, um dos quais em 04/01/2014, protocolado por um senador do PSDB, em razão da compra, pela Petrobras, da refinaria de Pasadena, nos EUA.

Em março de 2015, mobilizados pelas redes sociais e mídia convencional, mais de um milhão de brasileiros participam de protestos contra o governo Dilma em cerca de 160 cidades do país. No mês seguinte, Temer é indicado por Dilma para fazer a articulação do governo com o Congresso. Ele, então, avança na articulação do golpe de Estado.

Nesse contexto, os coordenadores locais do Students For Liberty, usando de uma eficiente estratégia de rede, monitorando

dados e indicadores de repercussão de conteúdo e manejando diferentes canais de comunicação e de mídias, alcançaram o objetivo de dar projeção nacional e internacional à sua iniciativa pela deposição da presidente Dilma.

A exemplo da “*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*”, com o padre irlandês Patrick Peyton vindo dos Estados Unidos – que ocorreu em 1964 e de mais de 70 marchas realizadas entre março e junho daquele ano [162]–, os jovens libertarianos locais, treinados por organizações norte-americanas e que estariam “*mudando o Brasil para melhor*”, realizam a “*Marcha pela Liberdade*”, concluída com a entrega na Câmara Federal do primeiro pedido de impeachment contra Dilma em seu segundo mandato.

Captura de Tela 4: Líderes do MBL e de outros movimentos, entregam pedido de impeachment a Eduardo Cunha ao final da “*Marcha pela Liberdade*”.



Fonte: [www.diariodocentrodomundo.com.br](http://www.diariodocentrodomundo.com.br) [163]

A caminhada saiu de São Paulo rumo a Brasília, durante cerca de um mês, com a participação de outros movimentos, como Revoltados Online e Vem pra Rua, além do MBL, levando o pedido de impeachment que foi entregue em 27 de maio de 2015.

Desses três grupos, que se projetaram pela Internet, concentraremos a nossa análise sobre o *Movimento Brasil Livre – MBL*, que foi criado por lideranças da Students For Liberty (Estudantes Pela Liberdade) no Brasil.

## 1.10. Coordenadores da Students For Liberty lideram ações pela deposição da Presidente Dilma

No site da organização *Students For Liberty* publicou-se, em abril de 2015, uma matéria de Casey Given, intitulada: “*Eis como um Coordenador Local da SFL está mudando o Brasil para melhor*”<sup>43</sup> (GIVEN, 2015) [164], mobilizando manifestações para “*demandar a remoção da presidente Dilma Rousseff do poder*”<sup>44</sup> (GIVEN, Idem). O autor da matéria, como afirma a sua publicação original na revista *Rare*, era Diretor de Comunicações da SFL [165]

### Captura de Tela 5: Students For Liberty



The screenshot shows the homepage of the Students For Liberty website. At the top, there is a navigation bar with a logo on the left, the text "STUDENTS FOR LIBERTY A Free Academy, A Free Society" in the center, and a "Get Updates" button on the right. Below the navigation bar is a yellow menu with links for "About", "Events", "Blog", "Activism", "Academy", and "Alumni", and a black "DONATE" button. The main content area features a blog post titled "Here's How One SFL Local Coordinator is Changing Brazil for the Better" by Casey Given, dated APR 30 2015. The article text includes a photograph of a large crowd at a demonstration and discusses the Free Brazil Movement (Movimento Brasil Livre) and a demonstration in São Paulo.

Fonte: <https://www.studentsforliberty.org/blog/2015/04/30/heres-how-one-sfl-local-coordinator-is-changing-brazil-for-the-better> [166]

Comentários a essa matéria podem ser lidos na dissertação de mestrado intitulada “*Identidade em Ambiente Virtual: Uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*” (Gobbi, 2016, p. 45) [167].

É importante destacar que para a realização de suas ações, a Students For Liberty fornece aos seus coordenadores locais “*treinamento, recursos, uma rede e outras ferramentas*”. Isso é um atrativo para envolver os jovens na organização, como se pode comprovar por essa chamada para a inscrição de interessados em ser coordenadores locais na Ásia,

O Programa de Coordenador Local da Students For Liberty do sul da Ásia, seleciona os melhores e mais brilhantes estudantes pró-liberdade de todo o Sul da Ásia e lhes fornece treinamento, recursos, uma rede e outras ferramentas com as quais podem efetivamente organizar e gerar impacto em suas universidades, cidades e regiões. Entre outras iniciativas, eles organizam eventos, ajudam a iniciar e a expandir grupos de estudantes, procuram outros líderes potenciais pela liberdade com os recursos que fornecemos. No entanto, não instruímos os Coordenadores Locais sobre o que fazer para difundir as ideias de liberdade, mas sim fornecemos treinamento e uma estrutura e confiamos nos Coordenadores Locais para o conhecimento local sobre o que funciona melhor em uma determinada região.<sup>45</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, (s.d.p.c) [168]

Assim, a SFL oferece uma estrutura e provê recursos vindos da captação da matriz sediada em Washington e reportados no balanço da entidade nos Estados Unidos para apoiar os coordenadores locais em diferentes países.

O programa de formação dos Coordenadores Locais durava dois meses:

Os Coordenadores Locais (LCs) passam por 4 semanas de Treinamento Acadêmico nas ideias de liberdade seguidas de 4 semanas de Treinamento de Liderança para permitir que percebam seu potencial como líderes.<sup>46</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2015b) [169]

## Movimento Brasil Livre: “Brasil Livre é Brasil sem PT”

Ilustrando a referida matéria de Casey Given – “*Eis como um Coordenador Local da SFL está mudando o Brasil para melhor*” – tem-se uma foto de Kim Kataguiri, indicado como Coordenador Local no Brasil da *Students For Liberty*.

Nessa foto, ele aparece com uma camiseta cuja frase sintetiza um dos alvos principais de combate do movimento: “*Brasil livre é Brasil sem PT*”.

A matéria afirma que Kataguiri recebeu treinamento da *Students For Liberty* e o identifica claramente como Coordenador Local da organização no Brasil.

### Captura de Tela 6: Students For Liberty

Yet, besides receiving free training and a few books from SFL, Free Brazil is a low-budget operation of its own. “Unfortunately, we don’t have any big sponsors,” Kataguiri told [The Guardian](#). “The government and some sectors of the press say that we are financed by rich people. We would have no problem in being financed by rich people.”

Kim himself is the son of a metal worker — not exactly born with a silver spoon in mouth.

As perplexing as this middle-class sympathy to free enterprise may seem, it makes total sense in a country that’s been ravaged by decades of government corruption from the left and military coups from the right. Today, Brazil is experiencing soaring inflation, stagnating GDP, and a [rising unemployment rate](#).

The future doesn’t look bright if the current tax-and-spend policies continue, either. Just last year, PwC [ranked](#) Brazil as having the world’s most burdensome tax code in terms of hours it takes to comply — a whopping 2,600 per year. The country’s business climate isn’t conducive to growth either, with one of the highest [top corporate tax rates](#) in the world at 34 percent.

Economics aside, Brazil’s government still has trouble enforcing the rule of law.

Fonte: <https://www.studentsforliberty.org/blog/2015/04/30/heres-how-one-sfl-local-coordinator-is-changing-brazil-for-the-better> [\[170\]](#)



Kim Kataguiri, Estudantes Pela Liberdade Local Coordinator

Embora a lei norte-americana vede a ação político-partidária de organizações desse gênero, a foto da camiseta comprova uma ação política de cunho partidário do Coordenador Local da SFL, atacando a um partido político no Brasil.

Enquanto no Brasil o Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre evitam associar-se perante o público, Gobbi (2016, p.70) salienta que,

nos Estados Unidos, entretanto, o SFL tem largamente se associado ao MBL, destacando como o trabalho da organização norte-americana no Brasil foi fundamental para o sucesso do Movimento no Brasil – e das manifestações em geral.[\[171\]](#)



De fato, no texto intitulado *Estudantes Libertarianos Lideram Milhões no Brasil* [Libertarian Students lead millions in Brazil], a SFL afirma:

Outro aluno do EPL, mais amplamente conhecido, é Kim Katagui-ri, um libertariano de 19 anos, que é um dos líderes do Movimento Brasil Livre que pede o impeachment da presidente. Depois que o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma Rousseff se viram envolvidos em vários escândalos de corrupção, Kim foi às ruas em protesto. No ano passado, o Movimento Brasil Livre cresceu dramaticamente, com protestos de milhões de pessoas, grande atenção da mídia tradicional e forte apoio político ao impeachment da presidente. Por todo o seu trabalho no ano passado, Kim foi recentemente reconhecido como um dos 30 Adolescentes Mais Influentes de 2015 pela revista Time. Embora o EPL não esteja envolvido em nenhuma atividade política, estamos orgulhosos de ver um aluno do EPL tornar-se ativo no cenário político nacional e mostrar a diferença que os jovens podem fazer se trabalharem para isso.

Este foi um semestre incrível para o EPL. Organizamos (*we hosted*) dezenas de eventos e treinamos centenas de líderes, mas as histórias individuais de empoderamento são as que mais nos orgulham. Os líderes do EPL estão tendo um impacto, e nosso treinamento está sendo reconhecido porque muitos de nossos alunos estão sendo aceitos em seminários libertarianos nas Américas, outra grande conquista. Os desafios do movimento da liberdade no Brasil são enormes, mas com esses resultados, o EPL está tendo um impacto no cenário político brasileiro. (SFL, 2015c, p.8)<sup>47</sup> [\[172\]](#)

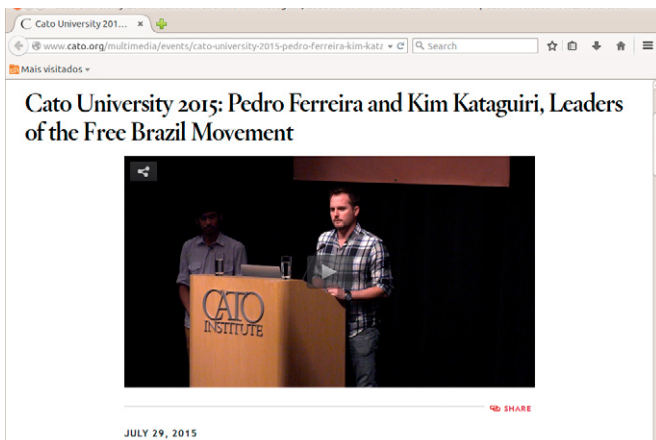
### **Coordenadores do Students For Liberty, atuando como MBL, protocolam pedido de Impeachment**

É importante lembrar que em 27/05/2015 o Movimento Brasil Livre protocola um pedido de impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados, avançando na estratégia de depor o Governo e na defesa da privatização da Petrobras e de todas as empresas estatais.

## Nos Estados Unidos, Kataguiri e Ferreira falam do recrutamento e treinamento de lideranças para o Impeachment

No seminário sobre Economia Política realizado pelo *Cato Institute*, nos Estados Unidos, em julho de 2015 [173], Kim Kataguiri e Pedro Ferreira, na condição de Líderes do Movimento Brasil Livre, discorreram sobre as ações pró-impeachment no país [174].

Captura de Tela 7: Vídeo da Cato University 2015



Fonte: [www.cato.org](http://www.cato.org) [175]

Captura de Tela 8: Vídeo da Cato University 2015

Cato University 2015: Pedro Ferreira and Kim Kataguiri, Leaders of the Free Brazil Movement

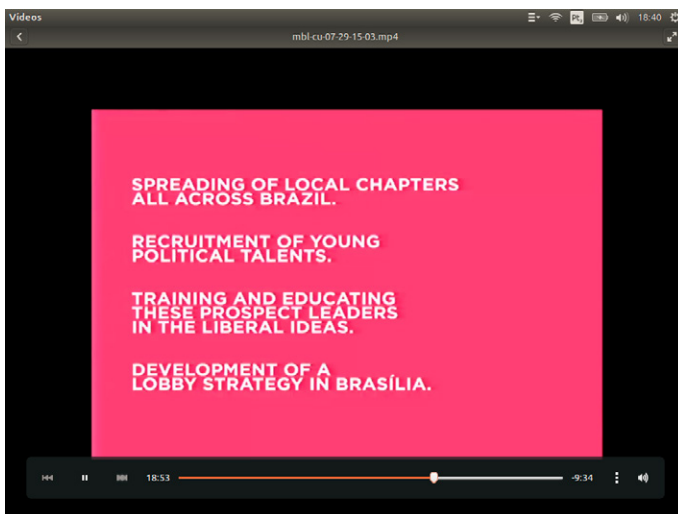


JULY 29, 2015

Fonte: [www.cato.org](http://www.cato.org) [176]

Trataram também do recrutamento e treinamento dos jovens para atuar politicamente nesse movimento.

### Captura de Tela 9: Vídeo da *Cato University* 2015



Fonte: [www.cato.org](http://www.cato.org) [177]

### No ano do Impeachment a Students For Liberty treinou mais de mil lideranças no Brasil

Em 2016, no ano golpe de estado no Brasil, a *Students For Liberty* (2017, p.3), com a participação de seus líderes locais, treinou 1.012 lideranças para atuação no país, de um total de 1.916 lideranças treinadas no mundo. Isto é, treinou no Brasil mais lideranças do que no restante do planeta. No total desses treinamentos, foram gastos um milhão e duzentos mil dólares, segundo documento oficial da entidade. O que corresponderia, proporcionalmente, a mais de US\$ 600 mil gastos no treinamento de lideranças jovens no Brasil. (STUDENTS FOR LIBERTY, 2017, p.7) [178] [179].

## Captura de Tela 10: Students For Liberty – A Freer Future



Fonte: <https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2017/04/SFL-leave-behind-lo.pdf> [180]

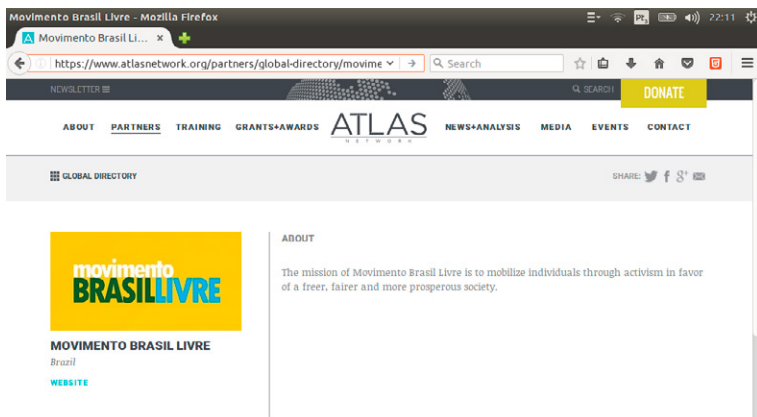
### Fundação Norte-Americana Atlas Network capacitou lideranças do MBL

Por sua vez, a *Atlas Network*, parceira da SLF, afirma que a *Studentes For Liberty* tem importante papel no MBL e que

muitos membros do Movimento Brasil Livre passaram pelo principal programa de treinamento da Atlas Network, o Atlas Leadership Academy, e agora estão aplicando o que aprenderam no terreno em que vivem e trabalham. [181]

Em 8 de setembro de 2015, o site da Atlas indicava o MBL como parceiro da entidade no Brasil [182].

## Captura de Tela 11: MBL Parceiro da Atlas no Brasil



Fonte: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/movimento-brasil-livre> [183]

Os três contatos indicados no link informado no website do MBL [184], eram Kim Kataguirí, Renan [Haas] dos Santos e Fernando Holiday.

Holiday, que se chama Fernando da Silva Bispo, é atualmente vereador na cidade de São Paulo, filiado ao DEM. Sua profissão é indicada no resumo do buscador Google como “Coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL)”. Em abril de 2018 ele requereu à Câmara de Vereadores a inclusão de Moro em seu nome parlamentar, que passaria a constar como Fernando Moro Holiday. [185]

Acusado de ter realizado propaganda eleitoral indevida pela Internet através do Facebook do MBL, Holiday se defendeu afirmando, como consta na sentença, que

“é um dos coordenadores do Movimento Brasil Livre, ente sem personalidade jurídica, por meio do qual sempre manifestou suas opiniões. Acrescentou que o Movimento Brasil Livre – MBL, não se confunde com o Movimento Renovação Liberal – MRL, que “explora a marca MBL”, bem como atua na “promoção de eventos” [...], o que foi corroborado pelo Movimento Renovação Liberal – MRL [...] e Movimento Brasil Livre – MBL [...]” (CONSULTOR JURÍDICO, s.d.p.) [186].

Condenando-o, o juiz afirmou que:

“a propaganda eleitoral em favor do candidato Fernando da Silva Bispo foi veiculada na página do Movimento Brasil Livre – MBL, entidade sem personalidade jurídica própria e que admitiu utilizar o CNPJ do Movimento Renovação Liberal – MRL. [...] Ainda que os ditos movimentos afirmem que não se confundem, na prática, [...] o Movimento Renovação Liberal – MRL possui o CNPJ nº 22.779.685/0001-59, enquanto que o Movimento Brasil Livre [...] indica em sua página na Internet “MBL - CNPJ 22.779.685/0001-59©Todos os direitos reservados 2017”. (IDEM) [\[187\]](#)

E conclui o juiz:

“o Movimento Renovação Liberal – MRL e o Movimento Brasil Livre – MBL são a mesma pessoa jurídica, sendo esse mero nome fantasia do primeiro, havendo vínculo de fato e de direito entre as duas agremiações, uma regularmente constituída e, a outra, não.” (IDEM) [\[188\]](#)

### Captura de Tela 12: Site da Atlas Network – SFL desempenha forte Papel no MBL

The screenshot shows the Atlas Network website. The main article is titled "STUDENTS FOR LIBERTY PLAYS STRONG ROLE IN FREE BRAZIL MOVEMENT" and is dated April 1, 2015. The article features a video player with a man speaking, identified as Kim Katagiri. The text below the video states: "As the economy in Brazil stagnates, anger from the Brazilian middle class at soaring inflation and burdensome taxation continues to rise. On March 15, a coalition called the Free Brazil Movement led a protest with more than 200,000 people in attendance. the". To the right of the article, there is a "RELATED" section with a thumbnail for "STUDENTS FOR LIBERTY BRASIL'S STATE CONFERENCES HOST 2,300 ATTENDEES" and another thumbnail for "AR O'Malley CASE STUDY".

Fonte: <https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement> [\[189\]](#)

A Atlas Network – nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation – é uma organização sediada nos Estados Unidos que visa promover políticas econômicas ultraliberais em todo o mundo, criando e fomentando outras organizações com os recursos que obtém, naquele país, de fundações, grupos empresariais e indivíduos, dedicando-se à formação de jovens, particularmente na América Latina e Europa Oriental. [190]

Conforme o site da entidade, seus parceiros atuais no Brasil são: Estudantes Pela Liberdade (MG), Instituto Atlantos (RS), Instituto de Estudos Empresariais (RS), Instituto de Formação de Líderes (MG e SP), Instituto Liberal (RJ), Instituto Liberal de São Paulo (SP), Instituto Liberdade (RS), Instituto Ludwig Von Mises Brasil (SP), Instituto Millenium (RJ), Líderes do Amanha Institute (ES), Mackenzie Center For Economic Freedom (SP) e Students For Liberty Brazil (SP) [191].

Curiosamente, o MBL e o Instituto Ordem Livre não constam mais nessa relação de parceiros como constavam anteriormente em 08/09/2015. [192]

Entre os patrocinadores da Atlas estão os bilionários irmãos Koch, com empresas nos setores petróleo e gás, como veremos mais adiante. (BAGGIO, 2016). [193] [194]

### **Braços Imperialistas**

Assim, lideranças que atuavam para depor o governo e privatizar as empresas estatais, inclusive a Petrobras, eram apoiadas com recursos dos Estados Unidos, da *Atlas* e da *Students For Liberty*, para treinamento de lideranças e remuneração de coordenadores – organizações essas financiadas, entre outros patrocinadores, por entidades ligadas à indústria do petróleo.

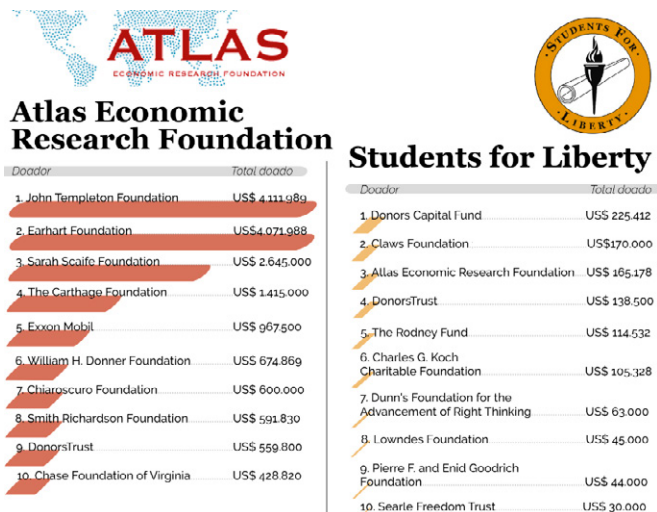
De fato, derrubando a presidente Dilma, o movimento golpista poderia avançar na privatização da Petrobras – reduzindo ou eliminando a participação dessa empresa no mercado nacional – e forçar a mudança de legislação do pré-sal, possibilitando a petrolíferas estrangeiras apropriarem-se da maior parte das reservas brasileiras de petróleo e consolidar seus oligopólios país.

Com isso, impediam também que a Petrobras – com sua vantagem comparativa, fundada na exploração do pré-sal – conquistasse maiores parcelas do mercado global de derivados de petróleo, inclusive no interior dos Estados Unidos, onde a empresa iniciava a sua atuação de refino em Pasadena, no Texas.

### 1.11. Dinheiro de empresas petrolíferas norte-americanas financia entidades que capacitaram e apoiaram lideranças de protestos pelo impeachment no Brasil

Considerando o financiamento dessas organizações, que treinaram lideranças do MBL e apoiaram coordenadores locais da SFL que atuaram na organização de protestos pelo impeachment, percebe-se a participação da Exxon Mobil no financiamento da Atlas e desta no financiamento da Students For Liberty; [195] e da Charles G. Koch Charitable Foundation no financiamento da SFL.

Captura de Tela 13: Agência Pública



Fonte: Conservative Transparency - Fonte: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> [196]



## **MBL: uma marca para coordenadores do Students For Liberty atuarem politicamente no Brasil**

De abril a junho de 2013 surgem as mobilizações do Movimento Passe Livre – MPL contra o aumento das passagens no transporte público e lideranças do Students For Liberty dão origem, na Internet, ao Movimento Brasil Livre para participar nesses protestos, criando a página do MBL no Facebook em 17/06/2013.

Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes pela Liberdade (Students For Liberty) no Brasil, esclarece como foi criado o MBL:

“Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students For Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas’. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. [...] E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir [...]. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo”. (AMARAL,, 2015) [\[197\]](#)

Assim, porque *“a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students For Liberty”* que *“não podem desenvolver atividades políticas”*, então, *“a gente resolveu criar uma marca [...] para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre.”*

## **Reuniões Semanais com a Sede Norte-Americana e Encontro Anual em Washington**

Conforme a reportagem de Marina Amaral,

“remunerado por seu cargo na EPL, Juliano conta que tem duas reuniões online por semana com a sede americana e que ele e outros brasileiros participam anualmente de uma conferência interna-

cional, com as despesas pagas, e de um encontro de lideranças em Washington. O budget do Estudantes pela Liberdade no Brasil deve alcançar R\$ 300 mil este ano [2015]“. (IDEM) [\[198\]](#)

## **Recursos de Petroleiras e do Capital Financeiro para Treinamentos e Sustentação da Rede**

Conforme a mesma reportagem, os treinamentos das lideranças da organização *Students For Liberty*

“são realizados em parceria com outras fundações, principalmente o Cato Institute, a Charles G. Koch Charitable Foundation e o Institute of Human Studies – fundações ligadas à família Koch [...]. Juntas, as 11 fundações dos Koch despejaram 800 milhões de dólares nas duas últimas décadas na rede americana de fundações conservadoras. Outra parceira importante é a John Templeton Foundation [...]. Essas fundações [...] entram com recursos e a Atlas, com a execução. Um exemplo desses projetos é o financiamento da expansão da Rede Students For Liberty com recursos da John Templeton, fechado em 2014 com mais de US\$ 1 milhão de orçamento.” (IDEM) [\[199\]](#)

O Green Peace dos Estados Unidos destaca que o Students For Liberty é um braço de operações de Charles Koch para difundir uma ideologia em favor do poder corporativo desenfreado e atacar o consenso científico sobre o câmbio climático.

Conforme o Green Peace, entre 2009 e 2015, a SFL recebeu US\$ 204.235,00 das Fundações Koch para a propagação dessa ideologia:

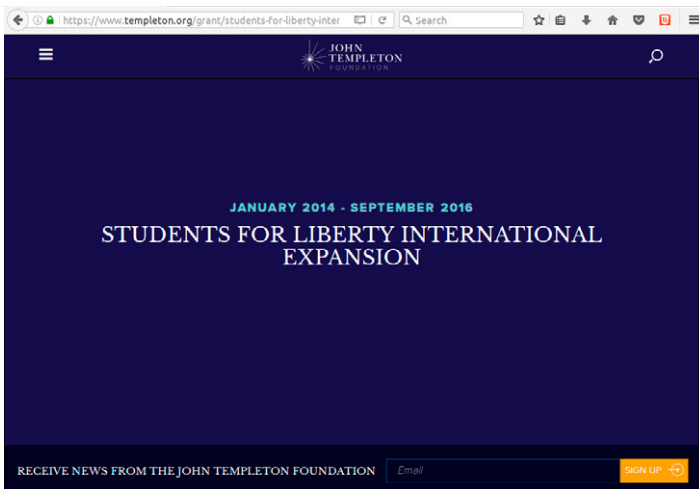
Students For Liberty (SFL) é um braço das numerosas operações de recrutamento, treinamento e networking de Charles Koch para desenvolver profissionais que operam sob sua “cultura” de gestão baseada no mercado e ideologia do poder corporativo irrestrito. Capítulos da SFL são estabelecidos em campi nos Estados Unidos ou em parceria com grupos de campus existentes com objetivos ideológicos semelhantes. [...] // Grupos de alunos do Students For Liberty nos campi ganham acesso a funcionários e recursos do Instituto para Estudos Humanitários, fundado e financiado por Koch, do Instituto

Charles Koch e de vários think tanks financiados ou governados pelos irmãos Koch (incluindo a Reason Foundation, o Competitive Enterprise Institute e Cato Institute).<sup>48</sup> (GREEN PEACE, s.d.p.b) [200]

Afirma também que a Atlas Network recebeu das Fundações Koch, até 2015, a cifra de US\$ 348.560,00 para atividades e apoio a eventos. [201]

Por sua vez, John Templeton foi um banqueiro norte-americano, investidor e gestor de fundos. O projeto de *Expansão da Rede Students For Liberty* apoiado pela Fundação que leva o nome John Templeton durou de janeiro de 2014 a setembro de 2016. [202]

#### Captura de Tela 14: Site da Templeton Foundation SFL International Expansion



Fonte: <https://www.templeton.org/grant/students-for-liberty-international-expansion> [203]

Assim, por mais uma estranha coincidência, o Senado aprovou o impeachment de Dilma em 31 de Agosto de 2016 e, dias depois, o projeto de expansão dessa rede foi encerrado. No resumo do projeto, no site da Templeton Foundation, afirma-se que:

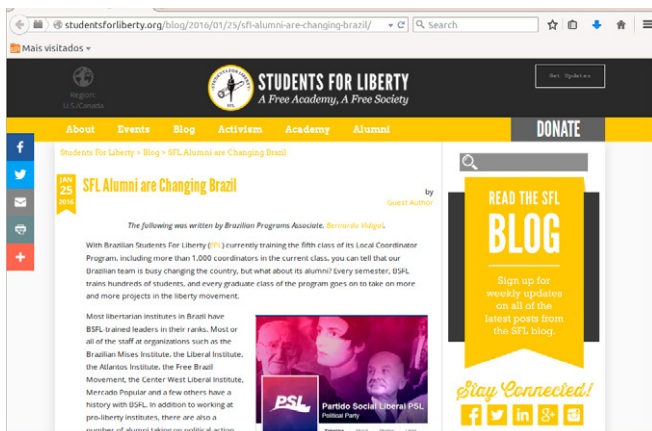
A Students For Liberty é uma organização [...] sem fins lucrativos com sede nos EUA que apoia estudantes e organizações estudantis pró-liberdade. Procuramos educar mais jovens sobre a importância

da liberdade e da livre iniciativa e fornecer aos jovens de hoje os recursos para se tornarem defensores mais eficazes da liberdade em preparação para quando se formarem e começarem a fazer a diferença na sociedade. Fazemos isso identificando alunos pró-liberdade, oferecendo treinamento de liderança, organizando conferências e oferecendo recursos gratuitos, como 125.000 exemplares do nosso livro mais recente, *After the Welfare State*, publicado em conjunto com a Atlas Network. // Students For Liberty atua principalmente nos Estados Unidos e na Europa neste momento. [...] No entanto, frequentemente recebemos solicitações de estudantes de todo o mundo para suporte [...]. Esta proposta é para a Fundação Templeton [...] visando expandir o trabalho da Students For Liberty para estudantes de todo o mundo.<sup>49</sup> (JOHN TEMPLETON FOUNDATION, s.d.p.) [\[204\]](#)

### **As Várias Turmas de Coordenadores Treinados no Brasil atuam em Diferentes Organizações**

Conforme o site da *Students For Liberty*, seu nodo brasileiro treinou, em janeiro de 2016, a **quinta turma** do Programa de Coordenadores Locais, com a participação de mais de 1.000 coordenadores. Não temos informação de quantos jovens foram treinados nas quatro turmas anteriores. A matéria prossegue dizendo que a maioria dos institutos liberais no Brasil têm líderes treinados por essa organização. [\[205\]](#)

## Captura de Tela 15: Site da Students For Liberty SFL Alumni are Changing Brazil



Fonte: <http://studentsforliberty.org/blog/2016/01/25/sfl-alumni-are-changing-brazil/> [206] [207] [208]

A primeira parte dessa matéria está igualmente publicada, nos Estados Unidos, num dos sites do Partido Libertariano, até a passagem sobre a transformação do PSL num partido de caráter libertariano:

Alterar o Partido Social Liberal não foi uma tarefa fácil. O partido existe desde 1994 e foi praticamente sem ideologia ao longo dos seus 21 anos de existência. Foi considerado centro-esquerda no antigo espectro político brasileiro de “34 tons de vermelho”. Isso mudou no final de 2015, quando o Livres, um movimento liderado por ex-alunos da Brazil Students For Liberty, cresceu dentro do Partido e mudou seu curso num rumo libertariano.<sup>50</sup> (VIDIGAL, 2016b) [209] [210]

Assim, a matéria publicada no site da própria entidade e parcialmente reproduzida em site do Partido Libertariano estado-unidense afirma claramente que os *alumni* da Brazil Students For Liberty organizaram o Livres que hegemonizou o PSL e o transformou num partido libertariano.

Por outra parte, o site da SFL afirma que a entidade não apoia partidos políticos, candidatos ou legislação, porque:

A SFL é uma organização sem fins lucrativos, tipo 501(c)(3). Como tal, não endossamos nenhum partido político, candidato político ou legislação. (STUDENTS FOR LIBERTY, s.d.p.a) [211]<sup>51</sup>

Vemos aqui, também, uma provável violação da lei norte-americana, pois o texto afirma claramente que mudar o Partido Social Liberal não foi uma tarefa fácil para os ex-alunos (*alumni*) da Students For Liberty.

É importante destacar que o Alumni For Liberty é a *organização oficial* de ex-alunos da Students For Liberty. Assim, lê-se no site a AFL:

O Alumni For Liberty (AFL) é a organização oficial de ex-alunos do Students For Liberty (ESFL). A AFL é uma comunidade para todos que querem apoiar a causa da liberdade. Somos uma plataforma de networking que reúne ex-líderes da SFL, antigos e atuais apoiadores da SFL, jovens profissionais liberais, empresários, líderes de opinião e qualquer um que se importe com a liberdade. Seja online ou através de nossos grupos locais que já estamos trabalhando na criação, é uma maneira de você se envolver na rede de liberdade global.<sup>52</sup> (ALUMNI PORTAL, s.d.p.) [212]

No fluxograma da SFL, que pode ser visto na *Captura de Tela 3: Estrutura de Liderança da Students For Liberty*, a organização dos *Alumni* aparece diretamente subordinada ao CEO da entidade. Não se trata, portanto, de alunos que dela saíram, mas de estudantes já formados – portanto, ex-alunos – que permanecem integrados no interior da organização.

## **1.12. Presidente da Students For Liberty comemora nos Estados Unidos as Mobilizações pelo Impeachment e pela Privatização da Petrobras**

Na abertura do relatório intitulado “*Libertarian Students lead Millions in Brazil*”, Alexander McCobin, co-fundador e então presidente da Students For Liberty afirma o seguinte:

Imagine milhões de pessoas protestando nas ruas de uma grande cidade, criticando seu governo pela estagnação econômica e corrupção. Imagine que um idealista de 19 anos de idade está no palco na frente da multidão, gritando em um microfone, atraindo aplausos e aplausos com cada frase que ele pronuncia. Imagine que ele pergunte às pessoas se a companhia petrolífera estatal nacional já ajudou alguém na multidão, ao que eles respondem: “Não!” Agora imagine, quando ele pergunta à multidão o que eles deveriam fazer com a companhia nacional de petróleo, eles gritam em uníssono: “PRIVATIZA!” Isso não é ficção. É uma descrição do que está acontecendo no Brasil agora. Há filmagens no YouTube dessa mesma cena. É um exemplo do crescente impacto do movimento estudantil pela liberdade em todo o mundo.

[...] um desenvolvimento empolgante está ocorrendo no Brasil. Ao longo deste documento, você lerá sobre os estudantes da SFL no Brasil que estão organizando conferências para milhares de pessoas. Você aprenderá sobre um aluno da SFL que foi eleito como parlamentar e está se tornando um dos principais opositores da intervenção do governo na vida das pessoas. E você descobrirá os detalhes de um movimento que inclui milhões de pessoas em todo o país pedindo o impeachment da presidente, Dilma Rousseff, e reformas generalizadas em direção à liberalização (clássica), sendo conduzido por alunos atuais e ex-alunos da SFL.<sup>53</sup> (MCCOBIN,, 2015) [213]

Cabe destacar que ele se refere a estudantes da Students For Liberty **no** Brasil e não **do** Brasil. Ele se refere a um “*movimento [...] pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff [...] sendo conduzido por alunos atuais e ex-alunos da SFL*” – que é uma organização norte-americana.

Trata-se, pois, de uma organização estrangeira atuando politicamente no Brasil, suportando, com recurso e treinamento, a ação de lideranças que assumiram o controle de partidos como o PSL, organizaram o Livres para defender uma pauta econômica liberal-libertariana que interessa aos Estados Unidos, como a alteração da legislação do petróleo e a privatização da Petrobras.

Não havia como ser mais explícita a intervenção do co-fundador e então presidente da Students For Liberty sobre o papel dessa entidade nas mobilizações que resultam no golpe de Estado no Brasil: alunos treinados pela SFL são as lideranças que

conduzem multidões em todo o país pedindo o impeachment e clamando pela privatização da Petrobras – “PRIVATIZE IT”.

### **Protestos Furiosos em todo o Brasil**

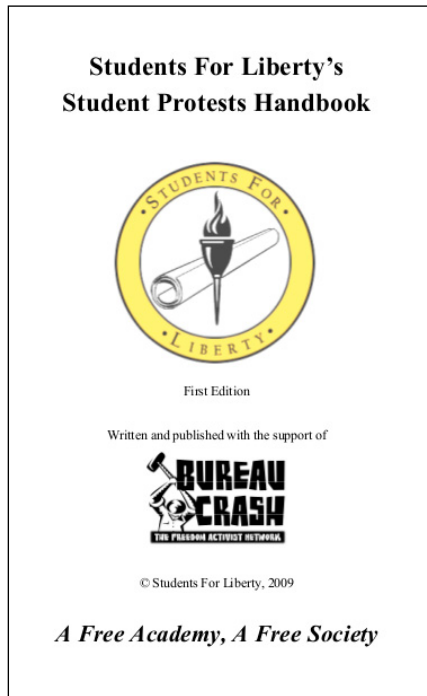
No *Students For Liberty – Annual Report 2014-2015*, relatando as ações da SFL nos territórios em que atua, lê-se sobre o Brasil:

PROTESTOS FURIOSOS EM TODO O BRASIL. Estão ocorrendo protestos em todo o Brasil, incluindo centenas de milhares de indivíduos que desafiaram as políticas fracassadas do atual governo brasileiro. Há pedidos para que a presidente, Dilma Rousseff, deixe o cargo. Esses protestos estão sendo liderados por estudantes libertarianos. Meios de comunicação que vão desde o Whashington Post até Foreign Policy estão comentando sobre o sucesso da juventude libertariana em montar oposição ao atual governo, destacando o trabalho do Estudantes Pela Liberdade e o sucesso dessas ideias. A mudança está ocorrendo no Brasil. Alunos de todo o país estão despertando para o poder das ideias libertarianas e estão se levantando pela mudança<sup>54</sup>. (STUDENTS FOR LIBERTY, 2015) [\[214\]](#)

Para entender como foi possível que Coordenadores Locais da SFL tenham assumido um papel de tal protagonismo nesses protestos de rua no Brasil e em outros países pela deposição de governos ou pela difusão da ideologia de privatizações, podemos analisar o “*Manual da Students For Liberty para Protestos Estudantis*” [*Students For Liberty’s Student Protests Handbook*] [\[215\]](#) [\[216\]](#) [\[217\]](#) [\[218\]](#) [\[219\]](#) – escrito com as contribuições de seu fundador, Alexander McCobin, e de Lee Doren, um dirigente da organização *BureauCrash*.



Captura de Tela 16: *Manual da Students For Liberty para Protestos Estudantis*



Fonte: [studentsforliberty.org](http://studentsforliberty.org) [220]

O Manual, além da introdução, contém três partes. Na primeira são detalhados os elementos do planejamento de um protesto. Na segunda, algumas orientações sobre a sua execução. Na terceira, informa-se como obter assessoramento e financiamento da Students For Liberty ou de outros financiadores para realizá-lo.

De fato, os protestos pelo impeachment que foram liderados pelos coordenadores locais da SFL não foram mobilizações espontâneas da sociedade civil, mas atos projetados, mobilizados, executados e apoiados ou subsidiados com métodos, técnicas ou recursos estrangeiros.

Confrontando o que ocorreu no Brasil com o *Manual da SFL para Protestos Estudantis*, vemos que o treinamento libertariano realmente surtiu os resultados informados por McCobin.

## Parte 1 – Etapas para projetar e realizar um protesto

O Manual sistematiza cinco *etapas* para projetar um protesto bem-sucedido:

**Etapa 1: Escolha um Tópico Significativo** [...] para protestar a favor ou contra. [...] Aqui está uma lista com exemplos de tópicos que você pode querer considerar para protestar contra: [...]

- Impostos
- Leis de Drogas
- Protecionismo (protestando por Livre Comércio)
- Censura do Campus (protestando por liberdade de expressão)
- Leis de Controle de Armas [...]
- Proibições de Fumar

[...] O tópico que você escolher precisa ser algo que os outros alunos se interessem [...]. Aqui estão algumas maneiras de tornar uma questão relevante [...]:

- **Resposta a outro evento:** se outra organização protestou recentemente no campus ou teve um evento sobre uma questão da qual você discorda, o melhor era ter realizado um protesto ao mesmo tempo para levantar uma voz do direito de oposição. No entanto, se você só soube disso após o fato, organizar um contraprotesto dentro de uma semana ainda pode chamar a atenção para o lado oposto. De qualquer maneira, tente não deixar a oposição manter a vantagem sobre sua organização.<sup>55</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 1-2) [\[221\]](#)

A técnica que se difundiu no país de marcar atos de protesto simultâneos aos que defendiam a presidente Dilma, estava na Etapa 1 do Manual. Pois, se não houvesse o ato de protesto, a mídia hegemônica teria de cobrir apenas o ato contra o impeachment, mas como simultaneamente ocorria algum protesto pela deposição da presidente, podia cobrir os dois, gerando ênfases, imagens e interpretantes mais favoráveis ao impeachment.

**Etapa 2: Proponha uma Abordagem Original** [...] Para ter um protesto bem-sucedido, você precisa fazer algo que as pessoas não estão esperando, algo fora do comum. [...] exemplos [...]

- **Brindes com Arma de Fogo** – Se você está apoiando a Segunda Emenda, [...] peça a um fabricante de armas local para doar uma arma real para o evento. Se as armas forem proibidas no campus, tenha um grande evento no qual você sorteia um tíquete para a arma, que o vencedor recebe [no local] e depois poderá retirá-la junto ao fabricante ou revendedor [...].

- **Esmagar o Dia do Imposto** – Frustrado com o pagamento de seus impostos no dia 15 de Abril? Um grupo de estudantes uma vez comprou um carro antigo, estacionou em frente a uma agência local dos Correios e deixou as pessoas irem pra cima dele com um taco de beisebol depois que saíam dos Correios. Quem não gosta de dar uma pancada na tributação coercitiva?<sup>56</sup> [...] (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 2-3) [\[222\]](#)

Tais exemplos geram interpretantes positivos para ações de violência alienada. O manual não se refere sobre como preservar os serviços públicos sem impostos ou sobre como a difusão de armas na sociedade não reduz a violência mas facilita o acesso a armamentos pelo crime organizado.

O Manual, no terceiro passo, ensina a planejar um protesto, levando em conta sua concepção, objetivos, mensagem, sequenciamento, orçamento, voluntários e difusão.

**Passo 3: Planeje o protesto** [...] É difícil dar uma linha do tempo específica [...] porque os protestos podem ser planejados um mês antes ou apenas alguns dias antes. No entanto, há uma ordem geral que você deve seguir [...]:

**1. Conceitue** – O primeiro passo é chegar à ideia do evento. [...]. Não se acanhe em pedir ajuda ao Students For Liberty para conceituar sua ideia [...]

**2. Determine o Objetivo** - [...] um protesto bem-sucedido deve ter um objetivo final em mente. Além disso, [...] é aquele sobre o qual todos estão falando [...]. Aproveite os métodos de comunicação existentes, como estações de TV em sua área, seu jornal local [...]. Como regra geral, se o seu objetivo não envolve ser coberto por muitos meios de comunicação, seu protesto provavelmente será menos do que bem-sucedido.

**3. Crie a Mensagem** – Outra maneira de pensar sobre isso é criar suas frases de efeito. Se o jornal [...] aparecer para cobrir a matéria [...], você precisa de uma mensagem clara e concisa que todos os organizadores do protesto possam dar.

**4. Crie uma Linha do Tempo dos Eventos** – O que acontecerá e quando acontecerá no evento? [...] Considere segmentar com eventos intermitentes, como um discurso em um alto-falante em determinados pontos, ou prêmios especiais para pessoas que vêm em determinados momentos.

**5. Desenvolva um Orçamento** – Se você vai comprar coisas para o protesto, faça um orçamento e mantenha os custos o mais baixo possível. Certifique-se de incluir algum tipo de brinde. Você deve ter folhetos/panfletos para as pessoas pegarem, mas incluir algo a mais como doces ou um pequeno brinquedo sobre o assunto pode ser memorável.

**6. Organize Voluntários** – Certifique-se de ter um grande número de voluntários no protesto durante o evento. [...] Certifique-se de que as pessoas sejam voluntárias por pelo menos 2 horas [...] e se sintam obrigadas a se envolver com os observadores.

**7. Crie uma estratégia de marketing**<sup>57</sup> [...] (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 3-4) [\[223\]](#)

Assim, o manual afirma que a SFL pode apoiar desde a concretização do protesto até o financiamento. Com a alimentação da mídia e sequenciamento das ações que conectam mensagens simples, o protesto bem-sucedido avançará na conquista de seus objetivos junto à sociedade. O planejamento do orçamento deve prever todos os gastos com o material da propaganda e *souvenirs* para que o protesto seja lembrado.

Mas o protesto bem planejado não terá êxito se não for bem divulgado – tema do quarto passo.

**Passo 4: Divulgue o Protesto** [...] Você precisa informar de antemão às pessoas sobre o protesto. [...] Elabore um comunicado de imprensa, de preferência duas semanas antes, [...] e envie-o para [...] jornais [...], blogueiros [...], a estação de notícias local, rádios locais e qualquer outra mídia que você possa imaginar. [...] Depois disso, faça um Evento no Facebook para promovê-lo e convide o maior número possível de pessoas para participar do evento, para que elas apareçam e apoiem ou se oponham a você. Em seguida, avance e

deixe que muitos grupos de alunos, tanto quanto possível, saibam que você está organizando o protesto. Deixe seus potenciais aliados saberem, assim como seus potenciais oponentes. Em geral, você precisa que as pessoas saibam, de várias maneiras possíveis, sobre o seu protesto, antes que ele realmente aconteça.<sup>58</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 4) [\[224\]](#)

Então o manual explica que é preciso acompanhar a mídia e os grupos que foram informados para que não esqueçam de estar presentes, voltando a alimentá-los com novos materiais. Além disso, destaca:

[...] não se esqueça de enviar atualizações através de suas redes sociais previamente configuradas, enviar e-mails de lembretes e atualizações de mensagens.<sup>59</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 4-5) [\[225\]](#)

O manual explica ainda aspectos a considerar na produção dos panfletos:

[...] Lembre-se, também, de que textos pesados e folhetos excessivamente “ocupados” não são bons. Agarre sua atenção [dos leitores] rapidamente, dê a eles a informação necessária, e recorde que a brevidade é uma virtude com folhetos.<sup>60</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 5) [\[226\]](#)

O próximo passo será a execução do protesto, ajustando o plano à realidade dos acontecimentos.

**Passo 5: Execute o protesto.** Não importa quanto você planeje [...] Algo vai dar errado, seus planos podem mudar [...] e lembre de esperar o inesperado e ser capaz de reagir adequadamente, com profissionalismo.<sup>61</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 5) [\[227\]](#)

Entre as dicas sobre o que não esquecer ao executar o protesto estão, colher contatos, anunciar os próximos eventos e gerar produtos para visibilizar as ações realizadas:

**3. Traga uma Câmera** – Você quer ter o máximo possível de fotos do seu evento para seus registros, boletins informativos [...]. Lembre-se de capturar imagens em ângulos interessantes e, quando possível, certifique-se de tirar fotos que envolvam ação ou que transmitam uma mensagem interessante. Essas imagens são muito mais propensas a serem reimpressas pela mídia. [...]

**4. Traga um Gravador de Vídeo** - [...] vídeos de protestos, do YouTube, podem ser uma ótima maneira para aumentar a sua visibilidade e são ainda mais reveladores do que fotos [...] E, não hesite em colocá-lo online rapidamente para enviar a suas estações de TV locais! <sup>62</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 5) [\[228\]](#)

Escrito em 2009, o manual ainda fala de câmera fotográfica e gravador de vídeo, equipamentos que tiveram essas funções incorporadas aos smartphones, que possibilitam agora, igualmente, transmissões ao vivo dos eventos para páginas de Internet.

## **Parte 2 – Como executar um protesto bem-sucedido**

Na sequência o Manual indica alguns aspectos a considerar para que a execução do protesto, que foi detalhada no planejamento, tenha êxito:

### **Dica 1: Comunidade, Trabalhar em Rede e Encontrar Aliados.**

Como os protestos costumam ser um jogo de números, trabalhar com outros é vital para tornar o seu evento um sucesso. É por isso que construir uma comunidade ou uma rede que esteja disposta a colaborar em projetos é vital para a realização de um protesto. [...] Não tenha medo de convocar organizações estabelecidas para reuniões de coalizão [...] Com o tempo, se você puder desenvolver uma relação de trabalho com pessoas afins, os eventos futuros serão realizados com muito mais facilidade. Isso também economizará tempo, dinheiro e mão de obra para fazer seus protestos funcionarem. [...]

<sup>63</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 6) [\[229\]](#)

Assim, analisando com nossas categorias, os vínculos criados através de redes sociais para fluxos de informação tornam-se laços para fluxos materiais e de poderes, constituindo anéis que permitem o surgimento e manutenção de atores permanentes

para ações conjuntas, enquanto esses fluxos, laços e anéis forem mantidos.

**Dica 2: Diversão Pós-protesto.** O objetivo principal de um protesto é garantir que sua mensagem seja alcançada por um grande público para criar uma mudança fundamental na sociedade. No entanto, os vídeos e as fotos de cada evento também devem ser usados para elevar o moral dos apoiadores e continuar a alcançar seu público. // Crie uma apresentação de slides ou uma montagem de vídeo que possa ser mostrada para aqueles que participaram do protesto. [...] Organize uma exibição em que todos possam assistir ao produto final. Além disso, não se esqueça de postar o vídeo no YouTube ou em um blog [...]. Lembre-se, se as pessoas gostarem de participar de cada evento, será mais fácil fazer as pessoas comparecerem a eventos futuros. [...] Faça amigos, não apenas membros! <sup>64</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 6-7) [\[230\]](#)

Assim, os eventos no espaço de fluxos – no ciberespaço – dão origem a eventos nos espaços de lugares – nas ruas e praças. Mas os signos gerados nesses eventos não-virtuais retroalimentam as comunidades criadas nos ambientes virtuais para desencadear novos eventos não-virtuais ainda mais poderosos num laço de retroação que empodera o movimento para a conquista de seus objetivos.

A organização de protestos, com tal empenho, torna-se, de fato, militância política que requer esforço e trabalho árduo. Ou uma atividade profissional, se há recursos remunerando o trabalho dos coordenadores.

**Dica 3: Ame o Trabalho.** [...] tenha em mente que quanto mais organizado você estiver antes de um evento, e quanto mais tempo você se dedicar para planejar cada evento, mais preparado estará para lidar com problemas logísticos. [...] <sup>65</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 7) [\[231\]](#)

E o líder, segundo o Manual, deve assumir os riscos necessários, conforme a situação o exija, inovando nas ações para que alcancem os resultados previstos.

**Dica 4: Assuma Riscos.** Os protestos mais bem-sucedidos são frequentemente os mais criativos. [...] Se você quer chamar a atenção da mídia, mas não tem 100 mil pessoas marchando nas ruas pela sua causa, ter uma ideia interessante pode fazer alguém perceber. Dê-lhes uma infinidade de razões para tomar conhecimento da sua causa. <sup>66</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 7) [\[232\]](#)

Uma das dicas destaca que o líder deve conseguir mediar o fluxo de conhecimento entre os aliados, de modo que todos possam usar o protesto para veicular suas mensagens, desde que sejam coerentes com os objetivos do protesto.

**Dica 5: Seja Orgânico.** Incentivar os apoiadores a desenvolver suas próprias ideias criativas fará maravilhas para envolver mais pessoas. [...] As pessoas devem se sentir compelidas a pôr em marcha as suas ideias, desde que sejam “valor agregado” ao protesto e à ideia geral de realizar os objetivos do protesto. [...] Se os membros e apoiadores desfrutarem do evento, e sua mensagem é bem recebida e coberta, então seu trabalho foi um sucesso. <sup>67</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 7) [\[233\]](#)

### Parte 3 – Obtenção de Apoio e Financiamento da SFL para realizar os Protestos

Por fim, o Manual informa que, uma vez elaborado o plano do protesto, ele pode ser enviado através de um formulário online para a SFL, visando a obtenção de subsídios para a realização do que foi planejado e que, em caso de dúvida, um diretor regional pode ser consultado sobre os procedimentos:

[...] Quando você tiver um plano, envie uma proposta para os Subsídios de Protesto Estudantil da Students For Liberty para tentar obter financiamento para ele. Se a Students For Liberty não puder apoiar financeiramente o protesto, mas apoiarmos o esforço, forneceremos conexões e recursos não financeiros para apoiar o seu grupo. Além disso, não hesite em entrar em contato com o seu diretor regional. [...] As inscrições para Subsídios de Protesto Estudantil estão disponíveis em: [www.StudentsForLiberty.org/College/Groups/Protests/](http://www.StudentsForLiberty.org/College/Groups/Protests/) <sup>68</sup> (STUDENTS FOR LIBERTY, 2009, p. 7) [\[234\]](#)



Em 2009, quando o Manual foi elaborado, a página de subvenção a protestos estudantis [235] continha informações sobre o financiamento a 15 projetos de baixo valor para o ano letivo de 2009-2010.

### Pedido de Subsídio a Protestos Estudantis

A SFL e a Bureaucrash concederão Subvenções a Protestos Estudantis para 15 protestos estudantis durante o ano letivo de 2009-2010. O propósito dessas subvenções é incentivar o ativismo estudantil pela liberdade nos campi em todo os EUA, fornecendo apoio monetário e não monetário para eventos estudantis que promovam a liberdade. [...]

Essas subvenções são altamente competitivas e nem todas as candidaturas serão financiadas. No entanto, se o seu pedido de subvenção não receber apoio financeiro, mas o seu evento promover as ideias de liberdade, a SFL e a Bureaucrash trabalharão para fornecer ao seu evento tantos recursos não monetários quantos forem possíveis. O envio da inscrição para a Subvenção de Protesto Estudantil é uma ótima maneira de nos informar sobre o seu próximo protesto e acessar *recursos adicionais* que a SFL e a Bureaucrash têm disponíveis. Clique abaixo, envie uma inscrição para a Subvenção de Protesto estudantil. <sup>69</sup> [236] [237]

### Captura de Tela 17: Subvenção de Protestos pela SFL

The screenshot shows the 'Protest Grants' page on the Students For Liberty website. The page features a navigation menu on the left with links for 'About', 'Student Groups', and 'Conferences'. The main content area is titled 'Protest Grants' and includes a 'Description' section explaining the purpose of the grants, a 'Resources' section with links to a handbook and contraband, and a search bar on the right. The page also has a 'DONATE TODAY' button and a '404 Not Found' error message at the bottom right.

www.StudentsForLiberty.org/College/Groups/ProTests/

Students For Liberty

About

- What is SFL?
- Reports
- Media
- History
- LeDoctrip
- Campus Coordinators
- Friends
- FAQ
- Staff Openings

Student Groups

- List of Student Groups
- Start a Student Group
- Join the SFL Network
- Need Help?

Conferences

- 2011 Regional Conferences

**Protest Grants**

**Description**

SFL is proud to provide financial resources to students protesting on campus. Student protests are some of the most important forms of student activism as they are extremely visible, have high rewards for minimal costs, and extremely fun. What's more, student protests archetypically represent the collegiate experience. Unfortunately, most people automatically associate student protests with statism. These Student Protest resources are meant to empower students in a decentralized manner to hold protests for liberty and challenge statist voices on your campus. If you love liberty and want to make it known on campus, SFL has the tools to help you do it.

**Resources**

SFL has a number of resources available for students interested in hosting protests on campus. Here are a few of them:

- [Student Protests Handbook \(pdf\)](#)
- [Bureaucrash Contraband](#) – Get shirts, stickers, and other materials to hype your event.
- [Resources from Other Organizations](#) – SFL is well connected with many other pro-liberty organizations and have established a relationship to get additional materials to groups hosting major protests on their campus. These resources can

Search

SEARCH

**DONATE TODAY**

**GET UPDATES**

**404 Not Found**

nginx/1.13.11

Fonte: [studentsforliberty.org](http://studentsforliberty.org) [238]

No formulário, por sua vez, é explicado como era feito o envio do dinheiro:

Se seu pedido de subvenção receber financiamento, você será reembolsado pelas despesas de protesto até o valor total da subvenção. Este reembolso será enviado após os recibos de despesas serem digitalizadas e enviadas por e-mail para SFL, e depois de você enviar um resumo do evento, junto com fotos, vídeos e artigos do evento que você tiver disponível para SFL e Bureacrash mostrarem (*to highlight*) a outros estudantes e doadores.<sup>70</sup> [239] [240]

Conforme a SFL, houve um crescimento dos pedidos de subsídios para protesto, de 15 para 22, e de pedidos atendidos, de 7 para 16, entre os anos letivos de 2009-2010 e 2010-2011. No documento em que se apresentam esses resultados, lê-se:

SUBSÍDIOS DE PROTESTO. [...] Para grupos que queiram levar a luta contra o crescimento do governo para as ruas, este é o programa para eles.<sup>71</sup> [STUDENTS FOR LIBERTY, 2011, p.32] [241]

Não sabemos como esse programa de financiamento de protestos evoluiu nos anos seguintes nem o volume de recursos adicionais para os quais havia acesso disponível.

### Captura de Tela 18: Formulário para Subvenção de Protesto Estudantil



The screenshot shows a web browser window with the URL <https://www.surveymonkey.com/s/2Z7T1M9P7m@QY0N6Z0ZV>. The page has a yellow background and features a logo for 'STUDENTS FOR LIBERTY' with a torch and scales. Below the logo, the text reads 'Student Protest Grant Application' and '1. Protest Grant Request Form'. A paragraph of instructions follows: 'Please fill out this form if you would like to receive a grant from Students For Liberty to conduct a protest on your campus. If the protest will be occurring in the next 30 days send an email to [progr@studentsforliberty.org](mailto:progr@studentsforliberty.org) with "Protest Grant Request - URGENT" in the subject line and include a brief summary of the protest as well as a name and phone number for a point of contact on campus.' Below this, there is a section titled '1. Applicant Information' with three input fields: 'First Name', 'Last Name', and 'School'.

Fonte: [www.surveymonkey.com](http://www.surveymonkey.com) [242]

Mas nesse formulário, que ainda estava ativo em 03/07/2018, afirmava-se que pedidos de subsídio poderiam ser enviados em regime de urgência:

Se o protesto ocorrer nos próximos 10 dias, envie um e-mail para [...]@studentsforliberty.org com “Pedido de Subsídio de Protesto - URGENTE” na linha de assunto e inclua um breve resumo do protesto, bem como um nome e número de telefone para um ponto de contato no campus.<sup>72</sup> [243] [244]

### 1.13. Instrumentos para o Desfecho do Golpe

Veremos nas próximas seções alguns instrumentos que foram usados para o desfecho do golpe.

Parte dos atores que manejou tais instrumentos, mesmo quando sabia estar violando as leis do país, talvez acreditasse que estava contribuindo para “*passar o Brasil a limpo*”.

A consciência crítica ou alienada do que faziam, entretanto, em nada reduz a participação histórica que tiveram nos acontecimentos que se concluíram no golpe de Estado jurídico-parlamentar de 2016, nem a responsabilidade pelas consequências dos atos que praticaram.

#### 1.13.1. *Redes Sociais para Combate, Propaganda e Mobilização*

Uma das técnicas usadas pelos jovens treinados por organizações norte-americanas, como se vê no Manual de Protestos e na prática do MBL, é valer-se das redes sociais para combate, propaganda política e mobilização. Assim, a Internet foi largamente usada para o fortalecimento do eixo de lutas do impea-

chment e do combate ao Partido dos Trabalhadores, pois para o MBL, como vimos, “*Brasil Livre é Brasil sem PT*”.

Cabe recordar que um dos coordenadores do MBL – eleito vereador pelo DEM, partido que remonta originalmente à ARENA, Aliança Renovadora Nacional, que deu sustentação à ditadura militar iniciada em 1964 – foi condenado judicialmente por usar, de modo indevido, o Facebook em sua campanha eleitoral. [245]

Veremos, mais adiante, como o Facebook e outras redes sociais foram usadas para a manipulação de processos democráticos no Brasil, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

### 1.13.2. *Combate Judicial e Parlamentar*

Em outubro de 2015, o TSE reabriu a ação do PSDB que visava impugnar a candidatura de Dilma e Temer e o Tribunal de Contas da União recomendou ao Congresso reprovar as contas do Governo.

Enquanto isso, o presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha, era investigado no Conselho de Ética daquela Casa, que poderia abrir um processo pela sua cassação. No dia 02/12/2015, a bancada do PT na Câmara anuncia o seu voto pela continuidade dessa investigação e, no final do mesmo dia, Cunha autoriza a abertura do processo de impeachment.

Cinco dias depois, numa carta supostamente vazada, Michel Temer revela suas insatisfações com relação à presidente Dilma, sinalizando a todos sua disposição de assumir a presidência do Brasil. [246]

### 1.13.3. *Difusão do Eixo de Lutas do Movimento Golpista*

No documento “*Uma Ponte para o Futuro*” (PMDB, 2015) [247], Temer apresentou a pauta básica inicial do golpe, em torno do qual consolida a aliança para a deposição da presidente Dilma.

Por coincidência, o título do documento usa o mesmo termo *Ponte*, que também aparecia no *Projeto Pontes*, nos marcos do qual autoridades brasileiras foram capacitadas para atuar em cooperação, formal ou informal, com autoridades norte-americanas.

A *Ponte para o Futuro*, como expressão de um eixo de lutas do grande capital, visava uma radical transformação do Brasil, com a privatização de ativos e serviços públicos em favor de agentes privados nacionais e estrangeiros.

Na prática, todo eixo de lutas possui quatro características básicas: mobiliza diversos segmentos em sua defesa, atende a demandas imediatas desses segmentos, combate estruturas que geram a insatisfação dessas demandas e introduz novas estruturas para o atendimento delas. Em torno de eixos de luta se consolidam os blocos econômicos e políticos na disputa de hegemonia no interior do Estado e da sociedade, difundindo uma visão de mundo que organiza de maneira coerente as relações entre os diferentes aspectos do eixo de lutas com um conjunto de reformas a serem realizadas.

No movimento golpista esse eixo associava o fim da corrupção no país, o fim da inflação e a retomada do crescimento econômico à deposição dos “*governos petistas*”, à redução ou eliminação das políticas de distribuição de renda – pois não caberiam no orçamento da União – e a implantação de uma pauta de reformas de caráter privatizante, reduzindo o papel do Estado na economia.

Englobando propostas de vários projetos de lei em tramitação e outras medidas que poderiam ser aprovados rapidamente pelo novo governo, a *Ponte para o Futuro* tinha como beneficiários, entre outros:

- grandes grupos econômicos privados, em geral, aumentando as taxas de lucro na exploração do trabalho com a supressão da lei de progressão do salário-mínimo, com a eliminação ou redução de encargos trabalhistas – tornando sem efeito a maioria dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – e com a redução ou eliminação de impostos;

- companhias estrangeiras, em particular, que atuam no ramo de petróleo e derivados, que poderiam atuar como *operadoras* na exploração do pré-sal, pondo fim à exclusividade da Petrobras como operadora dessas jazidas;
- corporações internacionais, com a privatização de ativos da União, que poderiam alcançar até mesmo a Petrobras, Eletrobras e os bancos públicos;
- investidores nas bolsas de valores, com o movimento dos capitais externos que entrariam no país, valorizando as ações no mercado mobiliário;
- operadores financeiros que atuam na distribuição dos títulos do Tesouro Federal, emitidos para a rolagem da dívida pública, e no mercado de câmbio, beneficiados com uma política monetária e cambial que ampliasse os volumes de sua realização de lucros;
- bancos privados e investidores, com a redução de impostos sobre atividades financeiras, negociação ou perdão de dívidas dos bancos e redução ou eliminação de políticas sociais, resultando em economia de recursos para preservar o pagamento de juros e serviços relacionados à rolagem da dívida pública;
- grandes grupos de mídia, com a reconcentração das verbas de publicidade [248] do Governo Federal em seus veículos, pondo fim ao processo de desconcentração [249] e pulverização desses recursos, adotado pelos governos Lula e Dilma – e que foi aprofundado a partir de 2015 –, visando distribuir esse recurso pelo território nacional e alcançar veículos regionais e menores. [250]

#### 1.13.4. Violações da Lei na Operação Lava Jato

Em março de 2016, em São Paulo, em procedimento ilegal, o ex-presidente Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal, numa das fases da operação Lava Jato.

Semanas depois, buscando uma interlocução do Governo com a oposição, visando reverter o cenário político desfavorável, Dilma anuncia que daria posse ao ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil.

Em seguida, o juiz Sérgio Moro publica gravações feitas pela Polícia Federal na operação Lava Jato, entre as quais uma es-

cuta ilegal de um diálogo entre Dilma e Lula, cuja divulgação por ele também era ilegal. No despacho, gerando um interpretante negativo ao diálogo sobre um termo de posse, afirma:

“a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras”. (MORO, apud RICHTER, 2016) [\[251\]](#)

Dias depois, outro juiz concede uma liminar para suspender a nomeação de Lula, que recorre da decisão. Porém, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, suspende definitivamente a sua nomeação.

Nesse contexto de violações reiteradas da lei no seio da operação Lava Jato, inclusive pelo próprio juiz Sérgio Moro, a Câmara dá continuidade ao processo do impeachment e o PMDB rompe com o Governo.

Moro pede desculpas ao STF pela divulgação do diálogo entre Dilma e Lula. E o Supremo Tribunal Federal nada fez de mais concreto em relação às violações da lei cometidas pelo juiz.

### *1.13.5. Golpe “com Supremo e com tudo” para “estancar a sangria”*

Em março são gravadas conversas entre o senador Romero Jucá e Sérgio Machado, divulgadas em maio, nas quais o senador sugere a realização do impeachment de Dilma, “*com o Supremo e com tudo*”, para deter a operação Lava Jato e “*estancar a sangria*”:

JUCÁ – Tem que ter impeachment. Não tem saída. [...] Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria. [...]

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]. [...] É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com o Supremo, com tudo.

MACHADO – Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto. [...] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. [...] Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. [...]

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava jato]

JUCÁ - Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO: ...E burro (...) Tem que ter uma paz, um...

JUCA: Eu acho que tem que ter um pacto.

MACHADO: Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ: Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça]. (apud CARTA CAPITAL, 2016 e DEUTSCH WELLE, s.d.p, colchete dos editores) [\[252\]](#) [\[253\]](#)

### 1.13.6. Câmara e Senado aprovam o Impeachment

No dia 17/04/2016 a Câmara aprova a abertura do processo de impeachment. Em 12 de maio Temer assume interinamente a presidência e, a partir de 31 de agosto, de maneira definitiva. Semanas depois é encerrado o projeto de expansão da rede *Students For Liberty* com recursos da John Templeton Foundation.

O pedido de impeachment acolhido por Eduardo Cunha acusava a presidente Dilma de haver cometido crime de responsabilidade fiscal, porque teria realizado empréstimos bancários junto ao Banco do Brasil para pagar gastos da União e também porque teria emitido seis Decretos de Crédito Suplementar sem autorização do Congresso.



O argumento reporta-se, igualmente, à reprovação pelo Tribunal de Contas da União das Contas do Governo Dilma no exercício de 2014, com base no voto do Ministro Relator Augusto Nardes, que afirma:

a contratação de operações de crédito com inobservância de condições estabelecidas em lei, o não registro nas estatísticas fiscais das dívidas contraídas junto ao FGTS e a omissão das respectivas despesas primárias no cálculo do resultado fiscal criaram uma situação irreal para que a Presidente da República editasse decretos de contingenciamento em montantes inferiores àqueles necessários ao cumprimento das metas fiscais do exercício de 2014, permitindo, desse modo, a execução indevida de despesas de caráter discricionário. (NARDES, 2015, p. 30) [\[254\]](#)

Para que se entenda a inconsistência da denúncia sobre práticas de execução orçamentária, que foram igualmente adotadas por diferentes governos em gestões anteriores, esclareçamos algumas preliminares.

Todo ano o Congresso Nacional aprova a Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro daquele período, prevendo os limites e destinações gerais de gastos. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, em síntese, que o Governo não pode gastar mais do que arrecada [\[255\]](#).

Por isso, não havendo previsão de arrecadação suficiente, o Governo emite Decretos de Contingenciamento, retardando ou mesmo estabelecendo a inexecução de parte da programação da despesa prevista na Lei Orçamentária em razão da insuficiência de receitas.

Por sua vez, os Decretos de Crédito Suplementar permitem alterar os limites que foram contingenciados, seja porque a arrecadação verificada posteriormente permite expandir tais limites, seja porque a redução de despesa em alguma área permite alocar recursos em outra [\[256\]](#).

A acusação de que a emissão dos Decretos de Crédito Suplementar não havia sido autorizada pelo Congresso era descabida,

pois como afirma o Artigo 4º da Lei Orçamentaria de 2015, aprovada pelo próprio Congresso,

Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2015 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais, para o atendimento de despesas[...]” (LEI Nº 13.115/2015.) [257]

Como os decretos eram decorrentes da gestão orçamentária e não aumentaram os limites de execução estabelecidos no decreto de contingenciamento, eles não ampliaram a despesa total executada, apenas permitiram o remanejamento de recursos entre os órgãos para melhor execução do conjunto das metas previstas. Assim, não houve comprometimento da meta fiscal. Pelo contrário o Governo Federal cortou R\$ 8,6 bilhões naquele ano em gastos discricionários, o que aumentou o contingenciamento total em 2015 para R\$ 79,8 bilhões, que foi o maior contingenciamento já verificado desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal entrou em vigor. [258]

A segunda acusação era de que o atraso no pagamento de equalizações de juros relacionadas ao Plano Safra, teria configurado um crédito do Banco do Brasil à União, ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ocorre, entretanto, que os contratos de crédito são firmados pelos agricultores e o banco, a uma determinada taxa, e o governo federal subvenciona a diferença em relação aos juros de mercado.

Assim, se os agricultores atrasam o pagamento ou se ocorre a oscilação da taxa de juros no mercado, há uma variação mensal dos valores a serem pagos pelo governo referente à equalização das taxas.

As normas que regulam a equalização – a Lei 8.427/1992 [259] e portarias do Banco Central – não determinam o prazo para que o governo pague essas subvenções, havendo a correção monetária dos valores até que o seu pagamento seja realizado.

Desse modo, se não há determinação de prazo, tampouco houve atraso pelo governo no pagamento dessas subvenções que foram atualizadas conforme a inflação, havendo por outra parte o pagamento de juros de mora pelos agricultores que atrasaram suas obrigações junto ao Banco do Brasil.

Assim, nada houve de irregular. Mas se alguma irregularidade tivesse ocorrido, a responsabilidade sobre a subvenção do Plano Safra seria do Ministério da Fazenda, via Tesouro Nacional, e não da presidente Dilma.

Contudo, ainda que a diferença final paga pelo governo – entre os valores mensalmente apurados de subvenção a pagar e o pagamento realizado da subvenção ao banco – fosse considerado pagamento de juros, ainda assim, tratar-se-ia de *juros de mora* por prestação de serviço realizado pelo Banco do Brasil para o Governo Federal e não de operação de crédito ao governo. Pois, do ponto de vista contábil, são de naturezas diferentes os juros moratórios e os juros compensatórios.

Assim, não houve crime de responsabilidade da presidente para invocar-se a Lei 1.079/1950 [260] em sua deposição. Por outra parte, o emprego arbitrário e ilegal do instrumento do impeachment previsto nessa lei, converteu tal deposição em golpe de Estado.

Em síntese, o Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que

“até trinta dias após a publicação dos orçamentos [...] o Poder Executivo estabelecerá programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.” (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000) [261]

E o Art. 9º diz que

“se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado

primário ou nominal [...] os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.” (IDEM) [\[262\]](#)

Assim, analisar a execução da Lei Orçamentária Anual em períodos menores que o anual para afirmar a existência de “pedaladas fiscais” – pagar, em meses seguintes, as dívidas geradas em meses anteriores no Plano Safra – foi o artifício usado para imputar um crime de responsabilidade à presidente Dilma, desconsiderando que, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos na *execução anual* ficaram dentro do previsto, tanto no orçamento aprovado pelo Congresso naquele ano quanto no decreto de contingenciamento.

O argumento favorável ao impeachment alegava que a Lei do Orçamento havia sido modificada em dezembro, com o PLN 36/14 [\[263\]](#), para alterar o cálculo do superávit primário.

A alteração permitiu abater da meta fiscal os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (que até o início de novembro somavam R\$ 51,5 bilhões) e as desonerações fiscais (que até setembro somavam R\$ 75,1 bilhões). Essas desonerações correspondiam à renúncia de impostos que o governo federal havia realizado, visando estimular setores produtivos, particularmente o automobilístico e de eletrodomésticos, que puderam vender seus produtos sem pagar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Assim, como publicou o próprio Senado Notícias, em 04/12/2014,

ao não estabelecer um teto, o projeto abre a possibilidade de o governo abater da meta fiscal até o total do PAC mais as desonerações, montante que já passou de R\$ 130 bilhões. Agora, o Executivo pode manejar o superávit e, mesmo que feche as contas com déficit primário, não terá descumprido a meta definida pela LDO em vigor (Lei 12.919/13). (SENADO NOTÍCIAS, 2014) [\[264\]](#)

Por isso, não houve crime de responsabilidade fiscal na execução do orçamento para justificar a aprovação do impeachment pelo Congresso Nacional. O que houve, de fato, foi um Golpe de Estado Parlamentar avalizado pelo Poder Judiciário.

#### **1.14. Noam Chomsky denuncia o “soft coup” e intelectuais estrangeiros assinam manifesto**

Em maio de 2016, Noam Chomsky, usando o termo “*soft coup*”, denuncia o golpe de estado no Brasil. E no mês seguinte é lançado um manifesto “Em defesa da Lei e da Ordem Democrática no Brasil”, assinado por cem intelectuais de diferentes países, entre eles Jürgen Habermas, Axel Honneth, Nancy Fraser, Rainer Forst, Charles Taylor e Alessandro Ferrara. [\[265\]](#)

Nas palavras de Chomsky,

A elite detestou o Partido dos Trabalhadores e está usando esta oportunidade para se livrar do partido que venceu as eleições. Eles não estão esperando pelas [próximas] eleições, que provavelmente perderiam, mas querem se livrar dele [do PT], explorando uma recessão econômica, que é grave, e a corrupção massiva que foi exposta. [...] Ela [Dilma Rousseff] está sendo acusada de manipulações no orçamento, que são bastante comuns em muitos países [...]. Talvez seja uma incorreção de algum tipo, mas certamente não justifica o impeachment. Na verdade, [...] nós temos a líder política que não roubou [...], que está sendo casada por uma gangue de ladrões [...]. Isso conta como uma espécie de golpe brando.<sup>73</sup> [DEMOCRACY NOW, 2016] [Colchetes nossos] [\[266\]](#)

#### **1.15. Mesmo sob ataque, Petrobras consolida posição global**

Ainda que num ambiente bastante adverso, em junho de 2016 a Petrobras consolida sua vantagem comparativa frente a

média mundial na extração de Petróleo, alcançando a produção de 1 milhão de barris por dia [267], extraídos da camada Pré-Sal, a um custo de extração de US\$ 8,00 por barril, em razão das tecnologias utilizadas, enquanto a média na extração mundial por barril era de US\$ 15,00 [268].

As operações de refino que passava a desenvolver nos Estados Unidos lhe permitiram realizar lucros em dólares naquele mercado, escapando da oscilação do câmbio e consolidando sua estratégia de expansão na operação do pré-sal.

A análise da geração operacional de caixa da empresa, revela que ela tinha plenas condições de seguir expandindo suas ações nesse mercado.

Tabela 3 – Petrobras: Saldo de Caixa, Geração Operacional de Caixa e Liquidez Corrente

	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Saldo de caixa</b> (US\$ bilhões)	13,52	15,87	16,66	25,06	21,20
<b>Geração Operacional</b> <b>de Caixa (US\$ bilhões)</b>	27,04	26,30	26,60	25,90	26,10
<b>Liquidez Corrente</b>	1,7	1,5	1,6	1,5	1,8

Fonte: Cláudio Oliveira apud SOUZA, 2017, com dados dos Balanços Auditados e Publicados da Petrobras [269]

De fato, no terceiro trimestre de 2014 a Petrobras havia se tornado a maior empresa petrolífera de capital aberto no mundo, superando a ExxonMobil (NOGUEIRA, 2015). [270]

E, em 2016, conforme dados da CIA, disponibilizados em seu *The World Factbook* [271], o Brasil alcançou a posição de 10º maior produtor mundial de Petróleo e maior produtor da América Latina, ultrapassando a Venezuela e o México. [272]

Se fosse mantida a mesma estratégia de expansão da Petrobras, com mais 10% de petróleo extraído ao dia, o Brasil passaria a ocupar a oitava posição global na produção mundial de petróleo.

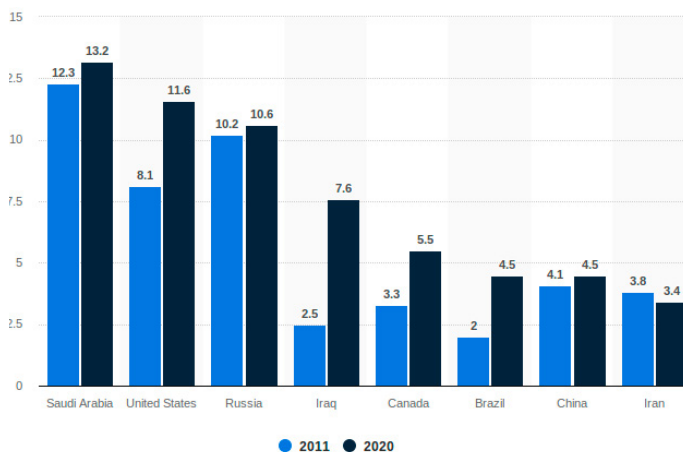
Tabela 4 – Produtores Mundiais de Petróleo: Óleo Cru – Barris/dia – Ano 2018

Posição	País	Barris/Dia	Mês
1	Rússia	10.550.000	Jan/18
2	Estados Unidos	10.264.000	Feb/18
3	Arábia Saudita	9.907.000	Mar/18
4	Iraque	4.360.000	Mar/18
5	Canadá	3.949.000	Jan/18
6	Irã	3.814.000	Mar/18
7	China	3.729.000	Jan/18
8	Emiratos Árabes Unidos	2.872.000	Mar/18
9	Kuwait	2.700.000	Mar/18
10	Brasil	2.615.000	Jan/18

Fonte: tradingeconomics.com [273] [274]

Com a expansão da produção nas áreas do pré-sal, analistas de mercado projetavam que em 2020 o Brasil teria o potencial de ocupar a sexta posição global na produção de Petróleo.

Gráfico 7 - Potencial de Produção Máxima de Óleo Cru em Países Seleccionados – 2011 a 2020, em Milhões de Barris por dia.



Fonte: www.statista.com [275]

Por outra parte, entre os maiores importadores mundiais de petróleo estão justamente a China e a Índia, que fazem parte dos BRICS. Assim, o crescimento econômico dos BRICS, demandando petróleo e derivados de Rússia e Brasil, em condições estáveis de negociação no interior do bloco, permitia ao país e ao bloco alargar suas operações de forma sustentada.

Tabela 5 – Importação de Óleo Cru por País

Ranking	País	Barris/dia	Ano
1	China	8.400.000	2018
2	Estados Unidos	7.900.000	2018
3	Índia	4.930.000	2018
4	Japão	3.441.000	2014
5	Coreia do Sul	2.949.000	2014

Fonte: The World Factbook e outros [\[276\]](#) [\[277\]](#) [\[278\]](#)

Assim, enquanto José Serra/PSDB, o MBL e as mídias, cada qual a seu modo, afirmavam que a Petrobras passava por uma crise profunda resultante da corrupção dos “governos petistas” que a haviam fragilizado, tornando difícil a sustentação de suas operações e o alcance das metas previstas, ela estava, de fato, batendo as empresas concorrentes e galgando posições no ranking da produção mundial de petróleo.

### A Difícil Situação da Exxon Mobil e da Chevron

Toda jazida de petróleo possui um volume limitado de óleo a ser extraído. Após ultrapassar a fase de pico de sua exploração, a extração se torna mais custosa e a rentabilidade vai caindo.

Nos últimos anos, muitas das grandes empresas petrolíferas atravessam sérios problemas com a queda de volume em suas reservas, menor rentabilidade e queda de receitas.

Em situação delicada, a Chevron e a Exxon Mobil encontraram no pré-sal brasileiro um fator importante para preservar suas posições globais.



Como destacou Cláudio Oliveira, ex-economista da Petrobras,

para se manter equilibrada na bolsa de valores, a Chevron, que em 2016 apresentou um prejuízo de US\$ 500 milhões, efetuou distribuição de dividendos de US\$ 4 bilhões. A Exxon, maior petroleira mundial, apresentou um lucro de US\$ 7 bilhões, mas fez uma distribuição de US\$ 12 bilhões em dividendos. Pasmem, estas empresas estão pegando empréstimos para pagar dividendos. É um suicídio financeiro. Esta situação das grandes petroleiras é o pano de fundo de tudo que ocorre hoje na Petrobrás. Para elas, o pré-sal brasileiro é a tábua de salvação. A única esperança visível. [279]

Essas informações podem ser cruzadas com o que foi publicado no *The New York Times*, em 29 de abril de 2016, em matéria intitulada “*Low Oil Prices Pinch Exxon and Chevron Earnings*” [Preços baixos do petróleo afetam receitas da Exxon e Chevron]:

A indústria de petróleo e gás resistiu à sua crise mais severa desde o colapso dos preços na década de 1980. Houve pelo menos 62 falências de empresas de petróleo e gás no último ano, e aproximadamente 120 mil trabalhadores americanos de petróleo e gás – quase um em cada quatro em todo o país – perderam seus empregos. [...]

As perdas da Chevron foram um pouco maiores que o esperado. Sua receita caiu mais de 30%, para quase US\$ 23,6 bilhões, em grande parte por causa de perdas em suas operações de exploração e produção nos Estados Unidos. A empresa anunciou que cortaria mais 1.000 postos de trabalho este ano, elevando o corte total de empregados a 8.000 funcionários.

A Standard & Poor's rebaixou esta semana a classificação AAA da Exxon Mobil para AA+, citando a quase triplicação da dívida da empresa para cerca de US\$ 20 bilhões no ano passado, a partir de 2013, enquanto lutava para substituir as reservas. [...]. Mostrando confiança em seu futuro, no entanto, a Exxon Mobil elevou seu dividendo ligeiramente no dia seguinte [...]

A produção americana [de petróleo] está caindo rapidamente, em mais de 600 mil barris por dia no último ano, para 8,9 milhões de barris por dia.

Especialistas projetam que a produção cairá em mais 600 mil barris por dia nos próximos meses. Com 77% das sondas nos Estados Unidos desativadas nos últimos dois anos, há um consequente declínio

na produção nacional de petróleo e gás natural. No geral, o número de sondas internacionais caiu cerca de 32%, de acordo com um relatório recente do Citi Research, uma divisão do Citigroup Global Markets.<sup>74</sup> (KRAUSS, 2016) [280] [colchete nosso]

Assim, a dificuldade em substituir reservas da Exxon Mobil foi equacionada com a tábua de salvação encontrada, a privatização do pré-sal brasileiro, fruto do golpe de estado no Brasil, para o qual os coordenadores locais do Studentes For Liberty tiveram um relevante papel, difundindo a ideologia da privatização da Petrobras.

Por outro lado, a elevação do preço dos combustíveis no Brasil e a redução proposital da ocupação da capacidade instalada das refinarias da Petrobras a partir do golpe, assegurou o aumento de importações de óleo diesel dos Estados Unidos – como veremos nas Seções 1.20.4 e 2.4 – contribuindo para gerar postos de trabalho no setor petrolífero norte-americano enquanto gera ociosidade da capacidade instalada das refinarias no Brasil, o que resulta em desemprego no setor petrolífero brasileiro.

### **Sobre as Obrigações da Petrobras**

A argumentação da existência de uma crise na Petrobras – propagada pelas grandes mídias – se movia numa confusão contábil, ao tratar das obrigações, dívidas e investimentos da empresa.

As *obrigações* tanto podem ser dívidas de curto e médio prazo quanto compromissos de longo prazo, associadas a investimentos que expandem os resultados da empresa.

Em linhas gerais, a realização de investimento gera obrigações que são cobertas com o próprio retorno da atividade. Assim, quando o retorno do investimento sustenta o pagamento da antecipação obtida para a realizar o próprio investimento, a situação da empresa é saudável, pois as obrigações a pagar estarão cobertas pelo caixa da empresa.

Não se pode confundir, portanto, a totalidade das obrigações de uma empresa com as dívidas a vencer no curto prazo,

para as quais se requer disponibilidade imediata de valores para a sua liquidação.

Na administração das empresas, em geral, as obrigações de longo prazo são normalmente renegociadas, considerando os resultados de caixa, com base na própria expansão da atividade alcançada com os investimentos já realizados, e o plano estratégico da empresa para os anos seguintes.

Porém, as grandes mídias apresentaram para a sociedade o aumento das obrigações da Petrobras – fruto dos investimentos realizados para a expansão de suas atividades – como se fosse o crescimento de uma dívida a ser liquidada no curto prazo.

E com isso elas ecoaram o argumento ideológico da necessidade de privatizar ativos da empresa, escondendo os impactos que essas privatizações teriam no seu caixa – como no caso dos gasodutos e refinarias –, no conjunto das cadeias produtivas da economia nacional e no custo de vida das famílias, com a elevação dos preços de combustíveis, particularmente do diesel e do gás de cozinha.

Bastava comparar a geração operacional de caixa da Petrobras frente as grandes empresas petrolíferas para ver não apenas a sua capacidade de honrar as obrigações contraídas pelos investimentos realizados, como também a sua boa posição em relação à concorrentes.

Tabela 6 – Empresas Petrolíferas: Receita Bruta e Geração Operacional de Caixa – Ano 2016 (US\$ bilhões)

	<b>BR</b>	<b>Chevron</b>	<b>Shell</b>	<b>Exxon</b>	<b>BP</b>
Receita bruta	102,90	110,20	233,59	266,10	183,01
G.O.C.	26,10	12,90	20,12	22,10	10,69
Relação	25%	12%	9%	8%	6%

Fonte: Cláudio Oliveira apud SOUZA, 2017 [\[281\]](#)

Segundo Oliveira, analisando-se o próprio *Plano de Negócios e Gestão 2017/2021* da Petrobras, podia-se verificar que

“para estes cinco anos é projetada uma GOC de US\$ 158 bilhões (já pagos os dividendos). Ou seja, uma media anual superior a US\$ 30 bilhões.” [282]

Não havia, portanto, necessidade de alienar ativos da companhia para honrar seus compromissos.

### **A Refinaria de Pasadena**

Outro assunto muito explorado pelas mídias hegemônicas foi o volume total de investimentos realizados na refinaria de Pasadena.

O desacordo entre a Petrobras e a Astra Oil, que eram sócias nessa refinaria, sobre a realização de investimentos foi levado aos tribunais norte-americanos.

O juiz do caso, com base na interpretação de duas cláusulas do contrato, *Put Option* e *Marlim*, determinou que a Petrobras comprasse a parte da Astra Oil.

A Petrobras recorreu da decisão, mas no final perdeu a causa em Cortes Superiores, sendo obrigada a pagar US\$ 820,5 milhões, valor que resultava da avaliação de mercado da refinaria durante o processo judicial, acrescido de parte de reembolso de garantias bancárias provida pelos sócios, além de juros, honorários e outras despesas do processo. [283]

Nos noticiários costumou-se contrapor o preço final pago pela refinaria com o preço pelo qual a Astra Oil a havia comprado, levantando-se suspeitas sobre a operação. No Brasil, o próprio Tribunal de Contas da União concluiu por um prejuízo de US\$ 793 milhões com a compra da refinaria.

Entretanto, como o preço pago na compra dos 50% restantes da Astra Oil foi determinado num processo judicial, tais dúvidas sobre o valor de mercado da refinaria deveriam recair sobre o próprio tribunal norte-americano que estipulou o valor a pagar e não sobre a Petrobras.

## **1.16. Substitutivo do Projeto de José Serra/PSDB é aprovado, beneficiando a Petroleiras Estrangeiras**

Em fevereiro de 2016, o Senado aprovou o projeto de lei, originalmente apresentado por José Serra, que alterava o marco regulatório de exploração do pré-sal – mas numa versão substitutiva, do senador Romero Jucá. E, por fim, em 29 de novembro, essa versão foi aprovada pela Câmara, instituindo a Lei nº 13.365 que alterou lei anterior do pré-sal [\[284\]](#).

O projeto eliminou a obrigatoriedade de participação da Petrobras no regime de partilha – como queriam as petroleiras estrangeiras –, quebrando a base do controle estatal das reservas do pré-sal.

A nova estratégia, adotada pelo governo golpista, se caracterizou por outras duas mudanças centrais:

[...] o abandono da busca pela autossuficiência energética na política de exploração e produção de petróleo e gás e; [...] o estabelecimento de um cronograma acelerado de leilões do petróleo do pré e do pós-sal. (LEÃO, 2017) [\[285\]](#)

Como foi analisado na ocasião, sobre o impacto futuro da nova lei,

essas modificações deslocaram o eixo estratégico que o pré-sal poderia ter para o planejamento energético do longo prazo e para a indução da cadeia do setor petróleo no Brasil com a retirada da obrigatoriedade da Petrobrás e o abandono de uma política energética. Somou-se o desmonte da política de conteúdo local. Assim, a maior parte da renda gerada na exploração e produção de petróleo no pré-sal deve ser vazada para o exterior, gerando o desenvolvimento industrial em outros países. (IDEM) [\[286\]](#)

Assim, tais mudanças

favorecem claramente as empresas petrolíferas estrangeiras, que podem ingressar de forma acelerada independentemente da postura da Petrobras no pré-sal, assim como a cadeia de seus fornecedores globais que substituirão os fornecedores brasileiros. (IDEM) [\[287\]](#)

Desde então, o controle da exploração de vários blocos do pré-sal passou a empresas estrangeiras, entre elas as norte-americanas Chevron e Exxon Mobil. E como a Petrobras tem de compartilhar tecnologia com elas para a extração conjunta de petróleo na camada pré-sal, sua vantagem comparativa, conquistada com a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico no país, foi diluída.

Vale lembrar que recursos da Exxon Mobil, na casa de um milhão de dólares, haviam sido doados anteriormente à Atlas Network, que por sua vez, como vimos na *Seção 1.10*, contribuiu – com seu programa *Atlas Leadership Academy* – para a formação de lideranças da *Students For Liberty* que, atuando no Brasil como lideranças do MBL, apresentaram na Câmara dos Deputados um pedido de impeachment da presidenta Dilma e capacitaram a mais de mil lideranças jovens no país em defesa da “*privatização de todas as empresas públicas*”, particularmente, da Petrobras.

Tabela 7 – Financiadores da Atlas Network

Doador	Total Doado (US\$)
John Templeton Foundation	9.669.538
Earhart Foundation	3.429.240
Sarah Scaife Foundation	2.451.590
DonorsTrust	2.365.000
Exxon Mobil	1.082.500

Fonte: Desmogblog 18/07/2018 [\[288\]](#)

## 1.17. Students For Liberty Deleta Dados do EPL e Matéria sobre o Partido Social Liberal

Em novembro de 2016, dois meses após o impeachment, o publicitário Juliano Torres, ex-diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade, publicou uma nota criticando a *Students For Liberty Brazil*, denunciando que arquivos pessoais de funcionários e bancos de dados do EPL foram deletados. Segundo ele:

“os e-mails do EPL foram bloqueados, as mídias sociais alteradas, e o site constantemente vítima de tentativas de tomada. A equipe foi ameaçada e desrespeitada, arquivos pessoais dos funcionários e banco de dados oficial do EPL foram deletados, houve pedido para que a equipe não trabalhasse no escritório, mas na casa de um funcionário do SFL, e finalmente, tomaram a página oficial da organização.” (BOLETIM DA LIBERDADE, 2016) [\[289\]](#)

Curiosamente, no próprio site norte-americano da Students For Liberty e no site da Atlas Network materiais relacionadas ao MBL ou que faziam referência a Kim Kataguiri também começaram a desaparecer – tais como a matéria de Casey Given, intitulada “*Here’s how one SFL Local Coordinator is changing Brazil for the Better*”, que desaparece do site da SFL, e a indicação do MBL como *partner* da Atlas Network, que desapareceu do site desta entidade – como destacou, neste caso, a pesquisadora Katia Gerab Baggio em seu artigo “*Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*”:

“em visita ao site da Atlas Network em maio de 2016, verifiquei que havia 76 organizações parceiras na América Latina e Caribe, exatamente uma a mais do que as que constavam no site no dia da minha apresentação no XII Encontro Internacional da ANPHLAC, ocorrida dois meses depois, em 28 de julho. Entre as 76, estava o Movimento Brasil Livre (MBL), que, em julho, não aparecia mais na lista de parceiras. Nada, obviamente, é por acaso. Houve, provavelmente, uma deliberada decisão por ocultar o MBL da lista de *partners* no período de votação do impeachment da presidente Dilma no Senado.” (BAGGIO, 2016) [\[290\]](#)

## 1.18. Ministro do STF Relator da Lava Jato morre em Acidente Aéreo

Em 19/01/2017, próximo ao aeroporto de Paraty (RJ), caiu o avião em que viajava o ministro Teori Zavascki – que era relator da Lava Jato no STF, como vimos na *Seção 1.13.5*.

Estava em suas mãos homologar ou não a delação premiada de executivos da Odebrecht que implicava o presidente golpista Michel Temer e parlamentares de sua base no recebimento de propinas da construtora.

Essa delação foi, posteriormente, homologada pela presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia. A relatoria da Lava Jato, por sua vez, passou à responsabilidade do ministro Edson Fachin.

Um dos filhos de Zavascki cogitou a hipótese de o acidente haver ocorrido em razão de uma sabotagem para atrasar as investigações sobre crimes de corrupção envolvendo políticos.

As investigações das causas do acidente, que correm em segredo, ainda não tinham sido concluídas no início de 2018.

Mas, um jornal publicou que:

as perícias da PF já descartaram, além de sabotagem no interior do avião como explosões ou incêndio interno, também algum problema no motor ou intoxicação do piloto [...], que não havia tomado bebida alcoólica, drogas ou medicamentos controlados antes do voo. (VALENTE, 2018) [\[291\]](#)

A hipótese mais provável para o acidente, segundo o jornal, seria uma desorientação do piloto, em razão de fortes chuvas e da falta de visibilidade no momento do pouso. O acidente teria ocorrido após o piloto abortar uma segunda tentativa de aterrissagem.

O delegado-chefe da Polícia Federal em Angra dos Reis, que abriu o inquérito sobre o acidente e decretou sigilo sobre as apu-



rações, e um outro policial federal, entretanto, acabaram sendo mortos em Florianópolis alguns meses depois:

De acordo com a PF, um desentendimento entre os policiais e o empresário [...] Souza Júnior, [...] deu início a uma troca de tiros, e os dois morreram baleados. (BERTOLUCCI, 2017) [\[292\]](#)

Conforme o segundo relatório sobre o acidente,

Além de periciar os destroços da aeronave e as gravações das conversas entre o piloto e torre de controle, o inquérito realizou exames nos corpos do piloto, do ministro e das outras vítimas para descartar qualquer tipo de anormalidade que possa ter gerado o acidente. (MONTEIRO, 2018) [\[293\]](#)

## **1.19. Greve de Caminhoneiros e Locaute de Transportadoras**

Em 21 de Maio de 2018 tem início uma greve de caminhoneiros acompanhada de um locaute de transportadoras de cargas, pressionando pela redução do preço do óleo diesel.

Em quatro dias começa a haver postos de gasolina e aeroportos sem combustível, desabastecimento em alguns supermercados, escolas suspendendo aulas, toneladas de alimentos perdidos por falta de escoamento e de aves mortas por falta de ração, empresas parando de produzir por falta de insumos, aeroportos sem combustíveis e diversas outras consequências.

Um locaute idêntico já havido sido utilizado, por exemplo no Chile antes da deposição de Salvador Allende em 1973 e mesmo contra Dilma Rousseff em 2015.

Circularam, então, pela web diversos vídeos propondo a privatização da Petrobras aos pedaços como solução para a redução de preços dos combustíveis e a necessidade do retorno dos

militares ao controle do poder de Estado, com o bordão “Intervenção Militar Já!”, para restabelecer a ordem no país.

A Bloomberg, por sua vez, publica um artigo intitulado “*Greve dos Caminhoneiros Brasileiros Pode Moldar a Eleição Presidencial [Brazilian Truckers’ Strike May Shape Presidential Election]*”, em que se afirma:

Enquanto vários candidatos à presidência propuseram privatizar empresas estatais, citando um escândalo de corrupção massiva que emergiu há quatro anos, o favorito (*front-runner*) Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal de direita, tem sido mais cauteloso com a questão, sugerindo que os preços não deveriam ser deixados totalmente sem fiscalização.<sup>75</sup> (BATISTA, 2018) [294]

A matéria, entretanto, é enganosa, pois como nenhuma candidatura havia sido registrada ou negada pelo TSE, o candidato melhor posicionado nas pesquisas de opinião era, naquele momento, o ex-presidente Lula, muito à frente de Jair Bolsonaro.

## 1.20. O Pré-sal e a Petrobras como Alvos do Ataque

Pedro Parente assumiu a presidência da Petrobras em 1º de junho de 2016.

Relativizando a importância do pré-sal, ele defendeu o projeto de lei de José Serra/PSDB, que acabava com a exclusividade da Petrobras como única operadora dessas jazidas. E, conforme a Federação Única dos Petroleiros, como veremos mais adiante, Parente

passou a gerir a Petrobras com a ajuda de executivos da concorrência, que ganharam acesso livre às informações estratégicas da companhia (FUP, 2018h) [295].

Em sua gestão, Parente iniciou a privatização da produção de biocombustíveis, distribuição de gás, refinarias, produção de fertilizantes e participações na petroquímica e pôs à venda a BR Distribuidora, a Liquigás, a fábrica de nitrogenados de Três Lagoas e o gasoduto do Sudeste. Nesse período, já sob o novo marco regulatório do pré-sal, ocorrem vários leilões, assegurando a apropriação estrangeira de gigantescos volumes de petróleo brasileiro.

### 1.20.1. Plano de Negócios e Gestão 2017-2021

De fato, o *Plano de Negócios e Gestão 2017-2021* da Petrobras reduziu investimentos e iniciou a privatização da empresa [296], vendendo partes dela para a iniciativa privada.

Um estudo do Ministério de Minas e Energia (2017), intitulado *Combustível Brasil*, destaca que esse *Plano* apontou o seguinte como “*estratégia para o segmento de refino, transporte, armazenamento e comercialização de derivados*” [297]:

- (1) a promoção de uma nova política de preços e a maximização de margens na cadeia de valor;
- (2) a não garantia integral do abastecimento do mercado brasileiro, por entender que, em sua lógica de negócios, há a previsão do ingresso de mais agentes para o atendimento total da demanda; e
- (3) o desenvolvimento de parcerias no *downstream*, possibilitando a introdução de outros atores no refino e na logística. (MME, 2017) [298]

Assim, “*embora o Brasil seja o quarto maior consumidor de combustíveis automotivos no mundo*” (IDEM, p.11), o *Plano* previa não abastecer integralmente o mercado brasileiro, para que empresas privadas ocupassem maior espaço nesse abastecimento em “parceria” com a Petrobras – parceria que na verdade se revelou como venda de partes da companhia a grupos privados – para, assim, introduzir outros atores no refino e na logística.

Em outubro de 2016, tem início a nova política de reajustes dos derivados nas refinarias, com paridade de preços com o mercado internacional, desprotegendo, assim, os consumidores *fnais* e os consumidores *produtivos* de derivados, isto é, todos os atores econômicos no país que dependiam dos derivados de petróleo em suas atividades produtivas ou logísticas.

### *1.20.2. Diminuição da Ocupação das Refinarias*

Para aumentar a participação de outros atores no mercado, Parente reduziu a ocupação da capacidade instalada das refinarias, levando à reestruturação das equipes de trabalhadores e ao aumento do ganho de empresas estrangeiras com a importação em massa de derivados pelo país, como veremos mais adiante. Mas o foco da estratégia era mesmo privatizar o parque de refino e a logística de distribuição dos derivados.

Com o fim da política de conteúdo local, isto é, de provimento da Petrobras por fornecedores locais, tem-se um forte processo de desindustrialização no setor naval no país e geração de desemprego, encomendando-se no exterior as plataformas e equipamentos para a exploração dos campos do pré-sal.

Além disso, avançou-se na venda de partes da companhia – vendas que eram anunciadas, pela mídia golpista, como necessárias para reduzir a dívida da empresa.

As obrigações existentes, oriundas, em sua maioria, de investimentos, eram administráveis com a própria expansão das operações da companhia, conforme sua capacidade já instalada e novas unidades de refino a serem concluídas.

Como se verá, mais adiante, Parente antecipou o pagamento de dívidas cujo cronograma não requeria pagamento imediato e que poderiam ser pagas sem a necessidade de alienação de patrimônio, mas com o resultado de operações da empresa nas atividades de refino e comercialização no Brasil e no exterior.

Assim, conforme dados totalizados pela Federação Única dos Petroleiros, nos dois anos em que esteve à frente da Petrobras, Parente transferiu cerca de R\$ 250 bilhões ao sistema financeiro e garantiu o pagamento de R\$ 11 bilhões a investidores norte-americanos [299], em processos que contaram com a participação do FBI e da Lava Jato.

### 1.20.3. Privatização da Rede de Gasodutos

Por trás da palavra *desinvestimento* e pareceria estava, na verdade, a venda de patrimônio da Petrobras a grupos estrangeiros, fossem privados, estatais ou mistos.

A venda de gasodutos quebrava a espinha dorsal na distribuição de gás da empresa em todo o país. Como essa atividade é tipicamente monopolista, a privatização dos gasodutos colocava a própria Petrobras na condição de refém, ao ter de pagar a uma empresa privada pela distribuição do gás produzido, aumentando assim os seus custos de comercialização.

Com essa política,

Os mais de dois mil quilômetros de gasodutos [da NTS – Nova Transportadora Sudeste] que cortam o Sudeste do país já foram entregues a preços ínfimos à Brookfield: US\$ 4,23 bilhões, sendo US\$ 2,59 bilhões em ações e US\$ 1,64 bilhão em títulos de dívida. Com a venda da TAG [Transportadora Associada de Gás], a gestão Pedro Parente abrirá mão de mais 4,5 mil quilômetros de gasodutos, localizados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, cuja capacidade de transporte gira em torno de 75 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Criada em 2006 para unificar o transporte de gás natural no país, a subsidiária fechou o ano passado com receita líquida de R\$ 4,7 bilhões e geração de caixa operacional de R\$ 4,1 bilhões. Não há, portanto, justificativas para sua privatização. (FUP, 2017) [300]

Um processo judicial poderia vir a comprovar que a venda da Nova Transportadora do Sudeste – NTS foi um crime come-

tido contra o país e à Petrobras, Pois não faz sentido vender esse gasoduto para vir a alugá-lo em seguida, gastando, em um ano e meio de aluguéis pelo seu uso, todo o dinheiro recebido com a sua venda.

Em documento enviado ao presidente da Petrobras, a Associação dos Engenheiros da Petrobras destaca que:

Em 10 de agosto de 2017, a Petrobras emitiu o seu Relatório ao Mercado Financeiro – RMF relativo ao segundo trimestre de 2017 revelando as consequências da entrega da NTS. [...]

No documento supracitado, a seção 6 do tópico Informações Adicionais corrobora que [...] houve um aumento de 63% das despesas de vendas em relação ao trimestre anterior, chegando a um valor de R\$ 3.889 milhões, contra os R\$ 2.390 milhões no primeiro trimestre de 2017.

O relatório verifica que esse aumento é decorrente de:

*“Aumento dos gastos logísticos, em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS (R\$ 1.010 milhões)”*.

Ou seja, um valor de aproximadamente 1/6 (um sexto) do efetivamente recebido pela venda da NTS foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos em apenas um trimestre. Isso significa que, mesmo não levando em consideração nenhuma taxa de desconto ou correção monetária, todo o valor recebido pela venda da NTS terá sido pago em aluguéis em apenas 18 meses. (AEPET, 2017) [\[301\]](#)

Fica evidente que essa escandalosa privatização de gasodutos, tal como a entrega do pré-sal – em que, na quarta rodada de licitações, o governo recebeu, em média, R\$ 1,63 ou US\$ 0,45 para cada mil litros de petróleo a serem levados embora do país – deveria ser revogada pela Justiça, se no Brasil houvesse um Estado Democrático de Direito, pois lesou de maneira incontestável o patrimônio público.

Evidentemente era de conhecimento da direção da empresa que a venda dos gasodutos era um mau negócio para a Petrobras – pois a mesma Associação dos Engenheiros da Petrobras, que é sócia minoritária da companhia, apresentou um estudo técnico antecipando os resultados ruins da operação para empresa,

posicionando-se contrariamente à venda dos gasodutos. Mas o objetivo da direção não era, como se vê, realizar um bom negócio para companhia e sim privatizá-la aos pedaços.

Com isso, se for concluída a privatização da Transportadora Associada de Gás, o transporte de gás natural no país tornar-se-á praticamente um monopólio multinacional. E qualquer companhia, incluindo a Petrobras, para usar esses gasodutos, terá de pagar o preço que resulte da negociação com esse monopólio privado, para o qual a geração de lucros está acima do interesse público.

#### *1.20.4. Aumento de Preços do Diesel, da Gasolina e do Gás*

### **Oscilação dos Preços**

Conforme o Dieese, a oscilação do preço do petróleo no período que antecedeu a greve da Petrobras e dos caminhoneiros esteve associada a fatores externos e internos.

De março a maio de 2018, houve um aumento, no mercado internacional, de 23% na cotação do barril de petróleo. Entre outros fatores, segundo o Dieese, esse aumento foi consequência

do retorno das sanções dos Estados Unidos (EUA) sobre o Irã, do aumento geral da tensão no Oriente Médio, envolvendo Israel, Palestina e Síria, e da queda na produção de petróleo da Venezuela. Irã e Venezuela são dois grandes países exportadores de petróleo que, ao reduzirem as exportações, provocam aumento nos preços do barril, influenciando também o dos derivados.

Além disso, desde o segundo semestre do ano passado, um acordo na Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), entre Arábia Saudita e Rússia, dois importantes produtores e representantes de polos politicamente opostos dentro da Organização, apontou para a necessidade de recomposição dos preços (leia-se, aumento da cotação internacional).

Existem ainda dois fortes movimentos especulativos internacionais: um pela subida dos preços do petróleo, a partir da situação geopolí-

tica apontada aqui, e, outro, contra as moedas dos países emergentes, forçando a alta do dólar estadunidense. No Brasil, somado ao cenário de incerteza política, a valorização do dólar diante do real foi significativa, com grande impacto sobre os preços internos de produtos importados. (DIEESE, 2018) [\[302\]](#)

Do ponto de vista interno, o aumento dos preços da gasolina, gás de cozinha e diesel não foi apenas resultado da elevação de tributação pelo governo golpista, mas da gestão de reajustes dos derivados de petróleo, que passou a ser adotada na Petrobras, favorecendo a empresas estrangeiras.

De fato, em outubro de 2016, a direção da Petrobras adotou uma política de reajustar os preços dos derivados produzidos no Brasil seguindo os preços internacionais. Isso, tornou o país ré-  
fém das oscilações internacionais no preço do petróleo.

Em julho de 2017, esses reajustes passaram a ser diários nas refinarias. A partir de junho de 2016 até maio de 2018 a Petrobras reajustou 230 vezes os preços, aumentando o diesel e a gasolina em mais de 50% nas refinarias e o GLP (gás de cozinha) em 60%.

Desse modo, os preços dos derivados deixaram de oscilar conforme os custos da produção interna, em reais, e da estratégia de disputa de mercados no país, passado a seguir o preço das concorrentes da Petrobras no exterior, em dólar. Com isso, eliminou-se a vantagem comparativa da empresa no Brasil, em proveito das empresas estrangeiras.

No período de maio de 2017 a abril de 2018, a inflação medida pelo ICV – Índice de Custo de Vida em São Paulo foi de 2,79%. Mas o aumento médio dos combustíveis no período foi: gasolina, 19,75%; álcool, 15,05% e diesel 10,99%. [\[303\]](#)

Somente no período de 22 de abril e 22 de maio de 2018, o preço da gasolina e diesel foram reajustados 16 vezes nas refinarias:

O preço da gasolina saiu de R\$ 1,74 e chegou a R\$ 2,09, alta de 20%. Já o do diesel foi de R\$ 2,00 a R\$ 2,37, aumento de 18%. Para o consumidor final, os preços médios nas bombas de combustíveis subiram de R\$ 3,40 para R\$ 5,00, no caso do litro de gasolina (crescimento de



47%), e de R\$ 2,89 para R\$ 4,00, para o litro do óleo diesel (alta de 38,4%). (DIEESE, 2018) [\[304\]](#)

## **Entregar o Mercado a Empresas Estrangeiras**

A elevação dos preços visava tornar economicamente viável a importação e a comercialização no Brasil dos derivados das empresas concorrentes da Petrobras.

No longo prazo, o objetivo geral dessa política é

privatizar as refinarias, os dutos e terminais, assim como já ocorreu com os campos do Pré-Sal, gasodutos, subsidiárias, entre dezenas de outros ativos estratégicos da estatal. Para facilitar a entrega, Pedro Parente, subutilizou o parque de refino e passou a estimular a importação de derivados por empresas privadas.

Em 2013, a Petrobrás tinha capacidade de atender 90% da demanda interna de combustíveis. Em 2017, esse percentual caiu para 76%.” (FUP, 2018a) [\[305\]](#)

Em 2018, caiu para menos de 70%. Algumas refinarias, como a Landulpho Alves, na Bahia, passaram a operar com menos da metade da sua capacidade de produção, sendo assim posicionadas para a sua privatização.

Por outra parte, as importadoras de combustível ampliaram sua participação no total comercializado, alcançando a 24% do mercado nacional. Conforme a Agência Nacional de Petróleo (ANP), há no Brasil atualmente 392 empresas autorizadas a importar derivados, sendo que 129 delas, 33% do total, foram cadastradas depois que Temer assumiu o governo em 2016 (FUP, 2018e). [\[306\]](#)

Em 2017, o Brasil foi inundado com mais de 200 milhões de barris de combustíveis importados, enquanto as refinarias, por deliberação do governo Temer, estão operando com menos de 70% de sua capacidade.” (FUP, 2018n) [\[307\]](#)

O governo reduziu a operação das refinarias brasileiras e isso fez com que o Brasil passasse a importar 30% de todos os derivados que

consome e com que os preços praticados aqui passassem a seguir as oscilações do barril do petróleo lá fora. (FUP, 2018d) [\[308\]](#)

Assim, com a redução da produção nas refinarias da Petrobras e com o anúncio da venda de quatro delas no Brasil, a empresa foi abrindo espaço às concorrentes e sendo reduzida a exportadora de óleo cru, embora pudesse abastecer totalmente o mercado interno com diesel, gasolina e gás de cozinha, com preços muito abaixo dos praticados internacionalmente.

### **Consequências para o País**

A política de paridade internacional do preço dos derivados afetou fortemente a economia nacional, os consumidores e os setores da indústria que tem alto consumo de derivados de petróleo. Segundo o Dieese, com essa política:

- 1) O país se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece quando o preço do barril sobe muito [...] ou mesmo quando há uma intempérie em países fornecedores de petróleo ou derivados.
- 2) O país passa a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A produção de petróleo no Brasil, em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia (sem considerar 673 mil barris de gás natural). Neste mesmo mês, as refinarias da Petrobras processaram 1,6 milhão de barris/dia e o consumo interno de derivados ficou em 2,2 milhões de barris/dia. Assim, mesmo produzindo 400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou cerca de 600 mil barris de derivados/dia. Isso aconteceu porque a Petrobras está aumentando a exportação de petróleo cru e, ao mesmo tempo, reduzindo a utilização de suas refinarias. As refinarias da empresa possuem capacidade de refinar 2,4 milhões de barris/dia, mas estão utilizando apenas 68% dessa capacidade. Além disso, parte dessa produção de derivados está sendo direcionada para atender ao mercado externo.
- 3) Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), hoje existem 392 empresas autorizadas a realizar importações de derivados no país. Dessas empresas, 129 (33%) foram cadastradas depois de 2016

4) Na busca pelo aumento da receita fiscal, em julho de 2017, o governo federal reajustou de 9% para 14% a alíquota do PIS/Cofins [...], que incide sobre a gasolina e o diesel, com impactos ainda maiores sobre os preços finais.

5) A economia brasileira se torna mais suscetível às flutuações do mercado financeiro e aos ataques especulativos. Desde a liberalização e a desregulação financeira no começo dos anos de 1990, os fluxos de capitais de curto prazo e os ataques especulativos com o objetivo de direcionar as políticas nacionais têm se tornado elementos decisivos da economia. Quando se permite que um dos principais bens comercializáveis (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos financeiros, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica.

6) Diante de forte movimento especulativo, ainda que no curto prazo, ganham enormemente os acionistas privados, boa parte deles de capital internacional. Por sua vez, o trabalhador brasileiro, como consumidor final, sofre um grande impacto no custo de vida, especialmente em contexto das mais variadas adversidades, como a queda da massa de salários e o aumento do desemprego no país. (DIEESE, 2018) [\[309\]](#)

Em síntese, como destacou William Nozaki, diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP):

desde o início do governo Temer, o Brasil experimentou mais de 229 reajustes no valor do diesel, que desde julho de 2016 a maio de 2017 sofreu alta de 57,8% nas refinarias, mais de 225 reajustes no valor da gasolina, que nesse mesmo intervalo passou por elevação de 57,1% também nas refinarias, para não mencionar o gás de cozinha que apenas o ano passado teve uma elevação média de 70%, um preço proibitivo que obrigou 1,2 milhão de domicílios a voltarem a cozinhar com fogão a lenha e álcool, segundo dados do próprio IBGE. (NOZAKI, 2018) [\[310\]](#)

## **Restabelecer a Soberania Energética do País**

Ora, se o país tem petróleo, refino e distribuição e consegue extrair maior quantidade de barris do que o necessário, não havia ra-

zão para importar derivados nem vender os derivados no mercado interno a um preço tão mais alto que o custo da sua produção. [311]

Conforme o Dieese, a reversão dessa situação exige recuar da política de preços dos derivados assentada na paridade internacional e ampliar o volume de petróleo refinado pela Petrobras, que é capaz de refinar 2,4 milhões de barris/dia e, assim, abastecer o mercado interno, atendendo sua demanda em torno de 2,2 milhões de barris/dia. [312]

Desse modo, a Petrobras voltaria a ocupar e expandir sua capacidade de refino e distribuição de derivados, para que o país não fique refém da oscilação internacional do dólar na definição dos preços dos combustíveis e de outros derivados produzidos no interior do Brasil.

Mas é exatamente isso – o Brasil sair dessa condição de refém a que foi colocado pelo governo golpista – que uma parte do conglomerado de atores estrangeiros, que se beneficiou do golpe no setor do petróleo, não quer. Isso significaria reduzir seus lucros, uma vez que são incapazes de vender derivados de petróleo no mercado interno brasileiro a um preço médio mais barato do que a Petrobras é capaz de oferecer com a mesma margem de rentabilidade.

#### *1.20.5. A Greve dos Petroleiros*

Em maio de 2018, os 13 sindicatos da Federação Única dos Petroleiros realizaram assembleias e aprovaram paralisações, greve e reivindicações, defendendo a manutenção dos postos de trabalho e a soberania nacional.

A paralisação de três dias, assim, não foi por salário ou benefícios aos trabalhadores. Tratou-se de

uma greve pela redução dos preços do gás de cozinha, da gasolina e do diesel. Uma greve pela retomada [dos níveis] da produção de combustíveis nas refinarias brasileiras e pelo fim das importações

de derivados de petróleo. Uma greve contra o desmonte da empresa que é estratégica para a nação.” (FUP, 2018a) [colchete nosso] [\[313\]](#)

Tratou-se de uma greve contra a política de privatização da empresa, pela manutenção dos empregos e em defesa do interesse público e nacional [\[314\]](#).

### *1.20.6. Dólar, Mercado internacional e Diesel Importado*

Para atender à reivindicação dos caminhoneiros e dos empresários do transporte de cargas pela redução do preço do diesel, o governo diminuiu impostos que incidiam sobre esse combustível e estabeleceu um subsídio para reduzir em R\$ 0,46 o preço final por litro. Mas não baixou o preço nas refinarias, que era a reivindicação dos petroleiros, pois isso levaria à recuperação de mercado pela Petrobras – medida contrária aos interesses privatizantes do governo golpista e das empresas petrolíferas estrangeiras.

Assim, para manter essa redução de R\$ 0,46 por litro de óleo diesel até o final do ano de 2018, o desembolso previsto pelo governo era de

R\$ 13,5 bilhões, em duas frentes separadas: R\$ 9,5 bilhões para compensar a Petrobras e importadores de diesel por praticar preços menores e outros R\$ 4 bilhões em impostos [...] elevados em outras áreas para cobrir a redução tributária sobre o diesel. (PIERRY, 2018) [\[316\]](#)

De fato, o aumento dos preços dos derivados do petróleo seguia relacionado à política de associar os preços dos combustíveis no país à oscilação do dólar e do petróleo no mercado internacional, independentemente dos custos internos de produção da Petrobras, que eram em reais e não oscilavam conforme o dólar. (FUP, 2018e) [\[317\]](#)

Em razão dessa dolarização dos preços dos combustíveis, o risco da volatilidade nos preços foi repassado aos consumidores, visando, em tese, aumentar os dividendos dos acionistas da empresa.

Entretanto, com o subsídio do governo, transferiu-se às contas públicas a cobertura dessa diferença que assegurava não apenas os dividendos dos acionistas mas também a continuidade da importação de óleo diesel dos Estados Unidos, em vez de simplesmente baixar o preço do diesel nas refinarias da Petrobras.

Em sã consciência, poderia alguém afirmar que o governo norte-americano seria capaz de subsidiar a importação de óleo diesel brasileiro para que fosse comercializado nos Estados Unidos a fim de reduzir a participação de empresas norte-americanas no próprio mercado interno do país? Isso, para eles, seria uma violação do livre mercado.

Mas o que o governo golpista fez foi retirar dinheiro de áreas da saúde, educação, ciência e tecnologia para subsidiar a importação de óleo diesel norte-americano visando reduzir a participação da Petrobras no próprio mercado interno brasileiro.

Assim, em vez de rever tal política de elevação do preço do diesel e demais derivados que lesava o país visando proteger o interesse estrangeiro, o governo eliminou impostos que incidiam sobre o diesel e estabeleceu esse subsídio, reajustado mensalmente, para viabilizar a continuidade da importação de óleo diesel.

Conforme os professores do Instituto de economia da UFRJ analisaram na ocasião,

o governo estima que essas medidas custarão R\$ 13 bilhões aos cofres públicos até o final do ano, dos quais mais de R\$ 3 bilhões serão gastos para subsidiar o diesel importado. O ministro Guardia justificou essa medida econômica heterodoxa como necessária para preservar a competitividade do diesel importado.

O Brasil importou 25,4 milhões de barris de gasolina e 82,2 milhões de barris de diesel no ano passado, porém exportou 328,2 milhões de barris de petróleo bruto. Na prática, esse petróleo foi refinado no exterior para atender o mercado doméstico, deixando nossas refinarias ociosas (31,9%) em março de 2018.

Nesse processo, os brasileiros pagaram os custos da ociosidade das refinarias da Petrobras e aproximadamente US\$ 730 milhões anuais pelo refino de seu óleo no exterior. Não é racional que o Brasil subsidie diesel importado para absorver a capacidade ociosa de concorrentes comerciais. [...]

Não é razoável que o presidente da Petrobras declare que o petróleo produzido no Brasil é rentável a US\$ 35 dólares/barril e proponha ofertá-lo aos brasileiros a US\$ 70/barril. (OLIVEIRA, 2018) [318]

Assim, recursos públicos foram usados para subsidiar o diesel importado, para preservar a competitividade de empresas estrangeiras, em vez de simplesmente reduzir o preço final do diesel que é refinado do país e vendido pela Petrobras.

#### *1.20.7. Subsídio aos Importadores de Diesel Norte-Americano com Recursos da Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia*

De sua parte, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras 40 entidades científicas e acadêmicas lançaram um manifesto contrário à retirada de recursos orçamentários da educação, saúde, ciência e tecnologia pela Medida Provisória 839/2018 para subsidiar o óleo diesel [319], atingindo bolsas de estudo, programas da Fiocruz e do Fundo Nacional de Saúde (Funasa), programas do Ministério da Saúde, como o Mais Médicos e Farmácia Popular, e da Embrapa, que ficou com suas pesquisas prejudicadas. [320]

No Manifesto, as entidades apelam aos parlamentares para que

revertam esse quadro trágico, referente ao Orçamento da União, à MP 839/2018, e ao persistente contingenciamento de recursos, de modo a dar à educação, à saúde, e à ciência, tecnologia e inovação o papel que precisam ter como pilares essenciais de um projeto sustentável de desenvolvimento econômico e social. (SBPC, 2018) [321]

### 1.20.8. *Reação Judicial: criminalizar o movimento grevista*

Menos de 24 horas após o início da greve dos petroleiros, o TST decretou a ilegalidade da greve e ampliou de R\$ 500 mil para R\$ 2 milhões a multa diária a ser paga pelas organizações sindicais que aderissem ao movimento e descumprissem a decisão de suspendê-lo. [322]

### 1.20.9. *“Não nos calarão”*

Em 31/05/2018 a Federação Única dos Petroleiros publica nota afirmando que:

Os petroleiros novamente deixam sua marca na defesa da soberania. A luta contra a privatização da Petrobras ganhou a sociedade. A categoria colocou em debate os interesses que pautam a política de preços dos combustíveis, deixando claro o projeto da gestão Pedro Parente de sacrificar o povo brasileiro e a soberania do país para cumprir os ditames do mercado financeiro e das grandes corporações internacionais. (FUP, 2018b) [323]

### 1.20.10. *Resultados do Movimento*

A renúncia de José Lima do Conselho de Administração da Petrobras, membro do grupo defensor da privatização da empresa, “gestor de áreas estratégicas da Shell nos últimos 27 anos”, segundo o INEEP, [324] e que fora eleito para o Conselho da Petrobras em 26 de abril, mostrava o enfraquecimento desse grupo.

Por fim, Pedro Parente também renunciou em 1 de junho de 2018.

Embora tenha havido um certo recuo imediato, o projeto de privatização, entretanto, permaneceu.

A mera troca Parente por outro nome na presidência da empresa não solucionou o problema, pois foram mantidas as mesmas políticas de refino e de preços do projeto estratégico em curso, voltado à privatização da Petrobras.



Contudo a posição da população em favor da greve dos caminhoneiros e dos petroleiros surpreendeu o governo golpista.

Uma pesquisa do Datafolha indicou que:

a opinião pública [...] demonstrou sua objeção e contrariedade ao projeto levado a cabo pela Petrobras, 87% da população é contra as medidas apresentadas pela empresa estatal e pelo governo para tentar contornar a crise atual [...]. Mais ainda, 74% afirmam ser contra a desestatização da empresa para o capital estrangeiro, 59% acreditam que as medidas propostas pela atual gestão trazem mais prejuízos do que benefícios aos brasileiros e 55% se declaram contrários à privatização. (NOZAKI, 2018) [\[325\]](#)

Porém, a opinião pública pouco importava para o movimento golpista que aproveitava a janela de oportunidades, que poderia se fechar coma eleição de outubro, para transferir todo o patrimônio público possível para a iniciativa privada, incluindo aí a privatização da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e até mesmo da Casa da Moeda:

A lista de privatizações que o governo promete concretizar neste ano é longa: são 75 projetos, que incluem Eletrobras, Casa da Moeda, aeroportos e estradas, entre privatizações, concessões, PPPs (parcerias público-privadas) e outras formas de passar o controle para a iniciativa privada. (MARCHESAN, 2018) [\[326\]](#)

### *1.20.11. Federação Única dos Petroleiros Processa Pedro Parente por Improbidade Administrativa*

No dia 04/06/2018 a FUP a Federação Única dos Petroleiros ingressou com uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra Pedro Parente, visando anular o pagamento de US\$ 600 milhões, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões feito pela Petrobras ao banco J. P. Morgan, antecipando uma dívida que venceria somente em 2022.

Conforme a ação, Parente, que autorizou a transação, é sócio do presidente do banco, Berenguer Neto, o qual, por sua vez, tem por procuradora a esposa de Parente. Conforme a FUP

o casal é sócio do banqueiro em pelo menos duas empresas (Kenaz Participações Ltda. e Viedma Participações Ltda.), sendo que uma delas tem como sede um imóvel que pertence a Pedro Parente.

Na Ação, além da nulidade da antecipação do bilionário pagamento feito ao banco J.P. Morgan, a FUP cobra a responsabilização de Pedro Parente e do banqueiro José Berenguer, bem como a indisponibilidade imediata de seus bens.

“Conclui-se que os Réus violaram, além dos princípios constitucionais que regem a administração pública, os deveres de imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, previstos no artigo 11, caput e inciso I, da Lei 8.429/92, por terem se valido do patrimônio de empresa estatal na consecução de interesses pessoais”, ressalta a FUP na Ação. (FUP, 2018f) [\[327\]](#)

A antecipação desse pagamento, cujo vencimento ocorreria somente cinco anos depois, foi um péssimo negócio para a Petrobras, não se justificando sob o aspecto da eficiência.

Como denunciou a FUP, em representação ao Ministério Público Federal em 08/07/2017,

quando assumiu a presidência da estatal, Parente continuou acumulando a Presidência do Conselho de Administração da BM&F Bovespa, cujos índices foram altamente impactados pelas decisões que ele tomou na condução dos negócios da petrolífera ao beneficiar o mercado, com vendas de ativos e desinvestimentos. (FUP, 2018f) [\[328\]](#)

Contudo, não tivemos notícia de qualquer providência cabal tomada pelo MPF a respeito dessa representação até a finalização desse livro.

Agregue-se ainda, como resultados dessa Gestão Temerária,

os R\$ 137 bilhões de prejuízos que a Petrobrás amargou durante os 11 dias de protestos dos caminhoneiros e os R\$ 40,9 bilhões que perdeu com o comunicado de demissão feito por Parente em pleno funcionamento do pregão, antes do fechamento do mercado, como é padrão em todas as empresas de capital aberto. (FUP, 2018f) [\[329\]](#)

## **2. ALGUNS FRUTOS DO GOLPE PARA OS ESTADOS UNIDOS, SUAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES**

Se uma árvore se conhece por seus frutos, fica evidente como o golpe de Estado no Brasil favoreceu aos Estados Unidos.

Pinheiro Guimarães, que foi Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no governo Lula e Alto-Representante Geral do Mercosul (2011-2012), sintetiza a situação do seguinte modo:

Vamos supor que o Brasil tivesse sido invadido por uma potência estrangeira. O que as forças de ocupação fariam? Iriam reduzir o Estado, destruir as empresas daquele país que está ocupado. Com fizeram na Alemanha, no Japão. Iriam dar todo o favorecimento aos vencedores. É o caso que estamos vivendo. Estamos vivendo um governo estrangeiro no Brasil. O que é um governo estrangeiro no Brasil? É o que favorece o estrangeiro. (Guimarães apud LUCENA, 2018) [\[330\]](#)

Vejam, então, alguns desses resultados para os atores estrangeiros, particularmente, norte-americanos.

### **2.1. Enfraquecimento Parcial dos BRICS**

O golpe no Brasil e a ação dos Estados Unidos no Oriente Médio, forçando uma atuação da Rússia em defesa da Síria, entre outras ações, impuseram um revés na política de expansão dos BRICS.

No caso brasileiro, o desmonte de sua economia pelas forças golpistas abriu um flanco para o enfraquecimento dos BRICS e para o fortalecimento dos interesses econômicos dos Estados Unidos em parte desse mercado, bem como no MERCOSUL, em que o Paraguai também sofreu um golpe de mesma natureza, quatro anos antes, com alguns detalhes que mencionaremos na *Seção 5.4*.

Como se pode ver, a diferença entre o PIB dos EUA e dos BRICS, que chegou a 0,2%, a preços correntes, voltou a subir para quase 10% em 2016.

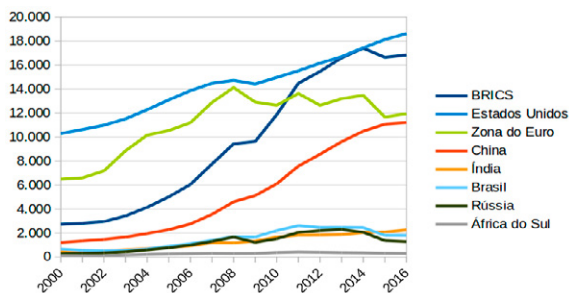
Tabela 8 - Produto Interno Bruto em Bilhões de Dólares, a preços correntes, de USA e BRICS e diferença percentual

Ano	BRICS	USA	Diferença %
2014	17.389	17.428	0,2
2015	16.642	18.121	8,2
2016	16.838	18.624	9,6

Fonte: Banco Mundial [\[331\]](#)

Quando analisamos, a preços correntes, a evolução do PIB dos países que constituem os BRICS, vemos que sua queda não foi ocasionada pela China ou Índia, mas sim pela queda econômica de Brasil, Rússia e África do Sul. Vemos, igualmente, uma queda na Zona do Euro, ao passo que os Estados Unidos seguem em ascensão.

Gráfico 8 – Evolução do PIB a preços correntes em bilhões de dólares – 2000 a 2016



Fonte: Elaboração Própria com dados do Banco Mundial [\[332\]](#)

Como se vê no quadro abaixo, confrontando o PIB de 2013 e 2016, o Produto Interno Bruto do Brasil encolheu 677 bilhões de dólares, o da Rússia 1,014 trilhão e o da África do Sul 71 bilhões. Esses três países foram responsáveis por uma queda de 1,762 trilhão de dólares no PIB dos BRICS nesse período.

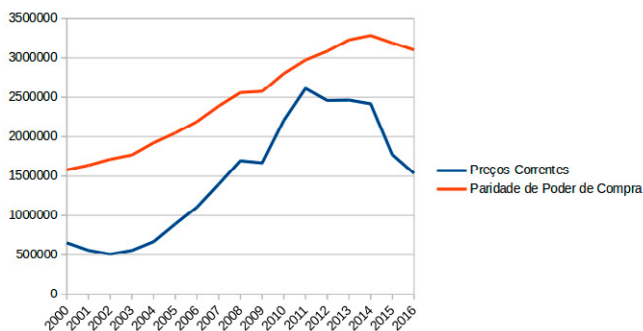
Tabela 9 – Produto Interno Bruto, a preços correntes, em bilhões de Dólares

Ano	BRA	CHN	IND	RUS	ZAF	BRICS	USA
2013	2.473	9.607	1.857	2.297	367	16.601	16.692
2014	2.456	10.482	2.035	2.064	351	17.389	17.428
2015	1.804	11.065	2.090	1.366	318	16.642	18.121
2016	1.796	11.199	2.264	1.283	295	16.838	18.624

Fonte: Banco Mundial [333]

Mas essa queda no valor nominal do PIB, a preços correntes em dólar, deve ser analisada considerando outros aspectos tais como a estratégia norte-americana relacionada à sua política monetária, sua atividade econômica e a inflação nos países.

Gráfico 9 – Evolução do PIB do Brasil a Preços Correntes e Paridade de Poder de Compra (em milhões de dólares)



Fonte: Elaboração Própria com dados do Banco Mundial.[334] [335]

Como vemos no período de 2011 a 2014 há uma queda do PIB brasileiro estimado em dólar a preços de mercado, mas temos ao mesmo tempo um crescimento do PIB estimado em pari-

dade de poder de compra. Se o real se desvaloriza frente ao dólar, os produtos brasileiros ficam mais baratos em dólar. Mas mesmo que o mercado externo esteja retraído, dificultando as exportações, se o consumo interno sustenta a atividade econômica, há um crescimento real do PIB. Contudo, cai a magnitude desse produto, estimada em dólar a preços correntes.

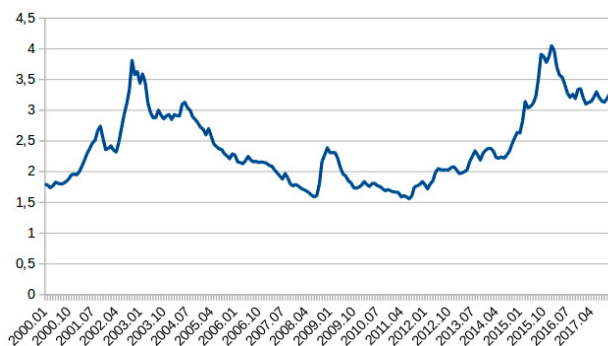
Ocorre que a cotação da moeda nacional em dólar a preços de mercado se altera, especialmente, em razão da entrada ou saída de dólares no Brasil e da inflação no país.

Do lado brasileiro, a entrada e saída de dólares está relacionada, basicamente, com exportações e importações, movimentação da bolsa de valores, taxas dos títulos da dívida pública e remessas líquidas ao exterior.

Do lado norte-americano, quando a taxa de juros aumenta nos Estados Unidos ou a atividade econômica se aquece naquele mercado, dólares saem de outras economias em direção a investimentos fixos ou variáveis naquele país.

Como se pode ver no gráfico abaixo, no período de janeiro de 2011 a dezembro 2014 a cotação do dólar subiu de R\$ 1,67 a R\$ 2,64. Por isso há uma queda do PIB estimado em dólar. Mas, como a economia real cresceu, houve portanto um crescimento PIB, estimado em paridade de poder de compra.

Gráfico 10 – Cotação do Dólar (USD) em Real (BRL) Jan 2000 a Dez 2017

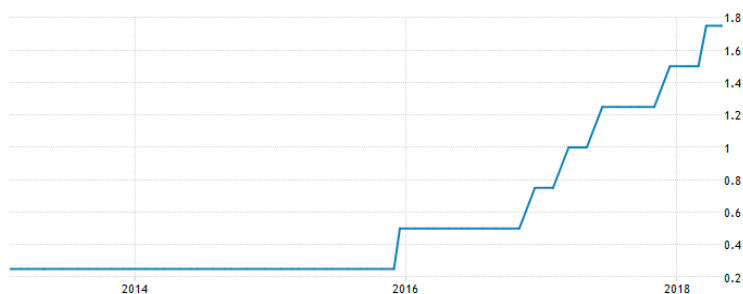


Fonte de Dados: IPEA [336]

Porém, a crise que eclodiu a partir de 2014, agravada pelo Golpe de 2016, impactou na queda real da atividade econômica no país nos anos de 2015 e 2016.

No contexto vigente, a elevação contínua da taxa básica de juros nos Estados Unidos, busca não tanto enfrentar tendências internas de inflação ou de sobrevalorização das bolsas de valores, mas afetar o cenário econômico geral, com a valorização do dólar frente a outras moedas, contribuindo para a migração de dólares da Europa e dos BRICS para os Estados Unidos, como veremos mais adiante, ao tratarmos da relação entre a cotação do dólar e a cotação do Petróleo.

Gráfico 11 – Taxa Básica de Juros nos Estados Unidos



Fonte: tradingeconomics [\[337\]](#)

O ataque sofrido pela Petrobras impactou fortemente na economia nacional como um todo.

De fato, a participação do petróleo no PIB brasileiro saltou de 3% em 2000 para 13% em 2014. Nesse ano, o faturamento da Petrobras foi de 337 bilhões de reais, o que correspondeu aproximadamente a 127 bilhões de dólares ao câmbio do final de dezembro daquele ano, valor idêntico a soma dos PIB's do Equador e Paraguai no mesmo período.

A cadeia produtiva dinamizada pela Petrobras é imensa no país e o seu desmonte, pelos impactos da Lava Jato e da política de desinvestimento, afetou a mais de um milhão de postos de trabalho.

Somente no setor da construção naval o golpe gerou mais de 300 mil trabalhadores desempregados, nos estaleiros e empresas fornecedoras, chegando a 1 milhão na cadeia de petróleo e gás, em razão da política de desinvestimento adotada na Petrobras e do modo como é feito o combate à corrupção.

A Lava Jato, em vez de punir os corruptos que operavam no interior da Petrobras, lesando-a, puniu a própria Petrobras e ao país, em cooperação com órgãos que defendem interesses estrangeiros.

Um estudo publicado em agosto de 2015, com dados antecipados no Portal G1, do Grupo Globo [338], sobre os impactos previstos da Lava Jato na economia brasileira naquele ano apontava para:

Perdas de R\$ 142,6 bilhões (o equivalente a 2,5% do PIB). Redução de 1,9 milhão de empregos diretos e indiretos. Queda de R\$ 22,4 bilhões em salários. Diminuição de R\$ 9,4 bilhões em arrecadação de impostos. (ALVARENGA, 2015) [339]

Para fins de comparação, o valor de R\$ 142,6 bilhões em possíveis perdas em 2015, é superior ao PIB integral da Bolívia no mesmo período.

Assim, os impactos da Operação Lava Jato na Petrobras e da repercussão destes na cadeia fornecedora da empresa, fechando postos de trabalho, diminuiu não apenas a produção do país, mas, igualmente, a massa salarial e, por consequência, o consumo das famílias, o que impactou, igualmente, na arrecadação de impostos.

No caso dos estaleiros, entre 2000 e 2016, foram construídas 549 embarcações no país. Comparativamente, a carteira de pedidos no final de 2013 era de 381 embarcações. Já no final de 2016, esse número havia caído para 152, uma redução de 60%, resultando no fechamento de milhares de empregos diretos e indiretos. [340]

Tenha-se como exemplo a Ecovix – Engevix Construções Oceânicas, no Rio Grande do Sul. Investigada na Lava Jato, teve



o contrato de fornecimento para a Petrobras rescindido. Acumulou uma dívida superior a R\$ 7 bilhões junto a mais de 600 credores, vários dos quais entraram em falência. Embora no passado a empresa tenha tido 12 mil empregados, restaram apenas 300 para a manutenção das instalações e equipamentos. Em síntese,

a empresa tinha um contrato de US\$ 3,5 bilhões para entregar a Petrobrás oito cascos de plataformas [...]. Três foram concluídas [...]. Duas estão em fabricação na China. Mas as três últimas foram suspensas. [...] Sem ter o que mais produzir, decidiu-se pela demissão em massa. [...]

O grupo Engevix foi duramente afetado pelas investigações policiais. Não apenas perdeu o crédito na praça. Teve a gestão afetada com a prisão de acionistas. Dentro da Lava Jato, o sócio [...] Almada foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a 19 anos de prisão, com a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa no caso da Petrobrás. Outro sócio, [...] Sobrinho, foi condenado a 21 anos de prisão, acusado de pagar propina nas obras da usina nuclear de Angra 3. O terceiro sócio, [...] Kok, assumiu o negócio. Kok chegou a ser denunciado na Lava Jato, mas foi absolvido por falta de provas. Agora, ele é investigado na Operação Greenfield, que apura fraudes no Funcef, Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Postalis (Correio). (SALOMÃO, 2016) [\[341\]](#)

O caso da Ecovix é apenas um entre muitos outros. De fato, 17 estaleiros trabalhavam para a Petrobras, de maneira direta ou indireta. Porém, 12 deles encerraram suas atividades ou passavam por processo de recuperação judicial no início de 2018. Daquele total, somente cinco permaneciam trabalhando para a Petrobras.

### **A queda do PIB da África do Sul**

Investigando rapidamente os mesmos procedimentos adotados por forças norte-americanas no Brasil, encontramos ações da Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio [*Securities and Exchange Commission* – SEC] com respeito a denúncias de violações da *Lei Norte-Americana Anticorrupção no Exterior* [*Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA] na África do Sul, com supostos

pagamentos de valores oriundos de empresas privadas a partidos políticos. Encontramos, também, uma igual expansão da *Students For Liberty* naquele país.

No primeiro caso, por exemplo, com relação à empresa japonesa Hitachi, a

SEC acusou o conglomerado de Tóquio de violar a FCPA por incorretamente registrar pagamentos indevidos para o partido político dirigente da África do Sul em conexão com contratos para construir usinas de energia. A Hitachi concordou em pagar US\$ 19 milhões para liquidar as acusações. (28/9/15).<sup>76</sup> (U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, 2018) [342]

Na versão oficial do órgão norte-americano,

A Hitachi vendeu uma participação de 25% em uma subsidiária da África do Sul para uma empresa que servia de fachada para o Congresso Nacional Africano (CNA). O acordo deu à companhia de fachada e ao CNA a capacidade de compartilhar lucros de quaisquer contratos de estações de energia que a Hitachi assumisse. A Hitachi acabou por receber dois contratos para construir estações elétricas na África do Sul e pagou à empresa de fachada do CNA aproximadamente US\$ 5 milhões em “dividendos” baseados nos lucros derivados dos contratos. Através de um arranjo separado e não divulgado, a Hitachi pagou à empresa de fachada US\$ 1 milhão adicional em “taxas de sucesso” que foram incorretamente registrados como honorários de consultoria sem documentação apropriada.<sup>77</sup> (IDEM) [343]

Se o teor dessa acusação é verdadeiro ou não, não sabemos. Mas, se as mesmas técnicas midiáticas e judiciais foram adotadas na África do Sul no tratamento da denúncia, a qualidade dos processos de investigação e de julgamento tenderiam a ser similares aos do Brasil em seu ataque ao Congresso Nacional Africano, partido do presidente Zuma.

No segundo caso, a *Students For Liberty*, que em seu Projeto de Expansão de 2016 também privilegiou a África do Sul, continuou avançando em seus programas de treinamento de lideranças naquele país (STUDENTS FOR LIBERTY AFRICA, s.d.p.) [344].

E tal qual no Brasil, protestos contra a corrupção tomaram as ruas. Como noticiou a Al Jazeera na ocasião:

Ocorreram protestos em Joanesburgo, Cape Town e Durban, entre outras cidades, com os manifestantes cantando canções anti-Zuma e carregando cartazes dizendo ‘Zuma deve cair’.<sup>78</sup> (AL JAZEERA NEWS, 2017) [345].

De fato, houve tentativas de impeachment do presidente e pressão pela sua renúncia. Em fevereiro de 2018, enfrentando uma moção de desconfiança no parlamento, o presidente renunciou no dia 14, sendo sucedido por Cyril Ramaphosa, que entretanto faz parte, igualmente, do Congresso Nacional Africano.

Nada podemos concluir sobre o teor das acusações e dos processos em curso, sem um exame detalhado do que lá aconteceu. Mas sobre a crise política associada a elas, podemos afirmar que contribuiu para o aprofundamento da crise econômica e para a retração do PIB dos BRICS.

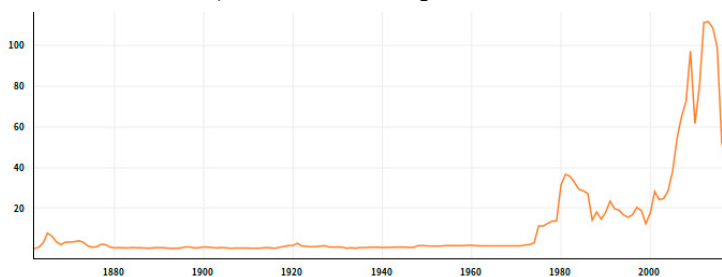
## **2.2. Manutenção da Hegemonia do Dólar na Comercialização do Petróleo Brasileiro**

Há um laço que une a cotação do dólar e do petróleo. Controlando a emissão e eliminação de dólares com os Títulos do Tesouro e administrando o fluxo de sua moeda – que sai dos Estados Unidos para o mundo e que retorna do mundo para os Estados Unidos – ajustando o valor da taxa básica desses títulos, a política monetária norte-americana altera a cotação do petróleo no mundo todo e, com ela, as tendências de inflação global, forçando os bancos centrais dos países ou blocos concorrentes a adotarem políticas monetárias de controle da inflação, cujas consequências, que refreiam suas economias, acabam por aten-

der a interesses da manutenção da hegemonia econômica global norte-americana.

Antes de 1973, contudo, isso não era assim. No pós-guerra, até 1971, o dólar estava respaldado em ouro. E boa parte dos países, desde o acordo de Bretton Woods, passou a respaldar suas moedas em dólar. Embora houvesse variação do preço do petróleo, sua oscilação não era tão acentuada.

Gráfico 12 – Preço do Óleo Cru a partir de 1861 em dólares



Fonte: Dados da British Petroleum [346]

Em 1971 os Estados Unidos, unilateralmente, puseram fim ao acordo de Bretton Woods e o dólar deixou de ser respaldado em ouro.

Em 1973 o Federal Reserve criou um indicador para avaliar a oscilação do dólar frente a uma cesta com as principais moedas do mercado internacional, dando origem ao *dólar index* – com um valor inicial de referência em 100 – e passou a monitorar a oscilação do dólar em relação a elas.

Assim, por exemplo, considerando os dados da série histórica desse indicador, em 25/02/85 o cálculo do índice resultou em 148,12, estando, pois, o dólar valorizado em 48,12% em relação à cesta de moedas. Já em 07/04/2011, o índice resultou em 70,24, estando o dólar 29,76% abaixo do valor de referência em relação a esse conjunto de moedas. [347]

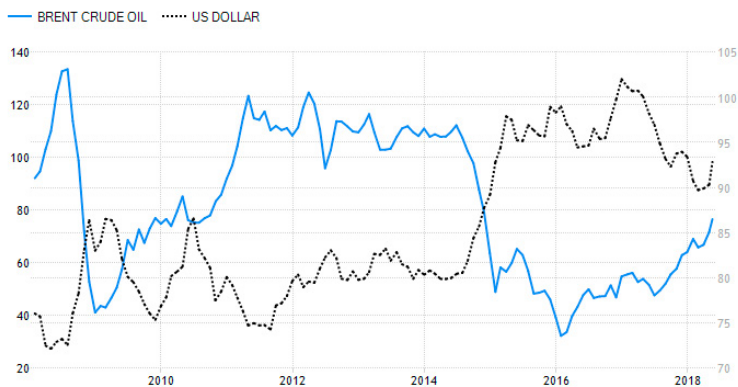
A partir de 1974, após a Arábia Saudita, grande exportadora de petróleo, concluir um acordo com os Estados Unidos, adotando o dólar como divisa referencial para os contratos de compra

e venda de petróleo, esse modelo de contratação foi progressivamente adotado pela maioria dos países exportadores, surgindo assim o que se denominou de petrodólares – contratos de petróleo referenciados e liquidados em dólares.

Esse sistema consolidou o dólar – que não possuía mais respaldo em ouro – como moeda de reserva mundial e possibilitou aos Estados Unidos usufruir de déficits comerciais persistentes, cobertos com a emissão de títulos do Tesouro.

Comparando-se o valor do Dólar Índex e a cotação do petróleo, percebe-se que ambos evoluem em sentidos opostos. Quando o dólar sobe, o preço do petróleo cai. E quando o dólar cai, o preço do petróleo sobe.

Gráfico 13 – Preço do Barril de Petróleo tipo Brent e Dollar Index



Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) [348] [349]

Isso tende a ocorrer porque a maior parte dos contratos no mundo que envolvem petróleo é liquidada em dólares. Por isso, se o poder de compra do dólar sobe frente ao conjunto das moedas, menos dólar é necessário para comprar uma mesma quantidade de petróleo, resultando na diminuição do preço do barril em dólares. Por outra parte, se o dólar cai frente a cesta de moedas, mais dólares são necessários para comprar a mesma quantidade de petróleo, aumentando o seu preço em dólares.

Essa oscilação depende tanto dos movimentos de mercado na compra e venda de petróleo – que variam em função da maior ou menor atividade econômica global impactando no consumo de energia e da maior ou menor oferta dos países produtores ou da instabilidade política entre eles – quanto das políticas monetárias, tanto dos Estados Unidos, apreciando ou depreciando o dólar em relação às demais moedas, quanto dos demais países apreciando ou depreciando suas moedas em relação ao dólar.

Mas, por esse sistema de conexões, os Estados Unidos, com sua política monetária – aumentando ou diminuindo a taxa de juros e o volume em títulos do tesouro vendidos ou comprados – alteram a cotação do dólar ante as diferentes moedas e, igualmente, o faturamento em dólares dos países que exportam petróleo.

Essas oscilações do preço do barril de petróleo também afetam as tendências de inflação em todos os países. Pois, a elevação do custo dos combustíveis e derivados impacta nas cadeias produtivas e de circulação, elevando o preço final dos produtos em moeda nacional – posto que a oscilação de cada uma das moedas em relação ao dólar e às demais nos mercados de câmbio não é automática, dependendo também da política monetária de cada país, de sua balança de pagamentos e de outros fatores. E como a inflação observada desvaloriza as moedas nacionais, o dólar se fortalece ainda mais frente a elas.

Por outra parte, se os países elevam as taxas de juros para conter a inflação pressionada pela elevação do preço do petróleo visando proteger suas moedas, eles criam um entrave para o crescimento de suas economias, o que favorece também aos Estados Unidos.

Por sua vez, a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos repercute também na economia norte-americana, mas o seu ajuste permite gerar vantagens comparativas, até certo ponto, pelo deslocamento de capitais de outros mercados para lá.

Mas, mesmo sem alterar a taxa básica de juros, é possível alterar o valor do dólar por outros mecanismos, entre os quais, operações no mercado aberto, alteração da reserva obrigatória

de fundos que os bancos devem manter para certas operações e alteração da percepção dos mercados sobre os investimentos.

De fato, o Federal Reserve negocia no mercado aberto, todos os dias, bilhões de dólares em Títulos do Tesouro (*Treasurys*) de curto prazo (*bills*), médio prazo (*notes*) e longo prazo (*bonds*) – variando de um mês a trinta anos, podendo ser comprados de volta no mercado antes do prazo previsto de liquidação. Comprando ou vendendo títulos ele, respectivamente, aumenta ou diminui a liquidez – a quantidade de dólares em circulação – no mercado.

Quando ocorre uma ausência de liquidez no mercado norte-americano, tende a haver, pelo aumento da demanda, uma movimentação de dólares de outros países para lá. Isso resulta na elevação da cotação do dólar frente a outras moedas de outros países se o volume de saída de dólares desses países for grande. Nesse caso, não se eleva a taxa básica de juros nos Estados Unidos, mas simplesmente diminui-se o volume de dólares em circulação com a venda de Títulos do Tesouro para além do volume que seria adequado para evitar esse movimento de migração da moeda de outros mercados para o mercado norte-americano.

Na prática, a maior parte da oferta monetária dos Estados Unidos é creditada e debitada, de maneira digital, a grandes bancos ou corretoras de valores mobiliários que operam como revendedores primários (*primary dealers*) que, em 2010, eram apenas 22 entidades – no Brasil são apenas 12. Se o *Federal Open Market Committee* (FOMC) conclui que é necessário aumentar o volume de dinheiro em circulação, o *Federal Reserve Bank* (Banco Central) estabelece os parâmetros de injeção de dinheiro na economia. Conforme o site do Tesouro Americano,

Os revendedores primários são bancos e corretoras que negociam títulos do governo dos EUA com o Banco da Reserva Federal de Nova York (FRBNY). Em nome do Sistema da Reserva Federal, o Departamento de Mercados Abertos da FRBNY atua na comercialização [dos títulos] para implementar a política monetária. A compra de títulos públicos no mercado secundário pelo *Open Market Desk* adiciona reservas ao sistema bancário; a venda de valores mobiliários drena as reservas.<sup>79</sup> (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2015) [350] [colchete nosso]

Com isso, o banco distribuidor tem o seu saldo de depósito aumentado no valor do montante a ser distribuído. Quando o banco empresta esses signos eletrônicos de valor, de fato eles se convertem em dinheiro, entrando na circulação da economia. Mas quando o Fed vende títulos no mercado secundário, ele absorve valores anteriormente emitidos.

Assim, todo dia, dólares são gerados e eliminados do mercado por esse mecanismo que converte títulos em dólares e dólares em títulos. Desse modo, a liquidez de dólares no mercado pode ser ampliada ou diminuída conforme a necessidade ou a conveniência para a economia norte-americana.

No mercado primário, os *dealers* ganham um desconto sobre o valor de face dos títulos, isto é, uma espécie de comissão de vendas sobre o total negociado – que corresponde à taxa básica de juros. Já no mercado secundário, não se ganha comissão pela venda de títulos do Tesouro, mas pela diferença entre a oferta e a procura por esses papéis, que estão relacionadas à sua rentabilidade e imaginada segurança.

Mas se a dívida pública norte-americana é de mais de US\$ 20 trilhões [351] e também o sistema de bancos da reserva federal está endividado [352], de onde sai o dinheiro para a compra de títulos pelo Fed? De fato, esse dinheiro não existe, mas é criado eletronicamente. Assim, o Fed paga pelos títulos, que são vendidos a ele pelo cliente de um banco, creditando eletronicamente na conta do banco vendedor o valor da operação. E este, por sua vez, credita na conta do cliente o valor do título por ele vendido ao Fed. Pois, diferentemente de um banco qualquer, ao Fed é permitido creditar dólares sem tê-los, mantendo-se dentro do limite de dívida autorizado pelo congresso. Mas o limite dessa dívida, entretanto, é sempre aumentado, conforme a necessidade. E como diz um texto do próprio Tesouro:

Não conseguir aumentar o limite da dívida teria consequências econômicas catastróficas. Isso levaria o governo ao default em relação a suas obrigações legais – um evento sem precedentes na história americana. Isso precipitaria outra crise financeira e ameaçaria o em-



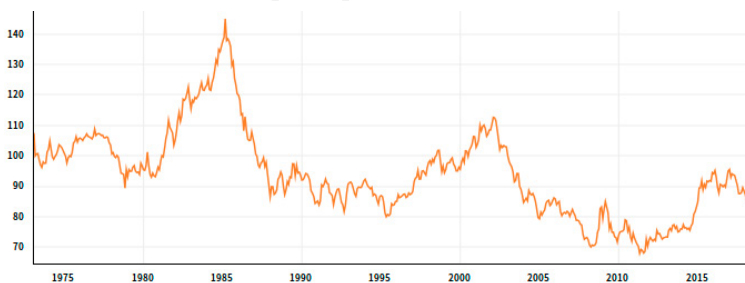
prego e a poupança dos americanos comuns – colocando os EUA certamente de volta em um buraco econômico profundo, justamente quando o país está se recuperando da recente recessão.<sup>80</sup> (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, s.d.p.) [\[353\]](#)

Assim, em setembro de 2008, por exemplo, em meio à última crise, foram gerados e emprestados por esse mecanismo US\$ 85 bilhões para evitar a falência da seguradora American International Group. Esse valor não existia, mas pôde ser criado aumentando-se o limite do endividamento permitido.

Em fevereiro de 2018, o presidente Trump suspendeu o teto da dívida até março de 2019, não havendo mais limite para o Tesouro emitir títulos nesse período, estimando-se que a dívida alcance a US \$ 22 trilhões ao final desse íterim.

De outra parte, quem não pode emitir dólares não tem a mesma sorte. Quando se analisa a crise econômica que se abateu nos anos de 1980 por sobre a União Soviética e a Federação Iugoslava à luz do movimento de apreciação e depreciação do dólar, percebe-se a força da política monetária norte-americana em afetar outras economias.

Gráfico 14 - Índice do Dólar dos EUA ponderado pelo comércio: principais moedas



Fonte: Federal Reserve Economic Data [\[354\]](#)

Como os países da então URSS e da Iugoslávia dependiam de dólares para pagar as suas importações, necessárias à sustentação e crescimento desses países, suas economias ficaram bastante afetadas pela desvalorização de suas moedas ante ao dólar,

influenciada pela política monetária norte-americana no período de 1979 a 1985. Com suas exportações, tais economias captaram menos dólares pelo comércio internacional. Por outra parte, quando o dólar foi depreciado de 1985 a 1987, ocorreu a elevação do custo em dólares dos fatores que necessitavam importar para sustentar suas atividades, mas as reservas que haviam acumulado nos cinco anos anteriores eram baixas. Com a elevação do preço do petróleo em dólares, verificam-se processos inflacionários nessas economias [355], aprofundando uma crise que levou à dissolução da URSS em 1989 e, posteriormente, à liquidação da Federação Iugoslava, com a intervenção das tropas da OTAN.

Por sua vez, a fuga de capitais dos BRICS em 2014 em direção aos Estados Unidos [356], mesmo sem a alteração da taxa básica de juros naquele país, foi pressionada por um volume menor do que o necessário em compra no mercado de Títulos do Tesouro pelo Fed – o que injetaria dólares na economia. Se um volume adequado de compra e venda tivesse ocorrido, tal medida poderia ter evitado esse movimento de migração de capitais para os Estados Unidos. A saída de capitais do Brasil elevou a cotação do dólar no país, trazendo fortes impactos para a economia.

Para que se tenha uma ideia, conforme alguns analistas, cujos dados e cálculos não revisamos, a Petrobras em 2014, em razão de seus investimentos, tinha 80% da sua dívida bruta em dólares. Cada 1% de elevação do câmbio, corresponderia a um aumento de R\$ 2,5 bilhões nesse montante. E para cobrir a diferença do valor a pagar seria necessário aumentar o preço dos combustíveis. Assim, em 2015, se a cotação média do dólar fosse R\$ 2,40 o aumento do combustível alcançaria a 8%. Se fosse a R\$ 2,79, o reajuste estimado seria de 26%. Uma alta de 9% na cotação do dólar exigiria 19% de majoração nos preços [357]. O aumento dos preços dos combustíveis alimentaria a inflação. Mas não era possível conter os aumentos, que somaram 10% entre setembro de 2014, com a gasolina a R\$ 2,96 e setembro de 2015, chegando a R\$ 3,27. [358]

Por outro lado, quando os Estados Unidos afrouxam a política monetária e aumentam a liquidez global, o movimento de

depreciação do dólar, frente às demais moedas, também significa uma desvalorização das reservas cambiais da maioria dos países, pois grande parte dela é lastreada em dólar.

A China, consciente do que se passou com a URSS, tratou de construir uma gigantesca reserva cambial e usa sua poupança para reduzir os impactos da política monetária norte-americana em sua economia interna e para assegurar o valor de suas reservas. Desde os anos 90 se tornou grande importadora de ouro e constituiu um imenso colchão que supera a um trilhão de dólares em Títulos do Tesouro americano. Tornou-se o maior produtor mundial de ouro [359] [360] e estima-se que suas reservas em lingotes alcancem a 20 mil toneladas atualmente. [361]

Assim, quando os Estados Unidos iniciam um ciclo de depreciação dólar para ativar suas exportações, a China, por sua vez, compra dólares para manter o seu preço, evitando que suas reservas cambiais em dólares se desvalorizem.

Esse mecanismo de interferência na economia global pela autoridade monetária norte-americana seria diluído se o petróleo fosse negociado internacionalmente sem a necessidade de dólares e se as reservas cambiais dos países fossem diversificadas, reduzindo cada qual sua exposição à moeda dos Estados Unidos. Isso poderia levar ao fim da hegemonia da política monetária norte-americana sobre a economia global.

Com o surgimento do Euro em 1998, reservas cambiais de muitos países se diversificaram. A tendência de que os países asiáticos – superavitários em sua relação comercial com os Estados Unidos – alterassem a composição de suas reservas com diferentes moedas, comprando mais euros e menos títulos do tesouro americano, e ampliassem sua capacidade de reagir às políticas monetárias dos EUA, traria uma grande dificuldade de financiamento do déficit da balança de pagamentos norte-americana, ameaçando, igualmente, a hegemonia internacional do dólar. [362]

Entretanto, no ano seguinte, em junho de 1999, o Federal Reserve aumentou a taxa básica de juros para 5% e chegou a 6,5% em 2001. Em pouco mais de um ano, o euro desvalorizou-se 20%

frente ao dólar – sinalizando que era um mau negócio trocar dólares por euros como reserva de valor.

Embora essa desvalorização favorecesse as exportações europeias, investidores internacionais migraram para títulos americanos. De sua parte, tentando evitar uma fuga de capitais, o Banco Central Europeu passou a elevar a taxa básica europeia que era de 2,5 chegando a 4,75% em outubro de 2000.

A estratégia norte-americana, externamente, visava atrair capitais, particularmente europeus, financiar as transações correntes e manter o poder do dólar sobre o euro. Mas, do ponto de vista interno, prejudicou o consumo ao encarecer o crédito e a competitividade da indústria, pois o dólar mais caro trazia dificuldades à exportação.

A partir de 2002, a União Europeia e os países que compoariam posteriormente os BRICS iniciam um ciclo de crescimento econômico que passou a ameaçar a hegemonia norte-americana. Em 2008, o PIB da Zona do Euro quase alcançou o dos Estados Unidos. A crise econômica, entretanto, iniciada nos Estados Unidos, colocou nos anos seguintes a União Europeia na descendente.

E como afirmou Fernando Siqueira, em 2008, analisando os picos de produção do Petróleo,

o petróleo deveria estar subindo. Mas não está porque os Estados Unidos não querem que os BRICS façam uma afronta a eles. Então, para enfraquecer a Rússia, cuja renda é 50% proveniente do petróleo, derrubaram os preços, como fizeram na década de 1990, e desmontaram a União Soviética. Essa é uma repetição da estratégia. (COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS, 2015) [\[363\]](#)

Entretanto, mesmo assim, os BRICS seguiram crescendo de forma permanente até quase ultrapassar o PIB norte-americano em 2014, a preços correntes de mercado, como mostra o Gráfico 8.

Nesse novo contexto, a hegemonia do dólar americano como moeda internacional se vê novamente ameaçada, pois aumentam as transações internacionais sem o seu emprego, valendo-se do euro ou de sistemas de compensação que criam unida-

des de valor no interior de blocos econômicos – como no caso do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), que surgiu no Mercosul em 2008, e o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre) que surgiu no âmbito da ALBA em 2009 – ou pela expansão de transações econômicas não-monetárias no mundo todo entre as próprias empresas.

Uma criptomoeda a ser criada pelos BRICS e que também poderia ser usada pela União Econômica da Eurásia [364] e propagar-se a outros blocos na América Latina e África, significaria, possivelmente, o fim do domínio global do dólar como meio de pagamento.

Na mesma linha vão as tratativas de Rússia e China em criar um sistema internacional de acordo entre bancos, similar ao SWIFT, dispensando o dólar para a realização de transações internacionais [365].

Por outra parte, as reservas de ouro dos BRICS, que poderiam respaldar uma possível moeda do bloco, tenderiam a crescer cada vez mais. Pois entre os maiores produtores de ouro do mundo estão, justamente, China, Rússia, África do Sul e Brasil. Os BRICS responderam em 2016 por aproximadamente 25% de toda a produção mundial de ouro.

Tabela 10 – Produção Anual de Ouro – Toneladas

Ranking	Produtor	2016	2015
1	China	453,5	450,1
2	Austrália	290,5	279,2
3	Rússia	253,5	279,5
4	Estados Unidos	236,0	218,2
5	Indonésia	168,2	176,3
6	Canadá	165,0	159,0
7	Peru	164,5	175,9
8	África do Sul	150,0	151,0
9	México	120,5	135,8
10	Gana	95,0	95,1
11	Brasil	83,3	81,8
	BRICS	788,8	729,6
	Produção Mundial	3222,0	3208,6

Fonte: Ceoworld [366]

Avançando a passos largos, a China, maior consumidora mundial de petróleo, consciente de como a política monetária dos Estados Unidos afeta os preços internacionais dessa *commodity*, lançou o Petroyuan, em 26 de março de 2018.

Conforme um jornal de Pequim:

A estreia em Xangai dos primeiros contratos futuros denominados em yuan negociados no mercado da China na segunda-feira provou-se um grande sucesso, com os principais comerciantes nacionais e estrangeiros demonstrando vivo interesse. O volume total de negócios atingiu 18,3 bilhões de yuans (US\$ 2,9 bilhões) no primeiro dia de negociação.

Acredita-se que o desempenho do mercado foi melhor que o esperado e tenha contribuído para o recente fortalecimento do yuan nos mercados monetários globais.

Como a China depende largamente das importações de óleo cru, a volatilidade de seu preço no mercado de *commodities* é um grande obstáculo. Lançou o mercado futuro de petróleo bruto para resolver o problema e também para obter maior poder de precificação sobre essa crucial *commodity*.

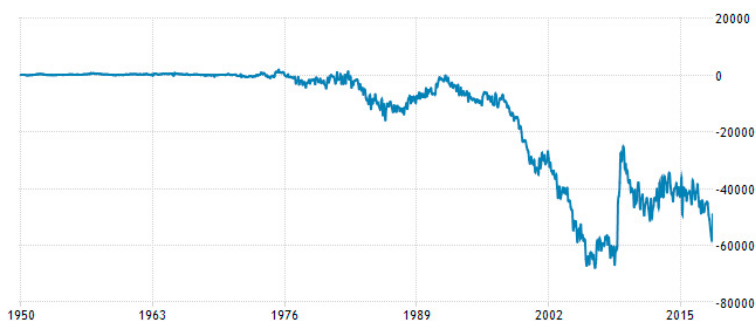
Sendo um importante movimento de Pequim para abrir seu setor financeiro, a nova referência em óleo cru atraiu atenção crescente, porque desafia o atual esquema de preços dominado pelo dólar dos mercados de óleo cru – comumente conhecido como o sistema de petrodólares – que ajuda a sustentar o status do dólar como a principal moeda de reserva internacional.<sup>81</sup> (HONG, 2018) [367]

Assim, após o golpe de estado no Brasil que inviabilizou a continuidade de negociações estratégicas no bloco, a China passou a firmar contratos futuros de petróleo em yuan. Mas quem recebe o yuan pode usá-lo no Shanghai Gold Exchange para convertê-lo em ouro. Desse modo, na ausência de uma moeda do bloco, o yuan pode vir a substituir o dólar como reserva de valor. Isso, ao mesmo tempo, tende a elevar a cotação do ouro em dólar. E como a China tem gigantescas reservas em ouro, o poder econômico de sua moeda se amplia ainda mais sobre o dólar [368]. Com isso, enquanto o preço do ouro se ampliaria com a demanda dos exportadores de petróleo, os Estados Unidos, com

sua dívida impagável de mais de US\$20 trilhões de dólares, caminharia para tornar-se uma economia similar às de Terceiro Mundo, pois não teria mais o poder de enxugar ou ampliar a liquidez nos mercados, a seu favor, com suas políticas monetárias.

De fato, nos últimos 50 anos, os Estados Unidos perderam parte expressiva de sua participação no comércio mundial. Comprando mercadorias básicas no mercado externo por muito tempo, deixaram de produzi-las, desativando empresas fornecedoras de muitos itens essenciais ao consumo das famílias. Com a expansão endividada de seu consumo sustentada pelo capital improdutivo – comercial e financeiro – e com a insuficiência de produção de bens para atendê-lo, a sua balança comercial tornou-se altamente deficitária, exceto no setor de serviços.

Gráfico 15 – Balança Comercial dos Estados Unidos 1950 - 2018



Fonte: tradingeconomics.com [369]

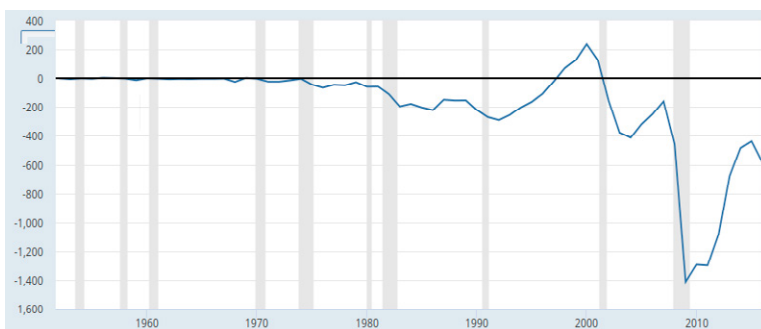
O deficit comercial do país, isto é, o saldo negativo entre exportação e importação, foi de US\$ 566 bilhões em 2017, quase o dobro do PIB da África do Sul, mas um pouco menor do deficit verificado em 2006, que alcançou a US\$ 762 bilhões – superior ao PIB atual da Argentina ou da Suíça. Seu deficit comercial em relação à China é de US\$ 375 bilhões, respondendo por 66% do deficit total norte-americano em bens [370] – esse deficit corresponde a quase o PIB da Noruega.

Como os Estados Unidos são também grandes importadores de Petróleo, assegurar o controle sobre reservas do pré-sal –

com empresas norte-americanas arrematando blocos de petróleo a preços baixos – é um elemento estratégico na busca por reduzir o seu deficit comercial.

Por sua vez, como os impostos cobrados não tem sido suficientes para cobrir as despesas públicas ao longo de décadas, também o deficit público norte-americano é um problema sem solução à vista. Desde 1960, somente em seis anos o governo gastou menos do que o arrecadado. Para o ano de 2019 a previsão é de um deficit de US\$ 985 bilhões, o que corresponde aos PIBs da Suíça e da Colômbia somados.

Gráfico 16 – Orçamento Federal dos Estados Unidos Superavit ou Deficit (-) 1952-2016

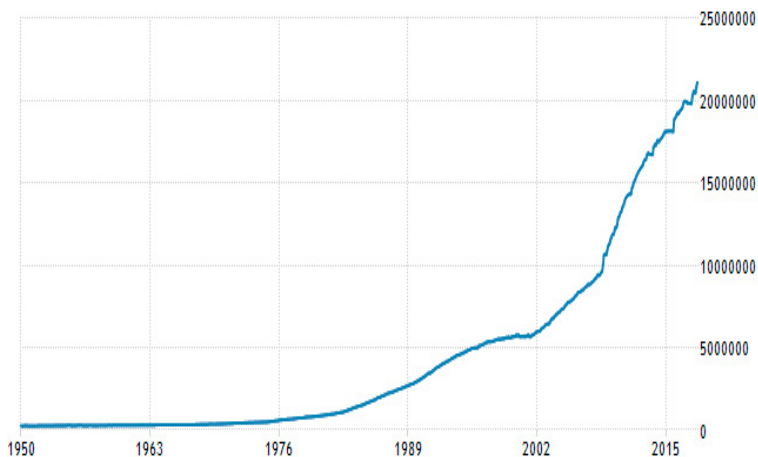


Fonte: fred.stlouisfed.org [371]

A manutenção desses gigantescos deficits comerciais e deficit público, a cada ano, é financiada com a elevação da dívida norte-americana.



Gráfico 17 – Dívida Pública dos Estados Unidos de 1950 a 2017 em bilhões de dólares

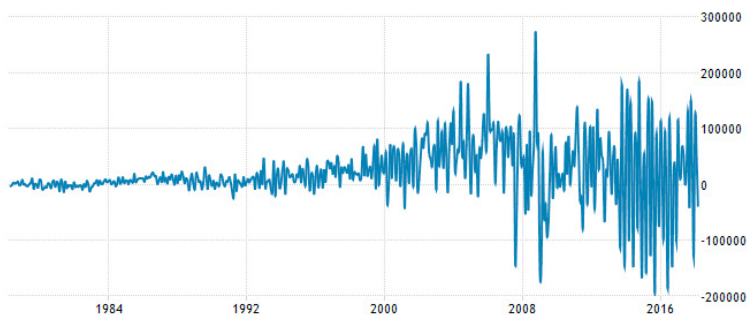


Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) [372]

A dívida norte-americana é uma espécie de bomba-relógio [373] que o mundo precisa desarmar, porque a irresponsabilidade econômica dos Estados Unidos, a perdurar por mais uma década, fará implodir a economia global.

A oscilação do fluxo líquido de capitais na economia norte-americana revela que o próprio país está sob uma espécie de ataque especulativo constante dos fluxos do capital financeiro que ele mesmo expandiu globalmente com sua irresponsabilidade monetária. Trata-se de uma oscilação superior ou idêntica à verificada em 2007 com a crise do *subprime* – quando um volume gigantesco de empréstimos de risco foi garantido com imóveis que ao serem liquidados massivamente sofreram grande depreciação levando ao estouro da bolha financeira. Quando comparamos o período dos últimos 20 anos com os 20 anos anteriores, vemos claramente como a economia norte-americana entrou numa fase de profunda instabilidade, padecendo do mal que ela mesma disseminou pelo mundo.

### Gráfico 18 – Fluxo Líquido de Capitais Internacionais – Estados Unidos, 1978 – 2018



Fonte: tradingeconomics.com [374]

Os Estados Unidos, que deslocaram grande parte de sua realização de lucros para o setor do capital improdutivo – comercial e financeiro –, somente continuam preservando sua aparente solidez econômica às custas da produção alheia de riquezas em outras partes do mundo, apropriando-se de valores reais criados pelo trabalho produtivo humano em outros países – pois o capital improdutivo não cria valor, apenas realiza como lucro o valor que foi criado anteriormente pelo trabalho produtivo. Não por acaso entre suas maiores empresas estão as de natureza comercial e financeira.

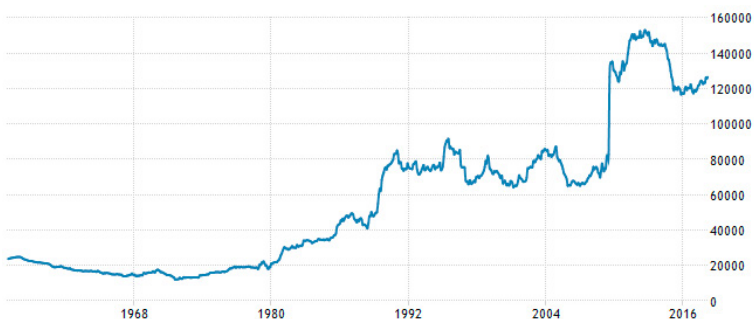
Mas, na medida em que os Estados Unidos perdem mercados no exterior para empresas que atuam na área de comércio, pela consolidação de mercados econômicos fortes locais com alto grau de competitividade que lhes reduz a realização de lucros, depende cada vez mais dos lucros realizados pelo capital financeiro para continuar a sobreviver.

Mas o movimento líquido de entrada e saídas de capital no país revela duas coisas. A primeira é um frenético movimento de compra e venda de títulos do Tesouro, em magnitudes gigantescas, criando uma instabilidade monetária global – o que, em tese, ampliaria a demanda por dólares em todo o mundo como divisa segura. Mas a segunda, revelaria um movimento internacional

de capitais financeiros, em grande parte norte-americanos, explorando a própria vulnerabilidade da economia real norte-americana, para ampliar seus lucros, do mesmo modo que ataca as vulnerabilidades de economias de outros países.

A desproporção das reservas internacionais norte-americanas para o total de sua dívida significa que os Estados Unidos estão insolventes há muitos anos, não fosse o poder de rolar sua dívida com a própria moeda que ele mesmo emite, realizando operações cada vez mais gigantescas e velozes com títulos do Tesouro.

Gráfico 19 – Reservas Cambiais Estrangeiras dos Estados Unidos em milhões de dólares – 1950 a 2018



Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) [375]

De fato, com o nível precário de suas reservas cambiais, que alcançou em fevereiro de 2018, a pouco mais de US\$126,5 bilhões frente a uma dívida que ultrapassa a US\$ 20 trilhões, em pouco tempo os Estados Unidos teriam dificuldades até mesmo para quitar o débito de curto prazo para com a China.

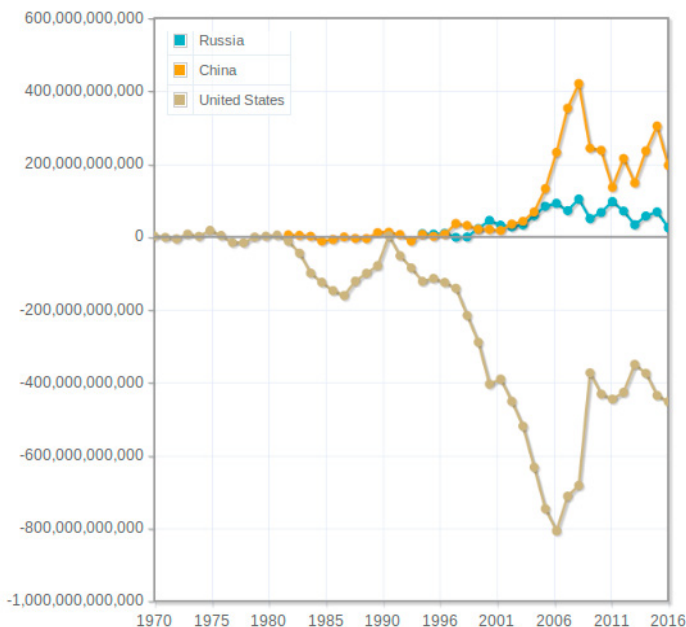
E a história nos ensina que houve duas saídas clássicas para anular dívidas públicas de grandes proporções: a hiperinflação, que implicaria nesse caso a desvalorização global do dólar, aniquilando grande parte das reservas cambiais do mundo todo e, com isso, quase implodindo a economia global, ou a guerra que romperia os contratos que os Estados Unidos, na condição de devedor, deveriam honrar junto aos seus credores.

Assim, como lemos na *National Defense Strategy*, de 2018, publicado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, Rússia e China aparecem como principais desafios a enfrentar:

O principal desafio para a prosperidade e a segurança dos EUA é o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo com o que a Estratégia de Segurança Nacional classifica como poderes revisionistas. Está cada vez mais claro que a China e a Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário – ganhando poder de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações. [...] Desafios para a vantagem militar dos EUA representam outra mudança no ambiente de segurança global. Durante décadas, os Estados Unidos desfrutaram de superioridade incontestável ou dominante em todos os domínios operacionais. Em geral, poderíamos implantar nossas forças quando quiséssemos, montá-las onde queríamos e operar como queríamos. Hoje, todos os domínios são contestados – ar, terra, mar, espaço e ciberespaço.<sup>82</sup> (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE, 2018.) [\[376\]](#)

Para entender a preocupação norte-americana com a Rússia e a China, basta confrontar as Balanças de Transações correntes dos Estados Unidos e a desses países. Os Estados Unidos defendem ideologicamente o livre mercado justamente para que suas políticas monetárias sejam mais eficientes para afetar a economia global. Mas, na prática, considerando o saldo da balança de transações correntes – que engloba a balança comercial e de serviços, os rendimentos de investimentos e as transferências unilaterais –, a sua economia se mostra estruturalmente incapaz de gerar resultados positivos.

Gráfico 20 – Saldo da Balança Global de Transações Correntes em dólares – EUA, China e Rússia, 1970 a 2016



Fonte: Index Mundi [377]

A matemática desse problema é simples. O déficit da Balança de Transações Correntes norte-americana é financiado com a emissão de títulos da dívida pública. Mas para que isso possa continuar ocorrendo, o dólar não pode perder o seu valor no mercado global.

Não por acaso a Rússia e a China se converteram em desafio para a estratégia militar norte-americana, pois enquanto os Estados Unidos tem uma balança deficitária desde a década de 1970, Rússia e China iniciariam sua decolagem superavitária em 1995.

Enquanto a redução da magnitude do deficit norte-americano entre 2006 e 2009 deveu-se à redução de importações, a redução do superavit chinês deveu-se a redução de exportações.

À luz dos indicadores analisados, percebe-se que com o reaquecimento da economia global, as tendências anteriores vol-

tarão a se repetir, pois as debilidades da economia norte-americana, graças ao seu endividamento, permanecem estruturais e sem receber um enfrentamento adequado pelos governos que se sucedem há décadas naquele país.

Mas, se a economia norte-americana está em situação tão crítica e o dólar não tem respaldo em ouro, porque ele segue adotado como divisa internacional? Entre outros fatores porque é a moeda usada no mercado do petróleo, podendo-se com ela comprar petróleo a qualquer momento – não apenas o produzido nos Estados Unidos mas em qualquer parte do mundo. Assim, enquanto o petróleo mundial for comercializado hegemonicamente em dólar, o dólar seguirá “respaldado” na produção de petróleo global, ainda que com flutuações de mercado.

O problema da economia norte-americana, entretanto, não é o crescimento dos BRICS ou da União Europeia, mas a falta de distribuição de renda no país, impedindo a expansão de sua classe média e do consumo sustentado em seu mercado interno – como vinha ocorrendo no conjunto dos países que conformam os BRICS – e a perda de competitividade de suas empresas no mercado interno para o atendimento desse consumo. A redução do endividamento das famílias e o aumento da atividade econômica produtiva no interior dos Estados Unidos tenderiam a elevar a arrecadação pública e a reduzir o déficit da balança comercial e os níveis de endividamento da economia como um todo.

Contudo, insistindo em preservar o seu modelo econômico insustentável, a solução parcial encontrada pelos Estados Unidos – para preservarem o valor dos dólares em circulação na ciranda financeira global e seguirem emitindo títulos para financiar sua crescente dívida pública – é manterem um relativo controle sobre grande parte das reservas de petróleo no mundo e assegurarem que estas sejam exploradas por empresas norte-americanas ou por outras em aliança com elas, preservando o dólar como divisa necessária à sua comercialização.

Assim, uma grande parte do petróleo no mundo todo seguiria comercializada em dólares, preservando-se a importância

global dessa moeda e o poder da política monetária norte-americana por sobre a economia mundial.

É justamente isso o que os Estados Unidos buscam assegurar com suas intervenções ideológicas, institucionais, políticas ou militares em países produtores de petróleo no Oriente Médio e na América Latina.

De fato, em setembro de 2000, o Iraque começou a faturar suas exportações de petróleo em euro. Entretanto, dois anos e meio depois, os Estados Unidos invadiram o Iraque e derrubaram o governo do país. Com isso, sinalizavam aos demais países da região as possíveis consequências de substituir o dólar por outra divisa nos contratos de petróleo.

No caso da Líbia – conforme matéria de Andrew Walker publicada pela BBC – o seu banco central, que era estatal, possuía aproximadamente 144 toneladas de ouro:

Os dados do FMI mostram que as reservas da Líbia são de 4,6 milhões de onças, algo como 144 toneladas. Existem vinte países com maiores reservas de ouro. Mas, eles são muito mais ricos ou muito maiores em população.<sup>83</sup> (WALKER, 2011) [378]

Pelo que consta, meses antes da ONU autorizar os EUA e aliados a invadirem a Líbia, Muammar Kaddafi defendeu a criação de uma moeda para os países da África Francófona e que o petróleo árabe fosse vendido somente com o seu emprego. Entre os e-mails de Hilary Clinton, que se tornaram públicos, há um reproduzido pelo Wikileaks em que se afirma:

O governo de Qaddafi tem 143 toneladas de ouro e uma quantidade similar em prata. [...]. Este ouro foi acumulado antes da atual rebelião e foi planejado para ser usado para estabelecer uma moeda pan-africana baseada no Dinar de ouro da Líbia. Este plano foi desenhado para fornecer aos países africanos francófonos uma alternativa ao franco francês (CFA).<sup>84</sup> (BLUMENTHAL, 2011) [379]

Também a Venezuela flertou com a possibilidade de vender petróleo usando o Euro. E não por acaso é um dos principais de-

safetos do governo norte-americano na América Latina. Em 2017, em resposta a sanções norte-americanas, o governo venezuelano passou a implementar essa medida (KURMANAEV, 2017) [380].

Com o crescimento contínuo do PIB dos BRICS, que em *paridade de poder de compra* ultrapassou o PIB da União Europeia e dos Estados Unidos, seria uma questão de tempo que tal ultrapassamento ocorresse também no *plano dos preços correntes*.

Entretanto, usando do poder de sua política monetária, os Estados Unidos anunciaram a elevação da taxa básica de juro e capitais saíram dos BRICS e Europa em direção dos Estados Unidos. E, como resumiu a Deutch Wele: o “*aumento da taxa básica de juros nos EUA desvaloriza moeda em países como Brasil, Rússia e Índia.*” (WENKEL, 2013) [381]

Porém, com a real expansão dos BRICS assentada em seu poderoso mercado consumidor interno, essa política monetária norte-americana seria incapaz de sufocar o crescimento do bloco no médio e longo prazo. Pois, como as reservas cambiais da China estão em sua maioria em dólar, a apreciação de suas reservas cria melhores condições de alavancar suas próprias operações, tanto para crescimento dela mesma quanto para o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, instituído pelos BRICS.

Assim, os Estados Unidos se veem agora numa situação difícil de contornar, usando seus *instrumentos econômicos monetários convencionais*, necessitando, para tanto, lançar mão de *instrumentos políticos*, como, por exemplo, o apoio ao Golpe de Estado no Brasil, com suas autoridades capacitando, informando e cooptando atores do poder judiciário, ministério público ou poder legislativo, que desempenharam um papel central no desenrolar dos acontecimentos que culminaram no golpe e na entrega de campos de pré-sal; quanto de *instrumentos militares*, como as ações na Líbia e Síria, por exemplo.

Além disso, para que seu poder de sustentar o dólar com base no comércio mundial de petróleo se mantenha por longo tempo, os Estados Unidos tem de impedir ou dificultar ao máximo possível a mudança da matriz energética global, evitando que o petróleo seja substituído por outras fontes energéticas abun-



dantes e limpas – como as energias solar e eólica, convertidas em energia elétrica no interior dos próprios países – ou por combustíveis de fontes renováveis que, mesmo sendo comercializados internacionalmente, não seriam negociados em dólar, mas mediados por outros signos de valor.

Assim, se o conjunto dos países avançasse decididamente na mudança global da matriz energética – reduzindo o volume de importação de petróleo – e diversificasse progressivamente as suas reservas cambiais, os Estados Unidos se veriam forçados a abandonar essa estratégia de sustentar a sua economia às custas de um endividamento fundado em sua capacidade de emitir dólares ou de forçar oscilações do preço do petróleo com a sua política monetária de alcance global.

Mas, se a classe trabalhadora e as organizações solidárias no mundo quisessem assumir o controle autogestionado da economia de seus territórios, teriam de iniciar a organização de circuitos econômicos solidários [382], conectados entre si em nível local e global, integrando fluxos econômicos monetários e não-monetários. Atuando em sistemas de rede, esse circuitos seriam capazes de, progressivamente, libertar as forças produtivas de seus países da subordinação aos fluxos do capital financeiro, liberar o intercâmbio dos meios econômicos de sua subordinação à escassez do dinheiro e de promover a libertação socioeconômica de comunidades humanas, com a prática da autogestão econômica e da colaboração solidária entre elas, na construção de um modo de produção, de um sistema de intercâmbio e de uma formação social, plenamente democráticos e solidários.

### **2.3. Apropriação de Reservas do Pré-Sal, de Tecnologias da Petrobras e de Recursos que iriam para o Fundo Social**

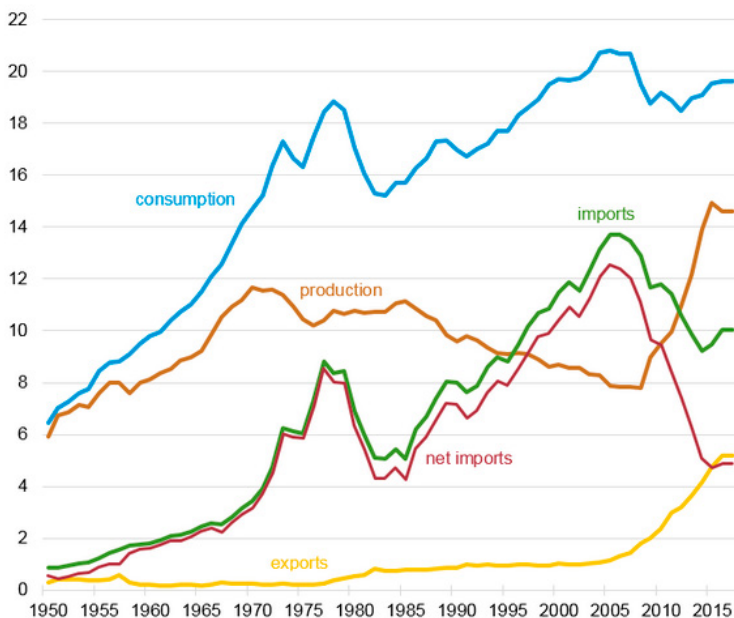
A modificação da Lei do Pré-Sal, alterando o regime de partilha, possibilitou a empresas norte-americanas explorarem as re-

servas de petróleo brasileiras e, em certas condições, na ausência de participação da Petrobras na exploração do bloco, tornarem-se proprietárias de quase todo o petróleo extraído.

Isso é essencial para os Estados Unidos, contribuindo para reduzir a sua dependência de petróleo da Venezuela – de quem importam 777 mil barris por dia – e do Oriente Médio.

Mas, igualmente, por possibilitar às empresas norte-americanas, que se apropriaram de parcelas do pré-sal brasileiro, negociarem esse petróleo e seus derivados em dólar, Pois isso contribui para a manutenção da hegemonia do dólar como divisa global e para preservar o poder de interferência da política monetária norte-americana na cotação internacional do petróleo.

Gráfico 21 – Estados Unidos: Consumo de Petróleo, Produção, Importação, Exportação e Saldo de Importação (milhões de barris/dia)



Fonte: EIA [383]

Como se vê, nos últimos dez anos, os Estados Unidos ampliaram sua produção e reduziram as importações. Com a sua apropriação do petróleo brasileiro, diminuirão sua dependência do Oriente Médio e da Venezuela. E por outra parte, poderão igualmente ampliar o refino e exportar os derivados, inclusive para o Brasil.

### **Participação Norte-Americana**

Nos leilões já realizados sob a nova lei, muitos blocos foram assumidos por empresas estrangeiras, que agora podem exportar o óleo que lhes cabe para as suas matrizes, em seus países de origem, uma vez que foi alterado o contrato de partilha e a participação obrigatória da Petrobras em todos os blocos, o que assegurava ao Brasil a propriedade de uma grande parte desse petróleo, que o país poderia consumir internamente ou exportar em qualquer moeda.

Entre essas empresas estrangeiras estão as norte-americanas Exxon-Mobil e Chevrom.

Em maio de 2016, Pedro Parente – ex-ministro da casa civil no governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-vice-presidente executivo da RBS, afiliada da Rede Globo – foi escolhido por Temer para presidir a Petrobras. Ele iniciou a venda de ativos da companhia e a entrega da camada pré-sal para o capital estrangeiro, começando pelas áreas de Carcará, Iara e Lapa.

Referindo-se aos leilões de outubro de 2017, um jornalista da CNBC, afirmou:

Grandes companhias petrolíferas como a Exxon Mobil, a BP, a Royal Dutch Shell, a Total e a Statoil têm abocanhado blocos no Oceano Atlântico ao largo da costa do Brasil que contém petróleo a milhares de pés abaixo da camada de sal. Seis blocos do chamado pré-sal arrecadaram cerca de US\$ 1,8 bilhão para o governo brasileiro no mês passado, embora dois blocos não tenham sido vendidos, deixando o país com um resultado mais fraco do que o esperado.<sup>85</sup> (DICHRISTOPHER, 2017) [\[384\]](#)

Assim, esses quatro blocos do pré-sal, entregues a petroleiras estrangeiras não renderam ao governo, na assinatura, sequer o valor de US\$ 2 bilhões que a Petrobras pagou em multas nos Estados Unidos por ter sido vítima de um cartel de empreiteiras, mas convertida em empresa criminosa pela operação Lava Jato e autuada nos Estados Unidos com a participação do Departamento de Justiça daquele país.

Já na quarta rodada de leilões, em junho de 2018, três blocos foram arrematados com um pagamento na assinatura de R\$ 3,15 bilhões (DEUTSCH WELLE, 2018) [385], que, ao câmbio do dia (R\$ 3,89), correspondiam a US\$ 807 milhões. Esse valor de assinatura recebido pelo governo foi menor do que a multa paga pela Braskem nos Estados Unidos, no valor de US\$ 957 milhões, para encerrar um processo judicial sobre corrupção na empresa investigado pela Lava Jato, igualmente em cooperação com autoridades norte-americanas. A Braskem é controlada pela Odebrecht e Petrobras.

Após esse leilão a presidente da ExxonMobil no Brasil, Carla Lacerda, afirmou o seguinte:

“Queria dizer que estou muito contente com o resultado da rodada de hoje... Em poucos meses, a ExxonMobil passou de 2 blocos para 25 blocos, também fortalecida com essa parceria de longo prazo com a Petrobras e outros parceiros... Hoje é um grande dia para o Brasil” (Lacerda apud NOGUEIRA, 2018) [386]

Assim, em “*poucos meses*” a ExxonMobil assumiu a exploração de 25 blocos do pré-sal, sob o novo marco regulatório, cuja aprovação foi facilitada pelo golpe de Estado.

A pressa do governo golpista em leiloar o pré-sal, menos tinha a ver com a necessidade de caixa, do que com o temor que as eleições de outubro de 2018 traziam no horizonte para a continuidade da entrega do patrimônio público brasileiro ao domínio de grupos privados.

E referindo-se a esse mesmo leilão, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo afirmou:

Se a gente não considera o resultado desse leilão um sucesso maravilhoso, eu gostaria de saber qual a definição de um sucesso maravilhoso em um leilão de áreas de exploração de petróleo contratando 75 por cento das áreas; no mundo, historicamente, nos grandes leilões, a média é de 5 a 15 por cento. (apud NOGUEIRA, 2018) [\[387\]](#)

A principal diferença é que em outros leilões, em diferentes regiões do mundo, a empresa não tem uma previsão segura de resultados. Mas no Brasil, todo o trabalho prévio de mapeamento foi feito com grande precisão pela Petrobras. No pré-sal brasileiro, comparativamente a outras áreas, a extração de Petróleo não é uma atividade de risco, mas um investimento com retorno garantido.

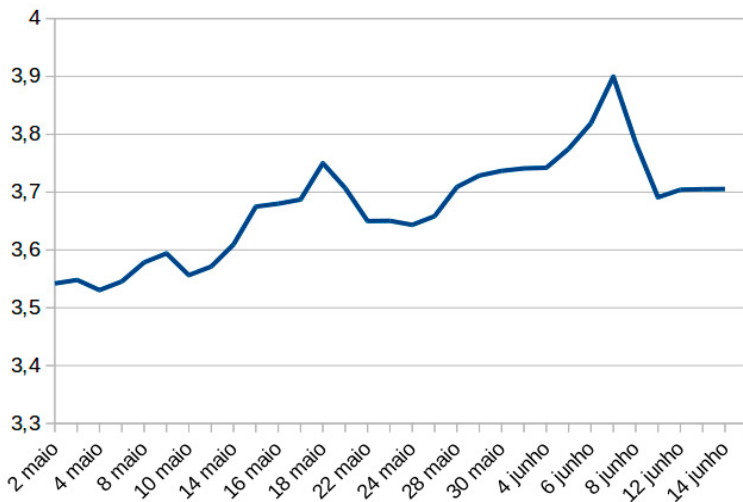
### **O “Sucesso Maravilhoso” na Entrega do Pré-Sal**

O leilão realizado no dia 07/06/2018 tem alguns aspectos não bem explicados, entre eles a formação da taxa de câmbio, o ágio e percentual de óleo oferecido em retorno ao governo e o exercício da cláusula de preferência pela Petrobras.

### **Taxa de Câmbio**

Sobre a formação da taxa de câmbio para a conclusão da operação há que se investigar os detalhes do impacto da conversão entre reais e dólares para a liquidação do valor do bônus de assinatura dos contratos e na definição dos demais valores envolvidos<sup>86</sup>.

### Cotação do Dólar (Ptax) em Reais – 8 de maio a 08 de junho 2018



Fonte: Dados do Banco Central [388]

Nas vésperas do leilão houve uma forte valorização do dólar, como se pode ver pela evolução do câmbio registrado pelo Banco Central na *ptax*. A taxa de câmbio *ptax* é calculada diariamente pelo Banco Central, com base na consulta aos *dealers* de câmbio por ele credenciados, realizando-se a média aritmética dos valores informados – excluindo-se os dois maiores e menores – em quatro janelas de cotações diárias [389]. Essa é a taxa normalmente utilizada nos mercados para os contratos que envolvem negócios em dólar.

Assim, o bônus de assinatura obtido pelo governo foi de R\$ 3,15 bilhões que, no câmbio do dia 7, correspondeu a US\$ 807,75 milhões. Contudo, no câmbio da antevéspera, ele correspondia a US\$ 834,45 milhões, com uma diferença de US\$ 26,70 milhões a mais. Já, uma semana antes, correspondia a US\$ 842,98 com uma diferença de US\$ 35,23 milhões de dólares a mais. E, considerando o câmbio de duas semanas antes do leilão, o valor do

bônus recebido corresponderia a US\$ 864,60 milhões, com uma diferença a mais de US\$ 56,85 milhões.

De fato, o índice da Bolsa de Valores de São Paulo no dia do leilão chegou a cair 6,5%, mas fechou em queda de 2,98%, voltando a patamares de dezembro do ano anterior.

A apreciação do dólar no dia do leilão foi tão alta – chegando a ser negociado no mercado a R\$ 3,97 e vendido a R\$ 4,20 em casas de câmbio para turistas –, que o Banco Central precisou intervir no dia seguinte.

Não temos, contudo, detalhes para saber em que medida a queda na cotação da moeda norte-americana no dia 08/06 foi resultado da ação do BC ou do desmonte de posições que poderiam ter sido armadas para a elevação da taxa de câmbio.

Fato é que a economista-chefe de uma das maiores corretoras de valores brasileiras, afirmou que:

“nos últimos dias, não vimos movimento no exterior que justifique o comportamento de preços dos ativos no Brasil. O País descolou do mundo.” [\[390\]](#)

### **Ágio e Percentual de Óleo**

O arremate dos três blocos recebeu muitos comentários pelo valor do ágio no percentual de *óleo lucro* oferecido em retorno ao governo, pois este é o critério para definir o vencedor do certame. O governo havia estabelecido como valores mínimos, no período de vigência dos contratos, 22,18% para Uirapuru, 16,43% para Dois Irmãos e 8,32% para Três Marias.

Tabela 11 – Consórcios Vencedores na Quarta Rodada de Licitação do Pré-Sal

Bloco	Consórcio vencedor	Excedente em óleo oferecido (%)	Ágio (%)	Bônus de assinatura
Uirapuru, Bacia de Santos (4 concorrentes)	Petrobras (30%), Statoil Brasil O&G (28%) ExxonMobil Brasil (28%) Petrogal Brasil (14%)	75,49	240,35	R\$ 2,65 bilhões
Dois Irmãos, Bacia de Campos (oferta única)	Petrobras (45%), BP Energy (30%) e Statoil Brasi O&G (25%)	16,43	zero	R\$ 400 milhões
Três Marias, Bacia de Santos (2 concorrentes)	Shell Brasil (40%), Chevron Brazil (30%) e Petrobras (30%)	49,95	500,36	R\$ 100 milhões

Fonte: ANP [391]

Contudo, esses percentuais podem indicar que os dados assumidos sobre os blocos para a preparação da licitação subestimavam a sua realidade ou os valores mínimos estabelecidos para a abertura do certame estavam muito abaixo do razoável.

Também aqui seria necessário uma análise mais detalhada para explicar as razões dessas cifras estranhas de 500% e 240% do “sucesso maravilhoso” desse leilão ou do ágio que chegou a 674% no leilão de outubro de 2017. Pois, se não tivesse havido disputa e os blocos tivessem sido arrematados pelos valores iniciais solicitados, o prejuízo ao país teria sido ainda mais gigantesco do que já foi.

De fato, conforme a Federação Única dos Petroleiros, com esse leilão

o governo Temer entregou mais oito bilhões de barris de petróleo às multinacionais, [...] onde cada barril saiu ao preço médio de R\$ 0,26. Os três campos leiloados [...] contêm reservas estimadas de 12,132 bilhões de barris de petróleo. A Petrobrás, mesmo pagando o maior valor em bônus do leilão (R\$ 1 bilhão do total de R\$ 3,150 bilhões arrecadados) e exercendo a preferência dos 30% de participação mínima nos consórcios, como prevê a lei, terá direito apenas a 3.999 bilhões de barris. Ou seja, 33% das reservas licitadas.



A petrolífera norueguesa Statoil foi a grande vencedora do leilão, ao abocanhar 2.783 bilhões de reservas de petróleo com participações estratégicas nos blocos de Uirapuru e Dois Irmãos. A norte-americana ExxonMobil [...] avançou consideravelmente sobre as reservas do país, ao garantir mais 2.184 bilhões de barris de petróleo com os 28% de participação no valiosíssimo campo de Uirapuru, que está estrategicamente localizado ao lado de Carcará. Na gestão Pedro Parente, a Petrobrás entregou à Statoil 66% da participação que tinha nesse mega campo da Bacia de Santos. Agora, a Statoil e a Exxon terão juntas 56% de Uirapuru, após pagarem em média R\$ 0,30 por cada um dos 7,8 bilhões de barris de reserva do campo. (FUP, 2018j) [\[392\]](#)

### **Cláusula de Participação Preferencial**

Dado que na ocasião do leilão Pedro Parente já havia saído do comando da Petrobras, que foi assumido por Ivan Monteiro, até então diretor financeiro da empresa, a companhia exerceu o seu direito de participação preferencial para assumir 30% nos consórcios dos blocos que havia perdido no leilão.

Isso contrastava com a política de Pedro Parente de desinvestimento da companhia. Mas, mesmo exercendo tal direito, a Petrobras ficou apenas com 33% das reservas licitadas. Assim, o país entregou nada menos que dois terços dessas reservas a empresas estrangeiras, ao preço médio de R\$ 0,26 por barril de petróleo.

Como um barril de óleo cru equivale a quase 159 litros, as empresas estrangeiras pagaram, por litro, o valor de R\$ 0,0016353538. Em outras palavras pagaram aproximadamente um milésimo e meio de real por litro de óleo cru, nesse “sucesso maravilhoso” da entrega do pré-sal brasileiro às empresas estrangeiras. Assim, para cada<sup>87</sup> *mil litros* de petróleo que serão levados do Brasil o país recebeu em troca R\$ 1,63 ou US\$ 0,45.

Para efeitos de comparação, por um litro de gasolina pagamos hoje em Curitiba R\$ 4,30. Por esses mesmos R\$ 4,30 as empresas estrangeiras que venceram a quarta rodada de licitação do pré-sal podem levar do país 2.629 litros de petróleo.

E se não fosse o movimento de resistência que conseguiu alterar o projeto de José Serra, incluindo a cláusula de participação preferencial da Petrobras a perda para o país seria ainda muito maior.

Como destacou o coordenador geral da FUP, Simão Zanardi,

os 30% de participação que a Petrobrás garantiu nos campos leiloados só foram possíveis em função da resistência da FUP em 2015 e em 2016, quando a Shell e outras multinacionais, através do projeto de Serra, conseguiram alterar a Lei da Partilha, e tiraram da nossa empresa a exclusividade na operação do Pré-Sal. A resistência da FUP e de seus sindicatos [...] garantiu à Petrobrás exercer pelo menos a preferência dos 30%, pois o projeto original era acabar também com a participação mínima da empresa. [...] Se não fosse a luta da FUP, nem esses 30% a Petrobrás teria. (FUP, 2018) [\[393\]](#)

## Fundo Social

O golpe não apenas avançou solapando a soberania energética do Brasil na área do petróleo, como também o emprego dessa riqueza no desenvolvimento do país, na expansão de sua classe média e do bem-estar de sua população, diferentemente do que ocorreu com a Noruega, que usou o seu petróleo para alcançar altos índices de desenvolvimento humano [\[394\]](#).

Conforme Raul Tadeu Bergman,

a Noruega [...] em 1969 [...] descobriu [...] jazidas de petróleo e era o segundo país mais pobre da Europa. Ela administrou bem e tornou-se, nos últimos cinco anos, o país com melhor IDH do mundo, melhor bem-estar social e a segunda maior renda per capita. E ainda tem um fundo soberano de €900 bilhões para manter a qualidade de vida da população quando acabar o petróleo. (COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS, 2015) [\[395\]](#)

Na quarta rodada de leilões do pré-sal, essa empresa estatal norueguesa, a Statoil, ficou com 25% de participação no bloco de Dois Irmãos e 28% no bloco de Uirapuru. Possivelmente, parte dos resultados que ela obterá explorando o petróleo brasileiro

irá para o fundo soberano da Noruega que é o maior do mundo, para assegurar políticas sociais naquele país. Como afirma a Deutsch Welle sobre ele:

“Criada nos anos 90, [essa] “poupança” foi inicialmente alimentada por recursos de gás e petróleo e tem como objetivo garantir aposentadoria a gerações futuras.” (DEUTSCH WELLE, 2017) [\[396\]](#)

O fundo alcançou em 2017 um montante de aproximadamente US\$ 200 mil para cada norueguês. Em 2016, a agência de assistência social, valendo-se de recursos desse fundo, pagou US\$ 21 bilhões em benefícios aos 20% da população do país que necessitavam de auxílio. (SLEIRE, 2017) [\[397\]](#)

Já, no Brasil, com o golpe, outras destinações para o Fundo Social estão sendo projetadas, como financiar a construção de gasodutos e outras medidas que visam beneficiar as petroleiras estrangeiras, para que possam assumir maiores fatias do mercado nacional (PIERRY, 2018b) [\[398\]](#).

Outro aspecto a destacar é que “*o valor dos royalties é calculado a partir do volume de produção, preço do barril e câmbio*” (MARTÍN, 2016) [\[399\]](#). E como o custo de produção das empresas estrangeiras é maior que o da Petrobras, o próprio montante destinado ao fundo vai sendo diminuído com a maior participação dessas empresas:

“Segundo informações apresentadas pela Petrobras, seu custo de operação nos campos do pré-sal está em 9 dólares por barril enquanto a média mundial está em 15 dólares por barril. (MARTÍN, 2016) [\[400\]](#)

Conforme analisou Cloviomar Cararine, economista do DIEESE, com base nessas referências e nos dados dos blocos que seriam leiloados semanas depois, em outubro de 2017,

se [...] 12 bilhões de barris fossem explorados apenas pela Petrobrás (dado seu menor custo de operação e participações do governo em ações da empresa), o volume arrecadado para a União seria de R\$1,2 trilhões. Sem a participação da Petrobrás, a União poderá arrecadar

cerca de R\$650 bilhões. Assim, estima-se perdas para a União de cerca de R\$500 bilhões de arrecadação nos 30 anos de produção destes campos. No que tange ao volume de royalties e recursos gerados ao Fundo Social (destinados a Saúde e Educação) as perdas são da ordem de R\$25 bilhões sem a participação da Petrobrás. (CARARINE, 2017) [\[401\]](#)

Assim, o golpe vai impactando sobre o Fundo Social do pré-sal que, se viesse a se consolidar tal qual o fundo da Noruega, que ultrapassou a marca de 1 trilhão de dólares, seria uma fonte segura de recursos para o desenvolvimento humano do povo brasileiro.

Assim, a Petrobras que nos 12 anos dos “*governos petistas*” esteve na base da geração de milhares de postos de trabalho com a ativação de cadeias produtivas locais, da geração de novas tecnologias, do crescimento da produção de óleo e gás, da expansão da indústria naval, da exploração do pré-sal e que avançava de forma segura no refino de petróleo no interior dos Estados Unidos – disputando o mercado de combustíveis e derivados no interior da América do Norte como um todo, podendo, a partir dos Estados Unidos, exportar para o Canadá e o México –, faturando em dólares e escapando das oscilações do câmbio na liquidação das obrigações externas contraídas em razão dos investimentos realizados, está sendo agora destruída pelas forças do golpe, que a reduziram a uma exportadora de óleo cru, em fonte para a geração de lucro, tecnologia e emprego para outros países.

## **2.4. Aumento da Exportação Norte-Americana de Derivados de Petróleo ao Brasil**

De fato, havia uma grande pressa do governo em leiloar as reservas de petróleo do país e uma grande pressa das empresas petrolíferas estrangeiras em assumir o controle da exploração dessas reservas – em dois anos de golpe foram cinco leilões. Mas

havia também pressa em expandir a entrada de petróleo estrangeiro no Brasil, desmontar a Petrobras e vendê-la aos pedaços.

Com esse objetivo de ampliar a entrada estrangeira de derivados de petróleo no Brasil – sob o argumento de que a Petrobras não teria condições de atender à demanda interna que o futuro crescimento do Brasil faria aumentar –, Pedro Parente adotou uma nova política para os preços dos combustíveis nas refinarias da Petrobras, elevando-os conforme o mercado internacional.

Isso viabilizou, comercialmente, a importação, pelas empresas concorrentes, de óleo diesel e de outros derivados para venda no mercado brasileiro. E implicou a perda de mercados pela Petrobras no Brasil em relação às importadoras, tendo por consequência uma redução da ocupação da capacidade instalada de suas refinarias e a redução da produção de derivados no país.

Conforme a Associação dos Engenheiros da Petrobras, com essa medida,

a estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes. A importação de diesel se multiplicou por 1,8 desde 2015, dos EUA por 3,6. O diesel importado dos EUA que em 2015 respondia por 41% do total, em 2017 superou 80% do total importado pelo Brasil.

Ganharam os produtores norte-americanos, os “traders” multinacionais, os importadores e distribuidores de capital privado no Brasil. Perderam os consumidores brasileiros, a Petrobrás, a União e os estados federados com os impactos recessivos e na arrecadação. Batizamos essa política de “*America first!*”, “Os Estados Unidos primeiro!”. (apud JORNAL DO BRASIL, 2018) [\[402\]](#)

De fato, conforme dados da própria EIA – *U.S. Energy Information Administration*, o Brasil, em 2017, figurou entre os quatro maiores importadores de petróleo dos Estados Unidos.

Tabela 12 – Países Destinatários da Exportação de Petróleo dos Estados Unidos em 2017 – Volume Exportado e Participação no Total das Exportações de Petróleo.

<b>País Destinatário</b>	<b>Volume Exportado Milhões Barris/dia</b>	<b>Participação no Total</b>
México	1.06	17%
Canadá	0.84	13%
China	0.45	7%
Brasil	0.40	6%
Japão	0.35	6%

Fonte: EIA [\[403\]](#)

A elevação do preço do diesel, com essa política de favorecer a importação dos Estados Unidos, desencadeou uma greve dos caminhoneiros e um locaute de empresas transportadoras, que analisamos na *Seção 1.19*.

Os trabalhadores da Petrobras, por sua vez, realizaram uma greve em defesa da redução de preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha para a recuperação de mercados perdidos pela companhia no país em razão das políticas adotadas na empresa a partir do golpe.

De fato, conforme Pamplona (2018), os dados da Agência Nacional de Petróleo confirmam que

A produção nacional de óleo diesel atingiu no primeiro trimestre de 2018 o pior nível para o mesmo período desde 2003. A retração é resultado de nova estratégia de gestão do refino da Petrobras, que vem sendo criticada por abrir mercado a combustíveis importados. [...] A estratégia derrubou o nível de utilização das refinarias brasileiras e tem impacto na balança comercial brasileira, já que o diesel importado é mais caro do que o petróleo vendido no exterior. No primeiro trimestre, o Brasil gastou US\$ 1,8 bilhão com a importação do combustível.[...] De acordo com dados da ANP, o país produziu 9 bilhões de litros de diesel no primeiro trimestre, volume 9,2% inferior ao verificado no mesmo período de 2017 e 25% menor do que o recorde atingido em 2013. [...] Os dados da ANP mostram que o diesel nacio-

nal está sendo substituído por importações [...]. As importações de diesel atingiram 3,6 bilhões de litros no primeiro trimestre, alta de 5,3% com relação ao ano anterior e custaram ao país US\$ 1,8 bilhão no período. O volume importado é o maior desde 2000, quando a ANP passou a compilar dados sobre o mercado de combustíveis no país. [...] Assim, no primeiro trimestre, a participação de diesel importado nas vendas do combustível no país chegou a 28%, a maior da série histórica [...]. (PAMPLONA, 2018) [\[404\]](#)

Qualquer possível crescimento econômico do Brasil nos próximos anos exigirá, necessariamente, mais combustível. Contudo, em razão dessas medidas que estão entregando o petróleo brasileiro a empresas estrangeiras e desmontando a Petrobras visando privatizá-la, o país passou a correr o risco de ser obrigado no futuro a comprar, no mercado internacional, derivados do petróleo brasileiro que foi extraído da camada pré-sal e refinado no exterior, pagando por tais derivados o preço do mercado internacional, que flutua em dólares, fortemente influenciado pela política monetária do Banco Central norte-americano.

## **2.5. Apropriação da Capacidade do Satélite de Defesa e Comunicações Estratégicas do Brasil**

A entrega da capacidade do satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) posto em órbita com sucesso em maio de 2017, que além da defesa do território nacional contribuiria na universalização da internet banda larga no país, é um exemplo claro de beneficiamento de empresa norte-americana pelo governo golpista.

A Telebras, com o aval do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), firmou acordo com a Viasat, entregando a capacidade do satélite à implementação e fornecimentos dessa empresa (SARAIVA, 2018) [\[405\]](#).

Porém, como o satélite também prevê uso estratégico de defesa, com implicações militares, o contrato foi embargado pelo poder judiciário, embora os equipamentos da ViaSat já estivessem sendo enviados ao Brasil.

A ação, aberta por empresas concorrentes, foi remetida pelo STJ ao STF considerando que “*interesses nacionais e do Princípio da Soberania Nacional Econômica*” eram afetados por esse acordo. (HORA DO POVO, 2016) [406]

Conforme argumentou a juíza federal, Jaiza Fraxe, a Telebras:

entregou contrato, senhas e coordenadas do único satélite de defesa estratégica brasileiro à empresa estrangeira, de modo que eventuais pulverizações de informações sensíveis à segurança devem ser apuradas com esse destaque. (Fraxe apud LOBO, 2018) [407]

No Superior Tribunal de Justiça, a ministra Laurita Vaz, salientou que empresas autoras do pedido de suspensão do contrato entendem ser “*escandalosa entrega gratuita do patrimônio brasileiro aos americanos*” e salientou

A ofensa a regras da Constituição da República suscitada na exordial da ação principal e as razões de decidir fundadas na Carta Magna – que se baseiam nos princípios da ordem econômica, da soberania nacional e de sua defesa – enunciam o status constitucional do presente pedido suspensivo. (Vaz apud CONSULTOR JURÍDICO, 2018c) [408]

Por sua vez, o parecer da Procuradoria-Geral da República recomenda manter a suspensão do contrato, pois, nas palavras da revista Consultor Jurídico.

segundo a PGR, a manutenção do contrato configura ameaça à segurança das informações governamentais e à soberania nacional. (IDEM) [409]

Conforme a revista Consultor Jurídico, a Procuradoria-Geral da República, nesse parecer,



ressalta que permitir 100% da exploração pela Viasat é temerário, principalmente, porque as regras de confidencialidade das informações firmadas entre as parceiras não são conhecidas. Outro aspecto, classificado como arriscado pela PGR, é que também são desconhecidas as obrigações que a Viasat tem com o governo norte-americano. A procuradora-geral cita o artigo 170-I da Constituição Federal, que traz a soberania como um dos princípios da ordem econômica. (IDEM) [\[410\]](#)

## 2.6. Manobras Militares na Amazônia, ao Sul da Venezuela

Em novembro de 2017 ocorreram manobras militares na Amazônia, com ações conjuntas em território brasileiro no sul da Venezuela, envolvendo militares de Estados Unidos e os exércitos do Brasil, Colômbia e Peru.

Assim, do mesmo modo como jovens foram treinados por organizações norte-americanas para o combate político e ideológico em favor das privatizações e livre mercado e juízes, policiais federais e promotores receberam treinamento de autoridades norte-americanas para a obtenção de delações e condução de depoimentos de testemunhas, também tropas militares brasileiras receberam treinamento conjunto de militares norte-americanos, supostamente para ações de ajuda humanitária, mas possivelmente para o enfrentamento dos chamados “inimigos” externos e internos, aliados aos “*poderes revisionistas*”. (DIÁLOGOS DO SUL, 2017) [\[411\]](#)

## 2.7. Possibilidade de Uso da Base de Alcântara

Por sua vez, as negociações sobre a base de Alcântara estão sendo concluídas para que os Estados Unidos e empresas norte-americanas possam usá-la para lançamento de foguetes.

Em fevereiro de 2018, representantes dos dois países dialogaram sobre o acordo de salvaguardas tecnológicas que poderia ser concluído se o Departamento de Estado Norte-Americano fosse autorizado a negociá-lo.

Tal acordo poderia, entretanto, violar a própria soberania nacional brasileira, pois setores do Centro de Lançamento poderiam ficar inacessíveis a brasileiros, incluindo as Forças Armadas, em nome da defesa e proteção da propriedade intelectual de grupos norte-americanos, com respeito às tecnologias nele empregadas.

Assim, não haveria como saber se as operações realizadas nessas áreas seriam apenas de caráter civil e comercial ou também de caráter militar.

Uma área do território nacional poderia ficar, assim, interdita até mesmo às Forças Armadas do país. (BOADLE, 2018) [\[412\]](#)

## 2.8. Possibilidade de Apropriação de Áreas da Amazônia

O Projeto de Lei 4059/2012 [\[413\]](#), desarquivado em 26/03/2015 e que entrou em regime de urgência em 16/09/2015, com emendas em negociação, autoriza a compra e o arrendamento de terras por empresas controladas por estrangeiros, sem limite de área, assegurando que empresas ou cidadãos estrangeiros possam deter ou arrendar até 25% do território de um município.

Porém o Artigo 12 afirma que

“o Congresso Nacional poderá, mediante decreto legislativo, por manifestação prévia do Poder Executivo, autorizar a aquisição de imóvel por pessoas estrangeiras, além dos limites fixados nesta Lei, quando se tratar da implantação de projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País.” (PL 4059/2012) [\[414\]](#)

Com base nesse artigo, não estaria vedado por lei que, sendo aprovado pelo executivo e legislativo golpistas, empresas estrangeiras pudessem comprar até 100% das terras de um município.

De fato, grupos estrangeiros, entre quais norte-americanos, já compravam grandes áreas de terra ilegalmente no Brasil e, agora, teriam suas operações facilitadas por essa nova lei (ROMERO, 2015) [415].

Caso esse projeto seja aprovado, empresas dos Estados Unidos poderão se apropriar de gigantescas áreas da Amazônia ou de qualquer outra parte do território nacional, assenhorando-se de gigantescas reservas de água doce e da mais rica biodiversidade do mundo.

## **2.9. Possibilidade de Apropriação de Águas Fluviais com o Mercado de Águas**

O Projeto de Lei do Senado nº 495/2017 de autoria de Tasso Jereissati (PSDB), altera a Lei nº 9.433/1997, para introduzir os “*mercados de água*”. [416]

Conforme o Artigo 13, que trata da outorga do uso da água pelo Comitê de Bacia Hidrográfica:

Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. § 1º A outorga de uso dos recursos hídricos deverá priorizar o uso múltiplo destes, atendidos os critérios de eficiência e sustentabilidade na utilização desses recursos. (PLS n. 495/2017) [417]

Porém, o parágrafo segundo desse artigo diz simplesmente o seguinte:

As prioridades de uso de que trata o caput serão afastadas no caso de implantação de mercado de água na bacia ou sub-bacia hidrográfica, a fim de permitir a alocação eficiente dos recursos hídricos, resguardados os usos prioritários do art. 1º, inciso III. (IDEM)[418]

Isso significa que as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos serão desconsideradas se for implantado o mercado de água, resguardando-se que “*em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.*” (LEI Nº 9.433/1997) [419] Assim, o que for decidido no mercado de águas terá precedência sobre as prioridades dos Planos de Recursos Hídricos.

Por sua vez, o Artigo 27 afirma que,

[...] Os mercados de água funcionarão mediante a cessão onerosa dos direitos de uso de recursos hídricos entre usuários da mesma bacia ou sub-bacia hidrográfica, por tempo determinado, com o objetivo de promover alocação eficiente dos recursos hídricos, especialmente em regiões com alta incidência de conflitos pelo uso de recursos hídricos.

[...] A alocação eficiente [...] é aquela que otimiza os benefícios socioambientais e econômicos gerados pela utilização da água na área da bacia hidrográfica.

[...] Em caso de conclusão pela viabilidade da operação, a cessão de direito de uso fica condicionada ao pagamento do valor de 5% (cinco por cento) sobre o preço da outorga negociada, destinado ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, a fim de custear a operação e o aperfeiçoamento do sistema de gestão do mercado de água.” (PLS n. 495/2017) [420]

Assim, onde houver conflito pelo uso de água, quem paga ao mercado de águas poderá dela se apropriar.

Na argumentação da proposta, afirma-se que

o projeto não pretende privatizar as águas, pois essas são inalienáveis e possuem dominialidade pública [...]. O que se propõe é apenas a negociação dos direitos de uso de recursos hídricos, outorgados pelas autoridades competentes [...]. O projeto se inspira em experiências internacionais exitosas com mercados de água, observadas

nos Estados Unidos, Austrália, Chile e Espanha, países que também possuem forte vocação agropecuária.

Ainda no plano internacional, a proposição vai ao encontro da Declaração de Dublin sobre Água e Meio Ambiente, que preconiza que “a água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico (...) o gerenciamento da água como bem de valor econômico é um meio importante para atingir o uso eficiente e equitativo e o incentivo à conservação e proteção dos recursos hídricos”. (IDEM) [\[421\]](#)

Assim, não basta possibilitar a apropriação internacional 25% da superfície do território nacional. É preciso assegurar que possa haver também a apropriação empresarial das águas fluviais no país por quem possa pagar por elas.

De fato, frente a escassez de águas que o fenômeno do aquecimento global tende a acentuar e frente ao aumento do volume de “água purificada” engarrafada e vendida no mundo todo, há quem já fale de um mercado mundial de águas, tratando a água como *commodity*.

Conforme o estudo publicado com o apoio da Unesco, *Issues of Local and Global Use of the Water from the Amazon* [*Questões do Uso Local e Global da Água da Amazônia*],

Até os últimos anos, os técnicos tinham respostas rápidas para a acessibilidade da água: construir grandes represas, remover o sal da água do mar, transferir água por meio de aquedutos de áreas úmidas para áreas secas. Atualmente, tais soluções não são facilmente aceitas, pois são muito custosas do ponto de vista ambiental e econômico. Como resultado, buscam-se soluções para diminuir a demanda, incluindo a privatização de serviços, cujo mercado poderia ser regulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Algumas conversas sugerem a criação de um mercado internacional de água, através do qual países com escassez de água poderiam comprar água de países com abundância; ou mesmo a criação de uma Organização de Países Exportadores de Água. (ARAGÓN, 2004, p.12) [...] as Nações Unidas propuseram a implantação de uma “parceria global da água”. Seu princípio básico é economizar recursos hídricos combatendo a poluição e o desperdício de água. Outros acreditam numa solução mais radical. Eles acreditam que seria conveniente co-

mercializar a água a uma taxa global que expressa seu valor como uma *commodity* econômica rara. [...] Esse mecanismo exigiria que o mercado fosse controlado para evitar especulações envolvendo esse bem crucial. [...] Existem redes de agências, instituições financeiras e organizações não-governamentais trabalhando juntas na tentativa de organizar o mercado de água. Uma grande rede foi formada com agências das Nações Unidas especializadas em lidar com aspectos relacionados à água. Em nível central, o de secretariados, houve uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável em Nova York.<sup>88</sup> (ARAGÓN, 2004, p152) [\[422\]](#)

O interesse norte-americano sobre o tema pode ser visto em mensagem enviada da embaixada de Santiago, no Chile, para o Departamento de Estado.

O membro do Comitê de Relações Exteriores do Senado, Carl Meacham, reuniu-se [...] com autoridades chilenas, ONGs e acadêmicos para analisar os efeitos da mudança climática. Ele também conduziu uma visita de campo à região de El Maule, que foi impactada pelas mudanças climáticas. Todos os especialistas consultados expressaram preocupação com a tendência de queda das chuvas, movendo as características climáticas para o sul e com o impacto da redução da disponibilidade de água. Em relação às áreas potenciais para a cooperação EUA-Chile, vários especialistas recomendaram que os dois países explorem o intercâmbio de informações sobre o mercado de água, o uso efetivo de água subterrânea, promovendo o armazenamento de água, medidas de *benchmarking* de água, estudos nacionais sobre os efeitos da mudança climática, e métodos de irrigação mais eficientes.<sup>89</sup> (AMEMBASSY SANTIAGO, 2009) [\[423\]](#)

No caso brasileiro, em relação às reservas de água subterrânea, cabe destacar o Aquífero Guarani, que é um dos maiores do mundo, alcançando regiões do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, com uma área de 1,2 milhão de km<sup>2</sup> e aproximadamente 40 mil quilômetros cúbicos de água. Esses países, que são alcançados pelo aquífero, assinaram um acordo em 2010, referente à soberania dessas nações no uso racional dos recursos naturais. O Brasil possui, aproximadamente, um quinto das reservas mundiais de água doce.

O Projeto do Mercado de Águas, como está, tratando de águas pluviais, não atinge o Aquífero Guarani, havendo um *Conselho Superior de Direção do Projeto Aquífero Guarani* com representantes dos países abrangidos. E para que houvesse a *concessão* do uso de outras reservas de água subterrânea a empresas privadas no Brasil, seria necessário realizar-se a alteração da constituição – pois, sendo a água é um bem de domínio público, não está sujeita à *livre comercialização*.

Contudo, há uma preocupação de que após a fase inicial do Projeto do Sistema do Aquífero Guarani, uma segunda etapa poderia envolver a sua exploração por empresas multinacionais, bastando para tanto, no caso brasileiro, alterar algum dispositivo da Lei do Mercado de Águas.

## **2.10. Maior Fatia nas Operações de Rolagem da Dívida Pública**

Nos últimos três anos houve uma importante alteração na participação de bancos norte-americanos, que atuam como *dealers* primários junto ao Tesouro Nacional brasileiro, na distribuição e revenda de títulos públicos.

Embora o Goldman Sachs tenha frequentado na última década o “*Ranking Top 5 de Ofertas Públicas do Tesouro Federal*”, estando pois entre os cinco bancos com maior volume de operações no mercado primário da dívida pública federal, a novidade foi, após o golpe de 2016, a ascensão do Bank of America Merrill Lynch a esse grupo.

O Goldman Sachs atua também como revendedor primário de títulos do Tesouro Americano. Por sua vez o Bank of America é uma das maiores holdings bancárias dos Estados Unidos e está entre as maiores empresas do país, com ativos que alcançam a quase US\$ 2 trilhões. A Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith

Incorporated também é dealer no mercado primário do Tesouro Norte-Americano.

Desse modo, entre os cinco maiores operadores no mercado primário da dívida pública brasileira, dois estão, agora, sediados nos Estados Unidos (TESOURO NACIONAL, 2018) [424]. E parte dos lucros apurados em suas operações na rolagem da dívida pública brasileira para lá se destina.

Assim, enquanto o governo golpista congelou por 20 anos os gastos com saúde, educação e demais políticas sociais, por outra parte, o pagamento de juros e serviços da dívida pública não sofreu qualquer limitação, consumindo aproximadamente 50% de todo o orçamento federal, sendo uma parte desse valor realizado como lucro pelos operadores que negociam os títulos da dívida pública.

Para que se tenha uma ideia, como anunciou o Senado Notícias,

as despesas com o pagamento de juros, encargos e rolagem da dívida pública interna vão subir de R\$ 1 trilhão 285 bilhões em 2017 para R\$ 1 trilhão 778 bilhões em 2018. Isso significa um aumento de gastos com os encargos financeiros de R\$ 493 bilhões em um orçamento que vai crescer apenas R\$ 70 bilhões. (SENADO NOTÍCIAS, 2017) [425]

Embora tenha havido alguns ajustes posteriores na peça orçamentária, de fato, cerca da metade do dinheiro do orçamento, arrecadado com os impostos e com a venda de títulos públicos pelo Tesouro, permanece destinado ao giro da dívida pública e enriquecimento de rentistas.

E, como vimos, uma parte desse valor é enviada aos Estados Unidos, por meio de agentes financeiros que compram diretamente os títulos do Tesouro Nacional para revendê-los a outras instituições financeiras que os negociam no mercado secundário.

Atualmente são credenciados pelo Tesouro Nacional até doze *dealers* para operar com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – Codip: seis deles para atuar com as ofer-



tas públicas e outros seis com as operações definitivas no mercado secundário. O desempenho dos cinco melhores em cada mercado é divulgado pelo Tesouro Nacional.

Instituições Credenciadas a Operar com a Codip Período de avaliação: 10/2/2018 a 30/4/2018

#### **Ranking Top 5 de Ofertas Públicas**

Posição	Nome da instituição
1º	Banco Bradesco S.A.
2º	Banco do Brasil S.A.
3º	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
4º	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
5º	Renascença Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

#### **Ranking Top 5 de Operações Definitivas com o Mercado**

Posição	Nome da instituição
1º	Itaú Unibanco S.A.
2º	Renascença Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
3º	XP Invest. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mob. S.A.
4º	BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
5º	Banco Santander (Brasil) S.A

Fonte: Tesouro Nacional [\[426\]](#)

Um estudo mais detalhado necessita ser feito para investigar uma possível modificação do perfil dos *dealers* com a alteração da portaria de credenciamento junto ao Tesouro Nacional.

A Portaria STN Nº. 90, de 07/02/2018, da Subsecretaria da Dívida Pública do Tesouro Nacional, subordinada ao Ministério da Fazenda, define como *dealer* uma

instituição credenciada pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) do Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos. (STN, 2018) [\[427\]](#)

Define como oferta pública a “*operação competitiva em que o Tesouro Nacional vende títulos*” e *operação definitiva, a “compra ou venda de títulos, entre participantes de mercado, sem o compromisso de revenda ou de recompra”*.

A portaria distingue as figuras de “*corretora ou distribuidora: [...] pertencente ou não a conglomerado financeiro com instituição bancária*”; “*corretora ou distribuidora independente: [...] não pertencente a conglomerado financeiro com instituição bancária*” e “*demais instituições*”. (STN, 2018) [\[428\]](#)

Ocorre que, das doze vagas para dealers, a portaria Nº 74, de 04/02/2015, destinava 2 vagas a corretoras ou distribuidoras independentes. Já na portaria Nº 90, de 2018, não consta mais essa destinação. E o Artigo 5º estabelece que

I – serão descredenciadas duas instituições dealers, sendo 1 (uma) delas a corretora ou distribuidora com menor pontuação e 1 (uma) das demais instituições, com menor pontuação no período de avaliação encerrado;

II – poderão ser credenciadas até 2 (duas) instituições candidatas, sendo até 1 (uma) delas corretora ou distribuidora, com maior pontuação, e até 1 (uma) das demais instituições, com maior pontuação no período de avaliação encerrado. (STN, 2018) [\[429\]](#)

Com base na obrigatoriedade de descredenciar duas instituições e na faculdade de credenciar *até* duas, seria necessário analisar a mudança de perfil dos *dealers* que atuam junto ao Tesouro Nacional e ao Banco Central para averiguar os propósitos da alteração da portaria em 2018 em relação à de 2015 e o possível aumento de *dealers* pertencentes a conglomerados financeiros em relação ao total.

Assim, por exemplo, se o Banco J.P. Morgan S.A., que ocupou a quinta posição no *Ranking de Operações Definitivas com o Mercado* no período de 10/8/2014 a 31/10/2014 (TESOURO NACIONAL, s.d.p.b) [\[430\]](#) decidisse transitar para o mercado primário, a depender do volume de suas operações, o país poderia ter 3 bancos sediados nos Estados Unidos e que são *Primary Dealers* do Tesouro Norte-Americano (FEDERAL RESERVE BANK

OF NEW YORK, 2018) [431] entre os seis operadores credenciados pelo Tesouro Nacional para a venda de títulos da dívida pública brasileira no mercado primário.

Este processo pode estar associado, igualmente, ao desmonte de instituições financeiras brasileiras para deixar o mercado completamente hegemônico por empresas estrangeiras.

Assim, não apenas se difunde o argumento de que a empresa privada é melhor do que a pública, enaltecendo a privatização, como também o de que as empresas privadas estrangeiras são melhores que as brasileiras.

Conforme Pinheiro Guimarães, as forças golpistas internacionais avançam, igualmente, sobre o setor financeiro:

O último ataque é contra os bancos, que são na maioria brasileiros. O ataque já está em curso. Estão dizendo que o problema da economia brasileira são os juros altos. Por quê? Porque não há competição. Como aumenta a competição? Com os bancos estrangeiros, não vai ser com banco brasileiro. [...] Os bancos já perceberam isso. [...] Tem havido artigos frequentes contra os bancos, juros altos, spreads altos. (Dizem): o BC reduz os juros mas os juros não caem para o consumidor porque falta competição. E a competição vai vir de fora [...]. (Guimarães apud LUCENA, 2018) [432]

Assim, o Banco do Brasil, um dos principais *dealers* do Tesouro Nacional, sempre presente no *Ranking Top 5 de Ofertas Públicas*, e a Caixa Econômica Federal, um dos principais *dealers* do Banco Central, que comparece com grande frequência no *Ranking Top 5 de Operações Definitivas com o Mercado* (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018), [433] estão na mira de serem privatizados pelo governo golpista.

Em sabatina organizada pelo Correio Brasiliense com presideciáveis, Henrique Meireles

defendeu a privatização do Banco do Brasil e da Caixa, mas pulverizando o capital e evitando que um banco nacional tenha o controle e monopolize o mercado. [,,]

defendeu também a pulverização do capital da Petrobras e de outras estatais[...], “Tem que garantir a competição do setor, aumentando a participação do capital privado para uma política de profissionalização gradual da gestão” (HESSEL, 2010) [\[434\]](#).

Caso essas privatizações aconteçam, não haverá mais *dealers* públicos negociando títulos da dívida pública brasileira, nem no mercado primário nem no mercado secundário – colocando em risco a própria soberania nacional na negociação dos títulos do Tesouro Nacional, passando o governo brasileiro a depender de bancos estrangeiros e de grandes empresas privadas nacionais para realizá-la.

Mas, por outra parte, com tais privatizações, maiores espaços serão abertos para ampliar os ganhos dos *dealers* estrangeiros nesses mercados, como já vem ocorrendo com a maior participação de bancos norte-americanos na negociação de títulos da dívida pública junto ao Tesouro Nacional.

Assim, trata-se de eliminar os bancos públicos, que são instrumentos para assegurar a soberania econômicas do país, visando ampliar os lucros dos bancos privados, particularmente estrangeiros, que ampliariam sua participação no mercado de títulos da dívida pública.

## **2.11. Pagamento de Bilhões de Dólares a Acionistas Norte-Americanos e “Conquista de Mercados” no Brasil**

A Petrobras concedeu R\$ 10 bilhões a fundos norte-americanos detentores de ações da empresa, em ação que foi arbitrada por juiz norte-americano, para evitar processo por práticas de corrupção apontadas em depoimentos colhidos na Operação Lava Jato que derrubaram as ações da empresa.

Contudo, embora o preço das ações tenha voltado a superar o valor que tinha antes desses fatos – em 12/07/2013 a ação era

negociada a R\$ 15,43 e a 28/10/2016 a R\$ 18,09 [435]; embora a Petrobras não tenha sido culpada da existência de um cartel que superfaturou os preços contratados e sim vítima desse cartel; embora não poderia ser responsabilizada pela corrupção de algum diretor, pois adota procedimentos preventivos de auditoria, interna e externa, reconhecidos legalmente; assim mesmo, o processo, com o apoio de documentos da Lava Jato, foi aberto nos Estados Unidos. E, em vez de se defender nos tribunais norte-americanos, a direção da empresa, mesmo afirmando que o acordo “*não constitui reconhecimento de culpa ou de prática de atos irregulares pela Petrobras*”, decidiu pagar o que foi estipulado pelas autoridades daquele país (FOLHAPRESS, 2018). [436]

Do mesmo modo, a Odebrecht, em consequência da Lava Jato, negociou o pagamento de mais de R\$ 8 bilhões a investidores e outros atores nos Estados Unidos para evitar processos judiciais por conta das acusações que sofreu no Brasil.

A Embraer, por sua vez, terceira maior empresa exportadora do país, foi igualmente punida e obrigada a pagar aproximadamente R\$ 658 milhões nos Estados Unidos. Além disso, como também ocorreu com a Odebrecht, terá dar livre acesso a qualquer documento, instalação, equipamento ou projeto a um monitor norte-americano a ser pago por ela mesma durante três anos (GOULART, 2017) [437], não tendo como manter em sigilo qualquer segredo industrial ou de investimento nesse período, sem contar com a lealdade do monitor norte-americano em preservá-los.

Colocada nessas condições, a Embraer acabou aceitando a criação de uma *joint venture* com a empresa norte-americana Boeing, ficando com 20% da sociedade que dá origem a uma nova empresa que incorpora os seus ativos mais lucrativos. Pelo acordo, a boeing deve pagar US\$ 3,8 bilhões do valor total das operações e serviços de aviação comercial da empresa brasileira, apurado em US\$ 4,75 bilhões. Mas, se aprovado pelo Conselho da Embraer, os 20% restantes também podem ser vendidos. (BBC, 2018) [438]

Formalmente, a Embraer permanece existindo como uma empresa de capital aberto e listada em bolsa. E o governo brasi-

leiro preserva o seu direito de vetar decisões sobre o que restou da companhia e não faz parte da nova empresa.

O rigor das punições que as autoridades norte-americanas estabelecem no combate à corrupção em empresas brasileiras contrasta com o tratamento dispendido no enfrentamento da corrupção em empresas norte-americanas, autuando, como vimos, apenas a má conduta corporativa considerada “grave ou difundida o suficiente”<sup>90</sup>, pois o Departamento de Justiça quer “evitar impor sanções que desproporcionalmente punam funcionários inocentes, acionistas, clientes e outras partes interessadas.”<sup>91</sup> (apud PAUL, WEISS, 2018) [439]

Assim, para defender a “segurança nacional” dos Estados Unidos e acionistas norte-americanos, empresas estrangeiras são punidas; mas para evitar punir “desproporcionalmente” acionistas, empregados, clientes e outras partes interessadas nos Estados Unidos, as autoridades daquele país não autuam as más condutas de empresas norte-americanas, que não sejam “*graves ou difundidas o suficiente*”.

Mas é interessante notar que a colaboração com autoridades norte-americanas levou à investigação de crimes de corrupção no Brasil somente em relação a empresas brasileiras e não às multinacionais que operam no país, facilitando a conquista de maiores fatias de mercado por estas. Como destacou Pinheiro Guimarães, trata-se de um

ataque às grandes empresas brasileiras e nenhum ataque a empresa estrangeira. Pegaram as grandes construtoras [...]

Pegaram alguns setores que tinham uma certa prevalência de capital nacional, que eram empresas de engenharia. Foram em cima delas. Os processos contra as empresas são todos irregulares, as delações, advogados [de defesa] que não têm acesso, juiz que divulga seletivamente, [...] o “lawfare” [...]

É uma estratégia americana de luta contra a corrupção dos outros, não a deles [...] [que visa] destruir os concorrentes usando esses acordos de cooperação judiciária. [...] [Visa] a destruição das empresas, dos instrumentos de capitalismo nacional”. (Guimarães apud LUCENA, 2018) [440] [colchetes nossos]

### **3. REGIME DE EXCEÇÃO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

A população brasileira vive, atualmente, sob o regime de exceção que foi implantado a partir do golpe de estado jurídico-parlamentar de 2016. Sob tal regime, as violações de direitos humanos são, cada vez, mais graves e amplas no Brasil.

#### **3.1. Assassinatos de Lideranças Políticas e Sociais**

Desde 2017 até 18/03/2018 foram assassinados 40 políticos no país. Alguns em execução sumária – como a vereadora do PSOL Marielle Franco. Outros em assaltos ou em possíveis simulações de assalto.

Na véspera da prisão do ex-presidente Lula, seu primo Sandoval Ferreira de Melo, conhecido por Vavá, foi baleado em Garanhuns, a cidade natal do ex-presidente, num suposto assalto, vindo a óbito no dia seguinte – data em que o ex-presidente foi preso. Pelo que sabemos, Vavá não era líder político.

Nos últimos 3 anos, houve no país 176 mortes em conflitos no campo, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra. (MARTINS, 2018) [441] (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018) [442]

Por sua vez, os informes da Anistia Internacional indicam que pelo menos 109 defensores de direitos humanos foram mor-

tos no Brasil em 2016 e 2017. (AMNESTY INTERNATIONAL, 2016 e 2018) [\[443\]](#) [\[444\]](#)

Seria necessário fazer um cruzamento desses dados para gerar uma totalização precisa. Mas, pelo menos, entre 130 a 200 líderes populares, políticos e participantes de movimentos sociais foram mortos no Brasil nos últimos dois anos.

Há um temor de que o ex-presidente Lula seja lentamente envenenado na prisão.

### **3.2. Repressão aos Movimentos de Resistência em Defesa da Democracia**

A repressão aos movimentos sociais que protestaram contra o impeachment de Dilma, contra a prisão de Lula ou pelo Fora Temer, cresceu no país.

Não apenas manifestantes ficaram feridos ou mutilados pela violência policial, mas também jornalistas. Uma jovem e um fotógrafo perderam a visão de um olho por estilhaços de bombas de gás lacrimogêneo. Outro jornalista levou um tiro de bala de borracha na boca e outros foram presos (MELLO, 2016) [\[445\]](#). O Diretor Executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, afirmou que:

Tem se tornado uma espécie de protocolo de atuação da Polícia Militar, ratificada pelas autoridades, o emprego desproporcional da força para restringir o direito às manifestações, e isso não é de hoje. Ao invés de proteger, a Polícia Militar criou pânico e, mais que isso, tornou-se um fator provocador de violência. (apud NOVAEX, 2016) [\[446\]](#)

A escalada de violência chegou a tal ponto que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) realizaram um protesto contra as agressões da Polícia Militar a profissionais de imprensa:



Os profissionais estavam cumprindo sua missão jornalística, devidamente identificados, e nada fizeram que justifique a violência da Polícia Militar. [...] É inadmissível que jornalistas sejam agredidos e tenham sua integridade física ameaçada no exercício da atividade de reportar a realidade à sociedade brasileira (ABERT, 2017). [447]

Também em Curitiba a violência da Polícia Federal e da Polícia Militar deixou suas cicatrizes nos corpos dos feridos.

Quando esperávamos a chegada do ex-presidente Lula em Curitiba, ao lado da Superintendência da Polícia Federal, em protesto contra a sua prisão, no exato momento em que pousava o helicóptero que o trazia, a Polícia Federal lançou, contra nosso grupo, bombas de gás lacrimogêneo, ferindo a muitas pessoas, inclusive crianças. Em seguida, a Polícia Militar disparou balas de borracha contra vários manifestantes. Com a dispersão temporária, algumas pessoas foram perseguidas por fascistas, que lançaram fogos de artifício contra manifestantes pró-Lula. O corpo de bombeiros atendeu a feridos. (LOPES, 2018) [448]

No transcurso desse tempo, do outro lado desse mesmo edifício da Polícia Federal, os fascistas e defensores da prisão do ex-presidente lançavam fogos de artifício em comemoração de seu encarceramento e não foram molestados pelas forças policiais.

Em poucos minutos, entretanto, os manifestantes pró-libertação de Lula, em defesa da democracia, se reagruparam. E, com a força da resistência e da negociação, foi mantido o acampamento “Lula Livre” próximo ao edifício onde o ex-presidente está preso, a uma quadra a mais de distância de onde estávamos quando da sua chegada. Nesse local, todos os dias são realizadas atividades, com delegações de representantes de diversos estados e, algumas vezes, com a presença de manifestantes de países vizinhos.

O acampamento, entretanto, foi alvejado por arma de fogo durante a noite, resultando em pessoas feridas e hospitalizadas, uma delas internada em UTI por vários dias em razão de um tiro no pescoço (VASSALLO, 2018) [449]. O acampamento, igualmente, foi alvo, durante o dia, da violência do ex-presidente da

Associação dos Delegados da Polícia Federal do Paraná (ADPF) que destruiu equipamentos de som usados nas atividades (PIC-COLI, 2018) [450].

No momento em que finalizávamos esse livro, aguardava-se que o Supremo Tribunal Federal julgasse uma Ação de Constitucionalidade sobre as prisões antes de que se conclua todos os recursos legais de defesa. Se fosse aprovada, isso poderia significar a libertação de Lula. Mas, em assim ocorrendo, o mais provável seria que o juiz Sérgio Moro, determinasse, então, uma prisão preventiva do ex-presidente, em razão de outros processos em que é réu. E ele ficaria na prisão onde está ou seria transferido para outro local.

### 3.3. Violência nas Três fases do Golpe

A primeira fase do golpe foi o impeachment da presidente Dilma sem a comprovação de qualquer crime de responsabilidade que tenha sido por ela praticado.

A segunda, em curso, envolve a prisão de Lula e o indeferimento de sua candidatura à presidência do país em 2018.

A terceira etapa do golpe, se a esquerda vier a consolidar uma *possível vitória* com outro candidato que não seja o ex-presidente Lula, seria fraudar as eleições, como ocorrido na segunda etapa do golpe em Honduras – como veremos no *Capítulo 5*.

Contudo, se as eleições ocorrerem e as forças que defendem a soberania econômica e política do Brasil saírem vitoriosas, talvez seja possível revogar várias das medidas executadas pelas forças golpistas, que entregaram parcelas do patrimônio brasileiro a forças estrangeiras e a grupos privados internos, bem como processar a vários atores envolvidos nesses atos por crimes de lesa-pátria (Lei 7.170/1983) [451] e contra a economia popular (Lei 1.521/1951) [452].

Nesse caso, com a vitória das forças populares, seria restaurado o Estado Democrático de Direito no país e seriam abertos

processos de investigação sobre crimes que tenham sido cometidos nos processos de licitação do pré-sal, venda de refinarias e gasodutos, entrega do controle do satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas a grupo norte-americano, negociação de dívidas de bancos, possível favorecimento de bancos estrangeiros na seleção de *dealers* primários que operam junto ao Tesouro Nacional, entre outros.

Então, sendo comprovada a existência de crimes nesses processos, os contratos poderiam ser anulados, devolvendo-se ao povo brasileiro o patrimônio público que foi transferido a grupos estrangeiros e a grupos privados brasileiros.

Mas para evitar que isso ocorra, outra possibilidade na terceira fase do golpe seria *postergar as eleições*, em razão de um quadro de violência generalizada, que poderia ser desencadeado por uma parte das forças golpistas, simulando, com apoio das mídias e aliados externos, um quadro de total insegurança que impediria as eleições de outubro.

Nesse caso, a mudança de cenário e o trabalho de desinformação e propaganda seriam usados para difundir e radicalizar na sociedade uma postura neofascista que asseguraria a vitória de um candidato de extrema-direita, quando as eleições fossem realizadas, que se comprometeria em preservar todos os processos de privatização e de entrega do pré-sal realizados pelo governo golpista.

Durante as duas primeiras fases do golpe já executadas, líderes populares, sociais e políticos estão sendo mortos a cada semana no Brasil. Isso tenderia a se agravar, ainda mais, na sua terceira fase.

### **3.4. Violações da Lei por Membros do Poder Judiciário**

Sem a participação do Poder Judiciário, o golpe não teria ocorrido. As provas mais contundentes dessa participação foram: a violação, pelo juiz Sérgio Moro, do sigilo de comunicação da

presidente Dilma e a sua difamação, ao imputar-lhe e a outros governantes conjuntamente a conduta de buscarem “*agir protegidos pelas sombras*”; o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da legalidade do impeachment, sem a comprovação de algum crime de responsabilidade da presidente Dilma; a sentença do juiz Sérgio Moro, que condenou o ex-presidente Lula à prisão e, por fim, as manobras regimentais na apreciação de habeas corpus e de outras medidas da Defesa do ex-presidente, evitando que este fosse libertado. Sobre a referida sentença condenatória escrevemos um livro, intitulado *Falácias de Moro* (MANCE, 2017) [453].

### **Violação da Lei 7.170/1983 contra a Presidente da República, difamando a sua conduta**

Com base no entendimento estabelecido pelo TRF4, o que afirmam algumas leis não se aplica ao juiz Sérgio Moro, por este tratar de problemas inéditos que exigiriam soluções inéditas – como, por exemplo, no caso da violação do sigilo de comunicação da Presidência da República.

De princípio, cabe recordar que a Lei 7.170/1983 tipifica os seguintes crimes, entre outros:

Art. 26 – Caluniar ou difamar o Presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal, imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação.

Art. 28 – Atentar contra a liberdade pessoal de qualquer das autoridades referidas no art. 26. [454]

Ora, o juiz Sérgio Moro autorizou a escuta telefônica do ex-presidente Lula, que era investigado na Operação Lava Jato. Porém, após determinar o término dessas escutas, elas ilegalmente prosseguiram por muitas horas. Já sem o amparo legal, realizadas fora do intervalo de tempo autorizado pelo próprio juiz, registrou-se uma conversa da presidente Dilma com o ex-presidente Lula sobre a assinatura do termo de sua posse como Ministro-Chefe da Casa Civil.

A ligação tinha origem não em telefone do ex-presidente, mas em telefone usado pela presidente Dilma.

O sigilo da comunicação telefônica da presidente estava duplamente protegido pela Lei. Em primeiro lugar, pelo Artigo 5º da Constituição, sendo inviolável a comunicação privada dos cidadãos, cujo sigilo do que for registrado em investigação judicial deve ser protegido nos termos da lei. Em segundo lugar porque a competência para investigar ou julgar a presidente da República é do Supremo Tribunal Federal e não de juízes de primeira instância.

Contudo, embora a gravação tivesse sido realizada sem o amparo da lei, pois realizada em momento em que não mais poderia ser feita, conforme despacho do próprio juiz; embora, em razão disso, se tratasse de violação da comunicação privada de cidadãos, cuja privacidade é direito assegurado no Artigo 5º da Constituição Federal; e violasse, igualmente, as prerrogativas de competência no trato do diálogo telefônico interceptado da presidente do país, o juiz divulgou essa gravação, sobre a qual somente o STF poderia levantar o sigilo.

Mais que isso, no despacho em que levantou o sigilo, ao imputar ao breve diálogo gravado um interpretante de suspeita de possível delito da presidente, afirmando que “*a democracia em uma sociedade livre exige que os governados saibam o que fazem os governantes, mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras*”, o juiz incorreu também na conduta tipificada pelo artigo 26 da Lei 7.170/1983. [455]

Pois, sendo a presidente a governante maior do país, a afirmação feita pelo juiz sobre *os governantes* também a ela se referia. Assim, ao afirmar que os governantes buscavam agir *protegidos pelas sombras*, o magistrado estava publicamente  *julgando e difamando* a própria presidente Dilma, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação – buscar agir protegida pelas sombras. E, antes mesmo de ser apurado o próprio sentido das frases gravadas, antes mesmo de qualquer contraditório na investigação dos fatos, tomando por verdadeira a sua interpretação particular do diálogo gravado, o magistrado divulgou a gravação sem que a sua

autoridade de juiz de primeira instância o permitisse, agindo, portanto, em nossa opinião, em clara infração da lei.

### **Violações da Lei no Julgamento do Ex-presidente Lula**

O julgamento do ex-presidente Lula, por sua vez, foi marcado por diversas violações legais, ao ponto do próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região afirmar que se trata de um caso excepcional e que o juiz Moro pode agir de forma excepcional, isto é, fora do que a lei prevê.

Com esse entendimento, em 22/09/2017, o TRF-4 argumentou que as regras dos processos comuns não se aplicam à operação Lava Jato. (CONSULTOR JURÍDICO, 2016) [\[456\]](#)

Por isso, não houve maior contrariedade das instâncias superiores com a violação da Constituição ou das Leis pelo juiz de primeiro grau, como nos casos da interceptação telefônica de escritório de advocacia, da publicização de grampo envolvendo a Presidente da República ou a recepção de “provas” produzidas no exterior sem a necessária autorização legal ou o cumprimento dos trâmites requeridos para a checagem de sua validade.

Na decisão do TRF-4, arbitrariedades do juiz são justificadas com o argumento de que

“as investigações e processos criminais da chamada operação ‘lava jato’ constituem caso inédito, trazem problemas inéditos e exigem soluções inéditas”. (IDEM) [\[457\]](#)

Assim, de forma inédita, sem comprovar qualquer ato de ofício do ex-presidente para condená-lo por corrupção e sem comprovar quem, quando, onde, como e com quais poderes teria transferido a propriedade de um apartamento a ele – pois, como veremos mais adiante, Léo Pinheiro não tinha poderes, nem de fato nem de direito para fazê-lo –, condenou o ex-presidente por crime de corrupção e lavagem de dinheiro a nove anos e meio de prisão, em regime fechado.

O TRF-4, por sua vez, confirmou a sentença condenatória, elevou a pena para 12 anos e um mês e determinou o início da

execução antecipada da pena de prisão do ex-presidente, antes mesmo do trânsito em julgado de sua condenação.

### **Violação da Constituição com a Prisão do Ex-Presidente Lula, sem que o seu julgamento tenha transitado em julgado e sem a fundamentação da antecipação do cumprimento da pena**

A prisão do ex-presidente Lula com base na condenação em segunda instância pelo TRF-4, violou a própria Constituição Federal, pois sobre tal condenação ainda havia recurso em tramitação. E como afirma o Artigo 5º, inciso 57, da Constituição em vigor: “*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*”.

Assim, segundo a Constituição em vigor no país, o ex-presidente não pode ser considerado culpado da acusação que lhe foi feita, pois a sentença penal não transitou em julgado.

Mas, o Supremo Tribunal Federal deu-se ao direito de violar a gramática da língua portuguesa para concluir que o Estado pode privar alguém de sua liberdade, impondo-lhe o início do cumprimento da pena que lhe estabelece uma sentença condenatória, ainda que a pessoa, legalmente, deva ser considerada inocente da acusação que lhe foi feita, enquanto o processo de sua condenação não transitar em julgado.

Esse absurdo, punir alguém primeiro para depois verificar se, de fato, não era inocente, é um ato de violação de um dos direitos humanos, tão fundamentais quanto todos os outros, que é o direito à liberdade.

Não se trata, pois, de uma interpretação filológica da frase “*ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória*” para concluir que alguém possa ser obrigado a iniciar o cumprimento da pena de uma culpa que se lhe imputa, mesmo sendo considerado inocente da acusação. Pois tal interpretação violaria regras elementares de hermenêutica para a adequada compreensão do significado das expressões que a constituem, particularmente: “*ninguém será considerado culpado*” e “*trânsito em julgado*” – pois tais expressões são claras e não contém ambiguidades. Trata-se, de fato, de uma inter-

pretação política, segundo a qual essa norma não é boa para a sociedade e, por isso, não deveria ser respeitada para “*evitar a impunidade*”.

Mas não cabe ao Supremo dizer quais parágrafos ou incisos da Constituição podem ser violados no país, fazendo deles letra morta, porque uma maioria de ministros os considera inconvenientes para a sociedade brasileira. Pois, nem mesmo o Congresso Nacional, em maioria absoluta, como poder legislador da República, pode revogar esse trecho da Constituição, dado tratar-se de uma cláusula pétrea, assim instituída para assegurar a convivência democrática no país, evitando prisões políticas que resultassem de processos judiciais arbitrários.

Pois, como reparar o dano que se comete ao privar da liberdade alguém que, segundo a Constituição, não pode ser tratado como culpado e que pode vir a ser, por fim, confirmado inocente, quando do trânsito julgado do processo em que fora condenado em primeira e segunda instâncias?

Sobre isso o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, afirmou que, conforme a Constituição,

ninguém será culpado antes do trânsito em julgado. [...] Imagina-se no campo da liberdade a execução provisória? Ninguém devolve ao cidadão a liberdade perdida. (Mello apud JORNAL DO BRASIL, 2018b) [\[458\]](#)

## **Violação da Lei com a Negação de Direitos Políticos do Ex-presidente Lula**

### **Lei da Ficha Limpa**

A negação de direitos do ex-presidente Lula – entre os quais, o direito à liberdade e o direito de concorrer à presidência da República em 2018 – violou os próprios diplomas legais que eram invocados para essa interdição.

De fato, a Lei da Ficha Limpa – Lei Complementar 135/2010 [\[459\]](#)– afirma o seguinte:



Art. 1º São inelegíveis: [...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [...]

Art. 26-C. O órgão colegiado do tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas a que se referem as alíneas *d, e, h, j, l e n* do inciso I do art. 1º poderá, em caráter cautelar, suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal e desde que a providência tenha sido expressamente requerida, sob pena de preclusão, por ocasião da interposição do recurso. [460]

Ora, posta a interposição de recurso pela Defesa para assegurar os direitos políticos do ex-presidente e, assim, a sua candidatura nas eleições de 2018, postergar a decisão no STF para após o prazo de registro de candidaturas sobre o recurso interposto, sem suspender cautelarmente a inelegibilidade, é uma clara violação da própria lei.

Pois ainda que se trate de uma faculdade – “*poderá*” –, ela deve ser exercida “*sempre que*” haja a pretensão recursal. Pois, do contrário, haveria arbitrariedade do órgão colegiado, que a uns atenderia e que a outros poderia não atender.

De fato, o único critério estabelecido na lei para fazê-lo é a *plausibilidade da pretensão recursal*, que se torna patente quando a requisição expressa do interessado ocorre em tempo hábil. Ora, até que o mérito do recurso seja apreciado, a inelegibilidade deve ficar suspensa, segundo o afirmado pela própria lei da ficha limpa, para que haja o tratamento isonômico de todos perante a lei.

O objeto da pretensão recursal, entretanto, não é o de concorrer às eleições e sim o de ser inocentado ao final do processo. Contudo, enquanto o processo não está concluído, não podem ser cassados os direitos políticos do cidadão que nele figura como réu.

Assim, enquanto não houver o trânsito em julgado do processo em que o ex-presidente Lula foi condenado, o mérito da pretensão recursal que afirma a sua inocência deve ser reconhe-

cido como plausível, pois do contrário toda a continuidade do processo de seu julgamento seria apenas um faz de conta, uma farsa, em que a decisão de instância inferior não poderia mais ser revertida por instância superior.

Desse modo, impedir que o ex-presidente Lula seja candidato, enquanto não haja trânsito em julgado de sua condenação, é uma clara violação de seus direitos políticos.

Tal violação é a expressão acabada da segunda etapa do golpe de Estado, que visa impedir a população brasileira de escolher livremente o próximo presidente do país. Pois impede que uma parte expressiva da população brasileira possa votar no candidato de sua preferência, o qual, segundo a Constituição brasileira, deve ser presumido como inocente de qualquer crime que se lhe impute até que seu processo tenha transitado em julgado, quando então terá sido confirmada sua condenação ou absolvição.

### **Manipulação da Pauta do Supremo Tribunal Federal**

Mas a negação de direitos do ex-presidente também foi mantida por meio de sutilezas na definição da pauta do STF.

De fato, contra a iminente prisão do ex-presidente por condenação em segunda instância, foi apresentado um *habeas corpus* pela Defesa que, se fosse acolhido pelo STF, asseguraria a sua liberdade.

Em maioria, anteriormente formada, o Supremo havia acolhido a tese de permitir a prisão após condenação em segunda instância. Porém, a nova maioria tinha posição diversa.

O ministro Marco Aurélio Mello, que já tinha prontos os votos sobre duas ações que tratavam do tema, liberou os processos para julgamento em dezembro de 2017 e solicitou à presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, que eles fossem pautados para sua apreciação em plenário. (AGÊNCIA ESTADO, 2018) [461]

Quando apreciados, os onze ministros da Corte julgariam essas ações que pediam a suspensão da execução antecipada da pena. E uma nova maioria poderia reafirmar o princípio de presunção de inocência até o trânsito em julgado do processo e o direito à liberdade do réu, enquanto sua inocência estivesse presumida.

De sua parte, os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello também haviam apontando como necessária uma decisão do pleno do STF sobre o mérito das duas ações que haviam sido relatadas pelo ministro Marco Aurélio, antes que fossem tomadas decisões sobre casos concretos.

Porém, a ministra Cármen Lúcia não pautou o julgamento dessas ações. O ministro Marco Aurélio chegou mesmo a cogitar a apresentação de uma *questão de ordem* que obrigaria a sua colocação em pauta, mas não o fez. (PODER 360, 2018) [\[462\]](#)

Assim, quando o habeas corpus pelo asseguramento da liberdade do ex-presidente foi levado a plenário, a ministra Rosa Weber argumentou que, embora fosse contrária à execução antecipada da pena – e que votaria desse modo se o que estivesse em debate fosse a definição da corte sobre o tema –, seguiu, entretanto, a maioria anteriormente formada no Supremo sobre assunto, e explicitou que manteria tal posição até que a revisão da interpretação do texto constitucional fosse realizada pelo Corte.

Assim, o *habeas corpus* impetrado pela Defesa do ex-presidente Lula não foi concedido e a sua prisão foi consumada.

Porém, se a ministra Cármen Lúcia tivesse pautado o julgamento das ações relatadas pelo Ministro Marco Aurélio, como ele havia solicitado meses antes, teria sido formada uma nova maioria sobre o tema – se consideramos a argumentação apresentada pelos ministros no julgamento do *habeas corpus* – e o voto de Rosa Weber teria sido favorável, então, ao asseguramento da liberdade do ex-presidente Lula.

Meses depois, após solicitar novamente que as ações fossem postas em votação no plenário, o ministro Marco Aurélio afirmou à imprensa:

A ministra Cármen Lúcia, que define a data para julgamento, está com a palavra. Sem dúvida alguma, tempos estranhos. Estou aqui há 28 anos, e nunca vi manipulação da pauta como esta. (Marco Aurélio Mello apud O GLOBO, 2018) [\[463\]](#)

## Violação do Princípio do Juiz Natural

Em outra ocasião a Defesa entrou, no STF, com um recurso pedindo a liberdade ao ex-presidente Lula, questionado o cumprimento antecipado de pena, ou a substituição da prisão em regime fechado por medidas cautelares – como a prisão domiciliar. Contudo, argumentando a existência de uma decisão do TRF-4 de barrar o envio de Recurso Especial ao Supremo, o ministro Fachin arquivou esse pedido.

A Defesa, então, entrou com uma Reclamação que foi encaminhada à Segunda Turma do STF para apreciação.

No dia 26/06/2018, essa Segunda Turma, analisando reclamações de dois réus que estavam cumprindo penas sem trânsito em julgado, deliberou pela suspensão da execução antecipada dessas penas, significando isso a libertação de ambos.

Essa mesma turma julgaria o recurso do ex-presidente, solicitando a suspensão da execução antecipada da sua pena.

Mas, o Ministro Edson Fachin, desconsiderando a garantia constitucional do ex-presidente Lula ao juiz natural, que seria portanto o julgamento da sua reclamação pela mesma segunda turma, enviou tal reclamação ao Pleno do STF.

A Defesa do ex-presidente, então, apresentou à Segunda Turma, uma solicitação que a decisão do Ministro Fachin fosse revista, afirmando que ele

mais uma vez retirou do órgão fracionário competente a análise do pedido de liberdade do ex-presidente. (apud ESTADÃO CONTEÚDO, 2018) [\[464\]](#)

E não apenas contestou “a iniciativa de Fachin sob a ótica da garantia constitucional do juiz natural” (IDEM) [\[465\]](#) mas também argumentou que

o ministro não demonstrou a presença de quaisquer das hipóteses que o Regimento Interno do STF autoriza o Relator a submeter o caso ao Plenário (art. 22). (IDEM) [\[466\]](#)

## Salientou também que

somente os processos contra Lula com a perspectiva de resultado favorável no órgão competente – a 2ª Turma – são submetidos ao Plenário. (IDEM) [\[467\]](#)

Mas esse pedido de reconsideração da decisão do ministro Fachin, em vez de ser apreciado pela Segunda Turma, acabou sendo encaminhado ao ministro Alexandre de Moraes, que o indeferiu, mantendo o envio da reclamação ao Plenário do STF.

A evidente manobra que violou a garantia constitucional ao juiz natural e o regimento do STF foi criticada até mesmo por jornais conservadores, como *O Estado de São Paulo*.

Na seção em que expressa sua *opinião*, o jornal discorre sobre o fato, afirmando que o STF se converteu numa “*casa de jogos*”:

Previsto para ser o guardião da Constituição Federal e o cume hierárquico do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) deixou de ser uma casa onde se pratica o Direito, para se transformar numa casa de jogos, onde o que importa é ganhar e não interpretar e aplicar corretamente as leis. Sem o mínimo pudor, juízes da Suprema Corte operam os mais variados estratagemas para conseguir que as causas sob sua competência tenham o resultado que almejam. Que fique bem claro o que se tem visto no STF: não são as partes, compreensivelmente interessadas num determinado desfecho do caso, que estão jogando. São os próprios ministros, cujo cargo exige isenção e imparcialidade, os jogadores desse intrincado tabuleiro.

A cada semana há um novo lance e já não se sabe com segurança o que pode e o que não pode ser feito no Supremo. Os processos caminham num clima de forte insegurança jurídica. Três ministros convertem uma reclamação em habeas corpus de ofício e concedem liberdade ao sr. José Dirceu, em clara oposição à jurisprudência do plenário. Passo seguinte, o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato, despacha um recurso da defesa do sr. Lula da Silva para o plenário da Corte, mas a defesa desejava que o caso fosse resolvido na Segunda Turma.

O assunto tem enorme relevância, uma vez que não cabe às partes, e tampouco a um juiz, escolher arbitrariamente qual é a instância judicial competente para o feito. É imperioso respeitar, sem exce-

ções, o princípio do juiz natural e aplicar o procedimento legal previsto. No entanto, o atual Supremo não parece muito afeito a essas questões jurídicas, por mais relevantes que elas sejam num Estado de Direito. O rigor técnico tem cada vez menos importância. O que importa é a perspicácia de antever os movimentos dos outros ministros e assegurar um jeito para que sua posição prevaleça. É assim que se pratica a tavolagem na Suprema Corte.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2018)[\[468\]](#)

### **Anulação de Habeas Corpus Concedido**

Numa sexta-feira, 06/07/2018, três deputados do PT ingressaram com um pedido de *habeas corpus* junto ao TRF-4, solicitando a liberdade do ex-presidente, argumentando que ele era pré-candidato às eleições de outubro e não havia fundamento no despacho que determinou o *cumprimento de pena antecipada*.

De fato, a Constituição não prevê o cumprimento de pena antecipada de prisão e o entendimento do STF sobre a antecipação de cumprimento de penas, após decisão de segunda instância, é a de que a prisão não é obrigatória mas facultativa, devendo, portanto serem explicitados os motivos pelos quais ela está sendo antecipada, sem o que seria uma decisão arbitrária.

Assim, a manutenção da prisão do ex-presidente Lula, nessas condições, ao mesmo tempo em que carece de fundamento que justifique o cumprimento antecipado da pena, viola sua liberdade política de agir como pré-candidato às eleições de 2018 – tais como conceder entrevistas, participar de programas em rádio, televisão ou internet, etc.

O desembargador de plantão, Rogério Favretto, acolhendo o pedido de *habeas corpus*, determinou no dia 08/07, um domingo, a imediata libertação do ex-presidente, expedindo o alvará de soltura.

Contudo, o juiz Sérgio Moro, que estava de férias em Portugal, entrou em contato com o presidente do TRF-4 sobre o assunto, que o orientou a interpelar o desembargador João Pedro Gebran Neto, relator do processo no qual foi determinada a prisão do ex-presidente.

O juiz enviou, então, um despacho ao desembargador Gebran Neto e determinou, igualmente, que esse mesmo despacho fosse entregue à PF, afirmado que:

O Desembargador Federal plantonista, com todo o respeito, é autoridade absolutamente incompetente para sobrepor-se à decisão do Colegiado da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e ainda do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Se o julgador ou a autoridade policial cumprir a decisão da autoridade absolutamente incompetente, estará, concomitantemente, descumprindo a ordem de prisão exarada pelo competente Colegiado da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Diante do impasse jurídico, este julgador foi orientado pelo eminente Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região a consultar o Relator natural da Apelação Criminal 5046512-94.2016.4.04.7000, que tem a competência de, consultando o colegiado, revogar a ordem de prisão exarada pela colegiado.

Assim, devido à urgência, encaminhe a Secretaria, pelo meio mais expedito, cópia deste despacho ao Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, solicitando orientação de como proceder.

Comunique-se a autoridade policial desta decisão e para que aguarde o esclarecimento a fim de evitar o descumprimento da ordem de prisão exarada pelo competente Colegiado da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. (MORO, 2018) [\[469\]](#)

Assim, o juiz Sérgio Moro orientou a autoridade policial a descumprir uma ordem judicial de autoridade legalmente competente e superior à sua. Tratava-se de um juiz de primeiro grau orientado a autoridade policial a descumprir a determinação de autoridade pública no exercício legal de sua função de desembargador, portanto, em nível hierárquico de segunda instância, superior à do juiz de piso, interferindo pois indevidamente na execução da medida judicial.

Houve, então, a recusa da PF em cumprir a ordem de soltura, violando o que a lei determina, esperando por uma nova orientação que levou algumas horas para chegar.

O desembargador Gebran Neto emitiu, então, uma contraordem invalidando o *habeas corpus*, anulando os efeitos da determinação do desembargador em plantão.

Em seu despacho ele anulou a ordem de soltura e determinou que a Polícia Federal e o juiz plantonista não realizassem atos que alterassem a decisão colegiada de prisão exarada pela da 8ª Turma do TRF-4.

Por sua vez, o desembargador Rogério Favretto, a quem cabia o plantão do final de semana, emitiu uma segunda ordem. E como ela foi igualmente descumprida, novamente às 16:12 hs emitiu uma terceira ordem de soltura, afirmando:

Reitero o conteúdo das decisões anteriores (Eventos 3 e 10), determinando o imediato cumprimento da medida de soltura no prazo máximo de uma hora. (Favretto apud JORNAL DO BRASIL, 2018c) [\[470\]](#)

Mas a também essa terceira determinação judicial foi descumprida pela Polícia Federal. Por fim, o presidente do TRF-4 determinou que o ex-presidente permanecesse preso.

Na visão de muitos juristas, tanto o juiz Moro quanto o desembargador Gebran Neto, ao atuarem à revelia do previsto no Código Penal para impedir o cumprimento de uma determinação judicial, cometeram flagrante delito de prevaricação,

Uma nota firmada por mais de uma centena de juristas e advogados asseverou que

De conformidade com a decisão concessiva do habeas corpus, o fato apresentado pelos impetrantes se referia, basicamente, a dois fundamentos, ainda não apreciados por qualquer outro juízo ou tribunal: a pré-candidatura do paciente ao cargo de Presidente da República, de conhecimento notório e, portanto, dispensável de qualquer comprovação, nos termos do art. 374, I, do CPC, e ainda a falta de fundamentação do despacho que determinara a execução provisória da pena, em desacordo com a exigência contida no art. 283 do CPP. Expedido o respectivo Alvará de Soltura, destinado expressamente à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, deve ser cumprido imediatamente. Não pode a autoridade coatora, no caso, o Juiz Federal Sérgio Moro, obstar ao seu cumprimento, sob pena de cometer



o delito de prevaricação, previsto no art. 319, do Código Penal, aplicável na hipótese de desobediência a ordem judicial praticada por funcionário público no exercício de suas funções. Por outro lado, é inadmissível que outro desembargador avoque os autos, que não lhe foram ainda submetidos mediante distribuição regular. Esses instrumentos autoritários de avocação, permitidos no regime militar, são incompatíveis com os preceitos de qualquer ordem jurídica democrática. Por outro lado, a insistente atuação do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba e do Desembargador João Pedro Gebran Neto, Relator originário da Ação Penal no TRF4, no sentido do descumprimento da ordem de habeas corpus, e ainda fora dos autos, revela indisfarçável interesse na causa, o que os torna suspeitos de continuarem a exercer jurisdição em qualquer ação relativa ao ex-presidente e ora paciente, nos termos do art. 185, IV, do CPC. [...] Uma vez apreciado o pedido e concedida a ordem de habeas corpus, no âmbito da estrita competência do desembargador de plantão, sua execução imediata corresponde ao legítimo direito subjetivo do paciente à liberdade. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA, 2018) [\[471\]](#)

De sua parte, a Ministra Cármen Lúcia, no mesmo dia, afirmou em nota que:

A democracia brasileira é segura e os órgãos judiciários competentes de cada região devem atuar para garantir que a resposta judicial seja oferecida com rapidez e sem quebra de hierarquia, mas com rigor absoluto no cumprimento das normas vigentes. (Cármen Lúcia apud CAMPOS, 2018) [\[472\]](#)

### 3.5. Violações da Lei por Procuradores

A violação da lei também foi praticada por procuradores federais na Operação Lava Jato, que deixaram de investigar a comprovação de denúncias optando por criminalizar os acusados com base em convicções desacompanhadas de provas.

Na prática, a Operação investigava apenas partidos e políticos da situação, contribuindo assim para expandir a hegemonia política da oposição ao Governo.

Perguntado numa entrevista porque a Lava Jato não investigava políticos do PSDB, o procurador Deltan Dallagnol afirmou:

O PSDB não fazia parte da base aliada do governo federal do PT. Como o PSDB não fazia parte da base aliada não foram indicadas pessoas do PSDB, por exemplo, como diretores da Petrobras. Não tem como achar na Petrobras corrupção de diretor do PSDB porque não existia diretor do PSDB. (DALLAGNOL, 2018) [\[473\]](#)

Embora dois delatores, o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, tenham afirmado que políticos do PSDB haviam recebido recursos desviados da Petrobras e Furnas, entre eles Sérgio Guerra e Aécio Neves, a investigação sobre isso não prosperou:

Costa e Youssef disseram que Sérgio Guerra recebeu R\$ 10 milhões para “abafar” uma CPI no Congresso Nacional para investigar irregularidades na Petrobras em 2009. [...] Segundo Youssef, o dinheiro foi pago pela empreiteira Camargo Correa, uma das investigadas pela operação Lava Jato. (PRAZERES, 2015) [\[474\]](#)

Também o juiz Sérgio Moro, para explicar porque o PSDB não aparecia nas investigações, usou o mesmo argumento: “*esse partido estava na oposição, então não faria sentido*” que diretores da Petrobras tivessem dado dinheiro a políticos desse partido. E, concluiu que,

naturalmente, [...] os políticos que aparecem são aqueles que administram a companhia estatal. E o PT está no poder desde 2003. (Moro apud BASILE, 2016) [\[475\]](#)

Assim, ao focar a investigação em políticos e partidos da situação e não nos possíveis crimes contra a Petrobras informados pelos próprios delatores, a Operação Lava Jato assumiu um

caráter claramente político, abandonando o princípio de investigar e comprovar a denúncia para o de perseguir e incriminar o acusado.

Exemplo disso foi uma *coletiva de imprensa* do Ministério Público Federal, em 14/09/2016 – em que foram, em nossa opinião, violadas as garantias da dignidade da pessoa humana e da presunção de inocência – com a apresentação de um gráfico em que o ex-presidente Lula era indicado no centro da imagem como “vértice comum” e “beneficiado maior” de um esquema de corrupção na Petrobras, associado à “manutenção de uma governabilidade corrompida”, ao “enriquecimento ilícito” e à “perpetuação criminosa no poder”. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – FORÇA-TAREFA LAVA JATO, 2016, tela 14) [\[476\]](#)

Contudo, sobre as provas que fundamentariam tão graves e extensas acusações, o procurador Deltan Dallagnol afirmou durante a exposição:

Provas são pedaços da realidade, que geram convicção sobre um determinado fato ou hipótese. Todas essas informações e todas essas provas analisadas como num quebra-cabeça permitem formar seguramente, formar seguramente a figura de Lula no comando do esquema criminoso identificado na Lava Jato. (Dallagnol apud G1, 2016) [\[477\]](#)

E ao responder aos repórteres afirmou:

Dentro das evidências que nós coletamos, a nossa convicção com base em tudo que nos expusemos é que Lula continuou tendo proeminência nesse esquema, continuou sendo líder nesse esquema mesmo depois dele ter saído do governo. (IDEM) [\[478\]](#)

Contudo, como afirmou claramente o procurador Roberson Pozzobon durante a mesma apresentação:

Precisamos dizer desde já que, em se tratando da lavagem de dinheiro, ou seja, em se tratando de uma tentativa de manter as aparências de licitude, não teremos aqui provas cabais de que Lula é o efetivo proprietário no papel do apartamento. (Pozzobon apud G1, 2016) [\[479\]](#)

Ao que parece, como veremos na *Seção 3.6*, com base no que consta na sentença de condenação do ex-presidente, a convicção do juiz Sérgio Moro o levou a violar, por diversas vezes, as leis da lógica para, ao final, condenar o ex-presidente.

Entretanto, a sentença não comprovou qualquer ato de ofício – ou qualquer outro – praticado pelo ex-presidente como crime de corrupção, não comprovou o repasse do apartamento a ele pelos diretores da OAS que afirmam ter apenas reservado o imóvel para a sua aquisição e não identificou quem, quando, onde, como e quais poderes teria convertido o ex-presidente em proprietário desse imóvel, cujo hipotético recebimento lhe foi imputado pelo Ministério Público Federal como obtenção de vantagem indevida e comprovaria sua condição de vértice do esquema criminoso. (MANCE, 2017) [\[480\]](#)

De fato, como veremos ainda nesta seção, alguns membros da força tarefa da Operação Lava Jato violaram prerrogativas fundamentais do Estado Democrático de Direito, *corromperam o rito legal de processos judiciais*, adotaram procedimentos de exceção à margem da lei e anularam a validade jurídica de diversos atos performativos que somente foram acatados como válidos – contra os recursos impetrados pela Defesa –, por igual violação de direitos cometida por instâncias superiores do Poder Judiciário no país. (MANCE, 2016b). [\[481\]](#)

Em julho de 2017, em evento público, Kenneth Blanco, então Vice-Procurador Geral Adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ), se referiu à cooperação mantida com o Ministério Público Federal brasileiro, permitindo “*que promotores e agentes tenham comunicação direta quanto às provas*” – o que é ilegal por violar a mediação formal exigida pelo Decreto nº 3.810/2001 no compartilhamento delas. Em suas palavras:

Dado o relacionamento íntimo entre o Departamento de Justiça e os promotores brasileiros, não dependemos apenas de procedimentos oficiais como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos consideráveis para serem escritos, traduzidos, transmitidos oficialmente e respondidos. (Kenneth Blanco apud CONSULTOR JURÍDICO, 2018a) [\[482\]](#)

Além dos depoimentos públicos de Kenneth Blanco, há também declarações de Trevor Mc Fadden, então Subsecretário Geral de Justiça Adjunto Interino dos Estados Unidos (DOJ), citando colaboração informal com o Ministério Público Federal à revelia da lei. (CONSULTOR JURÍDICO, 2018b) [\[483\]](#)

Como destacou a defesa do ex-presidente

essa cooperação sem qualquer registro e realizada fora dos canais oficiais se mostra incompatível com o Decreto nº 3.810/2001, que incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro o ‘Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Brasília em 14 de outubro de 1997’ (ESTADÃO, 2018). [\[484\]](#)

Há também possíveis violações que estão sendo apuradas.

De fato, em setembro de 2017, a Procuradoria Geral da República pediu a prisão de um ex-procurador, que fazia parte da força tarefa da Lava Jato, sob a acusação de haver cometido crimes em favor dos investigados durante o processo de negociação de delação premiada. E no, ano seguinte, a PGR requereu a rescisão de um acordo de delação premiada celebrado com sua participação.

Assim diz a petição:

A circunstância de que [...] MILLER, na condição de Procurador da República, por intermédio do escritório TRW, prestou consultoria remunerada à J&F e a seus executivos [...] pode configurar ato de improbidade administrativa e crime de corrupção passiva [...]. Além disso, há indícios de que [...] BATISTA e [...] SAUD – ao pagarem vantagem indevida a [...] Miller, para que este, na condição de Procurador da República, facilitasse o acesso dos postulantes à colaboração ao então PGR e à equipe da Lava-Jato na PGR – praticaram atos que caracterizam o crime de corrupção ativa. (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2018b) [\[485\]](#)

Afirma a PGR, entretanto, que, com respeito aos procuradores integrantes da Lava Jato,

não há nos autos qualquer evidência concreta de que referidos procuradores da república tinham conhecimento de que [...] Miller, mesmo antes do seu desligamento do MPF, já estava auxiliando os futuros colaboradores na confecção de suas colaborações premiadas. O que se tem [...] são informações esparsas de que, no mês de março de 2017, alguns deles foram informados pela advogada [...] Tórtima de que o escritório TRW iria (no futuro!) contratar [...] Miller para atuar no setor de *compliance* e que, nessa condição, [...] atuaria (também no futuro!) na confecção do acordo de leniência que o grupo J&F formaria com o MPF no Distrito Federal. (IDEM) [\[486\]](#)

De fato, as investigações localizaram uma

fatura de pagamento referente a serviços de advocacia em período no qual ele atuava ainda como procurador da República. [...] Para execução desses serviços teriam sido pagos R\$ 700 mil ao ex-procurador da República. (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2018) [\[487\]](#)

Anteriormente, esse mesmo procurador firmou o acordo de leniência da Embraer, em tratativas que se originaram com informações oriundas de Departamento de Justiça dos Estados Unidos, e definiu aspectos do termo de ajustamento de conduta da empresa.

O escritório que representava a Embraer era o mesmo TRW – Trench Rossi e Watanabe, do qual o procurador tornou-se funcionário (HAIDAR, 2017) [\[488\]](#).

Investigadores apuram agora a relação do ex-procurador com a TRW desde aquela época.

Sabe-se que

o ex-procurador foi contratado pelo escritório no ano passado [2017] para atuar na delação premiada da J&F antes de deixar oficialmente a PGR. Ele foi levado ao escritório pela então sócia [...] Flesch, que também assinou o acordo da Embraer. No Trench Rossi, os dois cuidaram do acordo da empresa dos irmãos Batista. (AGÊNCIA O GLOBO, 2018) [\[489\]](#)

Há, entretanto, denúncias de outras violações que não estão sendo apuradas.

No processo em que o ex-presidente Lula foi condenado pelo juiz Sérgio Moro, a Defesa requereu a oitiva de Rodrigo Tacka Duran, ex-consultor do grupo Odebrecht.

Duran denunciou publicamente o sistema de construção de delações premiadas e, com base em documentos periciados na Espanha, afirmou ter havido adulteração no sistema de dados referente a propinas na empresa.

O juiz Sérgio Moro, entretanto, indeferiu o pedido.

Contudo, ouvido por teleconferência pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da JBS, Duran confirmou a existência de uma “*indústria de delações em Curitiba*”:

Quando esteve comigo, [...] Miller começou a listar parlamentares. Ele começava a falar nomes de políticos, autoridades estatais, e perguntou: ‘Qual deles o senhor conhece? Qual o senhor pode entregar?’ [...] Percebi que havia uma ansiedade do Ministério Público em obter confirmação de fatos alegados contra mim para que eu confirmasse, para que se fechassem casos apenas com delação premiada, sem comprovação dos fatos, sem investigar, sem inquéritos. Esse é o sentido da ‘indústria de delação’ [...]. ‘Indústria da delação’ porque estão fechando processos penais batendo carimbo, sem investigar. (Duran apud MURAKAWA) [\[490\]](#)

A gravidade da denúncia, feita institucionalmente a uma comissão de senadores e deputados, que sendo comprovada poderia invalidar processos da Lava Jato, não foi entretanto apurada.

Conforme a revista época:

Duran disse ter contratado o advogado [...] Zucolotto, padrinho de casamento do juiz Sergio Moro, para negociar seu acordo. Ele contou que Zucolotto lhe ofereceu uma redução de US\$ 15 milhões para US\$ 5 milhões na multa que lhe seria imposta. Mas que teria que pagar a US\$ 5 milhões a título de honorários “por fora”. (IDEM) [\[491\]](#)

A investigação de crimes envolvendo membros do Ministério Público e membros do Poder Judiciário é de difícil apuração, em razão do espírito corporativo dessas instituições.

Mas uma parcela de seus membros, consciente ou não do que fazia, cumpriu um papel central na teia de acontecimentos que teve por desfecho o golpe de estado ocorrido no Brasil em 2016 e, igualmente, em ações que o consolidaram, em sua segunda fase, que visa impedir a candidatura do ex-presidente Lula às eleições de 2018.

### **3.6. Jurisprudência Norte-Americana para a Condenação do Ex-presidente Lula**

O mais surpreendente é que, na própria sentença condenatória do ex-presidente Lula, o juiz Sérgio Moro invoca a jurisprudência norte-americana, a título de direito comparado – “*US v. DiMasi*” [...], “*US v. Abbey*” [...], “*US v. Terry*” [...], “*US v. Jefferson*” (JUSTIÇA FEDERAL, 2016, item 865) [492] –, para afirmar a existência de um crime de corrupção, posto que na sentença não se apresenta ato de ofício do ex-presidente – ou de qualquer outra natureza – que pudesse ser invocado para afirmar que ele tenha cometido algum crime de corrupção.

#### **Livro “Falácias de Moro” detalha dezenas de falhas lógicas que invalidam a sentença condenatória do ex-presidente Lula**

O livro *Falácias de Moro* (MANCE, 2017) [493] comprova que o juiz violou frequentemente as leis da lógica para concluir pela existência de um crime que não foi comprovado.

Sobre esse livro, publicado em dezembro de 2017, há um documento firmado por 26 doutores em lógica, dos principais centros de pesquisa no país, como o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, da Unicamp, doutores em lógica da USP e de outras renomadas universidades brasileiras, confir-



mando as análises que realizamos e as conclusões às quais chegamos (LOPARIC et Al, 2018) [494].

Entre os signatários do documento estão três ex-presidentes da Sociedade Brasileira de Lógica e o atual presidente da entidade.

Não entraremos aqui no detalhamento dessas diferentes falácias, que o leitor poderá aprofundar com a leitura daquela obra. Apenas destacamos a impossibilidade de Léo Pinheiro haver transferido a propriedade daquele imóvel ao ex-presidente Lula pela ausência das condições necessárias para tanto.

O apartamento que segundo o juiz Sérgio Moro pertencia ao ex-presidente Lula, que o teria recebido como vantagem indevida por prática de corrupção, era, de fato e de direito, propriedade da OAS Empreendimentos, como atestavam os documentos do imóvel e o seu uso pela empresa, que o incluiu em garantia de operações de mercado e de hipotecas realizadas junto a entes financeiros.

Segundo a sentença, quem teria dado a propriedade do imóvel ao ex-presidente Lula teria sido o presidente da OAS, Léo Pinheiro.

Porém, Pinheiro detinha apenas 10% das ações da OAS e não tinha, portanto, poderes para, sozinho, transferir a propriedade do imóvel ao ex-presidente.

De fato, segundo os estatutos sociais da OAS Empreendimentos (2012) [495] e da Construtora OAS (2013) [496], são necessárias as assinaturas de dois diretores das empresas para a alienação de imóvel.

E, posto que o próprio Pinheiro afirmou – como consta na sentença, no item 533 – que tratou desse assunto do triplex em sigilo e sozinho no interior da OAS e como ele não tinha poderes para, sozinho, transferir o imóvel a quem quer que seja, então, ele nunca transferiu a propriedade do imóvel ao ex-presidente.

Ao ser questionado pelo advogado de defesa se ele havia dado o imóvel ao ex-presidente Lula, Pinheiro respondeu: “*já foi me dito que era*” – item 531.

Mas, na falácia do juiz Sérgio Moro, a afirmação “*já foi me dito que era*” era suficiente para comprovar a veracidade do depoimento de Pinheiro, de que o imóvel fosse do ex-presidente,

ainda que, de fato (pela posse) e de direito (pela escritura do imóvel) este pertencesse à OAS Empreendimentos.

O juiz também não se interessou em saber quem, quando e onde disse a Pinheiro que o imóvel já era do ex-presidente. Pois a frase, “*já foi me dito que era*” seria suficiente como prova oral para coadjuvar a condenação do ex-presidente à prisão.

Embora, como consta na sentença, a esposa do ex-presidente tenha pago cinquenta prestações para a aquisição de um imóvel simples naquele condomínio e lhe foi oferecido usar o crédito dessas cotas para comprar um triplex, segundo juiz o ex-presidente, se comprasse o imóvel não pagaria pela diferença de preço dos imóveis nem da reforma nele feita, e por isso receberia uma vantagem indevida – pois tal diferença seria coberta com recursos oriundos da corrupção na Petrobras.

Assim, o ex-presidente não foi condenado por um crime que tenha cometido, mas por um crime que cometeria no futuro – futuro esse que o juiz, para saber qual seria, deveria possuir o dom da presciência, que a maior parte das teologias não atribui nem mesmo a Deus, pois do contrário elas teriam de negar que os seres humanos são livres em suas escolhas.

Assim o ex-presidente foi condenado por um crime que não cometeu no passado nem estaria a cometer no presente, mas que cometeria num futuro que o juiz sabe qual seria por sua suposta capacidade de presciência: o ex-presidente não pagaria a diferença devida.

Por outra parte, como elemento probatório de que o ex-presidente era dono do imóvel, o juiz se valeu, como prova documental, de uma matéria do jornal O Globo, que afirma serem o ex-presidente e sua esposa donos de uma cobertura nesse condomínio.

Porém, no corpo da matéria, a jornalista, igualmente, afirmava que os *futuros proprietários* não haviam recebido os imóveis, pois estes ainda não estavam finalizados.

O juiz, entretanto, toma a existência da matéria e seu conteúdo como prova de que o ex-presidente era proprietário do imóvel, ainda que a matéria dissesse que eram *futuros proprietários* e que os imóveis não tinham sido entregues, isto é, repassados – repasse esse que jamais restou comprovado.

O juiz, então, afirmou que os diretores da OAS Empreendimentos que haviam reservado o imóvel para a aquisição pela família do ex-presidente, o repassaram a este. Mas, como não sabiam que ao reservar o imóvel para aquisição o haviam repassado, foram inocentados da denúncia.

O ex-presidente foi também condenado por rasura de documentos. A Polícia Federal que lançou bombas contra manifestantes que pacificamente se manifestavam, em Curitiba, contra a prisão de Lula, foi a mesma que apreendeu um documento no apartamento do ex-presidente, no qual – segundo o juiz – já havia a palavra triplex rasurada.

A perícia concluiu, entretanto, que não era possível saber a autoria nem a data das rasuras. Mas para o juiz, contrariando a perícia, as rasuras somente poderiam ter sido feitas quando as vias ainda estavam unidas. E, embora a perícia tivesse concluído que não era possível identificar o autor das rasuras, o ex-presidente Lula foi igualmente condenado pela existência de rasuras nesse documento.

A sentença, pois, viola frequentemente as leis da lógica, o que a invalida para a condenação do ex-presidente. Mas, ela entrou para a história, como a principal peça jurídica do segundo ato do golpe estado desfechado contra a soberania do Brasil e do povo brasileiro.

A atuação do juiz Sérgio Moro e da Lava Jato foi, indiretamente, determinante para a viabilização de interesses comerciais e geoestratégicos dos Estados Unidos em relação ao Brasil, particularmente em relação à Petrobras, e ao ganho de bilhões de dólares por acionistas norte-americanos que processaram empresas brasileiras. Mas, também, indiretamente, para o ganho de honorários por escritórios de advocacia que representaram clientes nesses processos.

### **Viagens e Homenagens nos Estados Unidos**

Ao longo da operação Lava Jato, o juiz Moro viajou diversas vezes aos Estados Unidos. E, curiosamente, foi homenageado

em maio de 2018 pela *Brasilian American Chamber of Commerce Inc.*, cuja missão é

promover fluxos de comércio e investimento entre o Brasil e os Estados Unidos e forjar laços mais estreitos entre as comunidades empresariais de ambas as nações.<sup>92</sup> [497].

Outros brasileiros que já receberam a mesma honraria foram João Doria Jr. (2017), Armínio Fraga (2016), Fernando Henrique Cardoso (2015), André Esteves (2012) e Henrique Meirelles (2010).

Seguindo a metodologia de pesquisa que adotamos, seria importante analisar os fluxos de valores, de poder e de conhecimento que resultaram nessa homenagem.

Rastreando, por exemplo, o fluxo do dinheiro que pagou esse evento e a logística do homenageado brasileiro, as fontes e destinos desse recurso, e quem são as pessoas que decidiram pela escolha do juiz como celebridade do ano, talvez fosse possível chegar a algumas novas mediações para expandir a compreensão de seu papel no contexto do golpe de Estado sofrido no Brasil. Particularmente seria importante rastrear a origem de cachês que, por ventura, tenha recebido em eventos dos quais participou contemporaneamente à operação Lava Jato.

O mesmo deveria ser feito com os cachês recebidos por procuradores, envolvidos com as investigações em todo o período de vigência dessa operação, por suas palestras ou outras participações em eventos.

Em ambos os casos, a análise do fluxo de dinheiro, origem e destino de sua movimentação e as possíveis conexões de rede existentes entre os *atores envolvidos* nesses eventos e processos judiciais – atores que, por ventura, poderiam ter sido favorecidos com o desfecho desses processos – permitiria expandir a compreensão dos laços e anéis (materiais, de poder e de conhecimento) da própria realidade que é o objeto da investigação.

Assim por exemplo, entre os patrocinadores do evento na Câmara do Comércio nos Estados Unidos, constam alguns ban-

cos (BRASILIAN AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE INC, 2018) [498] [499] que obtiveram vantagens bilionárias durante o Governo Temer, com o cancelamento de dívidas (XAVIER, 2017) [500] ou que atuam com a negociação de elevado volume de títulos públicos do Tesouro Nacional, mas também um grande escritório de advocacia, que segundo a Revista Consultor Jurídico, passou a atuar na área criminal após o surgimento da Lava Jato (RODAS, 2017) [501].

## 4. O MANUAL DO GOLPE

Com base no estudo que fizemos, o “*Novo Manual para Golpes de Estado na América Latina*”, por assim dizer, pode ser sintetizado em 10 tópicos.

Neste capítulo, alguns desses tópicos serão apenas enunciados, pois já foram bem analisados em seções anteriores. Outros, entretanto, que ainda não o foram, serão aqui desenvolvidos.

### 4.1. Espionagem

Espionagem de objetivos estratégicos pelas Agências e organismos norte-americanos.

### 4.2. Definição dos Alvos

Com base nas informações colhidas pela espionagem e nos objetivos estratégicos a serem alcançados, são definidos os alvos do ataque: pessoas, empresas, organizações e partidos.

### **4.3. Formação Técnica e Cooptação de Ativos Estratégicos**

Treinamento de ativos no Ministério Público e Poder Judiciário para cooperação informal no combate à corrupção, terrorismo, lavagem de dinheiro, etc., à luz da legislação, jurisprudência e doutrinas norte-americanas.

### **4.4. Formação Ideológica e Cooptação de Lideranças Sociais**

Capacitação de jovens para atuar como líderes na difusão do movimento golpista, levando-os a crer que estão lutando pela liberdade e transformando seu país para melhor, tanto combatendo presumidos corruptos, comunistas, etc., quanto promovendo uma radical privatização do patrimônio e dos serviços públicos, para que “o mercado” – isto é, os oligopólios e monopólios que o hegemonizam – seja o único ente responsável pelo “desenvolvimento econômico” do país com a sua “mão invisível”.

### **4.5. Emprego de Bots na Internet para o Abate dos Alvos**

Programação dos algoritmos dos robôs (*bots*) de inteligência artificial para interatuar de forma conjunta em redes sociais, disseminando mensagens de ataque contra os alvos escolhidos.

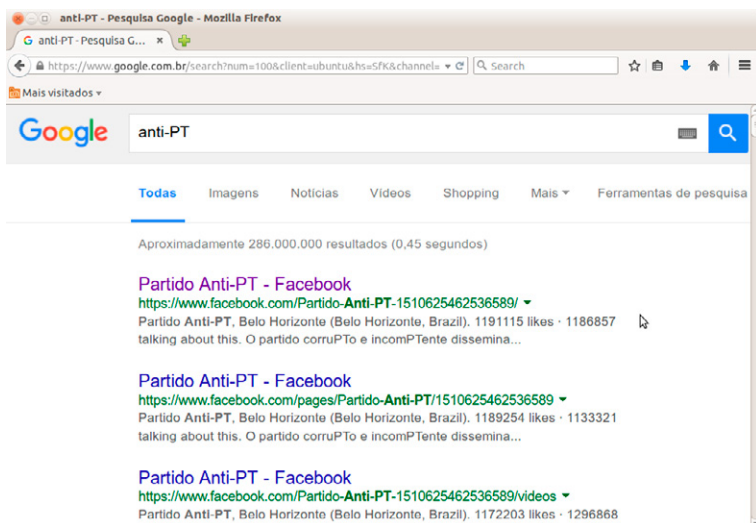
As mensagens devem conter frases curtas e imagens que evoquem interpretantes mentais, emocionais e ativos associados a arquétipos latentes na cultura do público-alvo, facilitando a associação do novo conteúdo a conceitos e preconceitos já arraigados.

Tais robôs são programas informáticos que controlam perfis falsos em redes sociais e automatizam a postagem de mensagens nessas redes.

Uma empresa ou pessoa pode controlar milhares deles para monitorar e propagar conteúdo visando influenciar a posição de usuários verdadeiros, projetando assuntos e informações, veiculando mensagens favoráveis a um candidato e prejudiciais a outro, rebatendo ou replicando automaticamente as mensagens que são processadas, rastreando, para tanto, palavras chaves de seu conteúdo.

Assim, por exemplo, em 11 de abril de 2016, à 11:49 hs, uma busca no Google com a expressão *anti-PT* gerou 286 milhões de resultados e, quatro minutos antes, com a expressão *pro-impeachment* apontou 11 milhões. No topo da lista estavam links similares do Facebook, com mais de um milhão de *likes* cada um.

Captura de Tela 19: Busca no Google por “Anti-PT”



Fonte: Google.com, 11/04/2016 as 11:49 hs. [502]

Entendamos um pouco melhor como funciona esse procedimento, com base no que se passou em outros países.



Em maio de 2014, Andrés Sepúlveda foi preso, na Colômbia, por crimes cibernéticos. Ele confirmou ter fraudado diversas eleições na América Latina, por quase uma década, utilizando mecanismos de Internet, interferindo no resultado de eleições com a postagem de conteúdos dirigidos em diferentes serviços, manipulando redes sociais (ROBERTSON, 216) [503].

Ao ser perguntado sobre as técnicas adotadas, ele assim respondeu:

Eu usava engenharia social [...]. Eu tinha todas as informações necessárias para fazer um ataque. Sabia quem era [o alvo], do que gostava, do que não gostava... Tirava um perfil completo e, de acordo com esse perfil, eu sabia que técnicas usaria; se fazia um ataque para infectar roteadores, ou um ataque direto ao telefone celular, ou um ataque para infectar o computador. [...] Da mesma forma, uníamos diferentes técnicas: ataques de força bruta [exemplo: usando variações de senhas até lograr], ‘pineapples’ [exemplo: copiando senhas quando usadas em Wi-Fi aberto] e até mesmo ataques de injeção de SQL [inserindo códigos de programação em formulários] para obter certos tipos de dados.

A maioria das ferramentas eu as criava integrando diferentes ‘exploits’ [comandos que exploram falhas dos softwares usados] e ferramentas já existentes que foram obtidas no mercado informal. [...] Assim, [...] eu buscava integrar esses ‘exploits’ e as ferramentas [...] numa só, para ter o controle total do que estava sendo feito.<sup>93</sup> (Sepúlveda apud REALPE, 2016) [colchetes nossos.] [504]

Sobre a estratégia de atuação em campanhas eleitorais com essas ferramentas, destacou que:

O objetivo principal era ganhar as eleições. Os objetivos secundários eram gerar desordem nas outras campanhas, sabotar outras ações, fortalecer o que estava sendo feito desde a campanha, ofuscar os adversários e, sobretudo, desinformar. [...]

Quando alguém está num processo político, acredita mais no que as outras pessoas dizem do que no próprio candidato. Eu me encarregava de disponibilizar a informação para que estivesse acessível a todos; e também de tornar a vida difícil para as outras campanhas,

muito difícil. Desde sabotar suas comunicações até descobrir o que eles iam dizer em 10 ou 15 dias num discurso.<sup>94</sup> (IDEM) [\[505\]](#)

E sobre as técnicas para manipular a propagação de conteúdos afirmou:

Eu tinha uma plataforma que eu mesmo desenvolvi [...]. Tínhamos diferentes fornecedores, contas de Facebook, Gmail, Twitter, Instagram, WhatsApp, Telegram... Era possível comprar qualquer número de contas, e o programa administrava cada conta de maneira individual ou em grupo.

Por isso eu podia enviar 200 mil mensagens por WhatsApp em uma hora. Ou podia enviar 10 mil vezes uma menção para uma conta no Twitter. O programa me permitia fazer o que eu precisava. Era relativamente fácil. [...] O que eu fiz foi centralizar tudo isso para que os ataques, que eram feitos, fossem muito mais concretos e organizados.<sup>95</sup> (IDEM) [\[506\]](#)

Quando o ataque é realizado desse modo e os algoritmos dos robôs (*bots*) são bem elaborados é bastante difícil, para quem recebe a mensagem, distinguir uma postagem humana de uma postagem automática, para saber se está, ou não, sendo enganado.

E se o conteúdo assim gerado é replicado por seres humanos, torna-se ainda mais difícil alguém saber que está sendo manipulado ou induzido pela ação de um *script* de inteligência artificial que reage ao conteúdo do fluxo de mensagens que ele processa segundo os critérios de quem o programou.

Sobre identificar a comunicação enganosa desse tipo, Sepúlveda destaca que

Está se tornando cada vez mais difícil perceber isso, porque é muito fácil contagiar as contas reais com um assunto. Quando você consegue contagiar contas reais, torna-se mais difícil. Não há uma ação na Internet que não tenha um objetivo. Você nunca verá pessoas desempregadas criando um meme sobre um político. Isso não existe. Para isso há uma equipe de trabalho, que é responsável por fazê-lo. Eu acho que a maneira mais fácil de entender que alguém está sendo vítima de um ataque ou de propaganda é olhar para o contexto geral do que está acontecendo.<sup>96</sup> (IDEM) [\[507\]](#)

No Brasil, nas eleições de 2014, um levantamento do Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, da UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, comprovou que a comunicação entre usuários no Facebook e Twitter foi “*fortemente influenciada pela atuação de robôs*” que publicavam mensagens de maneira coordenada, impactando no “*trending topics*” do Twitter e nos “*itens populares*” do Facebook. Na análise feita durante um debate presidencial, o Labic

identificou indícios de que a campanha do candidato Aécio Neves (PSDB) fez uso intenso dos robôs, tanto no Facebook como no Twitter. [...] No caso do Twitter, há dois tipos diferentes de robôs: os que tuítam em grande quantidade mensagens diferentes e os que trabalham em grupo retuitando todos um mesmo usuário ou mensagem. (ARAGÃO, 2014) [\[508\]](#)

Nos Estados Unidos, em 2016, a derrota de Hilary Clinton foi marcada pela atuação de crackers que, valendo-se de servidores russos, distribuíram mais de 2 milhões de mensagens em favor da eleição de Trump. No caso do Twitter,

As 50.000 contas automatizadas que a empresa determinou que tinham vínculos com a Rússia enviaram mais de 2 milhões de tweets relacionados à eleição, entre 1 de setembro e 15 de novembro de 2016. As contas retweetaram o então candidato Donald Trump 10 vezes mais do que retweetaram sua rival Hillary Clinton [...]. As contas foram responsáveis por 4,25% de todos os retweets da conta de Trump nas últimas semanas da campanha eleitoral e nos dias imediatamente posteriores à votação.<sup>97</sup> (apud O’SULLIVAN, 2018) [\[509\]](#)

Pesquisadores do “*Project on Algorithms, Computational Propaganda and Digital Politics*”, da Universidade de Oxford afirmaram que “*o uso de contas automatizadas foi deliberado e estratégico ao longo das eleições*”.<sup>98</sup> (HOWARD, 2018) [\[510\]](#)

No estudo “*Algorithms, bots, and political communication in the US 2016 election*”, eles definem “*bots políticos como scripts automatizados, projetados para manipular a opinião pública*”<sup>99</sup>,

ilustram “*como bots políticos foram usados para manipular a opinião pública*”<sup>100</sup> (IDEM) [511] nas eleições de 2016 e demonstram

como os bots políticos estão provavelmente interferindo na comunicação política nos Estados Unidos, permitindo a coordenação de campanhas sub-reptícias, solicitando ilegalmente contribuições ou votos, ou violando regras de divulgação.<sup>101</sup> (IDEM) [512]

Na entrevista sobre o estudo, eles esclarecem que os *chat-bots* são “*programas básicos de software com um pouco de inteligência artificial e habilidades de comunicação rudimentares*”<sup>102</sup> (MARKOFF, 2016) [513] capazes, por exemplo, de enviar mensagens em tópicos do Twitter.

Analisando a 20 milhões de postagens no Twitter os pesquisadores concluíram que:

as 20 principais contas, que eram em sua maioria *bots* e contas altamente automatizadas, tinham em média mais de 1.300 tweets por dia e geraram mais de 234.000 tweets [...]. As 100 maiores contas, que ainda usavam altos níveis de automação, geraram cerca de 450.000 tweets a uma taxa média de 500 tweets por dia.<sup>103</sup> (MARKOFF, 2016) [514]

#### 4.6. Ajuste do Ataque com Base na Reação do Público

A reação do público orienta o ajuste dos algoritmos dos robôs (*bots*) para tornar o ataque mais eficiente, com base, por exemplo, nos “*likes*” de pessoas reais às mensagens que foram por eles geradas, no compartilhamento dessas mensagens e nos rumores que se propagam na web e nos meios de comunicação, repercutindo o conteúdo dos ataques realizados.

Com base nos “*likes*” reais e compartilhamentos, os conteúdos, imagens e focos dos robôs vão sendo ajustados para propagar o que melhor repercute para abater os alvos.

Assim, conforme os rumores se multiplicam, o foco do ataque vai sendo ajustado, operando sobre as dissonâncias cognitivas que foram geradas no público-alvo e nos convencimentos que já foram conquistados junto a ele, expandindo o ataque de desinformação e buscando a adesão para as novas posições a serem conquistadas.

Há, contudo, outros modos de obter informações para ajustar a carga da comunicação massiva sem *crackear* sistemas ou monitorar rumores, compartilhamentos e *likes*.

De fato, através do Facebook, coletando indevidamente informações de mais de 50 milhões de norte-americanos, a empresa Cambridge Analytica ajustou o foco da campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e, coletando indevidamente dados de milhões de usuários ingleses, a empresa ajustou o foco da campanha pela aprovação do Brexit em 2016. Ao todo foram coletados dados de 87 milhões de usuários do Facebook, a partir de um teste psicológico em que o participante autorizava a empresa a coletar seus dados e de seus amigos (ASSOCIATED PRESS, 2018). [515]

Conforme Chistopher Wylie, ex-funcionário da Cambridge Analytica, o Brexit não teria sido vencedor nas urnas sem a atuação dessa empresa:

“o referendo foi ganho com menos de 2% dos votos e muito dinheiro foi gasto em publicidade na medida certa, com base em dados pessoais. [...] Fazer trapaças é fazer trapaças. Se alguém recorre ao doping e chega em primeiro, pode ser que tivesse ganhado sem se dopar, mas a medalha é tirada dele porque enganou. A medalha é retirada porque questionou a integridade de todo o processo. Falamos da integridade de todo o processo democrático, e se trata do futuro deste país e da Europa em geral.” (Wylie apud GUIMÓN, 2018) [516]

De fato, a saída da Inglaterra da União Europeia conduz à sua maior integração com os Estados Unidos, alentando os esforços norte-americanos em não perder sua hegemonia econômica global frente a ascensão dos BRICS.

Cabe lembrar que Robert Mercer, co-proprietário da Cambridge Analytica, também é fundador da Mercer Family Foundation, que apoia causas da indústria petrolífera, como a negação da comprovação científica do aquecimento global. No que se refere à sua Fundação,

[...] os gastos são notáveis não apenas pelas grandes quantidades, mas porque parece marcar uma mudança no mundo do financiamento para a negação da mudança climática, que já foi sustentado principalmente por titãs do combustível fóssil como Koch Industries e Exxon Mobil Corp., mas agora se tornou muito extrema mesmo para alguns de seus benfeitores originais.

Os Mercers há muito doaram para uma série de grupos conservadores que se opõem às regulações para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, incluindo o Cato Institute, a Heritage Foundation e a Federalist Society. A fundação também forneceu quase US\$ 2,3 milhões para o Donors Trust, um grupo de financiamento conservador que não toma uma posição oficial sobre a mudança climática, mas que por anos canalizou dinheiro para negar defensores, ganhando o apelido de “caixa eletrônico de dinheiro escuro do movimento conservador”<sup>104</sup>. (KAUFMAN, 2018) [517]

A Donors Trust, apelidada pelos ecologistas nos Estados Unidos, portanto, como o “*caixa eletrônico de dinheiro escuro do movimento conservador*”, doou US\$ 382.600 para a Students For Liberty, de 2010 a 2014 (CONSERVATIVE TRANSPARENCY, 2018a) [518]; outros US\$ 1.073.950 para a Atlas Economic Research Foundation (CONSERVATIVE TRANSPARENCY, 2018b) [519]; e outros US\$ 826.806 para a Cato Institute (CONSERVATIVE TRANSPARENCY, 2018c). [520].

Assim, vemos que recursos da Fundação criada por Robert Mercer, coproprietário da Cambridge Analytica – acusada de haver fraudado o Brexit – abasteceram a Donors Trust que financiou a Students For Liberty, cujos coordenadores no Brasil – remunerados por seu trabalho pela sede americana – criaram, enquanto pessoas físicas, o Movimento Brasil Livre, que liderou protestos pelo impeachment e que defende a completa privatização da Petrobras.

Segundo o Facebook, a Cambridge Analytica obteve acesso a dados de 443 mil contas de usuários brasileiros (BRIGATTO, 2018) [521]. Frente a gravidade do caso, o Ministério Público,

iniciou uma investigação para apurar as condutas da Cambridge Analytica e seus impactos no Brasil. A apuração foi colocada sob sigilo depois do depoimento de André Torretta, dono da Ponte Estratégia, empresa de análise que em 2017 anunciou uma parceria com empresa inglesa para atuar nas eleições de outubro. (IDEM, 2018) [522]

Pelo que costa publicamente,

O inquérito do MP-DFT [Ministério Público do Distrito Federal e Territórios] foi instaurado horas após a divulgação do vídeo em que o presidente suspenso da Cambridge Analytica, Alexander Nix, confirma ter usado dados de usuários do Facebook em ações para manipular as eleições nos EUA, em favor de Donald Trump. (GAZETA DO POVO, 2018) [523]

No caso do Brasil, conforme o promotor Frederico Meinberg,

a reforma política autorizou o impulsionamento de conteúdo nas redes sociais [...]. Deste modo, as eleições poderão ser definidas com base no dinheiro e nos perfis comportamentais dos usuários, traçados por empresas como a Cambridge Analytica. (Meinberg apud IDEM) [524]

A equipe quer apurar

desde quando a Cambridge Analytica está operando no Brasil, que tipo de parceria havia sido feita no país, quais informações há no banco de dados usado, como as informações eram obtidas e estão sendo usadas hoje. (IDEM) [525]

## 4.7. Massificação do Ataque pela Mídia Convencional

Elemento importante nessa estratégia é a propagação de *fake news* ou da suspeição da reputação dos alvos por meio de comunicação convencional, fazendo chegar a jornalistas falsas informações como se fossem verdadeiras, através de ativos treinados ou pagos que atuam como fontes, difundindo denúncias como se fossem “fatos verídicos”, distribuindo “documentos sigilosos” em que elas aparecem, colhidos anteriormente pela espionagem das Agências ou por corrupção processual, para “validar” o relato da fonte – possibilitando furos jornalísticos e a veiculação de documentos sigilosos “*com exclusividade*” em canais de televisão ou outros veículos de grande alcance (MANCE, 2016b). [526]

Certa matéria de O Globo, que afirma serem o ex-presidente Lula e sua esposa donos de um apartamento do qual, ao mesmo tempo, seriam futuros proprietários (FARAH, 2010) [527], ainda que logicamente inconsistente, é a origem da *fake news* central do processo contra eles, repetida à exaustão pelos aliados do *golpe*, e tomada na sentença como elemento probatório para a condenação do ex-presidente – como analisamos no livro *Falácias de Moro* [528].

Cria-se, então, a indústria da “*publicação com exclusividade*” de documentos sigilosos que contém denúncias que estariam sendo apuradas, mas que são interpretadas e veiculadas pela grande mídia como se verdadeiras fossem.

Captura de Tela 20: Busca no Google GloboNews tem Acesso com Exclusividade

GloboNews tem acesso com exclusividade a depoimento ...



[g1.globo.com/globo-news/...globo-news/.../globo-news...](https://g1.globo.com/globo-news/...globo-news/.../globo-news...)

3 de mar de 2016

GloboNews tem acesso com exclusividade a depoimento de Lula sobre triplex ..... Congresso teve ...

Fonte: Globo.com [529]



## 4.8. Mobilizações de Rua: do Espaço de Fluxos para o Espaço de Lugares

Quando o volume de adesão às postagens contra os alvos da operação e o volume de tráfego de mensagens espontâneas, alinhadas aos objetivos estratégicos do movimento, alcançam o patamar adequado, começam as mobilizações de rua, com os líderes treinados atuando como dirigentes.

Captura de Tela 21: Protesto no Rio de Janeiro, 17/06/2013



Fonte: Vem Pra Rua, 2013. [\[530\]](#)

Os *likes* verdadeiros são estimados levando em conta os *likes* totais e os *likes* inflados pela própria estratégia de propagação do conteúdo para bem posicioná-lo, tornando-o visível na linha do tempo dos usuários do Facebook, nos primeiros resultados do buscador do Google ou nos tópicos do Twitter (GARATTONI, 2015). [\[531\]](#)

## Captura de Tela 22: Site da Students For Liberty Estudantes Libertarianos lideram Milhões no Brasil



Fonte: Libertarian Students Lead Millions in Brazil. In: Students For Liberty – Quarterly – Fall, 2015, p.1 [\[532\]](#) [\[533\]](#)

Nesse momento, os agrupamentos humanos que se formaram na Internet – como nodos secundários da rede que interconecta os fluxos de informação alimentados por robôs que operam em conjunto, como um ecossistema de inteligência artificial – saem às ruas, realimentando o fluxo de informação do movimento com novos conteúdos.

Tais agrupamentos, pela sinergia desencadeada, passam, então, a atuar como nodos de uma rede descentralizada, avançando, pela propagação dos fluxos de informação e de sua interpretação, na conformação de redes distribuídas, envolvendo igrejas, famílias e outras comunidades.

Esses nodos permanecem realimentados, em segundo, plano pelos disparos dos *bots* de inteligência artificial, que são postos novamente em plena carga somente em momentos estratégicos, como nos períodos que antecedem a votações no Judiciário ou no Congresso.

Nas vésperas dessas datas, ocorrem também novos vazamentos de documentos sigilosos para a imprensa ou ações de autoridades (procuradores e juízes) vinculados às operações, visando mover a adesão da opinião pública às suas teses ou constranger as autoridades que deverão exercer o voto no congresso ou no poder judiciário sobre os pontos de pauta em discussão.

Tais fatos, imagens e conteúdos, assim gerados, possibilitam um melhor aproveitamento da ação dos robôs para realimentar as comunidades virtuais, anteriormente capturadas ou criadas, fazendo por meio delas tais conteúdos chegarem às igrejas, comunidades e famílias.

Também ocorrem campanhas abertas do grande capital em favor dos objetivos estratégicos de seu eixo de lutas (AGÊNCIA INDUSNET FIESP, 2016) [534], (EXAME, 2016) [535], (MAN-CE, 2016c) [536].

Captura de Tela 23: Site do Estadão Impeachment Já! Chega de Pagar o Pato.



Fonte: www.estadao.com.br 29/03/2016 às 15:19:26 hs [537]

## 4.9. Etapa Judicial: Lawfare

Todas essas denúncias vão se convertendo em ações judiciais contra os alvos do ataque, que passam a sofrer perseguição política com o concurso de instrumentos jurídicos.

Depoimentos de condenados ou de réus vão sendo negociados para reduzir suas penas, se confirmarem as denúncias veiculadas pela Internet e pela mídia convencional como verdades contra os alvos do ataque.

Com base nesses depoimentos, são abertos processos nos Estados Unidos, com a intervenção do Departamento de Justiça (DOJ) e da *Securities and Exchange Commission* (SEC), levando as empresas envolvidas nas denúncias ao pagamento de multas milionárias ou bilionárias para o encerramento desses processos – mesmo sem confirmar ou negar que tenham cometido atos ilícitos.

## 4.10. Desfecho do Golpe com a Deposição do Governo pela via Jurídico-Parlamentar

Com a mobilização de interpretantes mentais, emocionais e ativos no seio da sociedade, retroalimentada pela comunicação pessoal de ativos treinados que atuam no Ministério Público e Poder Judiciário, o golpe é desfechado pelo Poder Legislativo, com a deposição do Governo Democrático (AGÊNCIA BRASIL, 2016a e 2016b) [538] [539] – eleito nas urnas – para implantar em seu lugar um governo favorável ao programa de medidas que atende aos interesses de grandes atores econômicos, nacionais e estrangeiros, que promoveram o Golpe de Estado Jurídico-Parlamentar.

Assim, um projeto que não foi aprovado nas urnas é imposto autoritariamente à sociedade com o emprego dos poderes de

estado, hegemonzados pelas forças golpistas, contando com o apoio de segmentos desinformados ou oportunistas.

Tal projeto se concretiza por meio de um conjunto de reformas e medidas que a população não escolheu para o país e que atende aos grandes interesses do capital, particularmente estrangeiro, e a outros objetivos menores de atores internos que se aliaram ao movimento golpista.

#### Captura de Tela 24: Votação do Impeachment na Câmara dos Deputados



Fonte: Commons.wikimedia.org [\[540\]](#) Crédito da foto: Bruno Araújo.

## 5. GOLPES DE ESTADO RECENTES NA AMÉRICA LATINA

Investigando casos similares de deposição de governos na América Latina, podemos identificar um padrão em desenvolvimento, que foi aprimorado com a prática de cinco golpes de estado recentes, que possuem traços similares, estruturais, recorrentes ou comuns.

Eles se diferenciam, em alguns aspectos, dos golpes de estado que ocorreram no século passado, promovidos pelos Estados Unidos e justificados com a “Doutrina Monroe”.

Como afirma o senador norte-americano Bernie Sanders:

A “Doutrina Monroe”, sua finalidade era simplesmente dizer que os Estados Unidos podiam fazer o que quisessem na América Latina. [...] Não é segredo que Salvador Allende foi derrubado pela CIA e pelo governo estadunidense. E que, após isso, surgiu um governo neofascista que foi responsável pelo assassinato de milhares de pessoas. Isso é inaceitável e os Estados Unidos não podem continuar incursões na América Latina e derrubar – ou tratar de perturbar, por razões econômicas – a esses países. [...]

A história dos Estados Unidos em relação à América Latina, por muito, muito tempo foi o papel de uma nação poderosa, o exército mais forte do mundo dizendo: “não gostamos desse governo, vamos derrubá-lo”. E o caos, o homicídio massivo, frequentemente é o que se segue. Eu visitei a Nicarágua – e fui criticado por isso. Mas eu visitei a Nicarágua, [...] durante o regime sandinista, porque não queria

ver os Estados Unidos e Reagan apoiando os Contras para derrubar esse governo.<sup>105</sup> (SANDERS, 2016) [\[541\]](#)

Contudo, no século atual, como salienta o filósofo norte-americano Noam Chomsky, os Estados Unidos passaram a enfrentar, no continente americano, uma situação diferente.

A América Latina, de forma significativa, libertou-se da dominação estrangeira – ou seja, principalmente dos EUA – nos últimos 10 ou 15 anos. [...] É a primeira vez em 500 anos. [...] Os EUA estão sendo postos para fora do hemisfério [...]. Costumavam ser capazes de derrubar governos, realizar golpes à vontade e assim por diante. Eles tentam.<sup>106</sup> (Chomsky *in* DEMOCRACY NOW, 2016) [\[542\]](#)

Alterando essa situação, uma nova onda de golpes de estado vem ocorrendo na América Latina. Chomsky aponta algumas tentativas, todas bem-sucedidas, à exceção da primeira:

Um, na Venezuela em 2002, teve sucesso por alguns dias, apoiado pelos EUA, [mas foi] derrubado pela reação popular.

Um segundo no Haiti, em 2004, teve sucesso. Os EUA e a França – ajudados pelo Canadá – sequestram o presidente, enviam-no para a África Central, e não permitem ao seu partido concorrer às eleições. [...]

Em Honduras [...] houve um golpe militar, que derrubou um presidente reformista. Os Estados Unidos estavam quase sozinhos em [...] legitimar o golpe de estado [...]

No Paraguai, houve uma espécie de semi-golpe [...] para se livrar de um padre progressista que estava dirigindo o país por um breve período. [...]

O que está acontecendo no Brasil agora é extremamente lamentável em muitos aspectos. [...] É uma espécie de golpe brando. A elite detestou o Partido dos Trabalhadores e está usando esta oportunidade para se livrar do partido que venceu as eleições. [...] Ela [Dilma Rousseff] está sendo acusada de manipulações no orçamento, mas [...] certamente não justificam o impeachment. [...] Isso conta como uma espécie de golpe brando.<sup>107</sup> (Chomsky *in* DEMOCRACY NOW, 2016) [\[543\]](#)

Vejam, então, alguns detalhes desses episódios que permitem perceber o desenvolvimento de um padrão operacional e a evolução das técnicas de sua execução.

### 5.1. Venezuela (2002)

**Alvo:** Hugo Chávez

**Instrumento:** Golpe Civil-Militar.

**Motivos Alegados:** seria um governo autoritário, sendo necessário forjar um novo futuro democrático para o país.

**Observações:** Após três dias de um lockout geral que teve como um de seus líderes o empresário Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras, principal associação empresarial da Venezuela, houve o sequestro e a detenção do presidente Hugo Chávez por militares, os quais anunciam que ele havia renunciado. Pedro Carmona é imposto como presidente e o governo provisório dissolve a Assembleia Nacional e a Suprema Corte. O golpe durou 47 horas. Pois com a reação imediata e crescente da população aliada a setores militares, a Guarda Presidencial pró-Chávez retoma o Palácio de Miraflores e o vice de Chávez, Diosdado Cabello, assume a Presidência, determinando o retorno imediato de Chávez para que reassumisse suas funções presidenciais ou confirmasse publicamente a sua renúncia. Chávez, então, é libertado e reassume o governo da Venezuela.

#### Contexto

Os Estados Unidos dependem do petróleo venezuelano.

Os EUA importam 777 mil barris de petróleo por dia da Venezuela, que é o terceiro maior exportador para o país (7,5% do total importado), atrás apenas do Canadá e da Arábia Saudita. (FLECK, 2017)

[\[544\]](#)



Justamente por isso nunca decretaram um embargo contra a Venezuela.

O impacto de bloquear o petróleo venezuelano seria sentido na bomba de combustível. Um cálculo feito pela consultoria PKVerleger LLC estima um aumento de US\$ 0,25 a US\$ 0,30 por galão (3,79 litros) em duas semanas, se os EUA suspendessem a importação da Venezuela. [...] (IDEM) [\[545\]](#)

Sobre a suspensão da importação, David Mortlock, ex-diretor de Assuntos Econômicos Internacionais do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, afirmou que

O impacto poderia ser significativo, com aumento do preço da gasolina, falta de estoque de petróleo bruto para as refinarias nos EUA e uma potencial perda de empregos. (Mortlock apud FLECK, 2017) [\[546\]](#)

O que os Estados Unidos gostariam, com o golpe de 2002, era de ter um governo na Venezuela voltado aos seus interesses, que privatizasse as reservas petrolíferas do país em favor de empresas norte-americanas, para assegurar um fluxo estável de petróleo a custo baixo e sem sobressaltos.

### **Participação Norte-Americana**

Segundo Eva Golinger (2009), o Instituto Republicano Internacional (IRI) – considerado braço internacional do Partido Republicano dos Estados Unidos – teve importante papel em três dos golpes de estado mencionados anteriormente: Venezuela, Haiti e Honduras.

No site da organização lê-se que

o Instituto Republicano Internacional (IRI) trabalha na Venezuela desde 1994 para promover a participação cívica e política no processo democrático. Os programas incluem o desenvolvimento de liderança para grupos marginalizados, como mulheres e jovens, para que esses setores da sociedade possam desempenhar um papel maior na formação do futuro da Venezuela.<sup>108</sup> [\[547\]](#)

Informa-se, igualmente, que o Instituto e seus parceiros locais “*treinam jovens líderes cívicos para se tornarem ativos e interessados em política.*”<sup>109</sup> [548]

Golinger salienta que o

IRI é bem conhecido por seu papel no golpe de estado de abril de 2002 contra o presidente Hugo Chávez, na Venezuela, e pelo financiamento e assessoramento estratégico fornecido para as principais organizações envolvidas na derrubada do presidente Jean Bertrand Aristide, no Haiti, em 2004. Em ambos os casos, o IRI financiou e/ou treinou e assessorou os partidos políticos e grupos envolvidos na derrubada violenta e antidemocrática dos presidentes constitucionais.<sup>110</sup> (GOLINGER, 2009) [549]

De fato, a participação do IRI no processo que culminou no golpe acabou sendo revelado pelo próprio Instituto em pronunciamento público, em reconhecimento e apoio ao Governo de Pedro Carmona.

Após o golpe na Venezuela em abril de 2002, o então presidente do IRI, George Folsom, enviou um comunicado de imprensa em que comemorava o golpe e declarava que: “O Instituto tem servido como uma ponte entre os partidos políticos da nação e todos os grupos da sociedade civil para ajudar os venezuelanos forjar um novo futuro democrático...” Horas mais tarde, quando o golpe já havia fracassado e o povo venezuelano havia resgatado o seu presidente, que havia sido sequestrado e preso em uma base militar, e tinha restaurado o fio constitucional, o IRI se arrependeu da pressa com que publicamente aplaudiu o golpe. Um de seus principais financiadores, o NED, estava furioso porque o IRI revelou publicamente o financiamento do governo dos EUA aos líderes do golpe da Venezuela. O presidente do NED, Carl Gershman, estava tão irritado com o erro do IRI, que enviou uma carta a Folsom, repreendendo-o, e dizendo: “Através de seu aplauso ao golpe – por certo, sem nenhuma reserva – meteste o IRI dentro da sensível política interna da Venezuela.” Gershman teria preferido que o papel do NED e do IRI em fomentar o golpe contra o presidente Chávez tivesse sido mantido em segredo.<sup>111</sup> (IDEM) [550]

De sua parte, também os EUA reconheceram rapidamente o novo governo, mas após a sua derrota, condenaram o golpe de estado.

## 5.2. Haiti (2004)

**Alvo:** Jean-Bertrand Aristide

**Instrumento:** Levante Armado

**Motivos Alegados:** Não conteria a corrupção; não melhoraria a economia do país; fraudaria as próximas eleições; haveria uma guerra civil se ele não renunciasse.

**Observações:** O Haiti não tem exército, pois o que havia foi dissolvido em 1994, dificultando assim a realização de um golpe militar. Aristide é ex-sacerdote católico, vinculado à Teologia da Libertação.

### Participação Norte-Americana

No Haiti, o treinamento prévio dos líderes da oposição foi feito, igualmente, pelo Instituto Republicano Internacional. Segundo o jornalista norte-americano Joshua Kurlantzick:

O Instituto Republicano Internacional (IRI), [...] cada vez mais, se alia a grupos que buscam a derrubada de líderes eleitos, mas fracos, que Washington não gosta. [...] Em 2002 e 2003, o IRI usou o financiamento da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para organizar numerosas sessões de treinamento político na República Dominicana e Miami para cerca de 600 líderes haitianos. Embora o trabalho do IRI deva ser apatidário, [...] um ex-diplomata dos EUA diz que os organizadores dos workshops selecionaram apenas opositores de Aristide e tentaram moldá-los numa força política. [...] Os treinamentos foram ministrados pelo oficial de programas do IRI no Haiti, Stanley Lucas, descendente de uma poderosa família haitiana com animosidade de longa data em relação a Aristide.<sup>112</sup> (KURLANTZICK, 2004) [\[551\]](#)

Sobre tais treinamentos, o jornal *The New York Times* publicou o seguinte:

O Instituto Republicano Internacional é um dos vários grupos proeminentes sem fins lucrativos que recebem fundos federais para ajudar os países a desenvolver os mecanismos da democracia, como campanhas e monitoramento de eleições. [...] O instituto, que trabalha em mais de 60 países, viu seu financiamento federal quase triplicar em três anos, de US \$ 26 milhões em 2003 para US \$ 75 milhões em 2005. [...] Esses grupos andam em uma linha tênue. Sob as diretrizes federais, eles devem nutrir a democracia de uma maneira não partidária, para que não sejam acusados de se intrometer nos assuntos das nações soberanas. Mas no Haiti, segundo diplomatas, o sr. Lucas trabalhou ativamente contra o presidente Aristide. (BOGDANICH, 2006) [\[552\]](#) [\[553\]](#) <sup>113</sup>

Embora Aristide tenha negociado com os EUA um plano econômico com as prioridades do FMI, os EUA dificultaram as ações para a reativação da economia.

O empresário André Apaid, de nacionalidade norte-americana, que liderava o Grupo dos 184, exigia a renúncia de Aristide e defendia a intervenção estrangeira para evitar uma guerra civil. [\[554\]](#)

Há denúncias de que mercenários estrangeiros reforçaram o braço armado, paramilitar, do golpe.

Em 29/02/2004 forças militares norte-americanas e francesas, com apoio canadense, sequestraram o presidente, declararam que ele havia renunciado e o transferiram para a República Centro-Africana.

Sobre isso assim escreveu Noam Nhomsky:

[...] O Haiti [em 1990] teve sua primeira eleição livre, e para surpresa e choque de Washington [...] o povo organizado nas favelas e morros elegeu Jean-Bertrand Aristide, um sacerdote popular comprometido com a teologia da libertação. Os Estados Unidos imediatamente agiram para minar o governo eleito e, após o golpe militar que o derubou alguns meses depois, deram apoio substancial à viciosa junta militar e seus partidários da elite que tomaram o poder. O comércio com o Haiti foi aumentado, em violação das sanções internacionais,

e aumentou ainda mais sob o governo do presidente Clinton, que também autorizou a companhia de petróleo Texaco a fornecer aos governantes assassinos, desafiando suas próprias diretrizes. [...] em 2004, os dois torturadores tradicionais do Haiti, França e Estados Unidos, unidos ao Canadá, entrevistaram com força mais uma vez, sequestraram o presidente Aristide (que havia sido eleito novamente) e o enviaram para a África Central. Aristide e seu partido foram efetivamente impedidos de participar das ridículas eleições de 2010-11 [...] <sup>14</sup> (CHOMSKY, 2016a) [\[555\]](#)

Após o golpe é nomeado um governo interino assumido pelo presidente do Supremo Tribunal e as tropas norte-americanas, francesas e canadenses reprimem violentamente as manifestações pró-Aristide, resultando em dezenas de mortos. Em junho chegam ao país as tropas da ONU, sob o comando do exército brasileiro.

### **Evolução da Técnica**

Como no caso da Venezuela, houve a formação prévia de atores envolvidos; atuação de militares, sequestro do presidente e a divulgação de que este havia renunciado. Mas em vez de levá-lo a alguma instalação em território nacional, Aristide foi levado ao aeroporto e conduzido a outro país, em outro continente, dificultando o seu retorno ao governo.

De fato, na Venezuela, dois motivos fraturaram o apoio militar à continuidade do golpe: a dissolução da Assembleia Nacional e da Suprema Corte e a quebra do acordo sobre o exílio a ser concedido a Chávez e sua família (AITH, 2002 e 2002b). [\[556\]](#) [\[557\]](#)

Um terceiro motivo, que depunha contra o golpe na Venezuela, foi substituir o presidente eleito do país pelo presidente da Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio.

No caso do Haiti, essas falhas foram corrigidas, com o exílio compulsório do presidente, com a manutenção dos poderes e com o governo sendo assumido pelo Presidente do Supremo Tribunal conferindo um ar de legalidade ao ato.

A principal inovação realizada, que será aperfeiçoada nos golpes seguintes, é justamente a participação ativa do poder judiciário.

### 5.3. Honduras (2009)

**Alvo:** Manuel Zelaya Rosales

**Instrumento:** Golpe Parlamentar-Militar

**Motivo Alegado:** incluiria na eleição presidencial uma consulta sobre alterar a Constituição que, se aprovada, poderia instituir o diploma legal da reeleição.

**Observação:** O artigo 5 da Constituição hondurenha permitia essa consulta.

#### Contexto

Em agosto de 2008, Honduras se une à ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas, liderada por Hugo Chávez, e se integra à Petrocaribe, podendo adquirir combustíveis e fertilizantes em condições mais favoráveis de pagamento à Venezuela, com uma parte compensada em produtos exportados à Venezuela por Honduras e outra parte a ser paga com um prazo de até 20 anos, permitindo que tal montante fosse aplicado em projetos que ativassem as cadeias produtivas no país.

O argumento para essa decisão era a falta de apoio internacional ao enfrentamento da pobreza em Honduras e que a integração à ALBA – por ser uma plataforma voltada à integração social, política e econômica dos países da América Latina e Caribe – possibilitaria melhor avançar no desenvolvimento socioeconômico nacional, justamente pela cooperação internacional por ela proporcionada.

Menos de um ano depois, em 28 de junho de 2009, Zelaya é deposto por um golpe militar.

Ele é retirado de sua casa e, com escolta militar, é levado ao aeroporto, onde embarca para a Costa Rica.

O Congresso indica Roberto Micheletti, que presidia o legislativo, como novo chefe de Estado até 2010. (BBC, 2009) [\[558\]](#)

Ao desembarcar na Costa Rica Zelaya denuncia o seu sequestro e conclama o povo Hondurenho à resistência pacífica:

Estou no aeroporto de San José [...], fui vítima de um sequestro brutal por parte de algum grupo de militares do Exército [...].

Estou aqui em San José como presidente de Honduras. Vou a Manágua (Nicarágua) como presidente de Honduras. Vou exigir os direitos do povo hondurenho [...]. Meu mandato termina em 2010. (Zelaya apud TERRA, 2009) [\[559\]](#)

Como destacaram os jornais

O chefe de Estado pediu aos soldados de seu país “que não permitam” que este “ultraje, este monstro” se concretize em Honduras. Ao povo, disse que “proteste sem violência” e exija com “manifestações pacíficas o retorno” da legalidade e da democracia no país. (TERRA, 2009) [\[560\]](#)

Por fim, depois de 85 dias, Zelaya retornou clandestinamente a Honduras e se abrigou na embaixada brasileira, tentando, de lá, resistir ao golpe de estado que havia sido desfechado contra o seu país.

Quatro meses depois, ele deixou a embaixada do Brasil, embarcando para a República Dominicana, com um salvo-conduto assegurado pelo governo eleito de Porfírio Lobo.

### **Participação Norte-Americana**

Conforme Stephen Zunes (2016),

Autoridades norte-americanas – mais notavelmente a então secretária de Estado Hillary Clinton – desempenharam um papel importante na prevenção do retorno de Zelaya ao seu gabinete e à junta para a consolidação de seu poder diante dos massivos protestos não-violentos.<sup>115</sup> [\[561\]](#)

Sobre esse golpe, Chomsky afirma: “*um golpe militar em Honduras, que Obama legitimou quase sozinho e que criou uma*

*das piores câmaras de horror da região.*” (CHOMSKY, 2016b)<sup>116</sup> [562]

Tais ações apoiavam-se na estratégia norte-americana para a defesa de seus interesses na região, levando em conta as informações recebidas pela CIA das autoridades locais.

Bastante esclarecedora é uma mensagem de Charles Ford, embaixador dos EUA em Tegucigalpa, reproduzida pelo WikiLeaks e que tem por primeiro destinatário a CIA. Conforme o embaixador,

Zelaya [...] é um retrocesso a uma era anterior da América Central, quase uma caricatura de um proprietário de terras e caudillo [...]

No período de maio a junho de 2006, Zelaya pressionou-me com afinco para obter a aprovação do presidente Bush de seu plano de ingressar na PetroCaribe. [...]

Existe também um sinistro Zelaya, rodeado por alguns conselheiros próximos, ligados à Venezuela, a Cuba e ao crime organizado. [...]

Zelaya [...] não é um amigo [dos Estados Unidos]. Suas opiniões são moldadas não por ideologia ou ambições pessoais, mas por um nacionalismo antiquado em que ele responsabiliza os Estados Unidos pelo estado atual de pobreza e dependência de Honduras. [...]

Embora Zelaya estivesse aberto ao nosso ponto de vista da seleção de membros-chave de seu gabinete, ele estava absolutamente fechado para nos ouvir em sua nomeação de seu embaixador na OEA e [...] na ONU. O registro de voto de Honduras na ONU em termos de coincidência com as posições dos EUA está no ponto mais baixo em décadas. [...]

Precisaremos [...] continuar a envolver Zelaya sempre que pudermos, a fim de minimizar os danos e proteger nossos principais interesses. [...] precisaremos continuar a fazer uma curva agressiva, mas não quebrar o plano de jogo defensivo na corrida para as próximas eleições em novembro de 2009.<sup>117</sup> (AMEMBASSY TEGUCIGALPA, 2008) [563]

Mas, dado o ingresso de Honduras no PetroCaribe contrariando ao presidente Bush, a estratégia foi pela deposição do governo.



Os generais golpistas Romeo Vásquez Velásquez e Luis Javier Prince Suazo haviam sido treinados na Escola das Américas por quadros militares dos EUA (ZUNES, 2016) [564]

Mas o golpe não seria possível sem a participação ativa dos líderes anteriormente treinados pelo Instituto Republicano Internacional com recursos do NED. Conforme Golinger,

O nome do IRI apareceu como um beneficiário de um fundo de US\$ 700.000 durante 2008 e 2009 para promover os programas de “boa governança” em países da América Central, incluindo Honduras. Outro fundo de US\$ 550.000, para trabalhar com “think tanks” e “grupos de pressão” em Honduras, para influenciar os partidos políticos, também foi dado pelo NED [*National Endowment for Democracy*] ao IRI em 2008-2009, detalhando que o IRI “apoiará iniciativas para implementar posições durante as campanhas de 2009. O IRI vai colocar ênfase especial em Honduras, país com eleições presidenciais e legislativas em novembro de 2009.” Esta é uma intervenção clara na política interna de Honduras.<sup>118</sup> (GOLINGER, 2009) [565] [566]

A Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) também fornece a Honduras cerca de 49 milhões de dólares por ano, grande parte dos quais se destinam a programas que “promovem a democracia”. A maioria dos destinatários desta ajuda em Honduras que assume a forma de financiamento, treinamento, recursos, assessoria estratégica, assessoria de comunicação, fortalecimento de partidos políticos e capacitação de liderança, são organizações diretamente vinculadas ao golpe, como o Conselho Nacional Anticorrupção, o Arcebispado de Tegucigalpa, o Conselho Hondurenho da Empresa Privada (COHEP), o Conselho de Reitores das Universidades, a Confederação de Trabalhadores de Honduras (CTH), o Fórum Nacional de Convergência, a Federação Nacional de Comércio e Indústria de Honduras (FEDECAMARA), a Associação de Meios de Comunicação (AMC), o Grupo Paz e Democracia e o grupo estudantil Geração X Mudança. Essas organizações fazem parte de uma coalizão chamada “União Cívica Democrática de Honduras”, que respaldou publicamente o golpe contra o presidente Zelaya.<sup>119</sup> (GOLINGER, 2009) [567] [568]

No último ano de seu governo, em 2013, Porfirio Lobo, que havia sucedido a Roberto Micheletti, reintegrou Honduras ao PetroCaribe, argumentando que o acordo

permitiu assegurar até 40% do fornecimento de combustíveis aos países beneficiários [e que] a compensação da conta do petróleo significou a exportação de um total de 1,4 milhão de toneladas de produtos como arroz, açúcar, café, feijão, carne, leite e massas, entre outros. [...] Os países de PetroCaribe receberam mais de 240.000 toneladas de fertilizantes. [...] [Venezuela irá] fornecer combustíveis, permitindo o pagamento de 40% imediatamente e até 60% em termos que variam de 20 a 25 anos, possibilitando que os recursos economizados sejam usados para financiar projetos de desenvolvimento.<sup>120</sup> (Lobo apud EL NACIONAL, 2013) [\[569\]](#)

Mas no ano seguinte, o governo eleito, alinhado aos Estados Unidos, descartou o regresso de Honduras ao PetroCaribe. (CERNAS BENITEZ, 2014) [\[570\]](#)

Em 2017, as forças políticas integradas na Aliança Opositora Contra a Ditadura (AOCD), coordenada por Zelaya, concorreram à eleição presidencial. Com 70% dos votos apurados, estavam vencendo com 5% de vantagem. Porém, o sistema eletrônico de apuração caiu. E quando regressou, o resultado final do Tribunal Supremo Eleitoral deu a vitória ao candidato da situação, José Orlando Hernández, então presidente, que foi eleito para um segundo mandato com 42,98% dos votos, contra 41,39% de Salvador Nasralla, candidato da AOCD.

Assim, segundo o argumento usado no golpe, Zelaya foi deposto porque pretendia fazer uma consulta sobre a possibilidade de haver reeleição. Contudo, o presidente em exercício foi reeleito para um segundo mandato, tendo sua candidatura assegurada pelo Supremo Tribunal Eleitoral.

Fraude semelhante à ocorrida na apuração ou totalização dos votos em Honduras poderá verificar-se no Brasil, na eleição de outubro de 2018.

## Evolução da Técnica

Os elementos da técnica anterior foram mantidos, incluindo-se a formação prévia de atores envolvidos, atuação de militares, o sequestro do presidente, sua condução ao aeroporto e envio a outro país. Mas foi adicionada a participação do legislativo, com o presidente do Congresso se convertendo no presidente do país.

### 5.4. Paraguai (2012)

**Alvo:** Fernando Lugo

**Instrumento:** Impeachment

**Alegação:** Ocorrência de confronto entre policiais e camponeses na reintegração de posse de uma fazenda, resultando em 17 mortos e 80 feridos.

**Observação 1:** Como veremos, em mensagem reproduzida pelo Wikileaks, tratava-se de capitalizar qualquer “*passo em falso*” para realizar o impeachment e assegurar a supremacia da oposição com a realização de um “*golpe democrático*”.

**Observação 2:** Lugo era um bispo católico, vinculado à Teologia da Libertação e se alinhava a políticas de distribuição de renda e de promoção da justiça social.

#### Contexto

Surgida nos anos 80, a Petropar – Petróleos Paraguaiois, tornou-se completamente estatal em 1985, sendo responsável pela prospecção e exploração de campos de petróleo, bem como pelo refino, transporte, distribuição e comercialização de derivados.

Algumas pesquisas em curso apontavam para algo inédito na história do Paraguai: a possibilidade real de haver grandes jazidas de petróleo em seu território.

Em 2006, a Petropar realizou alguns acordos com a venezuelana PDVSA e com a Bolívia, relacionados ao óleo diesel da

Venezuela e a uso de gás boliviano, que desagradaram aos Estados Unidos pela maior presença venezuelana na região.

No governo Lugo, entre 2008 e 2012, a produção de petróleo no Paraguai sobe de 1,7 mil barris/dia para 3 mil barris/dia. Uma produção muito pequena frente as próprias necessidades do país, estimadas em 36 mil barris dia, em 2012. (THE GLOBAL ECONOMY, 2018 [571] e 2018b [572]).

Contudo, meses depois de confirmada a descoberta de uma grande jazida na região do Chaco – que cinco anos antes havia sido secretamente anunciada ao governo dos Estados Unidos por uma companhia paraguaia, antes mesmo de informar claramente ao próprio governo do país a extensão da descoberta –, ocorre a deposição de Lugo.

O novo presidente do Paraguai anunciará, ao final daquele ano de 2012, que a companhia inglesa President Energy informava haver encontrado uma grande reserva de petróleo no Chaco paraguaio, em duas áreas, e que seria possível começar a extrair no ano seguinte. (GIRALDI, 2012) [573]

Em 2014, conforme o Departamento de Hidrocarbonetos do Ministério de Obras Públicas, vários poços estavam sendo perfurados na região do Chaco, fronteira com Brasil, Argentina e Bolívia, e tinha-se a confirmação da descoberta de uma grande jazida:

Já foram identificados cerca de 50 poços petrolíferos no Paraguai [...] Em janeiro, a empresa [President] anunciou que uma auditoria independente tinha confirmado reservas potenciais de mais de 1 bilhão de barris de petróleo na região de exploração em Chaco, onde a President tem a concessão de uma área de 34,5 mil quilômetros quadrados. (AGÊNCIA EFE. 2014) [574]

## **Participação Norte-Americana**

### **Petróleo na Região do Chaco**

Pelo menos desde 2005 os Estados Unidos tinham conhecimento da possível existência de grandes jazidas de petróleo na região do Chaco paraguaio.

Uma mensagem confidencial, reproduzida no Wikileaks, relata detalhadamente as informações recebidas pelo embaixador norte-americano a respeito dessa descoberta realizada por uma companhia paraguaia, a CDS Energy:

Após uma calmaria [lull] de quase trinta anos na exploração de hidrocarbonetos, uma empresa paraguaia, a CDS Energy, está realizando um projeto de exploração e perfuração na região do Chaco paraguaio. Numa reunião em 23 de setembro com o DCM, o presidente da empresa, [...] Wade, disse que os resultados preliminares mostram que depósitos significativos de petróleo e gás estão presentes e que sua extração e comercialização terão um grande impacto na economia paraguaia. Wade prevê que a extração de hidrocarbonetos mudará radicalmente a posição do Paraguai de importador líquido para grande fornecedor regional de petróleo e gás. Ele está cautelosamente otimista em relação à capacidade do Governo do Paraguai [GOP] em gerenciar esse achado e está buscando abertamente o apoio do Governo dos Estados Unidos [USG] na proteção do investimento de sua empresa.<sup>121</sup> (AMEMBASSY ASUNCION, 2005) [575] De acordo com o prospecto da empresa, elaborado pela firma londrina City Capital Corporation Ltda., a maioria dos poços anteriormente perfurados em concessões detidas pelo CDS apresentava depósitos de petróleo e/ou gás. Wade atribuiu a técnicas de perfuração inadequadas, usadas na exploração anterior, o “mascaramento” do verdadeiro conteúdo dos poços. Ele também disse que os dados da exploração anterior na área estavam fragmentados e que, apenas recentemente, foram reunidos para fornecer uma imagem mais completa das reservas potenciais. [...] Wade especulou que as receitas apenas do gás natural poderiam exceder as geradas pela barragem de Itaipu.<sup>122</sup> (IDEM) [576]

Uma vez compartilhada a informação tão relevante com as autoridades norte-americanas, estas queriam saber até que ponto o empresário havia informado o próprio governo paraguaio sobre o assunto.

O DCM perguntou a Wade o quanto a CDS havia relatado ao Governo do Paraguai [GOP] sobre sua descoberta no Chaco. Wade respondeu que ele havia se encontrado recentemente com o vice-presidente,

mas que ele não havia, contudo, revelado a extensão das reservas que ele diz estarem presentes. Wade declarou: “Esta reunião é, em minhas palavras, ‘Heads up’ ao Tio Sam. Nós queremos que você diga aos paraguaios: ‘Nós sabemos quem eles são. Tratem-nos bem.’” Wade estava cautelosamente otimista ao avaliar a reação do Governo do Paraguai [GOP] à descoberta. Wade se queixou ao DCM que funcionários do Ministério de Obras Públicas, incluindo o vice-ministro de Minas e Energia [...], repetidamente deram à imprensa informações inexatas sobre os recursos no Chaco. Morrison observou que a CDS tentou intencionalmente manter um perfil baixo durante o projeto, silenciosamente preparando o terreno para seu programa de exploração e preferindo ações à retórica.<sup>123</sup> (IDEM) [577]

Ao que parece, o que os empresários esperavam era, ao mesmo tempo, que as autoridades norte-americanas comentassem junto às autoridades paraguaias sobre a seriedade da empresa e, por outro lado, abrir possíveis canais junto a financiadores norte-americanos para um dos ramos do seu negócio.

Wade previu para o DCM que após a intensificação da exploração nas próximas semanas, a CDS “em breve” começará o bombeamento de petróleo, e que sob os termos da lei de hidrocarbonetos do Paraguai, a entidade estatal petroleira PETROPAR comprará o petróleo da empresa ao preço de mercado na cabeça do poço. Ele seria então transportado do Chaco para a refinaria da PETROPAR em Assunção. Se quantidades suficientes de petróleo forem descobertas, Wade afirmou que ele tem acesso a financiamento suficiente para construir uma refinaria de diesel no Chaco. Se os campos de gás da empresa forem grandes o suficiente para serem negociados comercialmente, Wade também discutiu a possibilidade de trazer capital estrangeiro para a construção de uma planta de Gás-para-Líquido (GTL) mais próxima de Assunção.<sup>124</sup> (IDEM) [578]

Esta não era a primeira reunião dos empresários com autoridades norte-americanas sobre suas descobertas no Chaco. Conforme o embaixador,

durante uma reunião anterior com o Econoff, o presidente da CDS [...] e seu sócio [...], foram francos sobre alguns dos potenciais desa-

fos enfrentados por seu projeto. Wade lamentou a falta de capacidade institucional dentro do governo paraguaio, afirmando suas dúvidas de que o Ministério do Interior possuía a capacidade de, até mesmo, interpretar seus relatórios de perfuração. Morrison também disse ao Econoff que alguns grupos ambientais locais eram reflexamente contrários a qualquer exploração de hidrocarbonetos. Defendendo a rigorosidade das avaliações de impacto ambiental da CDS, Morrison disse ao Econoff “Nós documentamos plantas e animais que nem mesmo os grupos ambientalistas conheciam”.<sup>125</sup> (IDEM) [579]

O que eles buscavam na interlocução com as autoridades norte-americanas era “vender” o seu projeto, o que significaria, possivelmente, encontrar parceiros e aliados. E, mais que isso, “vender o Paraguai”, significando a expressão, possivelmente, atrair investidores para o setor de petróleo no país.

Durante sua reunião com o DCM, Wade observou que, além de vender seu projeto para potenciais investidores, ele estava encarregado [tasked] de “vender o Paraguai”. Morrison observou que a recente expropriação de terras ao redor da comunidade de Puerto Casado [...] enviou um sinal ruim para os empresários interessados em investir no país, afirmando que “isso foi a pior coisa que o Governo do Paraguai [GOP] poderia ter feito”.<sup>126</sup> (IDEM) [580]

Para a proteção legal dos seus interesses, a empresa contratou consultores. Por outra parte, observava a movimentação de empresas adquirindo concessões em áreas vizinhas.

A CDS contratou [retained] tanto um consultor jurídico local quanto um especialista em relações governamentais [...] para ajudar a empresa a navegar pela burocracia local. Em uma reunião com funcionários da embaixada [Emboffs], Morrison afirmou que a CDS não havia sido alvo de extorsões e que a empresa não pagaria subornos. Em parte, Wade acredita que muitos paraguaios, incluindo autoridades, desconsideraram o potencial de petróleo e gás no Chaco devido a falhas de exploração no passado e mitos predominantes sobre a inacessibilidade da região. Por essa razão, Wade acredita que o projeto da CDS não recebeu uma séria atenção por parte de algumas pessoas. Os dois observaram que outras empresas vêm adquirindo

concessões vizinhas de petróleo e gás depois da CDS, na esperança de capitalizar qualquer descoberta.<sup>127</sup> (IDEM)[[581](#)]

Por fim, o embaixador conclui a mensagem informando que o impacto dessas descobertas, se fossem confirmadas, seria muito grande sob o aspecto econômico e político para o Paraguai. E abriam muitas oportunidades de atuação para empresas norte-americanas.

A descoberta de reservas significativas de hidrocarbonetos no Paraguai (se for verdade), o investimento que se seguiria e o resultante aumento nas receitas do governo, teriam profundas implicações econômicas e políticas. Embora o capital da CDS venha principalmente do Reino Unido, eles já empregam um subcontratado dos EUA e, provavelmente, dependeriam muito dos fornecedores dos EUA para qualquer produção significativa. O Posto continua em contato próximo com a CDS e relatará outros desenvolvimentos à medida que a empresa passe da exploração à produção. Wade está empenhado em manter o Governo dos Estados Unidos [USG] informado e mostrar ao Governo do Paraguai [GOP] o interesse da embaixada por sua empresa.<sup>128</sup> (IDEM) [[582](#)]

Contudo, enquanto as pesquisas progrediam, acordos estavam sendo celebrados entre países do Mercosul na área de cooperação energética. Mas o Paraguai, em sintonia com os Estados Unidos, parecia não estar satisfeito com a maior presença da Venezuela na região.

Em 4 de abril, o Paraguai anfitriou uma mini-cúpula com os presidentes da Bolívia, Uruguai e Venezuela, na qual assinou dois acordos de integração que promovem maior cooperação energética, incluindo o estabelecimento de um gasoduto binacional entre a Bolívia e o Paraguai [...]. O presidente da estatal petrolífera paraguaia PETROPAR assinou uma carta de intenções com seu homólogo venezuelano para formar uma empresa para reformar uma refinaria paraguaia para receber óleo diesel venezuelano. A maior parte da imprensa concentrou-se na substância dos acordos e seu impacto potencial no Mercosul, com menos atenção aos esforços ostensivos de Chávez para roubar a cena com longos comentários à imprensa e a um



evento bolivariano com o Ministro das Relações Exteriores [FM] de Cuba, Perez Roque, na maior universidade do Paraguai. Em uma reunião de 20/04 com o embaixador, a Ministra de Relações Exteriores [FM] [...] confidenciou que o Paraguai compartilhava nossa preocupação com a contínua interferência de Chávez na região [...].<sup>129</sup> (AMEMBASSY ASUNCION, 2006) [\[583\]](#)

Posteriormente, com a eleição de Lugo, o cenário parecia ser ainda mais propício ao aprofundamento de relações com a Venezuela.

De fato, ao mesmo tempo em que o descobrimento de jazidas era reportado, a companhia estatal Petropar possuía uma grande dívida a saldar junto à venezuelana PDVSA. Como um acordo semelhante ao do PetroCaribe, de troca de petróleo por alimentos, não fora aceito pelo agronegócio do Paraguai, seria necessário encontrar outra solução. De imediato, alongar o perfil da dívida era o mais provável.

A empresa estatal de petróleo do Paraguai, PETROPAR acumulou dívidas de curto prazo de US\$ 317 milhões com a empresa estatal venezuelana de petróleo PDVSA para o fornecimento de diesel desde 2007 e cerca de US\$ 270 milhões em dívidas anteriores. [...] O presidente de PETROPAR [...] viajou em abril à Venezuela para propor o refinanciamento da dívida do Paraguai. O Paraguai tentou pagar parte de sua dívida com pagamentos em espécie, num esquema de alimentos por petróleo, mas os produtores paraguaios da agricultura privada se recusaram a participar, resistindo às ofertas do Ministério das Relações Exteriores. A possibilidade da PDVSA entrar [*making a push into*] no Paraguai parece improvável, já que a PETROPAR é um parceiro financeiro fraco para a PDVSA, e o mercado está saturado de varejistas privados. A questão imediata para Lugo é o que fazer com a dívida da PETROPAR. A única opção real é limitada ao refinanciamento de longo prazo pela PDVSA ou por qualquer um outro disposto a assumir riscos.<sup>130</sup> (AMEMBASSY ASUNCION, 2009b) [\[584\]](#)

Mas entre as alternativas, possivelmente, não estaria descartada a participação conjunta da Petropar e da PDVSA na ex-

ploração de jazidas de petróleo no Paraguai, em havendo a confirmação delas.

É nesse contexto que uma disputa entre uma empresa norte-americana e o governo do Paraguai, com respeito à exploração de petróleo no Chaco, tomou grandes proporções.

Em mensagem de 29/08/2009, classificada como confidencial, a embaixatriz Liliana Ayalde detalha amplamente a gravidade da situação.

A empresa, sediada no Texas, PetroVictory / Crescent Global Oil (Crescent), está envolvida numa ascendente batalha legal e de relações públicas com o governo do Paraguai, depois que os esforços para encontrar uma solução fora dos tribunais falharam, apesar da defesa da embaixada em favor da empresa americana. [...]. A Crescent adotou uma estratégia agressiva e multifacetada com frentes legais, de relações públicas e de lobby para pressionar em favor do seu caso contra o governo paraguaio, tanto no Paraguai quanto nos Estados Unidos. O caso da Crescent tem o potencial de impactar negativamente o futuro investimento dos EUA e nossas relações comerciais bilaterais.<sup>131</sup> (AMEMBASSY ASUNCION, 2009c) [585]

Na frente legal e de lobby, a embaixadora destaca que a

Crescent contratou o escritório de advocacia [...] com sede em Washington e os advogados do caso são [...] ambos lobistas experientes no Congresso dos EUA. Localmente, a Crescent contratou [...] um dos advogados mais influentes do Paraguai para liderar sua equipe jurídica.<sup>132</sup> [...]

De acordo com Gonzalez, um dos advogados americanos da Crescent [...] ia para a escola com a Secretária [Clinton] e/ou seu marido e serviu como conselheiro sênior durante ambas as suas campanhas presidenciais. Aproveitando-se dessa conexão, o Lobista [Driver] supostamente contactou o Chefe de Gabinete da Secretária Clinton e forneceu informações sobre a disputa de investimentos da Crescent. Gonzalez disse que a empresa está preparando agora um dossiê de informações sobre o caso para compartilhar com a Secretária Clinton.<sup>133</sup> (IDEM) [586]

Junto ao Congresso dos Estados Unidos, as ações eram também de grande envergadura.

[...] González explicou que um dos acionistas da Crescent [...] contactou membros do Congresso dos EUA para pedir-lhes que bloqueiem qualquer tentativa de dar preferências comerciais ao Paraguai por meio da Lei de Preferência Comercial Andina (ATPA) proposta pelo parlamentar [...] Segundo Gonzalez, Andrews contactou o parlamentar [...] e pediu a remoção do Paraguai do projeto da ATPA. Andrews também contactou membros do congresso, do Texas, que atuam no Subcomitê do Hemisfério Ocidental, incluindo parlamentares [...] que alertaram a embaixadora de que ela receberia uma ligação dos parlamentares sobre o caso.<sup>134</sup> (IDEM) [\[587\]](#)

Além disso, tentaram influenciar um dos principais assessores de Lugo.

[...] Sabendo que o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, tem se valido do professor [...] Stiglitz, da Universidade de Columbia, como consultor, Gonzalez disse que a Crescent entrou em contato com Stiglitz para informá-lo sobre a disputa de investimentos para que ele possa escrever negativamente sobre o Paraguai ou ajudá-los de algum modo.<sup>135</sup> (IDEM) [\[588\]](#)

Mas a disputa era de tal importância que já havia orientação para tratá-la como violação de direitos humanos e solicitar congelamento de ativos do Governo paraguaio:

González disse que os advogados da Crescent recomendam a abertura de um processo contra o presidente Lugo na Corte Internacional de Direitos Humanos, com base em violações de direitos humanos relacionadas a direitos de propriedade. A Crescent também está considerando abrir um processo nos EUA para congelar os ativos do governo paraguaio em bancos dos EUA.<sup>136</sup> (IDEM) [\[589\]](#)

Outra frente importante era a de comunicação pelas mídias convencionais. Nesse campo,

A Crescent lançou [...] uma agressiva campanha de imprensa no Paraguai com uma série de seis artigos consecutivos nos jornais mais influentes do país. Os artigos apresentavam a Crescent como uma séria companhia petrolífera americana, descreviam os planos truncados da empresa para explorar suas concessões no Chaco e Alto Paraná, detalhavam o tratamento irregular e arbitrário do caso pelo Ministério das Obras Públicas (MOPC) e discutiam as consequências negativas da disputa para o clima de investimento no Paraguai. Os artigos também discutiram o papel do, agora confirmado, envolvimento do Grupo Equatoriano Equipetrol através da Lan Oil, empresa que a Crescent argumentou, desde o início, estava por trás da súbita mudança, pela MOPC, das “regras do jogo”. [...] Gonzalez também apareceu em 26 de agosto em dois populares programas de televisão locais de entrevistas em Assunção. Na mais dramática das duas aparições, Gonzalez e sua equipe jurídica se engajaram em uma discussão acalorada com o Vice-Ministro de Energia [...] e o Diretor de Hidrocarbonetos do MOPC [...]. Segundo a maioria das avaliações, o intercâmbio televisionado expôs o viés do MOPC em relação à Lan Oil, impactando negativamente na credibilidade do MOPC.<sup>137</sup> (IDEM) [\[590\]](#)

[...] Apesar dos vigorosos esforços de advocacia comercial do Posto [...], o Governo do Paraguai e a Crescente estão engajados em uma batalha judicial crescente e pública. O caso da Crescent tem o potencial de impactar negativamente o futuro investimento dos EUA e nossas relações comerciais bilaterais.<sup>138</sup> (IDEM) [\[591\]](#)

Nada podemos afirmar sobre a pertinência das denúncias. Mas esse contexto de disputas em torno de jazidas de petróleo na região do Chaco, de críticas norte-americanas às relações entre Petropar e PDVSA e de maior integração econômica da Venezuela na região devem ser levadas em conta para a compreensão do Golpe de Estado desfechado no Paraguai com a deposição do presidente Lugo.

### **A Validação do Golpe**

A missão da OEA, liderada por José Miguel Insulza – que foi ao Paraguai, após o impeachment, com representantes aliados dos EUA para averiguar a crise existente – era composta pela embaixatriz dos EUA na OEA e pelos embaixadores do Haiti,

Honduras, México e Canadá. Ela tomou uma posição contrária à do Mercosul e Unasul sobre a situação de golpe. (VIANA, 2013) [592] (OAS, 2012) [593].

Curiosamente, embaixadores de dois países sob hegemonia de forças golpistas pró-Estados Unidos (Haiti e Honduras) estavam entre os poucos convidados a participar da comissão que afirmou haver um quadro de normalidade democrática e não um movimento golpista no Paraguai. Outros dois embaixadores eram de países que pertencem ao bloco econômico hegemônico pelos Estados Unidos (Canadá e México), o NAFTA – North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

Mas o que essa missão afirmou oficialmente foi desmentido por uma mensagem, classificada como *secreta*, enviada pela embaixatriz Liliana Ayalde à Secretaria de Estado Norte-Americana e reproduzida pelo Wikileaks:

Rumores persistem que o desacreditado General e líder do partido UNACE, Lino Oviedo, e o ex-presidente Nicanor Duarte Frutos, agora estão trabalhando juntos para assumir o poder através de meios (principalmente) legais, caso o presidente Lugo tropece nos próximos meses. O objetivo deles: capitalizar sobre qualquer passo em falso de Lugo para quebrar o impasse político no Congresso, realizar o impeachment de Lugo e assegurar a supremacia política deles próprios. Enquanto muitos previram manobras políticas em março durante a tradicional temporada de protesto social que acompanha a abertura do Congresso, pouco aconteceu (em grande parte porque Lugo tem sido cuidadoso em não fornecer a corda política ou legal com a qual enforcá-lo, privando assim Oviedo e Duarte dos números no Congresso para seu suposto “golpe democrático”). Mas isso pode mudar rapidamente aqui. A indignação de meados de março em relação a subsídios multimilionários para produtores de gergelim por meio de uma ONG desacreditada foi considerado um possível motivo para o impeachment antes que Lugo abandonasse o programa (embora a controvérsia continue). Para um presidente que já enfrenta muitos desafios – lutas políticas internas, corrupção e a percepção de que seu próprio estilo de liderança é ineficaz – Lugo deve agora também se preocupar em não dar um passo em falso que poderia ser o último.<sup>139</sup> (AMEMBASSY ASUNCION, 2009) [594]

## Evolução da Técnica

O principal desenvolvimento técnico do processo foi a sua ampla caracterização como a deposição legal do presidente por um mecanismo de impeachment.

Com a realização formal do impeachment, não foi mais necessário sequestrar o presidente e levá-lo a outro país, como havia acontecido no Haiti e Honduras.

No caso do Paraguai, como no Haiti, houve a participação do Poder Judiciário e, como em Honduras, houve a participação do Congresso. Desse modo, a deposição do governo ganhou uma consistência formal superior a todas as ocorrências anteriores – tratando-se formalmente de um “*golpe democrático*”, para usar a expressão citada na mensagem da embaixatriz.

Mas, tal como em Honduras, o motivo da deposição de Lugo era inconsistente, o que convertia o seu impeachment em claro golpe de estado.

Contudo, o convencimento de uma parcela da sociedade sobre a legitimidade e legalidade da deposição do presidente se deu por meio dos fluxos de comunicação, propagando interpretantes a seu respeito.

De sua parte, os Estados Unidos não se pronunciaram imediatamente sobre a deposição – como ocorrera no apoio ao golpe da Venezuela –, mas somente 20 dias após o impeachment e puderam esperar por um pronunciamento da OEA, com base nas observações da comissão composta por seus aliados, integrantes de seu bloco econômico (México e Canadá) ou *golpeados* e reorientados com seu apoio (Haiti e Honduras) – todos alinhados à sua posição hegemônica.

Porém, a *rapidez* com que o impeachment foi processado, violando formalmente o direito de defesa, embasou fortemente parte da argumentação de que se tratava de um golpe de estado.

Também o *motivo alegado* foi objeto de denúncia, pois o desfecho de tal confronto, que resultou tragicamente na morte de 17 pessoas, poderia ter sido provocado pelas próprias forças golpistas, visando derrubar o presidente.

## 5.5. Brasil (2016)

**Alvo:** Dilma Rousseff

**Instrumento:** Impeachment

**Alegação:** Teria havido irregularidades fiscais na execução mensal do orçamento, apelidadas de pedaladas fiscais, e na emissão de seis decretos de crédito suplementar.

**Observação 1:** Como no caso do Paraguai, tratava-se de encontrar qualquer argumento que servisse para justificar o impeachment, pois o exercício fiscal, referente à execução orçamentária, é anual, e a execução esteve subordinada ao que previa a lei anual orçamentaria aprovada pelo Congresso.

**Observação 2:** Como no caso da Venezuela, Haiti, Honduras e Paraguai houve uma formação prévia de lideranças de direita que atuaram decisivamente no golpe.

### Participação Norte-Americana

Neste livro ela já foi amplamente detalhada. Por isso resumimos apenas seis tópicos:

NSA – Espionagem, tendo por alvos a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras.

FBI – Investigações relacionadas à violações da FCPA no Brasil e procedimentos informais na comunicação sobre “provas” na Operação Lava Jato

Students For Liberty e Atlas Network – Criação e fortalecimento do MBL, formação de mais de mil lideranças ou estudantes libertarianos no ano do golpe, que atuaram pelo impeachment e pela privatização da Petrobras, segundo McCobin.

Embaixada Norte-Americana – Mediação infrutífera para alterar Lei do Pré-sal.

Coordenadoria de Estado para Contraterrorismo (S/CT)– treinamento de Promotores, Policiais Federais e Juízes, com a participação de Sérgio Moro.

Agência Central de Inteligência: – O recebimento de informações sobre o pré-sal pela Agência foi comprovado mediante

mensagens reproduzidas no Wikileaks que eram endereçadas também a ela. Mas até onde chegamos, parte do trabalho de *networking* e de *ação aberta* de desinformação e propaganda foi amplamente realizado por organizações civis, financiadas por fundações com recursos de empresas e bilionários norte-americanos. E como até hoje, depois de dez anos, não se conseguiu identificar a autoria do furto dos computadores da Petrobras que continham informações do pré-sal e não se conseguiu identificar a origem dos muitos vazamentos de documentos sigilosos da Operação Lava Jato para as mídias, não temos elementos para afirmar nem negar a participação da CIA nessas ações de espionagem, vazamentos de documentos sigilosos e ações estratégicas de desinformação e propaganda.

### **Evolução da Técnica**

No caso do Paraguai o processo foi muito rápido, deixando claro que se tratava de mera formalidade para a deposição do presidente Lugo.

No caso do Brasil, foram assegurados os prazos regimentais para defesa, embora o processo, igualmente, foi travestido de uma legalidade inexistente, pois não havia crime de responsabilidade para justificar a deposição da presidente Dilma.

Contudo, uma alteração muito importante, verificada no método, refere-se ao fluxo de recursos para a capacitação das lideranças que fizeram o trabalho ideológico de convencimento e de mobilização da sociedade para a deposição do governo.

No caso da Venezuela, Haiti e Honduras havia a participação do *NED – National Endowment for Democracy* financiando o *IRI – International Republican Institute*. Portanto, havia recursos diretamente liberados pelo Congresso Norte-Americano para realizar ações abertas, que antes eram realizadas como ações secretas pela Central de Inteligência Americana, segundo Allen Weinstein, como vimos anteriormente.

Mas, na última década, a fonte de financiamento, em certa medida, deixou de ser o Congresso dos Estados Unidos. No caso da Students For Liberty ou Atlas Network, as fontes de financia-



mento são fundações que recebem dinheiro, na casa de dezenas de milhões de dólares, de atores ligados ao negócio do petróleo – sejam empresas, como Exxon Mobil, sejam outros atores – para defender objetivos de interesse dos doadores, como, por exemplo, a privatização de empresas estatais de petróleo ou a difusão da tese de que a combustão dos derivados do petróleo não é elemento impactante na elevação da temperatura do planeta ou na alteração global do clima como um todo.

## 6. ORIENTE MÉDIO

No âmbito dos países do Oriente Médio, em que a maioria é produtora de Petróleo, a deposição de governos revelou uma etapa a mais, para além das dez já analisadas, adotada em alguns deles

Trata-se da radicalização de militantes treinados que evoluem da agressão verbal para ações de luta armada, recebendo subvenção estrangeira para a sua atuação. Porém, se assim mesmo a deposição do governo não ocorre e o quadro evolui para uma guerra civil, tem-se, por fim, a própria intervenção militar de forças armadas das potências interessadas na deposição do Governo.

Nesse contexto, assumindo sua face militar, o golpe avança danificando uma pequena parte das instalações e sistemas logísticos, impactando na operacionalidade da cadeia de prospecção, refino e distribuição do petróleo do país.

A falta de previsibilidade afeta o mercado, impactando nas cotações internacionais. E as principais multinacionais que controlam reservas em outras regiões tendem a ser beneficiadas com a elevação da cotação em decorrência das turbulências nas áreas de produção afetadas pelas operações militares.

De fato, os conflitos no Oriente Médio tendem a elevar o preço do petróleo. Mas exceções podem ser vistas, com no caso da ampliação da oferta pela Arábia Saudita e de outros produtores na região durante certo período, visando derrubar a cotação do petróleo para enfrentar o Estado Islâmico que se capitalizava

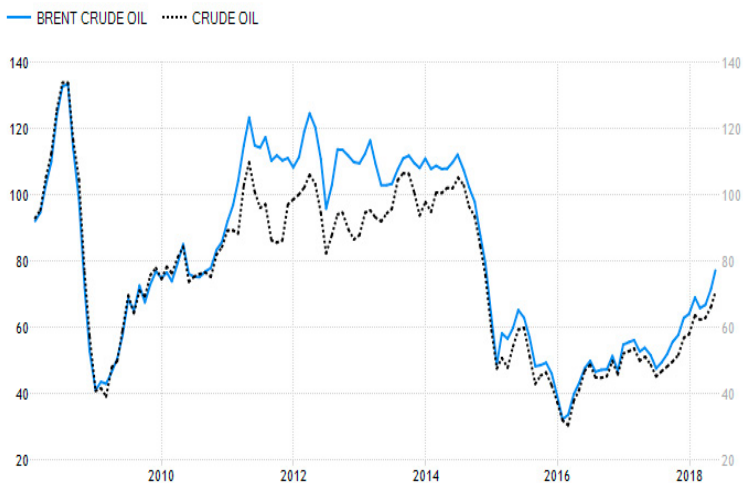
com a venda de petróleo de regiões que havia dominado no Iraque e na Síria.

Mas é bastante ilustrativo o comportamento da produção do Petróleo nos Estados Unidos no período da Primavera Árabe.

Há basicamente dois tipos de Petróleo negociados nos mercados. O petróleo do tipo WTI (West Texas Intermediate) é principalmente extraído na região do Golfo do México, sendo seu preço a referência no mercado norte-americano, negociado na Bolsa de Nova York. Já o petróleo do tipo Brent é extraído no Mar do Norte e Oriente Médio, sendo seu preço a referência na Europa, negociado na bolsa de Londres.

Como se vê pelo gráfico abaixo, no período de agosto de 2010 a abril de 2011 – período da eclosão da Primavera Árabe – o barril de petróleo Brent subiu de US\$ 74,64 a US\$ 125,89, com uma variação positiva de quase 70%. Por sua vez, o WTI saiu de US\$ 71,92 chegando a US\$ 113,93, com uma variação de 58%. A elevação do preço do petróleo tende a gerar processos inflacionários. Nesse caso com pressão maior na Europa e Brics do que na América do Norte, em razão das diferenças de variação de preço. Ao longo da série histórica do pós-guerra, foi a primeira vez que a cotação de ambos se descolou de maneira tão acentuada, ficando pois fora do padrão habitual do mercado. Por fim, de junho de 2014 a janeiro de 2015 há uma nova queda acentuada, em que novamente as cotações se aproximam.

Gráfico 22 – Cotação do Barril Brent e WTI em Mercado Futuro



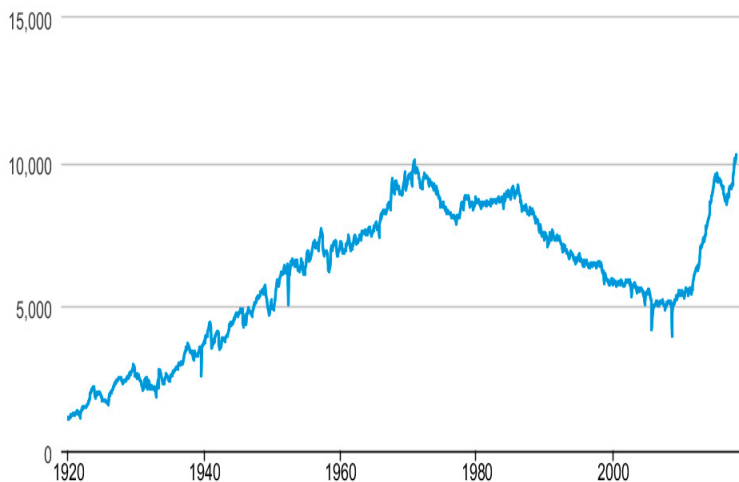
Fonte: tradingeconomics.com [595]

Nesse período, os EUA produziam aproximadamente 5,538 milhões de barris WTI por dia (EIA, 2018) [596]. Considerando no início do período, em agosto de 2010, o preço do barril a US\$ 71,92, a produção diária dos Estados Unidos corresponderia a 398 milhões de dólares. Mas esse mesmo volume de produção, em abril de 2011, no auge da Primavera Árabe, quando o barril WTI alcançou a US\$ 113,93 corresponderia a 631 milhões de dólares, com um ganho de 234 milhões de dólares diários.

Embora houvesse possível tendência de alta nas cotações no contexto geral de gradual retomada da atividade econômica global, a instabilidade gerada no oriente médio, seguida de intervenção militar na Síria, ampliou as incertezas e contribuiu para essa rápida elevação de preços na cotação do barril.

A partir daí, os Estados Unidos ampliam a sua produção de Petróleo saindo do patamar de 5 milhões de barris/dia para chegar à casa dos 10 milhões, contribuindo essa ampliação da oferta para o descolamento de preços verificado nesse período nos dois mercados para o petróleo tipo Brent e o petróleo tipo WTI.

Gráfico 23 – Produção de Óleo Cru pelos EUA em milhares de Barris/dia



Fonte: EIA [597]

No transcurso da Primavera Árabe, mecanismos verificados nas revoluções da Tunísia e Egito, foram adaptados na estratégia de atores norte-americanos, chegando ao estágio da guerra civil na Líbia e na Síria.

No caso da Síria, um dos elementos centrais para os Estados Unidos se refere à produção e distribuição de gás natural no Irã e no Qatar.

Em 2013, a Rússia abastecia a mais de 30% do consumo de gás natural da Europa, sendo que metade desse abastecimento atravessa a Ucrânia. A Turquia patrocinou um ramal específico através do Mar Cáspio e a Alemanha uma linha pelo Báltico. O gás consumido na Inglaterra e França vem majoritariamente da Noruega, ao passo que o consumido na Espanha, Portugal e Itália vem majoritariamente do norte da África (PINTO, 2017). [598]

Há duas soluções para expansão do provimento de gás à Europa: a) um gasoduto saindo do Irã, atravessando Iraque e Líbano, chegando à Síria, para ser distribuído aos países europeus – projeto apoiado por Irã e Rússia; b) um gasoduto com fontes

no Qatar e Irã, que atravessa Arábia Saudita, Jordânia e Síria, chegando à Turquia e distribuído aos países europeus – projeto apoiado pelos Estados Unidos, União Europeia e Turquia.

Mas a definição do projeto a ser executado depende de uma decisão da Síria. Daí porque derrubar o Governo Assad é vital para os Estados Unidos, para implementar a segunda alternativa de gasoduto e enfraquecer a posição da Rússia no abastecimento de gás à Europa. (PINTO, 2017) [\[599\]](#)

Embora a etapa final do golpe, nesses dois casos, tenha sido a intervenção militar, o uso das redes e de mídias sociais, como Facebook, Twitter e YouTube foi elemento comum nas mobilizações ocorridas no Oriente Médio, de dezembro de 2010 a março de 2011, tanto dos grandes protestos, incluindo Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen, quanto dos protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

Um estudo detalhado desses processos nos diferentes países necessita ser realizado para que se compreenda as suas contradições, os aspectos democráticos e populares neles existentes e os aspectos de manipulação hegemônica em função de interesses do grande capital internacional.

## CONCLUSÕES

A qualidade do conhecimento que se produz sobre o objeto investigado está relacionada, entre outras coisas, ao método usado na investigação, à qualidade dos signos indiciais que sustentam a análise, a síntese realizada e a validação epistemológica do resultado obtido.

Estudamos o golpe de estado ocorrido no Brasil em 2016 adotando um método de investigação que buscou entender como os fluxos materiais, de poder e de conhecimento criam os atores por meio de laços e anéis que os integram em sistemas de rede.

Partimos da aparência e do imediato, daquilo que é mais evidente no cenário do golpe, para chegar ao essencial e contraditório da realidade investigada e às suas condições de possibilidade – aos fluxos, laços e anéis, tanto materiais quanto de poder e de conhecimento, que as tornam possíveis.

Considerando as contradições e alianças entre esses atores, pudemos identificar o confronto de diferentes projetos econômicos e políticos, de diferentes visões de mundo e de sociedade e o modo como diferentes atores, cada qual em seu posto, cumprindo um papel específico, com maior ou menor compreensão do que faziam, contribuíram para o desfecho do golpe e para a sua sustentação em suas diferentes fases.

Um dos elementos centrais no método foi somente acolher como relevante para a elucidação do objeto os elementos para os quais há comprovação documental válida e verificável. Desse modo, os argumentos, logicamente construídos para explicitar

as relações de causalidade, repousam em dados que podem ser verificados.

Assim, pesquisando a origem do Movimento Brasil Livre, chegamos à Students For Liberty. E pesquisando a origem desta, chegamos a diferentes fundações norte-americanas, alimentadas pelo constante recebimento de doações que alcançam a milhões de dólares para a propagação de ideologias políticas patrocinadas com recursos que têm origem, particularmente, em indústrias petrolíferas.

Desse modo, investigando os fluxos materiais e de conhecimento que empoderaram uma parcela importante do movimento do impeachment no Brasil, chegamos a uma teia de mais de meio milhão de dólares, gastos em 2016, em formação, apoio e treinamento de lideranças, as quais, nas palavras do presidente da Students For Liberty, conduziram milhões de pessoas no Brasil ao movimento de deposição da presidente Dilma Rousseff, à conquista de hegemonia libertariana no Partido Social Liberal e à defesa da privatização da Petrobras – celebrando a multidão que, segundo ele, proclamava “PRIVATIZE IT”.

Considerando como a Petrobras e o petróleo brasileiro tornaram-se alvos de ações estratégicas de atores norte-americanos, passamos a analisar como autoridades, agências e outras organizações dos Estados Unidos desenvolveram diferentes ações de espionagem, investigação, treinamento de policiais e juízes, lobby e intermediação de informações e de interesses de petroleiras estrangeiras junto a autoridades brasileiras, capacitação de lideranças jovens, provimento de recursos para o impeachment, etc.

Vimos, ao final, como o golpe resultou em diversas ações que favoreceram aos Estados Unidos, entre as quais: o fim do contrato de partilha do pré-sal; a apropriação de blocos de pré-sal por empresas norte-americanas; o aumento da importação de óleo diesel dos Estados Unidos, que para ser viável exigiu a elevação do preço interno do combustível no país; a entrega da capacidade de um satélite de defesa nacional a uma empresa norte-americana, que agora está em litígio na justiça, em razão dessa cessão ferir a soberania nacional brasileira; pagamento de



bilhões de dólares por empresas brasileiras a investidores norte-americanos a partir de acordos conduzidos por procuradores da Lava Jato que estão sendo investigados pela justiça e pelo congresso; manobras militares com a presença norte-americana no Brasil; negociação da cessão de áreas na base de Alcântara a empresas daquele país; ampliação da fatia negociada de títulos da dívida pública por bancos sediados nos Estados Unidos que atuam como *dealers* do Tesouro Federal no Brasil; entre outras coisas mais.

Ao investigar os motivos pelos quais as agências e autoridades norte-americanas se envolverem de tal modo nos processos que resultaram no Golpe de 2016 e a necessidade de empresas norte-americanas controlarem o destino e a forma de comercialização do petróleo que elas extraíam do Brasil, passamos a investigar que relevância teria isso para os Estados Unidos em relação aos BRICS, o interesse norte-americano no petróleo do Oriente Médio e a similaridade do ocorrido no Brasil com a deposição de alguns governos na chamada Primavera Árabe.

Cruzando, então, diferentes indicadores econômicos dos Estados Unidos, dos BRICS e da União Europeia, percebemos que a hegemonia econômica norte-americana está fundada basicamente na capacidade de emitir dólares. Vimos que, do ponto de vista da atividade econômica produtiva, a magnitude do PIB dos BRICS, em paridade de poder de compra, ultrapassou a soma dos PIBs dos Estados Unidos e da União Europeia.

À luz de diversos indicadores do Banco Mundial, FMI, do Federal Reserve, de agências internacionais e de operadoras de mercado, vimos que os principais indicadores econômicos norte-americanos são negativos – tais como o déficit na balança comercial, déficit fiscal e endividamento público – e que o dólar se sustenta como divisa internacional, entre outros motivos, porque é largamente usado no comércio do petróleo, é adotado como reserva cambial pela maioria dos países e porque o Banco Central norte-americano interfere na sua cotação, frente as demais moedas, apreciando-o ou depreciando-o, conforme a sua necessidade.

Vimos, então, que esses movimentos de apreciação e depreciação afetam profundamente a cotação do petróleo, que se movimentam em sentido inverso à depreciação do dólar, resultando em tendências inflacionárias quando sobe internacionalmente o preço do barril de óleo cru.

Investigando a série histórica do dólar *index*, pudemos perceber que o mecanismo de *valorizar e desvalorizar acentuadamente* a cotação do dólar, interferindo nos preços do petróleo, se repetiu em três momentos, que contribuíram: para a derrocada da União Soviética e da Federação Iugoslava; para a depreciação do Euro em relação ao dólar logo após a criação da UE, quando alguns países começavam a adotar o euro como reserva cambial; para tentar frear o crescimento dos Brics, prestes a ultrapassar o PIB dos Estados Unidos a preços correntes.

Nesses três momentos, a movimentação de dólares no mercado internacional, alterada pela política monetária norte-americana, e a tendência de inflação que lhe seguiu com a elevação do preço do petróleo, trouxeram graves problemas à URSS, à União Europeia e aos BRICS, com efeitos devastadores no primeiro caso e recessivos nos outros dois.

Investigando o modo como a hegemonia do impeachment se propagou no país, percebendo que os três movimentos sociais iniciais de sua promoção se organizaram a partir da Internet – MBL, Revoltados on Line e Vem pra Rua –, passamos a estudar os mecanismos que convertem redes sociais em instrumentos de hegemonia social.

Vimos como o Facebook, que armazena dados de mais de 2 bilhões de pessoas ou o Google, que tem informações de mais de 1,4 bilhão de usuários de aparelhos de telefone que usam sistema Android, tornaram-se poderosos instrumentos para produção de hegemonias.

Vimos que mecanismos idênticos aos utilizados na deposição do governo Dilma foram igualmente empregados no Brexit e na eleição de Donald Trump. Aprofundando o assunto, vimos alguns estudos publicados por centros de pesquisa nos Estados Unidos e no Brasil mostrando como são usados os programas

que operam como *bots*, com algoritmos de inteligência artificial, capazes de interagir entre si e com seres humanos, disseminando conteúdos com vistas a produzir consensos em torno dos objetivos estratégicos do ataque.

Frente a esse novo contexto, a estratégia de defesa norteamericana que apresenta a Rússia e a China como principais “poderes revisionistas” a enfrentar, já fala em *forças* para atuar pela terra, pelo ar, pelo mar, pelo espaço e pelo ciberespaço.

Não por acaso, está em curso uma parceria do Google com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos para o desenvolvimento de Inteligência Artificial aplicada a drones com propósitos militares, que atuariam de maneira conjunta usando algoritmos projetados para identificar, monitorar e eliminar os alvos preestabelecidos – colocando as guerras num novo patamar tecnológico, posto que drones, movidos a energia solar não seriam identificados por radares, teriam grande autonomia de voo e acesso a quase todos os territórios.

Não por acaso diversos funcionários do Google, percebendo a gravidade dessa colaboração militar, se demitiram em protesto contra o Projeto Maven, que pretende acelerar a integração de gigantescos bancos de dados de imagens com a aprendizagem das máquinas:

O Projeto Maven, um projeto do Pentágono em rápida evolução, também conhecido como Equipe Multifuncional de Guerra Algorítmica (AWCFT), foi estabelecido em abril de 2017 [600]. A missão declarada do Maven é “acelerar a integração de grandes dados do Departamento de Defesa e o aprendizado de máquina.” No total, o Departamento de Defesa gastou US\$ 7,4 bilhões em áreas relacionadas à inteligência artificial em 2017 [...].

Maven foi encarregado de usar aprendizado de máquina para identificar veículos e outros objetos em filmagens de drones, tirando esse fardo dos analistas. O objetivo inicial do Maven era fornecer aos militares uma visão computacional avançada, permitindo a detecção e identificação automatizada de objetos em até 38 categorias capturadas pela câmera full-motion de um drone, de acordo com o Pentágono [601]. O Maven fornece ao departamento a capacidade de rastrear indivíduos à medida que entram e saem de diferentes locais.<sup>140</sup> (CONGER, 2018) [602]

Assim, enquanto os Estados Unidos aumentam sua dívida pública em US\$ 7,4 bilhões para desenvolver soluções de inteligência artificial para ações militares, criando condições para ações de defesa e de ataque que integram inteligência artificial, no âmbito do ciberespaço, a dispositivos letais, comandados remotamente ou que funcionam em modo autômato e colaborativo, por outro lado, a classe média dos BRICS, pelos mecanismos adotados de distribuição sustentável de renda em países do bloco, continua a crescer, demandando produtos básicos para o bem-estar das pessoas. O atendimento dessas demandas de consumo, típicas de classe média, expande a produção desses países a fortalece a economia do próprio bloco.

Os Estados Unidos, entretanto, endividados, com quarenta milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, meio milhão de pessoas morando pelas ruas e com 50% da renda do país concentrada nas mãos do quintil mais rico de sua sociedade, não tem perspectivas de como distribuir a renda no seu interior para ativar o seu consumo interno, de maneira sustentável, em vez de apoiar o consumo de sua população no endividamento e em bolhas especulativas que, quando estouram, fazem desaparecer capitais fictícios e aumentam, ainda mais, o endividamento total naquele país.

Para os Estados Unidos, o golpe de Estado no Brasil, desfechado em 2016, será vitorioso na medida em que contribuir para enfraquecer os BRICS e as políticas de integração latino-americana, para colocar grande parte das reservas de petróleo brasileiras sob o controle de empresas norte-americanas e suas aliadas, para aumentar a importação de produtos norte-americanos pelos brasileiros, para preservar a comercialização do petróleo brasileiro em dólar, para assumir o controle de elementos estratégicos à defesa do país, tais como o controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, entre outras coisas que detalhamos nesse livro.

Com essa obra, esperamos haver contribuído não apenas para a compreensão do golpe de Estado de 2016, mas também para a compreensão das linhas básicas da transformação pela

qual o Brasil passou nos governos Lula e Dilma, em razão do *modelo de distribuição de renda* e da *política internacional* adotados, que consolidaram o país no cenário global.

Esperamos que o conhecimento compartilhado por meio desse livro contribua para a retomada, pelo povo brasileiro, do desenvolvimento soberano e democrático do país, para reverter as medidas adotadas pelo governo golpista e aprofundar o desenvolvimento sustentável com distribuição renda, assentado nos princípios de autodeterminação de fins, autogestão de meios e de soberania econômica do povo brasileiro.

Esperamos que esse livro contribua, igualmente, para esclarecer a população norte-americana sobre o modo como organizações e atores econômicos e políticos de seu país solapam a democracia em outras partes do mundo com o intuito de preservar interesses econômicos e geopolíticos. Tais ações, ainda que ideologicamente se definam como liberais ou libertarianas, nada tem a ver com o asseguramento das liberdades públicas e privadas de todos, eticamente exercidas, ou o bem comum, mas apenas com a proteção do interesse privado de bilionários que despejam milhões de dólares pelo mundo afora, por meio de suas fundações, para propagar sua visão de mundo e assegurar os seus interesses econômicos, mesmo que para isso seja necessário derrubar governos democraticamente eleitos em outros países.

Trata-se de um conglomerado que, embora fale pelos Estados Unidos ou em favor deles, na verdade cuida de atender aos seus próprios interesses privados, manipulando também grande parte da população norte-americana com o emprego eficiente dos milhões de dólares de suas fundações, tanto quanto manipulam parcelas das populações de outros países, particularmente a juventude.

Os povos de todo o continente americano necessitam atuar de forma colaborativa para enfrentar essa manipulação, assegurar a soberania de suas nações e construir uma relação de respeito mútuo entre todos os países, inclusive para com os Estados Unidos.

A sistematização que fizemos do “Manual do Golpe”, à luz do que ocorreu na Venezuela, Haiti, Honduras, Paraguai, Oriente Médio e Brasil, evidencia padrões que permitem identificar se as sociedades e a soberania nacional e popular estão sob ataque externo. Imaginamos que essa é uma contribuição para evitar que outros golpes de Estado do mesmo tipo ocorram na América Latina ou em outras partes do mundo.

Finalizado em 12/07/2018

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

ABERT; ANER; ANJ. *Nota à Imprensa*. 26/05/2017. Disponível em: <<http://www.aner.org.br/comunicados/nota-a-imprensa-4.html>>. Acesso em: 14/06/2018.

AFP. *Denuncian nacionalidad estadounidense de opositor*. 29/02/2004. Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/internacionales/denuncian-nacionalidad-estadounidense-de-opositor-748745.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

AEPET. *Venda da Nova Transportadora do Sudeste (NTS). Ofício AEPET 09/2017 endereçado ao Presidente da Petrobras Pedro Pullen Parente*. 25/09/2017. Disponível em: <[www.aepet.org.br/w3/images/2017/09/docs/Cartaepetnts.pdf](http://www.aepet.org.br/w3/images/2017/09/docs/Cartaepetnts.pdf)>. Acesso em: 20/06/2018.

AGÊNCIA BRASIL. *Impeachment de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara*. 18/04/2016a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/impeachment-de-dilma-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-na-camara>>. Acesso em: 12/07/2018.

AGÊNCIA BRASIL. *Impeachment: saiba como votou cada partido no Senado*. 10/08/2016b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/impeachment-saiba-como-votou-cada-um-dos-partidos-no-senado>>. Acesso em: 12/07/2018.

AGÊNCIA EFE. *Empresa anuncia ter achado primeira grande reserva de petróleo no Paraguai*. 20/10/2014. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2014/10/20/empresa-anuncia-ter-achado-primeira-grande-reserva-de-petroleo-no-paraguai.htm>>. Acesso em: 12/07/2018.

AGÊNCIA ESTADO. *Marco Aurélio sobre prisão após 2º instância: “Tem que colocar em pauta”*. 21/02/2018.. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/21/interna\\_politica,661474/marco-aurelio-sobre-prisao-apos-2-instancia-tem-que-colocar-em-paut.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/02/21/interna_politica,661474/marco-aurelio-sobre-prisao-apos-2-instancia-tem-que-colocar-em-paut.shtml)>. Acesso em: 26/06/2018.

AGÊNCIA INDUSNET FIESP. *Fiesp e centenas de entidades publicam anúncio pelo Impeachment Já!*. 29/03/2016. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20180713191013/http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-centenas-de-entidades-publicam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>>. Acesso em: 12/07/2018.

AGÊNCIA O GLOBO. *Salário médio da indústria da China supera o do Brasil e do México*. 26/02/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4881644/salario-medio-da-industria-da-china-supera-o-do-brasil-e-do-mexico>>. Acesso em: 22/06/2018.

AGÊNCIA O GLOBO. *Procuradoria investiga atuação de Miller em acordo com Embraer*. 02/04/2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/04/procuradoria-investiga-atuacao-de-miller-em-acordo-com-embraer.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

AGUIAR, Gustavo. *PSDB gasta R\$ 1 mi em auditoria que não vê fraude na eleição*. 04/11/2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-divulga-auditoria-inconclusiva-sobre-suposta-fraude-nas-eleicoes-e-pede-voto-impresso,10000001158>>. Acesso em: 29/06/2018.



AITH, Marcio. *Carmona renuncia e vice de Chávez assume*. 14/04/2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1404200201.htm>>. Acesso em: 12/07/2018.

AITH, Marcio. *Junta teria desrespeitado acordo*. 14/04/2002b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1404200202.htm>>. Acesso em: 12/07/2018.

AL JAZEERA NEWS. *Thousands march against corruption in South Africa*. 27/09/2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/09/thousands-march-corruption-south-africa-170927092332199.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

ALUMNI PORTAL. *About Alumni For Liberty*. s.d.p. Disponível em: <<https://portal.alumniforliberty.org/homepage/about>>. Acesso em: 29/05/2018.

ALVARENGA, Darlan. *Impacto da Lava Jato no PIB pode passar de R\$ 140 bilhões, diz estudo*. 11/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/impacto-da-lava-jato-no-pib-pode-passar-de-r-140-bilhoes-diz-estudo.html>>. Acesso em: 11/06/2018.

AMADEO, Kimberly. *The U.S. Trade Deficit and How It Hurts the Economy – The Critical Drivers of the America’s Trade Imbalance*. March 05, 2018. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/u-s-trade-deficit-causes-effects-trade-partners-3306276>>. Acesso em: 29/05/2018.

AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*. 06/2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 29/05/2018.

AMCONSUL RIO DE JANEIRO. *U.S. Oil Companies on Investment Opportunities in Brazil*. 28/01/2008. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/08RIODEJANEIRO19\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/08RIODEJANEIRO19_a.html)>. Acesso em: 04/06/2018.

AMCONSUL RIO DE JANEIRO. *Can The Oil Industry Beat Back The Pre-Salt Law?* 02/12/2009. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

AMCONSUL RIO DE JANEIRO. *Rio's Oil Players React to Speculation on Pre-Salt Regulations*. 27/08/2009b. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO288\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO288_a.html)>. Acesso em: 06/07/2018.

AMEMBASSY ASUNCION. *Paraguay: CDS Claims 'SIGNIFICANT' Quantities of Oil and Gas Found In Chaco Exploration*. 26/10/2005. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/05ASUNCION1342\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/05ASUNCION1342_a.html)>. Acesso em: 12/07/2018.

AMEMBASSY ASUNCION. *Paraguay Hosts Energy Mini-Summit with Bolivia, Uruguay, and Venezuela*. 21/04/2006. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/06ASUNCION410\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/06ASUNCION410_a.html)>. Acesso em: 12/07/2018.

AMEMBASSY ASUNCION. *Paraguayan Pols Plot Parliamentary Putsch*. 28/03/2009. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION189\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION189_a.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

AMEMBASSY ASUNCION. *Petropar and PDVSA: a Necessary Evil for Paraguay*. 05/05/2009b. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION288\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION288_a.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

AMEMBASSY ASUNCION. *Update: US Oil Company Legal Battle With Paraguay*. 28/08/2009. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION537\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION537_a.html)>. Acesso em: 12/07/2018.

AMEMBASSY BRASILIA. *Brazil: Illicit Finance Conference Uses The “T” Word, Successfully*. 30/10/2009. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html)>. Acesso em: 12/07/2018.

AMEMBASSY SANTIAGO. *Staffdel Meacham - Climate Change, Water, and U.S. Cooperation In Chile*. 19/06/2009. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09SANTIAGO575\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09SANTIAGO575_a.html)>. Acesso em: 05/06/2018.

AMEMBASSY TEGUCIGALPA. *President Jose Manuel Zelaya Rosales: Personal*. 15/05/2008. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/08TEGUCIGALPA459\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/08TEGUCIGALPA459_a.html)>. Acesso em: 11/07/2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Amnesty International Report 2017/18*. 2018. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018ENGLISH.PDF>>. Acesso em: 29/05/2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Police Killings, Impunity And Attacks On Defenders*. Amnesty International Ltd. Peter Benenson House, 1 Easton Street, London. 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR1954672016ENGLISH.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

ARAGÃO, Alexandre. *Análise das redes sociais mostra que perfis falsos influenciaram discussão na web*. 30/09/2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1524593-analise-das-redes-sociais-mostra-que-perfis-falsos-influenciaram-discussao-na-web.shtml>>. Acesso em: 29/05/2018.

ARAGÓN, LUIS e; CLÜSENER-GODT, Miguel. *Issues of Local and Global Use of the Water from the Amazon*. Montevideo, Unesco, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001361/136195eo.pdf>>. Acesso em: 04/06/2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURISTAS PELA DEMOCRACIA. *Nota em Defesa da Liberdade e da Ordem Jurídica Democrática*. 08/07/2018. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/07/08/juristas-de-todo-o-pais-assinam-manifesto-em-defesa-do-hc-de-lula/>>. Acesso em: 09/07/2018.

ASSOCIATED PRESS. *Number of Facebook Users Snared by Cambridge Analytica Rises to 87 Million, Social Media Giant Reveals*. 04/04/2018. Disponível em: <<http://time.com/5228213/cambridge-analytica-87-million-facebook-users/>>. Acesso em: 29/05/2018.

ATLAS NETWORK. *Partners Global Directory : Movimento Brasil Livre*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/movimento-brasil-livre>>. Acesso em: 08/09/2015.

ATLAS NETWORK. *Students For Liberty Plays Strong Role In Free Brazil Movement*. 01/04/2015. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/news/article/students-for-liberty-plays-strong-role-in-free-brazil-movement>>. Acesso em: 29/05/2018.

AUGUSTO, André. *Documento interno de Washington mostra como EUA treinaram agentes judiciais brasileiros, entre eles Sérgio Moro*. Diálogos do Sul, 30 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/30/wikileaksua-criou-curso-para-treinar-moro-e-juristas/>>. Acesso em: 29/05/2018.

BAGGIO, Kátia Gerab. *Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte - americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas*. In: Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC. 2016 – Campo Grande – MS. ISBN: 978-85-66056-02-01. Disponível em: <[http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20\\_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf](http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Katia%20Gerab%20Baggio%20_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf)>. Acesso em: 29/05/2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dealers do Mercado Aberto – Períodos*. 10/02/2018. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pom/demab/dealers/periodos.asp>>. Acesso em: 12/07/2018.

BATISTA, Fabiana; COLITT, Raymond; LEAL, Kariny. *Brazilian Truckers' Strike May Shape Presidential Election*. 23/052018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-05-23/brazil-trucker-strike-hits-home-dampens-pro-market-enthusiasm>>. Acesso em: 29/05/2018.

BASILE, Juliano. Sergio Moro diz que não recebeu casos sobre PSDB. 14/07/2016. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/4635167/sergio-moro-diz-que-nao-recebeu-casos-sobre-psdb>>. Acesso em: 09/07/2018

BBC. *EUA reativam frota para patrulhar mares latino-americanos – Depois de 58 anos, a Marinha dos Estados Unidos vai reativar sua Quarta Frota para patrulhar os mares da América Latina*. 08/05/2008. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508\\_exercitoeu\\_aalfn.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeu_aalfn.shtml)>. Acesso em: 29/05/2018.

BBC. *Como vai funcionar a união entre Boeing e Embraer, a 3ª maior exportadora do Brasil*. 05/07/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44717163>>. Acesso em: 12/07/2018.

BBC. *Honduras: Uma história de golpes*. 02/07/2009. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702\\_hondurastimeline](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702_hondurastimeline)>. Acesso em: 12/07/2018.

BERNSTEIN, Richard. *Investors Still Don't Appreciate That The American Industrial Renaissance Is A Total Global Sea Change*. 19/02/2014. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/american-industrial-renaissance-2014-2>>. Acesso em: 22/06/2018.

BERTOLUCCI, Rodrigo; COPLE, Julia. *Delegado que abriu inquérito sobre acidente de Teori Zavascki é morto em Florianópolis*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/delegado-que-abriu-inquerito-sobre-acidente-de-teori-zavascki-morto-em-florianopolis-21416932>>. Acesso em: 10/07/2018.

BLUMENTHAL, Sidney. *France's Client & Qaddafi's Gold*. 02/04/2011. Disponível em: <<https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/12659>>. Acesso em: 29/05/2018.

BOADLE, Anthony. *U.S. space companies aim to help Brazil rocket base lift off*. March 8, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-space/u-s-space-companies-aim-to-help-brazil-rocket-base-lift-off-idUSKCN1GK0J1>>. Acesso em: 29/05/2018.

BOGDANICH, Walt; NORDBERGJAN, Jenny. *Mixed U.S. Signals Helped Tilt Haiti Toward Chaos*. 29/01/2006. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/01/29/world/americas/mixed-us-signals-helped-tilt-haiti-toward-chaos.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

BOLETIM DA LIBERDADE. “EPL não virou SFL Brasil”, diz Juliano Torres em nota no Facebook – Ex-diretor executivo da entidade diz que uma auditoria ficará pronta e provará que não houve má gestão. in: Boletim da Liberdade. 25/11/2016. Disponível em: <<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2016/11/25/epl-nao-virou-sfl-brasil-diz-juliano-torres-em-nota-no-facebook/>>. Acesso em: 29/05/2018.

BRASILIAN AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE INC. *History*. s.d.p. Disponível em: <<http://brazilcham.com/about>>. Acesso em: 29/05/2018.

BRASILIAN AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE INC. *Person of the Year Award Archives*. s.d.p.b Disponível em: <<http://brazilcham.com/person-of-the-year-award-archives>>. Acesso em: 29/05/2018.

BRASILIAN AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE INC. 2018 POY Sponsors. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20180714120333/http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WTigcSI0IU0J:brazilcham.com/poy-sponsors&num=1&client=ubuntu&hl=pt-BR&gl=br&strip=1&vwsrc=0>>. Acesso em: 14/07/2018.

BRIGATTO, Gustavo. *Facebook compartilhou com Cambridge Analytica 443 mil contas do Brasil*. 05/04/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5432807/facebook-compartilhou-com-cambridge-analytica-443-mil-contas-do-brasil>>. Acesso em: 06/06/2018.

BUCHMANN, Fábio. *Com tornozeleira, “Japonês da Federal” é visto novamente em escoltas de presos da Lava Jato*. 06/09/2016. Disponível em: <<https://cbncuritiba.com/com-tornozeleira-japones-da-federal-e-visto-novamente-em-escoltas-de-presos-da-lava-jato/>>. Acesso em: 24/06/2018.

CALDEIRA, João Paulo. *Acadêmicos estrangeiros assinam manifesto em defesa da democracia no Brasil*. 20/06/2016. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/academicos-estrangeiros-assinam-manifesto-em-defesa-da-democracia-no-brasil>>. Acesso em: 29/05/2018.

CAMPOS, Adriana Fiorotti. *A Reestruturação da Indústria de Petróleo Sul Americana nos Anos 90*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/afiorotti.pdf>>. Acesso em: 27/06/2018.

CAMPOS, Ana Cristina. *Cármen Lúcia: resposta judicial deve ocorrer sem quebra de hierarquia*. 08/07/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-07/carmen-lucia-resposta-judicial-deve-ocorrer-sem-quebra-de-hierarquia>>. Acesso em: 09/07/2018.

CARARINE, Cloviomar. *Leilão do pré-sal: a vez das petroleiras americanas*. 27/10/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre-sal-a-vez-das-petroleiras-americanas>>. Acesso em: 10/06/2018.

CARTA CAPITAL. *Jucá: entenda a primeira crise do governo Temer*. 23/05/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/juca-entenda-a-primeira-crise-do-governo-temer>>. Acesso em: 29/05/2018.

CARTA CAPITAL. *Publicidade federal: Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma*. 29/06/2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

CARVALHO, Igor. MPL: “Não vamos permitir que parasitem a nossa pauta”. 18/06/2013. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/exclusivo-mpl-nao-vamos-permitir-que-parasitem-na-nossa-pauta/>>. Acesso em: 01/07/2018.

CATO. *Lunch with special guest speakers Pedro Ferreira and Kim Kataguirí, two leaders of the Movimento Brasil Livre (Free Brazil Movement)* (video). Cato University 2015. Summer Seminar on Political Economy. July 26 - 31, 2015. Disponível em: <<https://www.cato.org/cato-university/2015/schedule>>. Acesso em: 29/05/2018.

CELETI, Filipe. *A História do Movimento Libertário Brasileiro*. 10/02/2014. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20140325212123/http://filipeceleti.com/2014/02/10/a-historia-do-movimento-libertario-brasileiro/>>. Acesso em: 02/06/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2241rank.html>>. Acesso em: 29/05/2018.



CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *DCI's Worldwide Threat Briefing. The Worldwide Threat in 2003: Evolving Dangers in a Complex World*. 11/02/2013. Disponível em: <[https://www.cia.gov/news-information/speeches-testimony/2003/dci\\_speech\\_02112003.html](https://www.cia.gov/news-information/speeches-testimony/2003/dci_speech_02112003.html)>. Acesso em: 07/07/2018.

CERESNEY, Andrew. *Keynote Speech, ACI's 33rd International Conference on the FCPA*. 30/11/2016. Disponível em: <<https://www.sec.gov/news/speech/speech-ceresney-113016.html#ftn32>>. Acesso em: 29/05/2018.

CERNAS BENITEZ, Juan Francisco. *Gobierno descarta regreso de Honduras a Petrocaribe*. 24/03/2014. Disponível em: <<http://www.laprensa.hn/economia/laeconomia/626388-98/gobierno-descarta-regreso-de-honduras-a-petrocaribe>>. Acesso em: 11/07/2018.

CHINA ECONOMIC REVIEW. *Chinese wages higher than Brazil, Mexico*. 27/02/2017. Disponível em: <<https://chinaeconomicreview.com/chinese-wages-higher-brazil-mexico/>>. Acesso em: 29/05/2018.

CHOMSKY, Noam. *The Costs of Violence: Masters of Mankind (Part 2)*. Excerpted from *Who Rules the World?*, New York: Metropolitan Books, 2016b. Published at TomDispatch.com. 10/05/2016. Disponível em: <<https://chomsky.info/05102016/>>. Acesso em: 29/05/2018.

CHOMSKY, Noam. *Who Rules the World?*. Metropolitan Books, Henry Holt and Company - New York, 2016a. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=1627793828>>. Acesso em: 29/05/2018.

CLEMONS, Steve. *The New Power of the Global Middle Class*. 21/02/2012. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2012/02/the-new-power-of-the-global-middle-class/253375/>>. Acesso em: 29/05/2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – SECRETARIA NACIONAL. *Violência: os recordes de 2016*. 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/58-dados-2016/14059-violencia-os-recordes-de-2016-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>>. Acesso em: 29/05/2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA. *Ata da 86ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura*. 28/09/2015. Disponível em: <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/ed7ec0cc-6754-45a9-994d-480b40b778ba>>. Acesso em: 29/05/2018.

CONGER, Kate; CAMERON, Dell. *Google Is Helping the Pentagon Build AI for Drones*. 06/03/2018. Disponível em: <<https://gizmodo.com/google-is-helping-the-pentagon-build-ai-for-drones-1823464533>>. Acesso em: 29/05/2018.

CONSERVATIVE TRANSPARENCY. *Donors Trust – Students For Liberty*. 2018a Disponível em: <[http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?og\\_tot=5043&order\\_by=&adv=Students+for+Liberty&min=&max=&yr=&yr1=&yr2=&submit=>](http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?og_tot=5043&order_by=&adv=Students+for+Liberty&min=&max=&yr=&yr1=&yr2=&submit=>)>. Acesso em: 12/07/2018.

CONSERVATIVE TRANSPARENCY. *Donors Trust – Atlas*. 2018b Disponível em: <[http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?og\\_tot=5043&order\\_by=&adv=Atlas&min=&max=&yr=&yr1=&yr2=&submit=>](http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?og_tot=5043&order_by=&adv=Atlas&min=&max=&yr=&yr1=&yr2=&submit=>)>. Acesso em: 12/07/2018.

CONSERVATIVE TRANSPARENCY. *Donors Trust – Cato*. 2018c Disponível em: <[http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?order\\_by=year%20DESC&adv=Cato&og\\_tot=5043&min&max&yr&yr1&yr2&submit=>](http://conservativetransparency.org/donor/donorstrust/?order_by=year%20DESC&adv=Cato&og_tot=5043&min&max&yr&yr1&yr2&submit=>)>. Acesso em: 12/07/2018.

CONSTRUTORA OAS. *Ata de Reunião de Sócios – 01/11/2012. Diário Oficial do Estado de São Paulo – Empresarial*, São Paulo, 122 (218), 22 nov. 2012, p. 38 Disponível em: <[https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/2012/empresarial/novembro/22/pag\\_0038\\_5TLU86D3D4LI6eACNOS3M5QDM3T.pdf&pagina=38&data=22/11/2012&caderno=Empresarial&paginaordenacao=100038](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2012/empresarial/novembro/22/pag_0038_5TLU86D3D4LI6eACNOS3M5QDM3T.pdf&pagina=38&data=22/11/2012&caderno=Empresarial&paginaordenacao=100038)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CONSULTOR JURÍDICO. *Acompanhamento processual e Push. Processo: Nº 0001750-46.2016.6.26.0001 - Representação UF:SP 1ª Zona Eleitoral*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/justica-eleitoral-condena-mbl-fernando.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

CONSULTOR JURÍDICO. *“Lava jato” não precisa seguir regras de casos comuns, decide TRF-4*. 23/092016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-set-23/lava-jato-nao-seguir-regras-casos-comuns-trf>>. Acesso em: 29/05/2018.

CONSULTOR JURÍDICO. *Lula quer anular condenação apontando parceria ilegal entre MPF e FBI*. 16/03/2018a. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-16/lula-anular-sentenca-apontando-parceria-ilegal-entre-mpf-fbi>>. Acesso em: 29/05/2018.\

CONSULTOR JURÍDICO. *Petição – Apelação Criminal nº 5046512-94.2016.4.04.7000/PR*. 16/03/2018b. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/peticao-lula-fbi.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

CONSULTOR JURÍDICO. *Telebras entrega à Justiça cópia de contrato com a Viasat para uso de satélite*. 29/052018c. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mai-29/telebras-entrega-justica-contrato-viasat-uso-satelite>>. Acesso em: 29/05/2018.

COSTA, Antonio Luiz M. C. *Quem são os irmãos Koch?* 23/03/2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html>>. Acesso em: 04/07/2018.

COSTAS, Ruth. *Por que os bancos brasileiros lucram tanto?* 23/03/2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150323\\_bancos\\_lucros\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150323_bancos_lucros_ru)>. Acesso em: 29/05/2018.

CREDENDIO, José Ernesto; ANGELO, Claudio. *Brasil amplia a fronteira marítima da área do pré-sal*. 06/09/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0609201002.htm>>. Acesso em: 29/05/2018.

DALLAGNOL, Deltan. *Entrevista do procurador Deltan Dallagnol concedida ao jornalista Ricardo Boechat*. 22/03/2017. Disponível em: <<https://vimeo.com/209972039>>. Acesso em: 12/07/2018.

DEATON, Angus. *The U.S. Can No Longer Hide From Its Deep Poverty Problem*. 24/01/2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/24/opinion/poverty-united-states.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

DEMOCRACY NOW. *Noam Chomsky: Brazil's President Dilma Rousseff "Impeached by a Gang of Thieves"*. 17/05/2016. Disponível em: <[https://www.democracynow.org/2016/5/17/noam\\_chomsky\\_brazils\\_president\\_dilma\\_rousseff](https://www.democracynow.org/2016/5/17/noam_chomsky_brazils_president_dilma_rousseff)>. Acesso em: 29/05/2018.

DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. *Projeto Pontes: Building Bridges to Brazilian Law Enforcement*. 19/10/2016. Disponível em: <[http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/510518/RESPOSTA\\_PEDIDO\\_RESPOSTA%20SIC.pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/510518/RESPOSTA_PEDIDO_RESPOSTA%20SIC.pdf)>. Acesso em: 29/05/2018.

DEPUTY SECRETARY OF DEFENSE. *Establishment of an Algorithmic Warfare Cross-Functional Team (Project Maven)*. 26/04/2017. Disponível em: <<https://dodcio.defense.gov/Portals/0/Documents/Project%20Maven%20DSD%20Memo%2020170425.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

DESMOGBLOG. *Atlas Network (Atlas Economic Research Foundation)*. s.d.p.a Disponível em: <<https://www.desmogblog.com/atlas-economic-research-foundation>>. Acesso em: 29/05/2018.

DESMOGBLOG. *Institute for Humane Studies at George Mason University*. s.d.p.b Disponível em: <<https://www.desmogblog.com/institute-humane-studies-george-mason-university>>. Acesso em: 29/05/2018.

DEUTSCH WELLE. *Fundo soberano da Noruega alcança 1 trilhão de dólares – Criada nos anos 90, “poupança” foi inicialmente alimentada por recursos de gás e petróleo e tem como objetivo garantir aposentadoria a gerações futuras*. 19/07/2017. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/2kJTM>>. Acesso em: 29/05/2018.

DEUTSCH WELLE. *Governo arrecada 3,15 bilhões de reais em leilão do pré-sal*. 07/06/2018. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/2z6ds>>. Acesso em 10/06/2018

DEUTSCH WELLE. *A conversa entre Jucá e Sérgio Machado sobre a Lava Jato*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-conversa-entre-juc%C3%A1-e-s%C3%A9rgio-machado-sobre-a-lava-jato/a-19278053>>Acesso em: 10/07/2018.

DIÁLOGOS DO SUL. *Manobra militar inédita dos EUA no Brasil ameaça governos progressistas da América do Sul*. 09/11/2017. Disponível em: <[operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/eua-brasil-colombia-e-peru-em-manobras-na-amazonia/09112017/](http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/eua-brasil-colombia-e-peru-em-manobras-na-amazonia/09112017/)>. Acesso em: 29/05/2018.

DICHRISTOPHER, Tom. *Petrobras CEO says cheaper offshore oil puts Brazil on the 'winner's side' of a tough market*. 15/11/2017. Disponível em: <[https://www.cnn.com/2017/11/15/energy-offshore-oil-puts-brazil-on-the-winners-side.html](https://www.cnn.com/2017/11/15/energy/energy-offshore-oil-puts-brazil-on-the-winners-side.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

DIEESE. *A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo*. Nota Técnica - Número 194. 26/05/2018 Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.pdf>>. Acesso em: 08/06/2018.

DOUGLAS, Bruce. *Brazil activists to walk 600 miles for 'free markets, lower taxes and privatisation'*. 24/04/2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/apr/24/brazil-activists-march-free-markets-margaret-thatcher-rand-paul>>. Acesso em: 29/05/2018.

DUHIGG, Charles; BRADSHERJAN, Keith. *How the U.S. Lost Out on iPhone Work*. 2012. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2012/01/22/business/apple-america-and-a-squeezed-middle-class.html?\\_r=3&ref=charlesduhigg&pagewanted=all](https://www.nytimes.com/2012/01/22/business/apple-america-and-a-squeezed-middle-class.html?_r=3&ref=charlesduhigg&pagewanted=all)>. Acesso em: 29/05/2018.

DYNIEWICZ, Luciana. *'Há vulnerabilidade a movimentos de manada', diz economista-chefe da XP*. 08/06/2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ha-vulnerabilidade-a-movimentos-de-manada-diz-economista-chefe-da-xp,70002342308>>. Acesso em: 11/06/2018.

EFE. *Tesouro dos EUA pede aumento do limite máximo da dívida*. 24/05/2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/tesouro-dos-eua-pede-aumento-do-limite-maximo-da-divida/>>. Acesso em: 29/05/2018.

EIA – U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *U.S. Field Production of Crude Oil*. 12/07/2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MCRFPUS2&f=M>>. Acesso em: 12/07/2018.

ELLIOTT, Megan. *Poverty: 10 Cities With the Most Homeless People*. 12/12/2007. Disponível em: <<https://www.cheatsheet.com/culture/cities-with-the-most-homeless-people.html/?a=viwall>>. Acesso em: 29/05/2018.

EL NACIONAL. *Lobo agradece a Venezuela por regreso de Honduras a Petrocaribe*. 09/05/2013. Disponível em: <[http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/lobo-agradece-venezuela-por-regreso-honduras-petrocaribe\\_138639](http://www.el-nacional.com/noticias/mundo/lobo-agradece-venezuela-por-regreso-honduras-petrocaribe_138639)>. Acesso em: 11/07/2018.

ENGDAHL, F. William. *BRICS' Brazil President Next Washington Target*. 18/11/2014. Disponível em: <<https://journal-neo.org/2014/11/18/brics-brazil-president-next-washington-target/>>. Acesso em: 27/06/2018.

ESTADÃO. *Defesa de Lula fala em 'cooperação irregular' entre Brasil e EUA – Advogados pedem a nulidade do processo do tríplex no Guarujá*. 17/03/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/defesa-de-lula-fala-em-cooperacao-irregular-entre-brasil-e-eua-d03mn9gu9tr65s9xjq2yoadjc>>. Acesso em: 29/05/2018.

ESTADÃO CONTEÚDO. *Lula pede liberdade à 2ª Turma do STF*. 28/06/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/06/lula-pede-liberdade-a-2a-turma-do-stf-cjiyfv8mp00lf01msyglu6co.html>>. Acesso em: 09/07/2018.

EXAME. *Jornais brasileiros veiculam anúncio pelo "Impeachment Já" – Campanha da Fiesp está em 14 páginas do primeiro caderno dos veículos*. 29/03/2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/jornais-brasileiros-veiculam-anuncio-pelo-impeachment-ja/>>. Acesso em: 12/07/2018.

FARAH, Tatiana. *Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado*. O Globo, 10/03/2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/caso-bancoop-triplex-do-casal-lula-esta-atrasado-3041591>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FBI. *Foreign Corrupt Practices Act*. 25/06/2010. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/audio-repository/news-podcasts-th-isweek-foreign-corrupt-practices-act.mp3/view>>. Acesso em: 29/05/2018.

FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. *Primary Dealers*. 2018. . Disponível em: <<https://www.newyorkfed.org/markets/primarydealers>>. Acesso em: 12/07/2018.

FLECK, Isabel. *Petróleo venezuelano cria dilema para Trump e mantém EUA atados*. 06/08/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1907462-petroleo-venezuelano-cria-dilema-para-trump-e-mantem-eua-atados.shtml>>. Acesso em: 05/07/2018.

FOLHAPRESS. *Petrobras pagará quase R\$ 10 bilhões para encerrar ação por corrupção nos EUA – Investidores norte-americanos processaram a estatal por perdas provocadas pelo esquema de corrupção investigado pela Lava Jato*. 03/01/2018. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/petrobras-pagara-quase-r-10-bilhoes-para-encerrar-acao-por-corrupcao-nos-eua-9i39t2vjvc85wcoxd1a3wcwiz>>. Acesso em: 29/05/2018.

FONTE, Líria Jade. *Ouça áudio em que Temer fala como se impeachment tivesse sido aprovado*. 11/04/16. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/impeachment-ouca-o-que-michel-temer-disse-sobre-o-resultado-do-processo>>. Acesso em: 29/05/2018.



FORUM BENI COMUNI ED ECONOMIA SOLIDALE DEL FRIULI VENEZIA GIULIA. *Circuiti economici solidali – Economia solidale di liberazione*. 17/07/2017. Disponível em: <<http://www.forumbenicomunifvg.org/presentazione-circuiti-economici-solidali-economia-solidale-di-liberazione/>>. Acesso em: 29/05/2018.

FOX, Thomas R. *Anti-Corruption Enforcement Has Gone International*. 30/11/2016. Disponível em: <<http://fcpacompliancereport.com/2016/11/anti-corruption-enforcement-has-gone-international/>>. Acesso em: 29/05/2018.

FUP. *Esclarecimento à população sobre os preços abusivos de combustíveis*. 25/05/2018a. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22731-esclarecimento-a-populacao-sobre-os-precos-abusivos-de-combustiveis>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Não nos calarão*. 31/05/2018b. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22785-nao-nos-calarao>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *CUT repudia decisão do TST contra greve dos petroleiros e prática antissindical*. 01/06/2018c. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22797-cut-repudia-decisao-contra-greve-dos-petroleiros-e-pratica-antissindical>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *CUT: Greve dos petroleiros é em defesa de toda a sociedade*. 28/05/2018d. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22747-cut-greve-dos-petroleiros-e-em-defesa-de-toda-a-sociedade>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Dieese: proposta de Temer não resolve problema de preços dos combustíveis e gás*. 28/05/2018e. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22747-cut-greve-dos-petroleiros-e-em-defesa-de-toda-a-sociedade>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. FUP processa Pedro Parente por improbidade e exige confisco de seus bens. 05/06/2018f. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22814-fup-processa-pedro-parente-por-improbidade-e-exige-confisco-de-seus-bens>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Golpe destrói setor naval e deixa mais de 300 mil trabalhadores desempregados*. 25/05/2018g. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22727-golpe-destrui-setor-naval-e-deixa-mais-de-300-mil-trabalhadores-desempregados>> Acesso em: 11/06/2018

FUP. *Legado deixado por Parente é um desastre para a Petrobrás e o País*. 01/06/2018h. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22801-legado-deixado-por-parente-e-um-desastre-para-a-petrobras-e-o-pais>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Multa diária de R\$ 2 milhões imposta pelo TST é para criminalizar e inviabilizar os sindicatos*. 31/05/2018i. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22788-multa-diaria-de-r-2-milhoes-imposta-pelo-tst-e-para-criminalizar-e-inviabilizar-os-sindicatos>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Origem do golpe, Pré-Sal é cada vez mais dos gringos*. 07/06/2018j. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22827-origem-do-golpe-pre-sal-e-cada-vez-mais-dos-gringos>> Acesso em: 11/06/2018.

FUP. *Parente quer entregar aos gringos todos os gasodutos da Petrobrás*. 06/09/2017. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/21663-parente-quer-entregar-aos-gringos-todos-os-gasodutos-da-petrobras>>. Acesso em: 20/06/2018.

FUP. *Pedro Parente é representante dos EUA no Brasil, diz embaixador*. 25/05/2018k. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22730-pedro-parente-e-representante-dos-eua-no-brasil-diz-embaixador>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Petroleiros vão à greve para baixar preços do gás de cozinha e dos combustíveis*. 26/05/2018n Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22733-petroleiros-vao-a-greve-para-baixar-precos-do-gas-de-cozinha-e-dos-combustiveis>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Refinarias da Petrobras funcionam com 68% da capacidade*. 29/05/2018°. Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22760-refinarias-da-petrobras-funcionam-com-68-da-capacidade>>. Acesso em: 08/06/2018.

FUP. *Trabalhadores da Replan e da Recap paralisam as refinarias em protesto contra projeto de privatização*. 28/05/2018p Disponível em: <<http://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22742-trabalhadores-da-replan-e-da-recap-paralisam-as-refinarias-em-protesto-contraprojeto-de-privatizacao>>. Acesso em: 08/06/2018.

G1. *EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks*. 04/07/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

G1. *Petrobras foi espionada pelos EUA, apontam documentos da NSA*. 08/09/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/petrobras-foi-espionada-pelos-eua-apontam-documentos-da-nsa.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

G1. *Afinal, procurador da Lava Jato disse 'não temos prova, temos convicção'?* 15/09/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/09/afinal>>

procurador-da-lava-jato-disse-nao-temos-prova-temos-conviccao.html>. Acesso em: 25/06/2018.

GAIER, Rodrigo Viga; SAVARESE, Maurício. *Roubo de dados da Petrobras foi espionagem, diz PF*. 19 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRN1927114020080219>>. Acesso em: 29/05/2018.

GANDRA, Alana. *Estudo aponta que pré-sal pode ter ao menos 176 bilhões de barris de óleo*. 12/08/2015. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/08/12/estudo-aponta-que-pre-sal-pode-ter-ao-menos-176-bilhoes-de-barris-de-oleo.htm>>. Acesso em: 29/05/2018.

GARATTONI, Bruno. *A verdade sobre os Likes – Basta dar dinheiro ao Facebook para conseguir likes - para absolutamente qualquer coisa, inclusive as mais estapafúrdias. Foi o que eu fiz*. 29/05/2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/comportamento/a-verdade-sobre-os-likes/>>. Acesso em: 29/05/2018.

GAZETA DO POVO. *MP vai investigar se a Cambridge Analytica usou dados de forma ilegal no Brasil*. 22/03/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/mp-vai-investigar-se-a-cambridge-analytica-usou-dados-de-forma-ilegal-no-brasil-ayd590mz6g92nkg5c6hov82yd>>. Acesso em: 06/06/2018.

GIRALDI, Renata. *Presidente do Paraguai anuncia descoberta de petróleo no Norte do país*. 27/11/12. Disponível em: <<http://www.abc.com.br/2012/11/presidente-do-paraguai-anuncia-descoberta-de-petroleo-no-norte-do-pais>>. Acesso em: 11/07/2018.

GIVEN, Casey. *Here's How One SFL Local Coordinator is Changing Brazil for the Better*. 30/04/2015. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/blog/2015/04/30/heres-how-one-sfl-local-coordinator-is-changing-brazil-for-the-better>>. Acesso em: 31/03/2016. Ou disponível em: <<http://web.archive.org/web/20150720122849/http://studentsforliberty.org/blog/2015/04/30/heres-how-one-sfl-local-coordinator-is-changing-brazil-for-the-better/>>. Acesso em: 04/07/2018.

GLOBONEWS. *GloboNews tem acesso com exclusividade a depoimento de Lula sobre triplex no Guarujá*. 03/03/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/videos/t/todos-os-vidEOS/v/globonews-tem-acesso-com-exclusividade-a-depoimento-de-lula-sobre-triplex-no-guaruja/4856678/>>. Acesso em: 29/05/2018.

GOBBI, Danniell. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da UNB. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa von Bülow. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016\\_DanniellGobbiFragadaSilva.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanniellGobbiFragadaSilva.pdf)>. Acesso em: 13/07/2018.

GOMBATA, Marsílea. *Brasil produz mais petróleo que Venezuela e México*. 21/06/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/5011818/brasil-produz-mais-petroleo-que-venezuela-e-mexico>>. Acesso em: 29/05/2018.

GOULART, Josette. *Embraer será vigiada por americano*. 27/01/2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,embraer-sera-vigiada-por-americano,70001643347>> Acesso em: 29/06/2018.

GOVERNO DO BRASIL. *Petrobras lidera consórcio e vence leilão de Libra*. 21/10/2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/10/definido-vencedor-do-leilao-de-libra>>. Acesso em: 29/05/2018.

GREEN PEACE. *Atlas Network – Koch Industries Climate Denial Front Group: \$348,560 from Koch foundations, 1997-2015*. s.d.p.a Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/usa/global-warming/climate-deniers/front-groups/atlas-economic-research-foundation/>>. Acesso em: 29/05/2018.

GREEN PEACE. *Students For Liberty (SFL) – Koch Industries Climate Denial Front Group: \$204,235 from Koch foundations, 2009-2015*. s.d.p.b Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/usa/global-warming/climate-deniers/front-groups/students-for-liberty/>>. Acesso em: 29/05/2018.

GUIMÓN, Pablo. “O ‘Brexit’ não teria acontecido sem a Cambridge Analytica”. 26/03/2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765\\_703094.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/internacional/1522058765_703094.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

Haidar, Daniel. *Miller, de procurador que negociava delações à grande esperança para melar a Lava Jato*. 6 SET 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/06/politica/1504660186\\_724115.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/06/politica/1504660186_724115.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

HEADCOUNT. *Interview: Alexander McCobin of Students For Liberty*. 14/01/2011. Disponível em: <<https://www.headcount.org/interview-alexander-mccobin-of-students-for-liberty/>>. Acesso em: 29/05/2018.

HESSEL, Rosana. *Para Henrique Meirelles, reforma da Previdência é inevitável*. 06/06/2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/06/interna\\_cidadesdf,686564/para-henrique-meirelles-reforma-da-previdencia-e-inevitavel.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/06/interna_cidadesdf,686564/para-henrique-meirelles-reforma-da-previdencia-e-inevitavel.shtml)>. Acesso em: 09/06/2018.

HONG, Li. *‘Petroyuan’ to propel currency internationalization*. 29/03/2018. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1095841.shtml>>. Acesso em: 29/05/2018.

HORA DO POVO. *STJ mantém suspenso entrega de satélite a americanos*. 25/04/2018. Disponível em: <<http://horadopovo.org.br/stj-mantem-suspenso-entrega-de-satelite-a-americanos/>>. Acesso em: 29/05/2018.

HOWARD, Philip N.; WOOLLEY, Samuel; CALO, Ryan. *Algorithms, bots, and political communication in the US 2016 election: The challenge of automated political communication for election law and administration*. In: Journal of Information Technology & Politics, Pages 81-93. Volume 15, 2018 - Issue 2. 11/04/2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19331681.2018.1448735?journalCode=witp20>>. Acesso em: 29/05/2018.

IGNATIUS, David. *Innocence Abroad: The New World of Spyless Coups*. 22/09/1991. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1991/09/22/innocence-abroad-the-new-world-of-spyless-coups/92bb989a-de6e-4bb8-99b9-462c76b59a16/?utm\\_term=.44a0059552ab](https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/1991/09/22/innocence-abroad-the-new-world-of-spyless-coups/92bb989a-de6e-4bb8-99b9-462c76b59a16/?utm_term=.44a0059552ab)>. Acesso em: 06/07/2018.

INEEP *Interesses privados, financeiros e internacionais no novo conselho de administração da Petrobras*. 27/03/2018 Disponível em: <<http://www.ineep.org.br/index.php/blog/item/175-interesses-privados-financeiros-e-internacionais-no-novo-conselho-de-administracao-da-petrobras>>. Acesso em: 08/06/2018.

IG. *Em resposta a petistas, Fernando Holiday incluirá 'Moro' em seu nome parlamentar*. 11/04/2018. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-04-11/fernando-holiday-nome-parlamentar.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

INSTITUTO HUMANAS UNISINOS ON-LINE. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade. 50 anos depois. Entrevista especial com Aline Pressot*. 19/03/2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/529378-cinquentenario-da-marcha-com-deus-pela-familia-e-a-liberdade-e-uma-sociedade-que-nao-se-reconciliou-com-a-memoria-da-ditadura-entrevista-especial-com-aline-pressot->>. Acesso em: 29/05/2018.

IRI. *New York Times Article Attacks IRI's Work in Haiti*. 29/01/2006. Disponível em: <<http://www.iri.org/resource/new-york-times-article-attacks-iris-work-haiti>>. Acesso em: 29/05/2018.

JOHN TEMPLETON FOUNDATION. *Students For Liberty International Expansion: January 2014 - September 2016*. sdp. Disponível em: <<https://www.templeton.org/grant/students-for-liberty-international-expansion>>. Acesso em: 29/05/2018.

JORNAL DO BRASIL. *Associação de Engenheiros da Petrobras critica política de preços da estatal*. 24/05/2018. Disponível em: <[www.jb.com.br/economia/noticias/2018/05/24/associacao-de-engenheiros-da-petrobras-critica-politica-de-precos-da-estatal/](http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/05/24/associacao-de-engenheiros-da-petrobras-critica-politica-de-precos-da-estatal/)>. Acesso em: 29/05/2018.

JORNAL DO BRASIL. *UOL publica: TV Globo recebeu R\$ 6,2 bi de publicidade federal com PT no Planalto – Montante pode ser maior, com valores pagos a afiliadas*. 29/06/2015. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/>>. Acesso em: 29/05/2018.

JORNAL DO BRASIL. *Juiz Marco Aurélio Mello diz que prisão de Lula viola a Constituição*. 23/06/2018b. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/06/23/marco-aurelio-mello-diz-que-prisao-de-lula-viola-a-constituicao/>>. Acesso em: 23/06/2018.



JORNAL DO BRASIL. *Ordens e contra-ordens de soltura de Lula instalam o caos no País*. 08/07/2018c. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2018/07/08/ordens-e-contra-ordens-de-soltura-de-lula-instalam-o-caos-no-pais/>>. Acesso em: 09/07/2018.

JORNAL GGN. *Encontro mostra como o FBI e o Departamento de Justiça turbinaram a Lava Jato*. 07/02/2018. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/encontro-mostra-como-o-fbi-e-o-departamento-de-justica-turbinaram-a-lava-jato>>. Acesso em: 29/05/2018.

JUSTIÇA FEDERAL. 13a Vara Federal Criminal de Curitiba. AÇÃO PENAL No 5046512-94.2016.4.04.7000/PR. Abril de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-condena-lula-triplex.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

KAUFMAN, Alexander C. *The Mercers, Trump's Billionaire Megadonors, Ramp Up Climate Change Denial Funding – The New York financiers' donations to climate misinformation think tanks are finally attracting the scrutiny long reserved for the Koch brothers and Exxon Mobil*. 25/01/2018. Disponível em: <[https://www.huffingtonpost.com/entry/mercers-climate-denial\\_us\\_5a6a4661e4b06e253265e832](https://www.huffingtonpost.com/entry/mercers-climate-denial_us_5a6a4661e4b06e253265e832)>. Acesso em: 29/05/2018.

KELLER, Bill. *A New Soviet Candor: Inflation Under Communism*. 03/11/1988. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1988/11/03/world/a-new-soviet-candor-inflation-under-communism.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

KHARAS, Homi. *The Emerging Middle Class in Developing Countries - OECD Development Centre*. 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/46457345\\_The\\_Emerging\\_Middle\\_Class\\_in\\_Developing\\_](https://www.researchgate.net/publication/46457345_The_Emerging_Middle_Class_in_Developing_)>. Acesso em: 29/05/2018.

KRAUSS, Clifford. *Low Oil Prices Pinch Exxon and Chevron Earnings*. 29/04/2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/04/30/business/energy-environment/exxon-and-chevron-earnings-hurt-by-low-oil-prices.html>>. Acesso em: 20/06/2018.

KURLANTZICK, Joshua. *The Coup Connection – How an organization financed by the U.S. government has been promoting the overthrow of elected leaders abroad*. Nov/Dez 2004. Disponível em: <<https://www.motherjones.com/politics/2004/11/coup-connection/>>. Acesso em: 29/05/2018.

KURMANAEV, Anatoly. *Venezuela Stops Accepting Dollars for Oil Payments Following U.S. Sanctions – Oil traders have begun converting their invoices to euros*. 13/09/2017. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/venezuela-stops-accepting-dollars-for-oil-payments-following-u-s-sanctions-1505343161>>. Acesso em: 29/05/2018.

LIBERTARIAN PARTY. *LNC Meeting Minutes. Red Rock Resort, Las Vegas, Nv. May 2, 2012*. LNC – Las Vegas – May 2, 2012. Disponível em: <[https://www.lp.org/wp-content/uploads/2016/11/2012\\_05\\_02-LNC-Minutes-approved.pdf](https://www.lp.org/wp-content/uploads/2016/11/2012_05_02-LNC-Minutes-approved.pdf)>. Acesso em: 29/05/2018.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. *O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?* 25/10/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>>. Acesso em: 10/06/2018.

LIMA, Luís. *Crise estimula a migração de investimento produtivo para aplicações financeiras – Entre 2013 e 2015, o rendimento de aplicações financeiras quase dobrou. No mesmo período, houve estagnação do valor declarado sobre lucros e dividendos*. 17/07/2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/economia/noticia/2017/07/crise-estimula-migracao-de>>

investimento-produtivo-para-aplicacoes-financeiras.html>. Acesso em: 29/05/2018.

LIMA, Daniela. *Bancos patrocinam jantar em que Moro receberá homenagem em Nova York*. 14/02/2018. Disponível em: <<http://painel.blogfolha.uol.com.br/2018/02/14/bancos-patrocinam-jantar-em-que-moro-recebera-homenagem-em-nova-york/>>. Acesso em: 29/05/2018.

LOBO, Ana Paula. *Justiça critica Telebras por ter 'aberto senhas' de um satélite estratégico a uma empresa estrangeira*. 18/04/2018. Disponível em: <<http://www.telcomp.org.br/home/justica-critica-telebras-por-ter-aberto-senhas-de-um-satelite-estrategico-a-uma-empresa-estrangeira/>>. Acesso em: 29/05/2018.

LOPARIC, Andréa et Al. *Entre parologismos e sofismas, as falácias de Moro*. 17/01/2018. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/noticia/falacias-de-moro-entre-paralogismos-e-sofismas>>. Acesso em: 13/07/2018.

LOPES, José Marcos. *PM dispersa apoiadores de Lula com bombas e gás lacrimogênio*. 07/04/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5437379/pm-dispersa-apoiadores-de-lula-com-bombas-e-gas-lacrimogenio>>. Acesso em: 29/05/2018.

LUCENA, Eleonora de; LUCENA, Rodolfo. *Bancos são próximo alvo de estrangeiros*. 25/05/2018. Disponível em: <<http://tutameia.jor.br/bancos-sao-proximo-alvo-de-ataque-estrangeiro/>>. Acesso em: 14/06/2018.

MACLEOD, Alasdair. *The yuan-oil future and gold*. 29/03/2018. Disponível em: <<https://www.goldmoney.com/research/goldmoney-insights/the-yuan-oil-future-and-gold>>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *Falácias de Moro: análise lógica da sentença condenatória de Luiz Inácio Lula da Silva: processo n.º 5046512-94.2016.4.07.7000*. Passo Fundo, IFIBE. 2017. Disponível em: <[http://euclidesmance.net/docs/livro\\_falacias\\_de\\_moro.pdf](http://euclidesmance.net/docs/livro_falacias_de_moro.pdf)>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *TV Globo: um impeachment em causa própria?* Curitiba, 01/05/2016. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/wp/index.php/2016/05/01/tv-globo-um-impeachment-em-causa-propria/>>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *Algumas características e técnicas no uso das mídias para produção de subjetividades e alteração de cenários políticos*. In: *Globalização, Subjetividade e Totalitarismo - Elementos para um estudo de caso: O Governo Fernando Henrique Cardoso*. 1998. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/docs/gst/062.htm>>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *As Provas de um Crime*. 17/03/2016b. Disponível em: <[http://euclidesmance.net/docs/fato\\_norma\\_valor.pdf](http://euclidesmance.net/docs/fato_norma_valor.pdf)>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *Impeachment como Eixo de Lutas – Disputa de Hegemonia e Produção de Subjetividades*. Curitiba, 09/04/2016c. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/docs/impeachment.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *O Quebra-Cabeça do Golpe – Pré-Sal, Organizações Norte-Americanas e o Plano Temer*. Curitiba, 02/04/2016d. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/docs/golpe.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

MANCE, Euclides. *Plano Temer – Ganhadores e Perdedores*. Curitiba, 20/04/2016e. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/wp/index.php/2016/04/23/plano-temer-ganhadores-e-perdedores/>>. Acesso em: 29/05/2018.

MARCHESAN, Ricardo. *Eletobras, Casa da Moeda, aeroportos: 75 privatizações previstas para 2018*. São Paulo 13/01/2018 Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/13/pacote-privatizacoes-2018.htm>>. Acesso em: 08/06/2018.

MARKOFF, John. *Automated Pro-Trump Bots Overwhelmed Pro-Clinton Messages, Researchers Say*. 17/11/2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/11/18/technology/automated-pro-trump-bots-overwhelmed-pro-clinton-messages-researchers-say.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

MARTÍN, María. *O pré-sal será aberto ao capital estrangeiro. Entenda o que muda*. Rio de Janeiro, 16/11/2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770\\_864008.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770_864008.html)>. Acesso em: 11/08/2018

MARTINS, Helena. *Pastoral da Terra: 65 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo em 2017*. 15/01/2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/pastoral-da-terra-65-pessoas-foram-assassinadas-em-conflitos-no>>. Acesso em: 29/05/2018.

MATA, Henrique Tomé da Costa; IZERROUGENE, Bouzid. *Novos desequilíbrios financeiros internacionais, novas práticas de comércio mundial e enfraquecimento da hegemonia do dólar*. In: XXXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC. Foz do Iguaçu – Paraná, 2009. Disponível em: <[www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-6d44b67c6c38c31e9651b35499f306a3.doc](http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-6d44b67c6c38c31e9651b35499f306a3.doc)>. Acesso em: 29/05/2018.

MCCOBIN, Alexander. “*Students for LIBerty*”. in: *Students for LIBerty Quarterly* - Fall 2015. 2015. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/11/SFL-Quarterly-Final-reduced.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

MELLO, Daniel. *Estudante é ferida no olho e fotografos são presos em protesto na Paulista*. 01/09/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/estudante-e-atingida-no-olho-e-fotografos-sao-presos-em-protesto-contr>>. Acesso em: 29/05/2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Esclarecimentos Sobre Edição de Decretos de Suplementação Orçamentária*. 14/12/2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/orcamento-federal/noticias/esclarecimentos-sobre-edicao-de-decretos-de-suplementacao-orcamentaria>>. Acesso em: 03/06/2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *O que é contingenciamento?* s.d.p. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-contingenciamento>> Acesso em: 03/06/2018

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Combustível Brasil – Setor de Combustíveis, Biocombustíveis e demais derivados de Petróleo*. Maio/2017 Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/4541865/2017+05+10+Combustivel+Brasil+vFinal/f84cb239-6f20-4585-ae17-e83f1d2fb41f;jsessionid=D2AB30B94CD4CE2B6899A736C1F67842.srv155>>. Acesso em: 08/06/2018.

MONTEIRO, Tânia. *FAB divulga na segunda relatório sobre acidente que matou Teori*. 18/01/2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fab-divulga-na-segunda-relatorio-sobre-acidente-que-matouteori,70002155923>>. Acesso em: 10/07/2018.

MORO, Sérgio. *Despacho / Decisão*. 08/07/2018. Disponível em: <<http://br18.com.br/wp-content/uploads/sites/683/2018/07/MORO.pdf>>. Acesso em: 09/07/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – FORÇA-TAREFA LAVA JATO. *Dados Operação Lava Jato*. 14/09/2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/09/Apresentacao-lava-jato-lula.pdf>>. Acesso em: 12/07/2018.

MÜLLER, Bruno Raphael. *Estudantes Pela Liberdade desafia hegemonia da esquerda*. 22/06/2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-pela-liberdade-desafia-hegemonia-da-esquerda-9qk7kw1vsgnhu6ulrnup1s6kq>>. Acesso em: 29/06/2018.

MURAKAWA, Fabio. *Ex-operador da Odebrecht diz que Lava-Jato faz “delações a la carte”*. 30/11/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/5213255/ex-operador-da-odebrecht-diz-que-lava-jato-faz-delacoes-la-carte>>. Acesso em: 29/05/2018.

NARDES, João Augusto Ribeiro. *Voto*. 07/10/2015. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A2503F5DF2015044B92EC23023&inline=1>>. Acesso em: 16/06/2018.

NETZEL, Mateus; PEREIRA, Douglas. *Governo cortou R\$ 206 milhões em publicidade da TV Globo em 2015*. 06/07/2016. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/governo-cortou-r-206-milhoes-em-publicidade-da-tv-globo-em-2015/>>. Acesso em: 24/06/2018.

NOBLAT, Ricardo. *Dilma sinaliza que Secom vai pulverizar distribuição de publicidade oficial*. 01/04/2015. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/04/dilma-sinaliza-que-secom-vai-pulverizar-distribuicao-de-publicidade-oficial.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

NOGUEIRA, Marta. *Petrobras torna-se maior produtora de petróleo entre empresas de capital aberto*. 08/01/2015. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0KH23L20150108>>. Acesso em: 19/06/2018.

NOGUEIRA, Marta; GAIER, Rodrigo Viga. *Petrobras arremata 3 blocos no pré-sal e amplia parcerias com gigantes do setor*. 07/06/2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1J325R-OB RTP>>. Acesso em: 14/06/2018.

NOVAEX, Marina. *Um dia após violência policial, PM reafirma práticas e entidades civis protestam*. 7/9/2016. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/05/politica/1473106652\\_985432.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/05/politica/1473106652_985432.html)>. Acesso em: 29/05/2018.

NOZAKI, William. *Dez dias que abalaram o golpismo: sobem os preços, cai Pedro Parente*. 04/06/2018. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/item/22805-dez-dias-queabalaram-o-golpismo-sobem-os-precos-cai-pedro-parente>>. Acesso em: 08/06/2018.

NUNES, Samuel; ALBERTI, James. *STJ nega recurso do 'Japonês da Federal', citado em caso de corrupção*. 14/03/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/stj-nega-recurso-do-japones-da-federal-citado-em-caso-de-corrupcao.html>>. Acesso em: 24/06/2018.

O'SULLIVAN, Donie. *Russian bots retweeted Trump nearly 500,000 times in final weeks of 2016 campaign*. January 27, 2018. Disponível em: <<http://money.cnn.com/2018/01/27/technology/business/russian-twitter-bots-election-2016/index.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

OAS EMPREENDIMENTOS. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária – 29 abr. 2013. Diário Oficial do Estado de São Paulo – Empresarial, São Paulo, 123 (93), 18 mai. 2013, p. 31*. Disponível em: <Disponível em: <[https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento\\_11\\_4.aspx?link=/2013/empresarial/maio/18/pag\\_0031\\_AAM72ECCUQ8FReCRBLOFSRIJFR3.pdf&pagina=31&-data=18/05/2013&caderno=Empresarial&paginaordenacao=100031](https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2013/empresarial/maio/18/pag_0031_AAM72ECCUQ8FReCRBLOFSRIJFR3.pdf&pagina=31&-data=18/05/2013&caderno=Empresarial&paginaordenacao=100031)>. Acesso em: 10/12/2017.



OAS [OEA]. *Report By The Mission Of The Oas Secretary General And Delegation To The Republic Of Paraguay - Non Official Version*. July 10, 2012 - Washington, DC. Disponível em: <[http://www.oas.org/en/about/speech\\_secretary\\_general.asp?sCodigo=12-0058](http://www.oas.org/en/about/speech_secretary_general.asp?sCodigo=12-0058)>. Acesso em: 29/05/2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Fuzuê*. 01/07/2018. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,fuzue,70002379093>>. Acesso em: 09/07/2018

OLIVEIRA, Adilson; et al. *Subsídios para o Diesel Importado?* 30/05/2018. Disponível em: <<https://www.fup.org.br/index.php/ultimas-noticias/index.php/item/22777-professores-de-economia-da-ufrj-criticam-politica-de-preco-da-petrobras>>. Acesso em: 08/06/2018.

O GLOBO. *Marco Aurélio critica ‘manipulação da pauta’ no STF: ‘tempos estranhos’ – Ministro reclamou de Cármen Lúcia por não pautar prisão em 2ª instância*. 27/06/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/marco-aurelio-critica-manipulacao-da-pauta-no-stf-tempos-estranhos-22827300>>. Acesso em: 28/06/2018.

PALMER, Tom G (Ed.); BEITO, David; FALASCA, Piercamillo; GREEN, David; HATZIS, Aristides; NORRERG, Johan; PALMER, Tom; TANNER, Michael. *After the Welfare State*. Washington, Students For Liberty & Atlas Network / Jameson Books, Inc., 2012. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2012/04/After-the-Welfare-State-PDF.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

PAMPLONA, Nicola. *Produção nacional de diesel é a mais baixa em 15 anos*. 03/06/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/producao-nacional-de-diesel-e-a-mais-baixa-em-15-anos.shtml>>. Acesso em: 04/06/2018.

PASSARINHO, Nathalia. *Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional – Presidente fez discurso de abertura da Assembleia das Nações Unidas*. Set/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

PASSARINHO, Nathalia. *PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente – Partido diz que campanhas do PT foram pagas com dinheiro de corrupção*. 18/12/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>>. Acesso em: 29/06/2018.

PAUL, WEISS, RIFKIND, WHARTON & GARRISON LLP. *FCPA Enforcement and Anti-Corruption Developments: Q1 2018*. 13/04/2018. Disponível em: <<https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=f4054869-6f41-4a92-a03c-5a35d1bf8f4e>>. Acesso em: 29/05/2018.

PELLERIN, Cheryl. *Project Maven to Deploy Computer Algorithms to War Zone by Year's End*. 21/07/2017. Disponível em: <<https://www.defense.gov/News/Article/Article/1254719/project-maven-to-deploy-computer-algorithms-to-war-zone-by-years-end/>>. Acesso em: 29/05/2018.

PETROBRAS. *Descoberta do pré-sal*. 2006. Disponível em: <<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-2000-momento-44.php>>. Acesso em: 29/05/2018.

PETROBRAS. *Tecnologias Pioneiras do Pré-Sal*. 2015. Disponível em: <<https://presal.hotsitespetrobras.com.br/tecnologias-pioneiras/#0>>. Acesso em: 29/05/2018.

PIERRY, Flávia; ALVARES, Débora. *Diesel 46 centavos mais barato vai custar R\$ 13,5 bilhões ao contribuinte*. 28/05/2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/diesel-46-centavos-mais-barato-vai-custar-r-135>>

bilhoes-ao-contribuinte-27eqo746xfa3abuwurx54eyc1>. Acesso em: 04/07/2018.

PIERRY, Flávia. *Lobby no Congresso beneficia petroleiras com dinheiro da 'poupança do pré-sal' – Relator da medida provisória 814 libera uso de 20% dos recursos do fundo do pré-sal, destinado a investimentos em saúde e educação, para construir gasodutos*. 25/04/2018b. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/lobby-no-congresso-beneficia-petroleiras-com-dinheiro-da-poupanca-do-pre-sal-3r1hxo7rvx87yacrioolh5s78>>. Acesso em: 12/07/2018.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. *A Síria nas lentes da geopolítica do petróleo: eu sou você amanhã?*. 26/04/2017. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-siria-nas-lentes-da-geopolitica-do-petroleo-eu-sou-voce-amanha/>>. Acesso em: 12/07/2018.

PITA, Antonio. *Pasadena registra lucro de US\$ 73 mi no 1º semestre*. 25/08/2014. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pasadena-registra-lucro-de-us-73-mi-no-1-1-1-semestre,1549474>>. Acesso em: 26/06/2018.

PMDB. *Uma Ponte para o Futuro*. 29/10/2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 04/07/2018.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. *PGR reitera pedido de homologação da rescisão dos acordos de colaboração premiada de Wesley Batista e Francisco de Assis*. 18/05/2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-reitera-pedido-de-homologacao-da-rescisao-dos-acordos-de-colaboracao-premiada-de-wesley-batista-e-francisco-assis>>. Acesso em: 29/05/2018.

PICCOLI, Maria Luiza. *Delegado da PF invade acampamento “Lula Livre” e destrói equipamentos de som*. 04/05/2018. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/delegado-da-policia-federal-destroi-equipamentos-de-som-no-acampamento-lula-livre/>>. Acesso em: 29/05/2018.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. *A Síria nas lentes da geopolítica do petróleo: eu sou você amanhã?*. 26/04/2017. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/a-siria-nas-lentes-da-geopolitica-do-petroleo-eu-sou-voce-amanha/>>. Acesso em: 29/05/2018.

PODER 360. *Marco Aurélio usará questão de ordem para pautar prisão em 2ª Instância*. 20/03/2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/marco-aurelio-usara-questao-de-ordem-para-pautar-prisao-em-2a-instancia/>>. Acesso em: 26/06/2018.

PORTAL TRANSPORTA BRASIL. *Média do preço da gasolina sobe 10% nos últimos 12 meses*. 15/09/2015. Disponível em: <<http://www.transportabrasil.com.br/2015/09/media-do-preco-da-gasolina-sobe-10-nos-ultimos-12-meses/>>. Acesso em: 29/05/2018.

PRAZERES, Leandro. *Delatores Youssef e Costa mencionam repasse de propina a Guerra e Aécio*. 25/08/2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/08/25/youssef-e-costa-confirmam-repasses-a-lideres-tucanos.htm>>. Acesso em: 09/07/2018.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR. *Petição 7003*. 17/05/2018b. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/pgt/documentos/PET7003\\_rescisodoacordoWESLEYeFRANCISCO.pdf](http://www.mpf.mp.br/pgt/documentos/PET7003_rescisodoacordoWESLEYeFRANCISCO.pdf)>. Acesso em: 14/06/2018.

PUPPO, Amanda; MOURA, Rafael Moraes; VASSALLO, Luiz. *Raquel aponta 'omissão de fatos criminosos' e insiste na rescisão da delação de Joesley e Saud*. 18/12/2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/raquel-aponta-omissao-de-fatos-criminosos-e-insiste-na-rescisao-da-delacao-de-joesley-e-saud/>>. Acesso em: 29/05/2018.

RAPOZA, Kenneth. *China Wage Levels Equal To Or Surpass Parts Of Europe*. 16/08/2017. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2017/08/16/china-wage-levels-equal-to-or-surpass-parts-of-europe/#5bb86d1d3e7f>>. Acesso em: 22/06/2018.

REALPE, Germán; PEÑARRREDONDA, José Luis. “*Me arrepiento de haberme involucrado en política*”: hacker Sepúlveda. 04/10/2016. Disponível em: <<http://www.enter.co/chips-bits/seguridad/me-arrepiento-de-haberme-involucrado-en-politica-hacker-sepulveda/>>. Acesso em: 29/05/2018.

REUTERS. *Petrobras e PF decidem calar sobre roubo de notebooks*. 18/02/2008. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRN1524218120080218>>. Acesso em: 04/06/2018.

REVERBEL, Paula. *Governos anteriores ao PT limitavam investigações, diz procurador da Lava Jato*. 30/03/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755535-odebrecht-quer-acordo-para-salvar-o-patrimonio-da-familia-diz-procurador.shtml>>. Acesso em: 24/06/2018.

REVISTA FORUM. *O papel dos EUA na fuga de capitais dos países emergentes – Investidores começaram a retirar em massa recursos à medida que o Banco Central dos Estados Unidos foi diminuindo o fluxo de dinheiro para o sistema*. 05/02/2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/o-papel-dos-eua-na-fuga-de-capitais-dos-paises-emergentes/>>. Acesso em: 29/05/2018.

RICHTER, André. *Moro divulga grampo telefônico de Lula e Dilma e retira sigilo da Lava Jato*. 16/03/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/moro-divulga-grampo-telefonico-de-lula-e-dilma-e-retira-sigilo-da-lava-jato>>. Acesso em: 29/05/2018.

RIVERA, María Luisa. *Latin America - Memorando profético sobre Honduras previu ano “difícil” para Zelaya um ano antes do golpe*. 10/12/2010. Disponível em: <<https://wikileaks.org/Latin-America-Memorando-profetico.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

ROBERTSON, Jordan; RILEY, Michael; WILLIS, Andrew. *How to Hack an Election*. 31/03/2016. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/features/2016-how-to-hack-an-election/>>. Acesso em: 29/05/2018.

RODAS, Sérgio. *Operação “lava jato” motiva grandes bancas a abrir área criminal*. 05/04/2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-05/operacao-lava-jato-motiva-grandes-bancas-abrir-area-criminal>>. Acesso em: 29/05/2018.

RODRIGUES, Fernando. *TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto*. 29/06/2015. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29/05/2018.

ROMERO, Simon. *TIAA-CREF, U.S. Investment Giant, Accused of Land Grabs in Brazil*. 16/12/2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/11/17/world/americas/tiaa-cref-us-investment-giant-accused-of-land-grabs-in-brazil.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

RUPER, Clark. “Students For Liberty: Striving for ‘A Free Academy, A Free Society’”.in: *Libertarian Party News*, Vol.40, N.4, 2010. Disponível em: <[https://www.lp.org/wp-content/uploads/2010-4\\_LP\\_News.pdf](https://www.lp.org/wp-content/uploads/2010-4_LP_News.pdf)>. Acesso em: 30/06/2018.

RUSSIA TODAY. *¿Adiós a los petrodólares? Rusia y China estudian crear un sistema análogo al SWIFT*. 12/09/2014. Disponível em: <<https://actualidad.rt.com/actualidad/view/139997-fin-petrodolar-rusia-china-analogo-swift>>. Acesso em: 29/05/2018.

RUSSIA TODAY. *Russia suggests creating single virtual currency for BRICS and EEU*. 28/12/2017. Disponível em: <<https://www.rt.com/business/414444-brics-eeu-joint-cryptocurrency/>>. Acesso em: 29/05/2018.

SALOMÃO, Alexa. *Ecovix demite 3,2 mil funcionários e prepara pedido de recuperação judicial*. 13/12/2016. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ecovix-demite-3-2-mil-funcionarios-e-prepara-pedido-de-recuperacao-judicial,10000094135>>. Acesso em: 11/06/2018.

SANDERS, Bernie. *What Do the Koch Brothers Want?*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.sanders.senate.gov/koch-brothers>>. Acesso em: 29/05/2018.

SANDERS, Bernie. *A Conversation with Residente*. 17/04/2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pSeYDrDjV48>>. Acesso em: 08/07/2018.

SANDY, Matt. *Meet the Teen Spearheading Brazil's Protests Against its President*. 27/10/2015. Disponível em: <<http://time.com/4088721/kim-kataguiiri-brazil-protests/>>. Acesso em: 29/05/2018.

SARAIVA, Alessandra. *Telebras e americana Viasat firmam parceria para uso de satélite*. 26/02/2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5346929/telebras-e-americana-viasat-firmam-parceria-para-uso-de-satelite>>. Acesso em: 29/05/2018.

SATRAN, Richard. *International graft crackdown takes hold, FBI official says, citing Brazil*. August 5, 2016. Disponível em: <<http://blogs.reuters.com/financial-regulatory-forum/2016/08/05/international-graft-crackdown-takes-hold-fbi-official-says-citing-brazil/>>. Acesso em: 29/05/2018.

SBPC. *Entidades científicas e acadêmicas repudiam novos cortes orçamentários em ciência, tecnologia, educação e saúde*. 04/06/2018. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/entidades-cientificas-e-academicas-repudiam-cortes-anunciados-para-ciencia-tecnologia-educacao-e-saude/>>. Acesso em: 08/06/2018.

SCHIPANI, Andres. *Brazil's pre-salt oil auction falls short of expectations*. 27/10/2017. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/0e7ab34c-bd9b-3afd-ae2e-2607e4efa9e6>>. Acesso em: 29/05/2018.

SCHÜFFNER, Cláudia; TORRES, Fernando. *Sem paridade, Petrobras é quase derivativo cambial*. 13/11/2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3777354/sem-paridade-petrobras-e-quase-derivativo-cambial>>. Acesso em: 29/05/2018.

SENADO NOTÍCIAS. *Oposição pressiona, mas Congresso aprova alteração da meta fiscal de 2014*. 04/12/2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/04/oposicao-pressiona-mas-congresso-aprova-alteracao-da-meta-fiscal-de-2014>>. Acesso em: 04/07/2018.

SENADO NOTÍCIAS. *Orçamento de 2018 prevê aumento de gastos com a dívida pública*. 26/12/2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/12/orcamento-de-2018-preve-aumento-de-gastos-com-a-divida-publica>>. Acesso em: 04/06/2018.



- SERRA, José. *PL N.131/2015*. 2015. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=162087&c=PDF&tp=1>>. Acesso em: 12/07/2018.
- SHAMBAUGH, Jay. *Quem são os 41 milhões de pobres do país mais rico do mundo*. 17/12/2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-42323066>>. Acesso em: 29/05/2018.
- SKEEN, Matthew. *Sound and Fury: Campaign Finance in 2012*. 06/11/2012. URIST - Dateline, Nov. 6, 2012, Disponível em: <<http://jurist.org/dateline/2012/11/matthew-skeen-campaign-finance.php>>. Acesso em: 09/06/2018.
- SLEIRE, Sveinung. *Noruega tem 1/5 da população dependente de benefícios do estado*. 07/06/2017. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2017/06/07/noruega-tem-15-da-populacao-dependente-de-beneficios-do-estado.htm>>. Acesso em: 10/06/2018.
- SOUZA, Davi. *Ex-Economista da Petrobrás denuncia que é falsa a crise na empresa e que ela foi criada para justificar venda de ativos*. 19/12/2017. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/archives/106528>>. Acesso em: 20/06/2018.
- SPUTNIK. *BRICS pode criar criptomoeda alternativa ao dólar*. 05/09/2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/economia/201709059276149-brics-criptomoeda-dolar-alternativa/>>. Acesso em: 29/05/2018.
- STN. *Portaria STN N° 90, de 7 de Fevereiro de 2018*. 07/02/2018. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/342765/Portaria\\_90.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/342765/Portaria_90.pdf)>. Acesso em: 14/06/2018.
- STUDENTS FOR LIBERTY AFRICA. *Local Coordinator Program*. s.d.p. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/africa/lcp>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Annual Report 2010-2011*. Washington, Students For Liberty, 2011. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2010/07/2010-2011-SFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 03/07/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Annual Report 2014-2015*. Washington, Students For Liberty, 2015. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/06/sfl-annual-report-2015-web.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *A freerer Future*. Washington, Students For Liberty, 2017. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2017/04/SFL-leave-behind-lo.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Frequently Asked Questions*. s.d.p.a Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/faq>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *South Asia Local Coordinator Application*. 2015d. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20150327194136/http://www.tfaforms.com:80/361487>>. Acesso em: 04/07/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Students For Liberty's Student Protests Handbook*. 2009. Disponível em: <[http://web.archive.org/web/20101220144249/http://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2009/10/SFL\\_Student\\_Protests\\_Handbook.pdf](http://web.archive.org/web/20101220144249/http://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2009/10/SFL_Student_Protests_Handbook.pdf)>. Acesso em: 02/07/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Links*. s.d.p.b Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20021010054748/http://www.studentsforliberty.org:80/links.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Links*. s.d.p.b Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20021010054748/http://www.studentsforliberty.org:80/links.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Protest Grants*. s.d.p.e Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20101212215723/http://studentsforliberty.org:80/college/groups/protests/>>. Acesso em: 03/07/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. “Protests Rage Across Brazil”. *in*: STUDENTS FOR LIBERTY. *Annual Report 2014-2015*, p.22. Washington, Students For Liberty, 2015b. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/06/sfl-annual-report-2015-web.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. “The Program Goals & Budget of Students For Liberty”. *In*: STUDENTS FOR LIBERTY. *A freerer Future*. Washington, Students For Liberty, 2017. Disponível em: <<https://www.studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2017/04/SFL-leave-behind-lo.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. “Libertarian Students lead Millions in Brazil”. *In*: Students For Liberty Quarterly – Outono, 2015c. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/wp-content/uploads/2015/11/SFL-Quarterly-Final-reduced.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

STUDENTS FOR LIBERTY. *Welcome*. s.d.p.d Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20020807002540/https://www.studentsforliberty.org>>. Acesso em: 29/05/2018.

TAVARES, Osny. *WikiLeaks traz articulação dos EUA no pré-sal – Documentos enviados pelo consulado americano no Rio mostram análise de diplomatas e empresas petrolíferas sobre modelo de exploração*. Curitiba, 14/12/2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/wikileaks-traz-articulacao-dos-eua-no-pre-sal-1cn2jomwz0tqo5fosslnbqo26>>. Acesso em: 29/05/2018.

TESOURO NACIONAL. *Instituições credenciadas a operar com a Codip*. s.d.p. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/342765/Ranking+de+dealers+de+10.2.2018+a+30.4.2018+a.pdf>>. Acesso em: 04/06/2018.

TESOURO NACIONAL. *Instituições credenciadas a operar com o Demab e com a Codip*. s.d.p.b Disponível em: <[http://www4.bcb.gov.br/Pom/demab/dealers/operacoes\\_definitivas\\_de\\_10082014\\_a\\_31102014.pdf](http://www4.bcb.gov.br/Pom/demab/dealers/operacoes_definitivas_de_10082014_a_31102014.pdf)>. Acesso em: 12/07/2018.

THE GLOBAL ECONOMY. *Paraguay: Produção de petróleo*. 12/07/2018. Disponível em: 12/07/2018. Disponível em: <[https://pt.theglobaleconomy.com/Paraguay/oil\\_production/](https://pt.theglobaleconomy.com/Paraguay/oil_production/)>. Acesso em: 12/07/2018.

THE GLOBAL ECONOMY. *Paraguay: Consumo de petróleo*. 12/07/2018b. Disponível em: <[https://pt.theglobaleconomy.com/Paraguay/oil\\_consumption/](https://pt.theglobaleconomy.com/Paraguay/oil_consumption/)>. Acesso em: 12/07/2018.

THE LIBERTY CONSERVATIVE. *Interview with Kim Kataguri*. 27/05/2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_mfUlePqTz4#t=52](https://www.youtube.com/watch?v=_mfUlePqTz4#t=52)>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. *Food Security Status of U.S. Households in 2016*. Washington, s.d.p. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-us/key-statistics-graphics.aspx>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Summary of the National Defense Strategy of the United States of América- Sharpening the American Military's Competitive Edge*. 2018. Disponível em: <<https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE – U.S. ATTORNEY'S OFFICE – EASTERN DISTRICT OF NEW YORK. *Odebrecht And Braskem Plead Guilty and Agree to Pay at Least \$3.5 Billion in Global Criminal Penalties to Resolve Largest Foreign Bribery Case in History*. 21/12/2016. Disponível em: <<https://www.justice.gov/usao-edny/pr/odebrecht-and-braskem-plead-guilty-and-agree-pay-least-35-billion-global-criminal>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTAMENT OF STATE – ARCHIVE. *Office of the Coordinator for Counterterrorism*. Washington, s.d.p. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/s/ct/>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Debt Limit*. Washington, s.d.p. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/initiatives/Pages/debtlimit.aspx>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Who/What are Primary Dealers?*. Washington, 17/09/2015. Disponível em: <<https://www.treasury.gov/resource-center/data-chart-center/quarterly-refunding/Pages/primary-dealers.aspx>>. Acesso em: 06/06/2018.

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMISSION. *SEC Enforcement Actions: FCPA Cases*. 2018. Washington, 2018. Disponível em: <<https://www.sec.gov/spotlight/fcpa/fcpa-cases.shtml>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. *SEC Charges Hitachi With FCPA Violations*. Washington, 28/09/2015. Disponível em: <<https://www.sec.gov/news/pressrelease/2015-212.html>>. Acesso em: 29/05/2018.

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. *Securities and Exchange Commission v. Fabrizio Neves, et al., Civil Action No. 1:12-cv-23131 (S.D. Fla.) – SEC Charges Brokers for Defrauding Brazilian Public Pension Funds in Markup Scheme In: Litigation Release No. 22462*. Washington, 29/08/2012. Disponível em: <<https://www.sec.gov/litigation/litreleases/2012/lr22462.htm>>. Acesso em: 29/05/2018.

VALENTE, Rubens. *Polícia Federal rejeita sabotagem em acidente de avião que matou Teori*. 06/01/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948423-policia-federal-rejeita-sabotagem-em-acidente-de-aviao-que-matou-teori.shtml>>. Acesso em: 12/07/2018.

VASCONCELLOS, Marcos de. *Cooperação internacional – FBI ampliou presença no Brasil em 2014, antes de operação “lava jato” ficar famosa*. 07/02/2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/fbi-ampliou-presenca-brasil-antes-lava-jato-ficar-famosa>>. Acesso em: 29/05/2018.

VASSALLO, Luiz. *Vídeos mostram homem atirando contra acampamento pró-Lula*. 28/04/2018. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/policia-do-parana-obtem-videos-de-tiros-contr-a-campamento-pro-lula/>>. Acesso em: 29/05/2018.

VEM PRA RUA. *Manifestação #vemprarua Rio de Janeiro*, 17/06/2013. 19/06/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GwvE3s5ZckY>>. Acesso em: 12/07/2018.

- VIANA, Natalia. *Documentos apontam que EUA tiveram influência em golpe no Paraguai*. 07/02/13. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/02/paraguai-os-eua-e-o-impeachment>>. Acesso em: 29/05/2018.
- VIDIGAL, Bernardo. *SFL Alumni are Changing Brazil*. 25/01/2016. Disponível em: <<http://www.txwclp.org/2016/01/sfl-alumni-are-changing-brazil/>>. Acesso em: 03/08/2018
- VIDIGAL, Bernardo. *SFL Alumni are Changing Brazil*. In: Libertarian News – Libertarian Party - Williamson County. 25/01/2016b. Disponível em: <<http://www.txwclp.org/2016/01/sfl-alumni-are-changing-brazil/>>. Acesso em: 29/05/2018.
- WALKER, Andrew. *Libya holding huge gold reserves IMF data shows*. London, 22/03/2011. BBC World Service. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20171202150728/www.bbc.com/news/business-12824137>>. Acesso em: 29/05/2018.
- WATTS, Jonathan. *NSA accused of spying on Brazilian oil company Petrobras*. 09/09/2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/09/nsa-spying-brazil-oil-petrobras>>. Acesso em: 29/05/2018.
- WENKEL, Rolf. *Fuga de capital estrangeiro derruba moeda de países emergentes*. 01/09/2013. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/19ZGs>>. Acesso em: 29/05/2018.
- XAVIER, Renan Melo. *Bancos privados receberam do governo perdões de R\$ 27 bilhões em 2017*. 23/08/2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/governo-ja-perdoou-mais-de-r-321-bilhoes-de-bancos-privados-em-2017/>>. Acesso em: 12/07/2018.
- ZUNES, Stephen. *The US role in the Honduras coup and subsequent violence*. 14/03/2016. Disponível em: <<https://www.ncronline.org/blogs/ncr-today/us-role-honduras-coup-and-subsequent-violence>>. Acesso em: 29/05/2018.

## NOTAS E CITAÇÕES NOS IDIOMAS ORIGINAIS

- 1 Conferência Magistral registrada na UAM. Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Azcapotzalco, em 14 de Abril de 2018, sob o título “O golpe de Estado no Brasil e as Falácias do Juiz Sérgio Moro”.
- 2 *the best way of increasing consumption is to increase the share of household income in GDP. Here there is more scope for direct and indirect policy action.*
- 3 Os valores incluem a contratação de veiculação com: Edições Globo Condenast S/A – em que a Globo tem 70% de participação, Editora Globo S.A, Globo Comunicação e Participações S.A., Globosat Programadora Ltda., Infoglobo Comunicação e Participações S. A., Radio Globo de Sao Paulo Ltda, Rádio Globo Eldorado Ltda, Rádio Globo Ijuí Ltda, Radio Globo S.A.
- 4 “The CEOs of Chevron, Exxon Mobil, Devon Energy, Anadarko, and Hess Corporation briefed Ambassador Sobel on the investment climate for foreign players in Brazil, prospects for future oil discoveries, and shared their views on the oil and gas regulatory and fiscal regimes. The participants believed the overall investment climate was positive for US companies but obstacles included instability in the oil auctions and in the tax and licensing regimes. The Ambassador offered to advocate on behalf of the participants with GOB officials and with the National Petroleum Agency (ANP). The companies welcomed this idea and suggested emphasizing the need for stability to encourage investment. The Ambassador also proposed that the Brazilian Petroleum Institute (IBP) meet with relevant foreign ambassadors in Brazil to discuss overall concerns”
- 5 “The origins of SFL can be traced back to the summer of 2007 when I was a Koch Summer Fellow at the Reason Foundation, sponsored by the Institute for Humane Studies. Other Koch Summer Fellows ran pro-liberty student organizations on their campuses, so I organized a roundtable discussion on best practices for student organizations dedicated to liberty. That roundtable discussion drew a dozen people and was so successful that afterward, several of us decided to expand the concept into a 30 student conference in the Northeast. When we held the follow-up conference in February 2008, we drew 100 students from 42 schools in 3 countries. Since then, SFL has grown to 425+ student groups with thousands of members around the world.”



6 “We are a group of Elon University students that meet weekly to discuss ideas of libertarianism and work to promote the Libertarian Party.”

7 “I continue to work closely with Students For Liberty to build libertarian groups at high schools and colleges. (I am a member of the Board of Advisors of SFL.) As part of this effort, members of the SFL board and I have found ways for the LP to use the many services available from SFL. We must be careful in so doing because we do not wish to jeopardize the 501c(3) status of SFL.  
In addition, I serve as chair of the Student Libertarian Alumni Committee (SLAC). This organization assists SFL by promoting the organization among libertarians and helping to raise funds for SFL.”

8 Students For Liberty provides a number of resources to help students fight for liberty on campus. These include an academic journal, free books for reading groups, e-leadership webinars, helpful handbooks, protest grants, an alumni network and much more

9 ““Classical liberalism” and “libertarianism” refer to that tradition of ethical, political, legal, and economic thought that places the freedom of the individual at the center of political concern and that sees that freedom as, in John Locke’s language, each person’s enjoyment of a “Liberty to dispose, and order, as he lists, his Persons, Actions, Possessions, and his whole Property, within the Allowance of those Laws under which he is; and therein not to be subject to the arbitrary Will of another, but freely follow his own.”

Classical liberals, despite oft en vigorous disagreement among themselves over both the foundations of liberty and the proper limits on state power, have generally agreed on the thesis of the presumption of liberty; that is, that it is interference with the freedom of others that must be justified, and not their free action itself. The exercise of power requires justification; the exercise of liberty does not.”

10 “We urge the repeal of federal campaign finance laws.” [...] “We propose the abolition of the governmental Postal Service.” [...] “We oppose all personal and corporate income taxation, including capital gains taxes.” [...] “We support repeal of all law which impede the ability of any person to find employment, such as minimum wage laws.” [...] “We advocate the complete separation of education and State. Government schools lead to the indoctrination of children and interfere with the free choice of individuals.” [...] “We support the abolition of the Environmental Protection Agency.” [...] “We support abolition of the Department of Energy.” [...] “We demand the return of America’s railroad system to private ownership. We call for the privatization of the public roads and national highway system.” [...] “We support an end to all subsidies for child-bearing built into our present laws, including all welfare plans and the provision of tax-supported services for children.” [...] “We oppose all government welfare, relief projects, and ‘aid to the poor’ programs. All these government programs are privacy-invading, paternalistic, demeaning, and inefficient.” [...] “We call for the privatization of the inland waterways, and of the distribution system that brings water to industry, agriculture and households.”

11 “According to the World Bank, 769 million people lived on less than \$1.90 a day in 2013; they are the world’s very poorest. Of these, 3.2 million live in the United States, and 3.3 million in other high-income countries (most in Italy, Japan and Spain).[...] // The Oxford economist Robert Allen recently estimated needs-based

absolute poverty lines for rich countries that are designed to match more accurately the \$1.90 line for poor countries, and \$4 a day is around the middle of his estimates. When we compare absolute poverty in the United States with absolute poverty in India, or other poor countries, we should be using \$4 in the United States and \$1.90 in India. [...] // Once we do this, there are 5.3 million Americans who are absolutely poor by global standards. This is a small number compared with the one for India, for example, but it is more than in Sierra Leone (3.2 million) or Nepal (2.5 million), about the same as in Senegal (5.3 million) and only one-third less than in Angola (7.4 million). Pakistan (12.7 million) has twice as many poor people as the United States, and Ethiopia about four times as many.”

12 “Although the total homeless population has fallen almost 14% since 2010, there are still close to 550,000 people in the U.S. who don’t have a fixed abode, according to estimates from the U.S. Department of Housing and Urban Development.”

13 insufficient money or other resources for food

14 “The agenda of the Koch brothers is to repeal every major piece of legislation that has been signed into law over the past 80 years that has protected the middle class, the elderly, the children, the sick, and the most vulnerable in this country. // It is clear that the Koch brothers and other right wing billionaires are calling the shots and are pulling the strings of the Republican Party. // And because of the disastrous Citizens United Supreme Court decision, they now have the power to spend an unlimited amount of money to buy the House of Representatives, the Senate, and the next President of the United States. // [...] Our great nation can no longer be hijacked by right-wing billionaires like the Koch brothers. // For the sake of our children and our grandchildren, for the sake of our economy, we have got to let democracy prevail.”

15 An S/CT funded regional conference

16 formal and informal international cooperation, asset forfeiture, methods of proof, [...] plea bargaining [...] and suggestions on how to deal with Non-Governmental Organizations (NGO,s) suspected of being used for illicit financing.

17 “The week-long conference was praised in written evaluations by the participants, with many asking for more training [...]. In addition, participants universally praised the fact that the training was multijurisdictional, practical, and included actual demonstrations (such as how to prepare a witness to testify, and the direct examination of witnesses). [...] // Federal judges and prosecutors from each of Brazil,s 26 states and a federal district took part, and over 50 federal police agents (from throughout Brazil) participated. State-level participation was also solicited, and 30 state prosecutors, judges, and law enforcement attended. In addition to the large Brazilian delegation, post strived to meet S/CT,s regional focus by inviting representatives from Mexico, Costa Rico, Panama, Argentina, Uruguay, and Paraguay.”

18 “The Department of Justice (DOJ) and Securities and Exchange Commission (SEC) have worked quite diligently to increase professionalism around anti-corruption enforcement in jurisdictions outside the US. [...] Over the past few years, the DOJ and SEC have worked to create a network of international cooperation in the global war against bribery and corruption. In addition to forming liaisons, they have

put on three conferences dedicated to the training of foreign prosecutors on investigations, best practices around anti-corruption compliance program and cooperation between countries in sharing of documents and other evidence.”

- 19 “FUTURE TRAINING: [...] there is a continual need to provide hands-on training to Brazilian federal and state judges, prosecutors, and law enforcement regarding the illicit financing of criminal conduct. [...] Ideally, the training should be longer-term and coincide with the formation of training task forces. Two large urban centers with proven judicial support for illicit financing cases, in particular Sao Paulo, Campo Grande, or Curitiba, should be selected as the location for this type of training. Then task forces can be formed, and an actual investigation used as the basis for training that would sequentially progress from investigation through the courtroom presentation and conclusion of the case.”
- 20 “conference on Illicit Finance Oct 4-9 (reftel), held in the regional capital of Rio de Janeiro and funded by State,s Coordinator for Counter Terrorism (S/CT). This is the first regional conference conducted under post,s Projeto PONTES (Translation: Bridges Project) umbrella, a new training concept post introduced in February 2009 to consolidate bi-lateral law enforcement training.”
- 21 “the primary mission of the Office of the Coordinator for Counterterrorism (S/CT) is to forge partnerships with non-state actors, multilateral organizations, and foreign governments to advance the counterterrorism objectives and national security of the United States.”
- 22 “According to IBP’s Pradal, likely PSDB 2010 Presidential Candidate Jose Serra opposed the framework, but seemed to lack a sense of urgency on the issue. She quoted him as telling industry representatives, “Let those guys [Worker’s Party] do what they want. There will be no bid rounds, and then we will show everyone that the old model worked...And we will change it back.”
- 23 the FBI’s International Corruption Unit and a special squad at the Bureau’s Washington Field Office is combatting foreign corrupt practices
- 24 “No matter what the reason, when foreign officials receive bribes, they threaten our national security and the international free market system in which we trade [...]. Just because they’re out of our sight, doesn’t mean they’re beyond our reach. The FBI will use all available resources to put an end to this type of corrupt behavior.”
- 25 “Investigators say that anti-money laundering (AML) violations often point to illicit bribe and fraud schemes. The Brazil case shows how a local AML case led to a hierarchy of corruption in the country so vast they might not have been able to go ahead without the involvement of global enforcement agencies.”
- 26 “The first quarter of 2018 saw a flurry of declinations of FCPA prosecutions by the DOJ and the SEC, and only one FCPA corporate enforcement resolution by the DOJ and two resolutions by the SEC. This activity—or lack thereof—appears consistent with senior DOJ officials’ statements that, absent corporate misconduct that is “serious or pervasive enough” to warrant an entity-level criminal resolution, the DOJ wants “to avoid imposing penalties that disproportionately punish innocent employees, shareholders, customers, and other stakeholders” [...] // “Based on publicly available records, FCPA charges were brought against only one individual in the

- first quarter [...] // “The U.S. enforcement activity level last quarter contrasted sharply with stepped-up anti-corruption efforts abroad, as foreign jurisdictions continued to implement and enforce anti-corruption laws.”
- 27 “In the first quarter of 2018, the DOJ and the SEC resolved a total of three corporate FCPA enforcement actions, resulting in a modest \$3.45 million in combined fines, penalties, disgorgement and pre-judgment interest, of which \$2 million was assessed by the DOJ and \$1.45 million by the SEC.”
- 28 “Last month, we worked closely with the DOJ and Brazilian authorities to bring charges against the Brazilian aircraft manufacturer Embraer. Our global settlement required the company to pay more than \$205 million to resolve allegations that it violated the FCPA by paying bribes to win business in the Dominican Republic, Saudi Arabia and Mozambique.[75] The settlement requires Embraer to pay DOJ a \$107 million penalty as part of a DPA, and to pay more than \$98 million in disgorgement to the SEC. \$18.5 million of that disgorgement amount was paid to Brazilian authorities in the parallel civil and criminal proceeding in Brazil, with us crediting those payments against the disgorgement owed to the Commission.”
- 29 TRANSNATIONAL THREATS // Mr. Chairman, I’d like to address now a range of key transnational issues that have an immediate bearing on America’s national security and material well-being. They are complex, evolving, have far-reaching consequences. // Globalization—while a net plus for the global economy—is a profoundly disruptive force for governments to manage. China and India, for example, have substantially embraced it and retooled sectors to harness it to national ends, although in other countries it is an unsought reality that simply imposes itself on society. For example, many of the politically and economically rigid Arab countries are feeling many of globalization’s stresses—especially on the cultural front—without reaping the economic benefits. // - Latin America’s rising populism exemplifies the growing backlash against globalization in countries that are falling behind. Last year Brazil’s President, “Lula” da Silva, campaigned and won on an expressly anti-globalization populist platform.
- 30 In reaction to the likelihood the new framework will mandate Petrobras as the sole operator for all unlicensed blocks, Petrobras and Brazilian Institute for Petroleum executives argued the company does not have sufficient resources to effectively carry out this role, which could lead to subcontracting opportunities for other oil firms. While petroleum companies praised the concession model under the existing regime and opposed the likely shift to production sharing contracts (PSC), some analysts argued PSC provisions could potentially carry fiscally advantageous terms for investors. // Local representatives of Chevron and Exxon Mobile are bracing for a far more challenging operating environment, but both companies will maintain an active presence in Brazil, regardless of the changes the new reform package brings.
- 31 Exxon Mobile’s External Relations Director Carla Lacerda, told [...] the proposed model constituted a reversion to Brazil’s former monopoly system. As the sole operator, she explained, Petrobras would have more control over equipment purchases, personnel, and technology selection, which, in turn, could adversely affect U.S. equipment and service supply to Brazil. Chevron’s Director for Business Development and Government Relations Patricia Pradal told [...] that she had

doubts over the legality of such a provision. “The Brazilian government will have to fight this out in the courts or change the shareholder composition of Petrobras to give the government a greater share,” she explained. In spite of that possibility, Pradal did not believe non-operating partner status would necessarily be bad for Chevron. She stated, “We are trying to maintain a lower profile nowadays,” adding, “We are already partnering with Petrobras on five projects here.”

32 Although industry is opposed to the likely shift from concession to production sharing contracts (PSCs) under the new regime, PSC provisions could potentially carry fiscally advantageous terms for investors. IBP’s Teixeira and Chevron’s Pradal praised the concession model under the existing regime, calling it “strong and stable.” Pradal said the shift from such a model to a PSC was a political move, explaining “Everything the Brazilian government is trying to get from a PSC, they could have done through concessions.”

33 AMERICAN OIL COMPANIES: ‘WE WILL STAY’. Although Rio de Janeiro-based representatives of Chevron and Exxon Mobile are bracing for a far more challenging operating environment, both companies will maintain an active presence in Brazil, regardless of the changes the new reform package brings. According to Exxon Mobile’s Lacerda, the Brazilian market remains attractive, especially considering declining access to reserves, world wide. Chevron’s Padral conceded her company will be “struggling” in the coming years, but said existing investments and her company’s long-term goals here will keep Chevron engaged. “The rules can always improve later on,” she said. Both Lacerda and Padral stated their companies were accustomed to PSCs world-wide and would enter into them here, given competitive and transparent terms.

34 The great democratic revolution that has swept the globe over the past few years has been a triumph of overt action. The CIA old boys spent a generation fantasizing about this sort of global anti-communist putsch. But when it finally happened, it was in the open. There were no secret paramilitary armies, and there was almost no bloodshed. The key operatives in the conspiracy turned out to be telephones, televisions and fax machines.

35 Preparing the ground for last month’s triumph of overt action was a network of overt operatives who during the last 10 years have quietly been changing the rules of international politics. They have been doing in public what the CIA used to do in private -- providing money and moral support for pro-democracy groups, training resistance fighters, working to subvert communist rule. And, in contrast to many of the CIA’s superannuated Cold Warriors, who tended to get tangled in their webs of secrecy, these overt operatives have been immensely successful.

36 There’s an obvious lesson here for [...] whoever ends up heading the CIA. The old concept of covert action, which has gotten the agency into such trouble during the past 40 years, may be obsolete. Nowadays, sensible activities to support America’s friends abroad (or undermine its enemies) are probably best done openly. That includes paramilitary operations such as supporting freedom fighters, which can be managed overtly by the Pentagon. And it includes political-support operations for pro-democracy activists, which may be best left to the new network of overt operators.

- 37 That's especially true in the realm of what used to be called "propaganda" and can now simply be called information. The CIA worked hard in the old days to draw foreign newspapers and magazines into its web, so as to counter Soviet disinformation. Frank Wisner, the head of CIA covert operations during the mid-1950s, once remarked that he could play his media assets like a "mighty Wurlitzer." // Today the mighty Wurlitzer actually exists. It's called CNN. But it doesn't need playing by anybody but the independent journalists who work there. CNN's objective, omnipresent, real-time coverage of the news helps America's interests more than all the besotted Third World "media assets" of old could ever have imagined.
- 38 The networking phenomenon is one of the things we've specialized in.
- 39 insurgents who were later to lead protest movements across Eastern Europe in 1989
- 40 The biggest difference is that when such activities are done overtly, the flap potential is close to zero. Openness is its own protection.
- 41 The money underwrote shipments of scores of printing presses, dozens of computers, hundreds of mimeograph machines, thousands of gallons of printers' ink, hundreds of thousands of stencils, video cameras and radio broadcasting equipment
- 42 The sugar daddy of overt operations has been the National Endowment for Democracy, a quasi-private group [...] that is funded by the U.S. Congress. Through the late 1980s, it did openly what had once been unspeakably covert – dispensing money to anti-communist forces behind the Iron Curtain. [...] Covert funding for these groups would have been the kiss of death, if discovered. Overt funding, it would seem, has been a kiss of life.
- 43 Here's How One SFL Local Coordinator is Changing Brazil for the Better
- 44 to demand the removal of President Dilma Rousseff from power
- 45 "South Asia Students For Liberty's Local Coordinator Program takes the best and the brightest pro-liberty students from across South Asia and gives them training, resources, a network, and other tools with which they can effectively organize and make an impact in their universities, cities and regions. Among other undertakings, they organize events, help start and grow student groups, seek out other potential leaders for liberty with the resources we provide. We do not, however, instruct Local Coordinators what to do to spread the ideas of liberty, but rather provide training and a framework and rely on Local Coordinators for local knowledge about what works best in a certain region."
- 46 The Local Coordinators (LCs) go through 4 weeks of Academic Training in the ideas of liberty followed by 4 weeks of Leadership Training to allow the LCs to realise their potential as leaders.
- 47 Another and more widely known EPL alum is Kim Kataguirí, a 19-year-old libertarian who is one of the leaders of the Free Brazil Movement calling for the impeachment of the president. After the ruling Labour Party and President Dilma Rousseff became embroiled in multiple corruption scandals, Kim took to the streets in protest. Over the past year, the Free Brazil Movement has grown dramatically to include protests by millions of individuals, massive mainstream media attention, and strong political support for the impeachment of the president. For all his work

this past year, Kim was recently named one of Time Magazine's 30 Most Influential Teens of 2015. While EPL is not involved in any political activity, we are proud to see an EPL alum become active on the national political stage and show what a difference young people can make if they work for it. This was an incredible semester for EPL. We hosted dozens of events and trained hundreds of leaders, but individual stories of empowerment are what we're most proud of. EPL leaders are having an impact, and our training is being recognized because so many of our students are being accepted into libertarian seminars across the Americas, another great achievement. The challenges of the liberty movement in Brazil are enormous, but with these results, EPL is having an impact on the Brazilian political landscape.

48 "Students for Liberty (SFL) is an arm of Charles Koch's numerous recruiting, training and networking operations to develop professionals who operate under his "culture" of Market Based Management and ideology of unrestrained corporate power. SFL chapters are established on campuses across the United States or partner with existing campus groups with similar ideological goals.[...] // Students for Liberty campus groups gain access to employees and resources from the Koch-founded and heavily funded Institute for Humane Studies, the Charles Koch Institute and numerous think tanks funded or governed by the Koch Brothers (including the Reason Foundation, the Competitive Enterprise Institute and the Cato Institute)."

49 "Students For Liberty is a US-based [...] nonprofit organization that supports pro-liberty students and student organizations. We seek to educate more young people about the importance of liberty and free enterprise and provide today's youth with the resources to become more effective advocates of liberty in preparation for when they graduate and can start to make a difference in society. We do so by identifying pro-liberty students, providing leadership training, organizing conferences, and offering free resources like 125,000 copies of our most recent book, *After the Welfare State*, published in conjunction with the Atlas Network. // Students For Liberty is primarily active in the United States and Europe at this time. [...] However, we frequently receive requests from students around the world for support [...]. This proposal is for the Templeton Foundation [...] to expand Students For Liberty's work to students across the globe."

50 "Changing PSL was not an easy task. The party has existed since 1994 and was mostly without an ideology throughout its 21 years of existence. It was considered center-left in the old "34 shades of red" Brazilian political spectrum. This changed in late 2015, when *Livres*, a movement led by BSFL alumni, grew inside the party and changed its course into a libertarian one."

51 "SFL is a 501(c)(3) nonprofit organization. As such, we do not endorse any political party, political candidates, or legislation."

52 "Alumni For Liberty (AFL) is the official alumni organisation of Students for Liberty (ESFL). AFL is a community for everyone who wants to support the cause of liberty. We are a networking platform bringing together former SFL leaders, past and present supporters of SFL, young liberty-minded professionals, businesspeople, opinion leaders, and anyone who cares about freedom. Be it online or through our local groups that we are already working on creating, it is a way for you to be involved in the global liberty network."

53 “Imagine millions of people protesting in the streets of a major city, criticizing their government for economic stagnation and corruption. Imagine that a 19-year-old idealist is on stage at the front of the crowd, shouting into a microphone, drawing cheers and applause with every phrase he utters. Imagine that he asks the people if the government-owned national oil company has ever helped out anyone in the crowd, to which they answer, “No!” Now imagine, when he asks the crowd what they should do with the national oil company, they shout in unison, “PRIVATIZE IT!” // This is not fiction. It is a description of what is happening in Brazil right now. There is footage on YouTube of that very scene. It is an example of the growing impact of the student movement for liberty around the world. // Students For Liberty’s national and international vision is coming into focus. [...] // We are also investing in the long-term potential of SFL. [...] // In addition to all this, an exciting development is taking place in Brazil. Throughout this document, you will read about SFL students in Brazil who are organizing conferences for thousands of individuals. You’ll learn about an SFL alum who has been elected as a State Representative and is becoming a leading opponent of government intervention in people’s lives. And you’ll discover the details of a movement that includes millions of people across the country calling for the impeachment of the president, Dilma Rousseff, and widespread reforms toward (classical) liberalization, being led by current students and SFL alumni.”

54 “PROTESTS RAGE ACROSS BRAZIL Protests are taking place across Brazil, including hundreds of thousands of individuals challenging the failed policies of the current Brazilian government. There are calls for the president, Dilma Rousseff, to leave office. These protests are being led by libertarian students. Media outlets ranging from the Washington Post to Foreign Policy are commenting on the success of libertarian youth in mounting opposition to the current government, highlighting the work of Estudantes Pela Liberdade and the success of these ideas. Change is taking place in Brazil. Students across the country are awakening to the power of libertarian ideas and are standing up for change.”

55 **Step 1: Pick a Meaningful Topic** [...] to protest for or against. [...] Here is a sample list of topics you may want to consider protesting against: [...]

Taxation

Drug Laws

Protectionism (protesting for Free Trade)

Campus Censorship (protesting for Free Speech)

Gun Control Laws (protesting for the Second Amendment)

Smoking Bans

[...] The topic you choose needs to be something that other students care about [...].

Here are some ways to make an issue relevant [...]:

**Response to Other Event-** If another organization recently protested on campus or had an event about an issue that you disagree with, it’s best to hold a protest at the same time to raise a voice of opposition right then. However, if you only learn about it after the fact, organizing a counter-protest within a week can still get attention for the opposite side. Either way, try not to let the opposition maintain the upper-hand on your organization.

56 **Step 2: Come Up With a Unique Approach.** [...] To have a successful protest, you need to do something that people are not expecting, [...] examples [...]



• **Gun Giveaways** – If you’re supporting the Second Amendment, [...] ask a local gun manufacturer to donate a real gun to the event. If guns are banned on campus, have a big event where you raffle off a ticket for the gun that the winner receives and can later redeem at the manufacturer or local FFL dealer[...].

**Tax Day Smash** – Frustrated with paying your taxes on April 15? One student group once bought a beat up old car, parked it in front of the local Post Office, and let people go to town on it with a baseball bat after they walked out of the Post Office. Who doesn’t like to take a swing at coercive taxation?

57        **Step 3: Plan the Protest** [...] It’s tough to give a specific timeline [...] because protests may be planned a month beforehand or just a few days beforehand. However, there is a general order you should follow [...]:

**Conceptualize** – The first step is to come up with the idea of the event. [...] Don’t be bashful about asking Students For Liberty for help in conceptualizing your idea.[...]

**Determine the Goal** – [...] a successful protest must have an end goal in mind. Furthermore, [...] is one that everyone is talking about [...]. Leverage existing methods of communication such as TV stations in your area, your local paper[...]. As a rule-of-thumb, if your goal does not entail getting covered by a lot of media, then your protest will likely be less than successful.

**Craft the Message** – Another way of thinking about this is coming up with your sound bites. If the [...] newspaper shows up to cover the story [...], you need a clear, concise message that everyone organizing the protest can give them.

**Create a Timeline of Events** – What will happen and when will it happen at the event? [...] Consider chopping it up with intermittent events, though, like a speech in a loudspeaker at certain points, or special prizes for people who come at particular times.

**Develop a Budget** – If you are going to be buying things for the protest, make sure you budget it out and keep costs as low as possible. Make sure to include some kind of give-away. You should have flyers/pamphlets for people to take away, but including something else like candy or a small toy about the issue can be very memorable.

**Organize Volunteers** – Make sure you have a strong number of volunteers at the protest throughout the event. [...] Make sure people volunteer for at least 2 hours [...] and feel obligated to engage with observers.

**Create a Marketing Strategy** [...]

58        **Step 4: Market the Protest** [...] You need to tell people about the protest beforehand. [...] Draft up a press release preferably two weeks beforehand [...] and send it to [...] newspapers, [...] bloggers [...], the local news station, local radios, and any other media you can think of. [...] After that, make a Facebook Event to promote it and invite as many people to join the event as possible, in order to get them to show up and support or oppose you. Then go ahead and let as many student groups know you’re hosting the protest as possible. Let your potential allies know, as well as your potential opponents.<sup>2</sup> In general, you need to let people know about your protest as many ways as possible before it actually happens.

59        [...]don’t forget to send out updates via your previously set up social networks, send reminder emails, and message updates.

60        [...]Also, be sure to keep in mind that text heavy and overly “busy” fliers do you no good. Grab their attention quick, give them the information required, and remember that brevity is a virtue with fliers.

- 61 Step 5: Execute the Protest No matter how much you plan [...]Something will go wrong, your plans might change [...] and remember to expect the unexpected and be able to react appropriately, with professionalism.
- 62 3. Bring a Camera – You want to have as many pictures of your event as possible for your records, newsletters [...]. Remember to capture pictures at interesting angles and, when possible, be sure to get shots that entail action or that conveys an interesting message. These pictures are much more likely to get re-printed by media. [...]
4. Bring a Video Recorder – [...] YouTube videos of protests can be terrific ways to increase your profile and are even more telling than pictures[...] And, do not hesitate to get it online fast to send out to your local TV stations!
- 63 Tip 1: Community, Networking and finding Allies. Since protests are often a numbers game, working with others is vital to making your event a success. That is why building a community, or network that is willing to collaborate on projects, is vital to running a protest. [...] Do not be afraid to call established organizations together for coalition meetings [...] Over time, if you can develop a working relationship with like-minded people, future events will run much more smoothly. This will also save time, money and manpower at making your protests work. [...]
- 64 Tip 2: Post-Protest Fun. The primary purpose of a protest is to ensure that your message is reached by a large audience to create fundamental change in society. However, the videos and photos from each event should also be used to boost supporter morale and continue to outreach to your audience. // Create a slideshow or a video montage that can be shown to those who attended the protest.[...] Host a screening where everyone can watch the final product. Also, don't forget to post the video on YouTube or a blog [...] // Remember, if people enjoy attending each event, it will be easier to get people to show up to future events. [...] Make friends, not just members!
- 65 Tip 3: Love the Labor. [...] keep in mind that the more organized you are before an event, and the more time you give yourself to plan each event, the more prepared you will be to deal with logistical problems. [...]
- 66 Tip 4: Take Risks. The most successful protests are often the most creative. [...] If you want to get the media's attention, but don't have 100,000 people marching in the streets for your cause, having a catchy idea may make someone take notice. Give them a multitude of reasons to take notice of your cause.
- 67 Tip 5: Let it be Organic. Encouraging supporters to develop their own creative ideas will work wonders toward getting more people involved. [...] People should feel compelled to run with their ideas, so long as it is "value added" to the protest and overall idea of accomplishing the protest's goals. [...] If members and supporters enjoy the event, and your message is well-received and covered, then your work has been a success.
- 68 [...] When you have a plan, submit a proposal to Students For Liberty's Student Protest Grants to try and get funding for it. If Students For Liberty cannot financially support the protest, but we support the effort, we will still provide connections and non-financial resources to support your group. // Additionally, do not

hesitate to contact your regional director. [...] // Applications for Student Protest Grants are available at: [www.StudentsForLiberty.org/College/Groups/Protests/](http://www.StudentsForLiberty.org/College/Groups/Protests/)

69 Student Protests Grant Application. SFL and Bureacrash will be awarding Student Protest Grants to 15 student protests during the 2009-2010 school year. The purpose of these grants is to encourage student activism for liberty on campuses around the US by providing both monetary and non-monetary support for student events that promote liberty. [...] // These grants are *highly competitive* and not every application will be funded. However, if your grant application does not receive financial support, but your event does promote the ideas of liberty, SFL and Bureacrash will work to provide your event with as many non-monetary resources as possible. Submitting a Student Protest Grant application is a great way to let us know about your upcoming protest and **access additional resources** that SFL and Bureacrash have available. Click below submit an application for the Student Protest Grant.

70 If your grant application receives funding, you will be reimbursed for protest expenses up to the total grant amount. This reimbursement will be mailed out after receipts for expenses are scanned and emailed to SFL, and after you send a summary of the event along with any pictures, videos, and articles of the event that you have available for SFL and Bureacrash to highlight to other students and donors.

71 PROTEST GRANTS. [...] For groups that want to take the fight against government growth to the streets, this is the program for them.

72 If the protest will be occurring in the next 10 days send an email to [pneiger@studentsforliberty.org](mailto:pneiger@studentsforliberty.org) with "Protest Grant Request - URGENT" in the subject line and include a brief summary of the protest as well as a name and phone number for a point of contact on campus.

73 The elite detested the Workers' Party and is using this opportunity to get rid of the party that won the elections. They're not waiting for the elections, which they'd probably lose, but they want to get rid of it, exploiting an economic recession, which is serious, and the massive corruption that's been exposed. [...] She's being charged with manipulations in the budget, which are pretty standard in many countries [...]. Maybe it's a misdeed of some kind, but certainly doesn't justify impeachment. In fact, [...] we have the one leading politician who hasn't stolen [...], who's being impeached by a gang of thieves [...]. That does count as a kind of soft coup.

74 The oil and gas industry has weathered its most severe crisis since the price collapse in the 1980s. There have been at least 62 oil and gas company bankruptcies over the last year or so, and roughly 120,000 American oil and gas workers — nearly one out of four nationwide — have lost their jobs. [...] Chevron's losses were somewhat larger than expected. Its revenue fell more than 30 percent, to nearly \$23.6 billion, in large part because of losses in its exploration and production operations in the United States. The company announced it would cut 1,000 more jobs this year, bringing total cuts to 8,000 employees. [...] Standard & Poor's this week slashed Exxon Mobil's coveted AAA rating to AA+, citing the near tripling of the company's debt to almost \$20 billion last year from 2013 as it struggled to replace reserves. [...] Showing its confidence in its future, however, Exxon Mobil raised its dividend slightly the next day. [...] American production is dropping fast, by more than 600,000 barrels a day over the last year, to 8.9 million barrels a day.

- 75 “While several presidential candidates have proposed privatizing state companies, citing a massive corruption scandal that emerged four years ago, front-runner Jair Bolsonaro, of the right-wing Social Liberal Party, has been more cautious on the issue, suggesting prices shouldn’t be left entirely unchecked.”
- 76 “SEC charged the Tokyo-based conglomerate with violating the FCPA by inaccurately recording improper payments to South Africa’s ruling political party in connection with contracts to build power plants. Hitachi agreed to pay \$19 million to settle charges. (9/28/15)”
- 77 “Hitachi sold a 25-percent stake in a South African subsidiary to a company serving as a front for the African National Congress (ANC). The arrangement gave the front company and the ANC the ability to share in profits from any power station contracts that Hitachi secured. Hitachi was ultimately awarded two contracts to build power stations in South Africa and paid the ANC’s front company approximately \$5 million in “dividends” based on profits derived from the contracts. Through a separate, undisclosed arrangement, Hitachi paid the front company an additional \$1 million in “success fees” that were inaccurately booked as consulting fees without appropriate documentation.”
- 78 Protests took place in Johannesburg, Cape Town and Durban, among other cities, with marchers carrying ‘Zuma Must Fall’ placards and singing anti-Zuma songs
- 79 “Primary dealers are banks and securities broker-dealers that trade in U.S. Government securities with the Federal Reserve Bank of New York (FRBNY). On behalf of the Federal Reserve System, the FRBNY Open Market Desk engages in the trades in order to implement monetary policy. The purchase of Government securities in the secondary market by the Open Market Desk adds reserves to the banking system; the sale of securities drains reserves.”
- 80 “Failing to increase the debt limit would have catastrophic economic consequences. It would cause the government to default on its legal obligations – an unprecedented event in American history. That would precipitate another financial crisis and threaten the jobs and savings of everyday Americans – putting the United States right back in a deep economic hole, just as the country is recovering from the recent recession.”
- 81 “The Shanghai debut of China’s first yuan-denominated crude futures trading market on Monday proved a great success, with major domestic and foreign traders displaying active interest. Total turnover amounted to 18.3 billion yuan (\$2.9 billion) on the first trading day. // The market’s better-than-expected performance is believed to have significantly contributed to the recent strength of the yuan on global currency markets. // As China largely depends on crude imports, price volatility in the commodity market is a major impediment. It launched the crude futures market to address the problem and also to gain more pricing power over the crucial commodity. // An important move by Beijing to open up its financial sector, the new crude benchmark has garnered increasing attention, because it challenges the current dollar-dominated pricing scheme of crude oil markets - commonly known as the petrodollar system - which helps underpin the dollar’s status as the major international reserve currency.”

- 82 “The central challenge to U.S. prosperity and security is the reemergence of long-term, strategic competition by what the National Security Strategy classifies as revisionist powers. It is increasingly clear that China and Russia want to shape a world consistent with their authoritarian model — gaining veto authority over other nations’ economic, diplomatic, and security decisions. [...] Challenges to the U.S. military advantage represent another shift in the global security environment. For decades the United States has enjoyed uncontested or dominant superiority in every operating domain. We could generally deploy our forces when we wanted, assemble them where we wanted, and operate how we wanted. Today, every domain is contested — air, land, sea, space, and cyberspace.”
- 83 “the IMF data show Libya’s reserves to be 4.6 million ounces, a figure of nearly 144 tons. There are twenty countries with larger gold reserves. But, [...]they are all much richer or much larger in population.”
- 84 Qaddafi’s government holds 143 tons of gold, and a similar amount in silver. [...]. This gold was accumulated prior to the current rebellion and was intended to be used to establish a pan-African currency based on the Libyan golden Dinar. This plan was designed to provide , the Francophone African Countries with an alternative to the French franc (CFA).
- 85 “Oil majors such as Exxon Mobil, BP, Royal Dutch Shell, Total and Statoil have been snapping up blocks in the Atlantic Ocean off the coast of Brazil that hold crude under thousands of feet of salt. Six blocks in the so-called pre-salt raised about \$1.8 billion for the Brazilian government last month, though two blocks went unsold, leaving the country with a weaker haul than it expected”
- 86 O bônus de assinatura corresponde aos valores que o governo recebe já no ato da celebração do contrato – pois, a exploração de um campo de petróleo, com a extração comercial do óleo que gera o excedente e os royalties a serem recebidos pelo governo, pode começar a ocorrer muitos anos após a assinatura do contrato, dada a infraestrutura a ser construída para a produção. [603]
- 87 “Cacofatomania – É inútil e infundado o escrúpulo de quem diz haver cacófato em ‘por cada’, ‘ela tinha’, ‘Só linha’, ‘alma minha’ etc. Cacófato haverá somente quando a palavra produzida for torpe, obscena.” Dr.Napoleão, Dic. de Questões Vernáculas,pág.43. Ed. Caminho Suave, 1981” [Américo PAZ. *Ops! “Por Cada” É expressão Certa ou Errada?*. 16/07/2012. Disponível em <<https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3780889>>. Acesso em: 11/07/2018]. Pois do contrário, no que se refere à nossa língua portuguesa, para evitar cacófos, não mais seria lícito *amá-la*.
- 88 “Up to recent years, technicians had quick answers for accessibility of water: Build big dams, remove the salt from seawater, transfer water through aqueducts from humid areas to dry areas. Nowadays, such solutions are not easily accepted, as they are very costly from the environmental and economic points of view. As a result solutions are being sought to diminish the demand, including the privatization of services which market could be regulated by the World Trade Organization (WTO). Some talks suggest the creation of an international water market through which countries with shortages of water could buy water from countries with abundance; or even the creation of an Organization of Water Exporting Countries.” (p12) [...] // the United Nations proposed the implantation of a “global water partnership”. Its basic principle is to save water resources by fighting against pollution and the

wasteful use of water. Others believe in a more radical solution. They believe it would be convenient to commercialize water at a global rate that expresses its value as a rare economic commodity. [...] This mechanism would demand that the market be controlled in order to avoid speculation involving this crucial good. [...] There are networks of agencies, financial institutions and non-governmental organizations working together in an attempt to organize the water market. A large network has been formed with United Nations agencies that specialize in dealing with aspects related to water. At a central level, that of secretariats, there has been a Commission on Sustainable Development in New York.”

89 “Senior Senate Foreign Relations Committee Staff Member Carl Meacham on May 27-June 3 met with Chilean officials, NGOs, as well as academics to review the effects of climate change. He also conducted a site visit to the El Maule region, which has been impacted by climate change. All the consulted experts expressed concerns about the trend of declining rainfall, climate characteristics moving southward, and the impact of reduced water-availability. Regarding potential areas for U.S.-Chile cooperation, several experts recommended that the two countries explore exchanging information on water market issues, effective use of sub-soil ground water, promoting water storage, water bench-marking measures, national studies on the effects of climate change, and more efficient irrigation methods.”

90 serious or pervasive enough

91 to avoid imposing penalties that disproportionately punish innocent employees, shareholders, customers, and other stakeholders

92 “to promote trade and investment flows between Brazil and the United States and forge closer ties between the business communities of both nations.”

93 “Yo utilizaba la ingeniería social [...]. Yo tenía toda la información necesaria para hacer un ataque. Sabía quién era, qué le gustaba, qué no le gustaba... Sacaba un perfil completo y, de acuerdo con ese perfil, sabía qué técnicas iba a usar; si hacía un ataque para infectar routers, o un ataque directo al teléfono móvil, o un ataque para infectar el computador. [...] Así mismo, uníamos diferentes técnicas: ataques de fuerza bruta, ‘piñas’ e incluso ataques por inyección de SQL para obtener ciertos tipos de datos. // La mayoría de las herramientas yo las creaba integrando diferentes ‘exploits’ y herramientas ya existentes que se conseguían en el mercado negro. [...]. Por ende, [...] buscaba integrar esos ‘exploits’ y las herramientas [...] en una sola, para así tener el control total de lo que se hacía.”

94 El objetivo principal era ganar las elecciones. Los objetivos secundarios eran generar desorden en las otras campañas, sabotear otras acciones, fortalecer lo que se estaba haciendo desde la campaña, opacar a los contrincantes y, sobre todo, desinformar. [...] // Cuando alguien está en un proceso político le cree más a lo que las otras personas dicen que al mismo candidato. Yo me encargaba de hacer que la información estuviera a la mano de todos; y también de hacerle la vida difícil a las otras campañas, muy difícil. Desde sabotear sus comunicaciones hasta averiguar qué iban a decir en 10 o 15 días en un discurso.

95 “Tenía una plataforma que yo mismo desarrollé [...]. Teníamos diferentes proveedores, cuentas de Facebook, Gmail, Twitter, Instagram, WhatsApp, Telegram... Se podía comprar cualquier cantidad de cuentas, y el programa lo que hacía era ad-

- ministrar cada cuenta de manera individual o en grupo. // Por eso podía enviar 200 mil mensajes por WhatsApp en una hora. O podía enviar una mención 10 mil veces a una cuenta de Twitter. El programa me permitía hacer lo que yo necesitaba. Era relativamente fácil. [...] Lo que yo hice fue centralizar todo eso para que los ataques que se realizaban fueran mucho más concretos y organizados.”
- 96 “cada vez es más difícil darse cuenta de eso, porque es muy fácil contagiar las cuentas reales con un tema. Cuando usted logra contagiar cuentas reales se hace más difícil. No hay una acción en Internet que no tenga un objetivo. Usted nunca verá a personas desocupadas [desempleadas] creando un meme sobre un político. Eso no existe. Para eso hay un equipo de trabajo, que se encarga de hacerlo. // Creo que la manera más fácil de entender que uno está siendo víctima de un ataque o de propaganda es mirar el contexto general de lo que está sucediendo.”
- 97 “The 50,000 automated accounts the company determined had ties to Russia sent more than 2 million election-related tweets between September 1 and November 15, 2016. // “The accounts retweeted then-candidate Donald Trump 10 times more than they retweeted his rival Hillary Clinton [...]. The accounts were responsible for 4.25% of all retweets of Trump’s account in the last weeks of the election campaign and in the days immediately following the vote.”
- 98 “the use of automated accounts was deliberate and strategic throughout the election,”
- 99 “political bots as automated scripts designed to manipulate public opinion”
- 100 “how political bots have been used to manipulate public opinion”
- 101 “how political bots are likely to interfere with political communication in the United States by allowing surreptitious campaign coordination, illegally soliciting either contributions or votes, or violating rules on disclosure”
- 102 “basic software programs with a bit of artificial intelligence and rudimentary communication skills”
- 103 “the top 20 accounts, which were mostly bots and highly automated accounts, averaged over 1,300 tweets a day and they generated more than 234,000 tweets [...]. The top 100 accounts, which still used high levels of automation, generated around 450,000 tweets at an average rate of 500 tweets per day”
- 104 “the spending is notable not only for the large amounts, but because it seems to mark a shift in the world of climate-denial funding, which was once bolstered mainly by fossil fuel titans like Koch Industries and Exxon Mobil Corp. but has now become too extreme even for some of its original benefactors. // “The Mercers have long donated to an array of conservative groups that oppose regulations to reduce greenhouse gas emissions, including the Cato Institute, the Heritage Foundation and the Federalist Society. The foundation also provided nearly \$2.3 million to the Donors Trust, a conservative funding group that does not take an official position on climate change but has for years funneled money to denial proponents, earning it the nickname “the dark-money ATM of the conservative movement.”
- 105 O vídeo da sua entrevista a Residente pode ser visto nesse link: <https://www.facebook.com/berniesanders/videos/1031085256946478/>

- 106 Latin America has, to a significant extent, liberated itself from foreign – meaning mostly U.S. – domination in the past 10 or 15 years. [...] It’s the first time in 500 years. [...] the U.S. is kind of being driven out of the hemisphere [...]. It used to be able to overthrow governments, carry out coups at will and so on. It tries.
- 107 One in Venezuela in 2002 succeeded for a couple of days, backed by the U.S., overthrown by popular reaction. A second in Haiti, 2004, succeeded. The U.S. and France—Canada helped—kidnapped the president, sent him off to Central Africa, won’t permit his party to run in elections. [...] Honduras [...], there was a military coup, overthrew a reformist president. The United States was almost alone in pretty much legitimizing the coup[...] Paraguay, there was a kind of a semi-coup [...] to get rid of a progressive priest who was running the country briefly. // What’s happening in Brazil now is extremely unfortunate in many ways. [...] It’s a kind of a soft coup. The elite detested the Workers’ Party and is using this opportunity to get rid of the party that won the elections. [...] She’s being charged with manipulations in the budget, [...] but certainly doesn’t justify impeachment. [...] That does count as a kind of soft coup.
- 108 The International Republican Institute (IRI) has been working in Venezuela since 1994 to promote civic and political participation in the democratic process. Programs include leadership development for marginalized groups such as women and youth, so that these sectors of society can play a greater role in shaping Venezuela’s future.
- 109 train young civic leaders to become active and interested in politics.
- 110 El IRI es muy conocido por su papel en el golpe de Estado de abril de 2002 contra el presidente Hugo Chávez en Venezuela, y por la financiación y asesoramiento estratégico proporcionados a las principales organizaciones involucradas en el derrocamiento del presidente Jean Bertrand Aristide, de Haití, en 2004. En los dos casos, el IRI financió y/o entrenó y asesoró a los partidos políticos y grupos implicados en el derrocamiento violento y antidemocrático de los presidentes constitucionales.
- 111 Después del golpe de Venezuela en abril de 2002, el entonces presidente del IRI, George Folsom, envió una nota de prensa en la que celebraba el golpe y afirmaba que: “El Instituto ha servido de puente entre los partidos políticos de la nación y todos los grupos de la sociedad civil para ayudar a los venezolanos construir un nuevo futuro democrático...” Horas después, cuando el golpe ya había fracasado y el pueblo venezolano había rescatado a su presidente, a quien habían secuestrado y encarcelado en una base militar, y también había restituido el hilo constitucional, el IRI se arrepintió de la premura con la que aplaudió públicamente el golpe. Una de sus principales financieristas, la NED, estaba furiosa porque el IRI reveló públicamente la financiación del gobierno estadounidense a los líderes del golpe de Venezuela. El presidente de la NED, Carl Gershman, estaba tan molesto con la metedura de pata del IRI, que envió una carta a Folsom, castigándolo, y diciendo: “A través de tu aplauso al golpe –por cierto, sin ninguna reserva–, metiste al IRI dentro de la sensible política interna de Venezuela.” Gershman habría preferido que el papel de la NED y el IRI de fomentar el golpe contra el presidente Chávez se hubiese mantenido en secreto.
- 112 “the International Republican Institute (IRI), [...] has increasingly sided with groups seeking the overthrow of elected but flawed leaders who are disliked in Washington. [...] In 2002 and 2003, IRI used funding from the U.S. Agency for In-



ternational Development (USAID) to organize numerous political training sessions in the Dominican Republic and Miami for some 600 Haitian leaders. Though IRI's work is supposed to be nonpartisan [...] a former U.S. diplomat says organizers of the workshops selected only opponents of Aristide and attempted to mold them into a political force. [...] The trainings were run by IRI's Haiti program officer, Stanley Lucas, the scion of a powerful Haitian family with long-standing animosity toward Aristide”

113 “The International Republican Institute is one of several prominent non-profit groups that receive federal funds to help countries develop the mechanisms of democracy, like campaigning and election monitoring. [...] The institute, which works in more than 60 countries, has seen its federal financing nearly triple in three years, from \$26 million in 2003 to \$75 million in 2005. [...] These groups walk a fine line. Under federal guidelines, they are supposed to nurture democracy in a nonpartisan way, lest they be accused of meddling in the affairs of sovereign nations. But in Haiti, according to diplomats, Mr. Lucas actively worked against President Aristide.”

114 “[...] Haiti had its first free election, and to the surprise and shock of Washington [...] the organized public in the slums and hills elected Jean-Bertrand Aristide, a popular priest committed to liberation theology. The United States at once moved to undermine the elected government and, after the military coup that overthrew it a few months later, lent substantial support to the vicious military junta and its elite supporters who took power. Trade with Haiti was increased, in violation of international sanctions, and increased further under President Clinton, who also authorized the Texaco oil company to supply the murderous rulers, in defiance of his own directives.. [...] in 2004, the two traditional torturers of Haiti, France and the United States, joined by Canada, forcefully intervened once more, kidnapped President Aristide (who had been elected again), and shipped him off to central Africa. Aristide and his party were then effectively barred from the farcical 2010-11 elections[...]

115 “U.S. officials — most notably then-Secretary of State Hillary Clinton — played an important role in preventing Zelaya's return to office and the junta consolidating its power in the face of massive nonviolent protests”

116 a military coup in Honduras that Obama almost alone legitimized, which created one of the worst horror chambers in the region.

117 Zelaya [...] is a throwback to an earlier Central American era, almost a caricature of a land-owner & caudillo [...]. In the period May-June 2006, Zelaya pressed me hard to obtain President Bush's approval of his plan to join PetroCaribe. [...] There also exists a sinister Zelaya, surrounded by a few close advisors with ties to both Venezuela and Cuba and organized crime. [...] Zelaya [...] is not a friend. His views are shaped not by ideology or personal ambitions but by an old-fashioned nationalism where he holds the United States accountable for Honduras, current state of poverty and dependency. [...] While Zelaya was open to our point of view of the selection of key members of his Cabinet, he was absolutely closed to listening to us on his appointment of his Ambassador to the OAS and [...] to the UN. The Honduran voting record in the UN in terms of coincidence with US positions is at the lowest point in decades. [...] We will need [...] to continue to engage Zelaya whenever we can in order to minimize damage and to protect our core interests. [...] we will need

to continue to carry out an aggressive bend but not break defensive game plan in the run up to the next elections in November 2009.

118 El nombre del IRI apareció como receptor de un fondo de 700.000 dólares durante 2008 y 2009 para promover los programas de “buena gobernabilidad” en países centroamericanos, incluida Honduras. Otro fondo de 550.000 dólares para trabajar con “centros de pensamiento” y “grupos de presión” en Honduras, para influir en los partidos políticos, también fue otorgado por la NED al IRI en 2008-2009, detallando que el IRI “apoyará iniciativas para implementar posiciones políticas durante las campañas de 2009. El IRI pondrá énfasis especial en Honduras, país que tiene elecciones presidenciales y legislativas en noviembre 2009.” Ésta es una clara intervención en la política interna de Honduras.

119 La Agencia Internacional del Desarrollo de Estados Unidos (USAID), también suministra a Honduras alrededor de 49 millones de dólares al año, gran parte de los cuales se orientan a programas que “promueven a la democracia”. La mayoría de los receptores de esta ayuda en Honduras, que asume la forma de financiamiento, entrenamiento, recursos, asesoramiento estratégico, asesoramiento comunicacional, fortalecimiento de partidos políticos y capacitación de liderazgo, son organizaciones vinculadas directamente con el golpe de Estado, como el Consejo Nacional Anti-corrupción, el Arzobispado de Tegucigalpa, el Consejo Hondureño de la Empresa Privada (COHEP), el Consejo de Rectores de Universidades, la Confederación de Trabajadores de Honduras (CTH), el Foro Nacional de Convergencia, la Federación Nacional de Comercio e Industrias de Honduras (FEDECAMARA), la Asociación de Medios de Comunicación (AMC), el Grupo Paz y Democracia, y el grupo estudiantil, Generación X Cambio. Estas organizaciones forman parte de una coalición que se denomina “Unión Cívica Democrática de Honduras”, la cual ha respaldado públicamente el golpe contra el presidente Zelaya.

120 ha permitido asegurar hasta el 40 % del suministro de combustibles a los países beneficiarios [y que] la compensación de la factura petrolera ha significado la exportación de un total de 1,4 millones de toneladas de productos tales como arroz, azúcar, café, frijoles, carne, leche y pastas alimenticias, entre otros. [...] Los países del Petrocaribe han recibido más de 240.000 toneladas de fertilizantes. [...] [Venezuela irá] suministrar combustibles permitiendo el pago de un 40 % de inmediato y hasta el 60 % en plazos que oscilan de 20 a 25 años, permitiendo que los recursos que se ahorran sean destinados a financiar proyectos de desarrollo.

121 After a lull of nearly thirty years in hydrocarbon exploration, a Paraguayan company, CDS Energy, is undertaking an exploration and drilling project in the country’s Chaco region. In a September 23 meeting with DCM, company president James Wade said preliminary results show that significant deposits of oil and gas are present, and that their extraction and marketing will have a major impact on the Paraguayan economy. Wade predicts that the extraction of hydrocarbons will radically change Paraguay’s position from net importer to major regional supplier of oil and gas. He is cautiously optimistic about the GOP’s capacity to manage this find, and is openly seeking USG support in safeguarding his company’s investment. End Summary.

122 According to the company’s prospectus, prepared by the London firm City Capital Corporation, Ltd., the majority of the wells previously drilled on conces-

sions held by CDS showed deposits of oil and/or gas. Wade attributed inappropriate drilling techniques used in prior exploration as “masking” the true content of the wells. He also said that the data from prior exploration in the area was fragmented, and that it had only recently been put together to provide a more complete picture of potential reserves. [...] Wade speculated that the revenues from natural gas alone could exceed those generated by the Itaipu dam.

123 DCM asked Wade how much CDS has told the GOP regarding its find in the Chaco. Wade replied that he had recently met with the Vice President, but that he had not yet revealed the extent of the reserves he says are present. Wade stated: “This meeting is me saying ‘Heads up’ to Uncle Sam. We want you to be telling the Paraguayans: ‘We know who they are. Treat them well.’” Wade was cautiously optimistic when assessing the GOP’s reaction to the find. Wade complained to DCM that Ministry of Public Works officials, including Vice Minister of Mines and Energy Hector Ruiz Diaz, have repeatedly given the press inaccurate information about resources in the Chaco. Morrison noted that CDS has purposefully attempted to maintain a low profile during the project, quietly laying the groundwork for its exploration program and preferring actions to rhetoric.

124 Wade predicted to DCM that after intensified exploration in coming weeks, CDS would “soon” begin pumping oil, and that under the terms of Paraguay’s hydrocarbons law, the state-owned petroleum entity PETROPAR will buy the oil from the company for market price at the well head. It would then be trucked from the Chaco to PETROPAR’s refinery in Asuncion. If sufficient quantities of oil are discovered, Wade stated that he has access to financing sufficient to build a diesel refinery in the Chaco. If the company’s gas fields prove large enough to market commercially, Wade also discussed the possibility of bringing in foreign capital to construct a Gas-to-Liquid (GTL) plant closer to Asuncion.

125 During an earlier meeting with Econoff, CDS President James Wade and his associate Daniel Morrison were frank about some of the potential challenges facing their project. Wade lamented the lack of institutional capacity within the Paraguayan government, stating his doubts that the Ministry of Interior possessed the capacity to even interpret his drilling reports. Morrison also told Econoff that some local environmental groups were reflexively opposed to any hydrocarbon exploration. Defending the thoroughness of CDS’ environmental impact assessments, Morrison told Econoff “We documented plants and animals that the environmental groups didn’t even know about.”

126 During his meeting with DCM, Wade noted that in addition to selling his project to prospective investors, he was tasked with “selling Paraguay.” Morrison noted that the recent expropriation of land around the community of Puerto Casado (refel) sent a bad signal to business people interested in investing in the country, stating “It was the worst thing the GOP could have done.”

127 CDS has retained both local legal counsel and a government relations specialist [...] to help the company navigate the local bureaucracy. In a meeting with Emboffs, Morrison stated that CDS had not been the target of extortionists, and that the company would not pay bribes. In part, Wade believes that many Paraguayans, including officials, were dismissive of oil and gas potential because of past exploration failures and prevailing myths about the inaccessibility of the Chaco region. For

that reason, Wade believes the CDS project has received less than serious attention from some people. Both men noted that other companies have acquired neighboring oil and gas concessions after CDS, in hopes of capitalizing on any discovery.

128 The discovery of significant hydrocarbon reserves in Paraguay (if true) the investment that would follow, and the resulting increase in government revenues, would have profound economic and political implications. While CDS's capital primarily comes from the U.K., they already employ a U.S. subcontractor and would likely rely heavily on U.S. suppliers for any significant production. Post remains in close contact with CDS and will report on further developments as the company turns from exploration to production. Wade is keen to keep the USG informed, and to show the GOP the Embassy's interest in his company.

129 On 4/19, Paraguay hosted a mini-summit with the Presidents of Bolivia, Uruguay and Venezuela at which it signed two integration accords promoting greater energy cooperation, including establishment of a binational gas pipeline between Bolivia and Paraguay [...]. The President of Paraguay's state-owned petroleum company PETROPAR signed a letter of intent with his Venezuelan counterpart to form a company to refit a Paraguayan refinery to receive Venezuelan diesel fuel. Most press focused on the substance of the accords and its potential impact on Mercosur with lesser attention on Chavez's ostensible efforts to steal the show with lengthy remarks to the press and a Bolivarian event with Cuban FM Perez Roque at Paraguay's largest university. In a 4/20 meeting with the Ambassador, FM Rachid confided that Paraguay shared our concern about Chavez' continued meddling in the region [...].

130 Paraguay's state-owned oil company PETROPAR racked up short-term debts of 317 million USD with Venezuela's state-owned oil company PDVSA for diesel supplied since 2007 and about 270 million USD of that is past due. PETROPAR's total debt more than doubled since 2006 because Paraguay maintained subsidies just as diesel prices peaked in 2007. PETROPAR's President Pedro Sugastti traveled in April to Venezuela to propose refinancing Paraguay's debt. Paraguay tried to pay part of its debt with in-kind payments in a food-for-oil scheme, but Paraguayan private agriculture producers refused to participate, resisting the Ministry of Foreign Affairs' overtures. The possibility of PDVSA making a push into Paraguay seems unlikely, as PETROPAR is a weak financial partner for PDVSA, and the market is saturated with private retailers. The immediate issue for Lugo is what to do with PETROPAR's debt. The only real option is limited to long-term refinancing by PDVSA or anyone else willing to take risk.

131 Texas based company PetroVictory/Crescent Global Oil (Crescent) is engaged in an escalating legal and public relations battle with the government of Paraguay after efforts to find a solution outside the courts failed, in spite of Embassy advocacy for the U.S. company. [...]. Crescent is pursuing an aggressive multi-pronged strategy with legal, public relations, and lobbying fronts to press its case against the Paraguayan government in Paraguay and the United States. Crescent's case has the potential to negatively impact future U.S. investment and our commercial bilateral relations.

132 Crescent hired the Washington-based law firm [...] and the case's attorneys [...], are both seasoned lobbyists in the U.S. Congress. Locally, Crescent hired [...] one of Paraguay's most influential attorneys, to lead its legal team.

- 133 According to Gonzalez, one of Crescent's U.S. attorneys [...] went to school with the Secretary and/or her husband and served as a senior advisor during both their presidential campaigns. Taking advantage of this connection, Driver supposedly contacted Secretary Clinton's Chief of Staff and provided information on Crescent's investment dispute. Gonzalez said the company is now preparing an information dossier about the case to share with Secretary Clinton
- 134 Gonzalez explained that one of Crescent's shareholders [...] contacted members of the U.S. Congress to ask them to block any attempt to give Paraguay trade preferences via the Andean Trade Preference Act (ATPA) proposed by Representative [...] According to Gonzalez, Andrews contacted Representative Engel and asked for Paraguay's removal from the ATPA bill. Andrews also contacted congressional members from Texas serving on the Western Hemisphere Subcommittee, including Representatives [...] warned the Ambassador that she would be receiving a call from the Representatives about the case.
- 135 [...] Knowing that Paraguay's President Fernando Lugo has used University of Columbia Professor [...] Stiglitz as an advisor, Gonzalez said Crescent contacted Stiglitz to brief him on the investment dispute so he can write negatively about Paraguay or help them in any way. [...]
- 136 Gonzalez said Crescent's attorneys recommend filing a case against President Lugo in the International Human Rights Court based on human rights violations related to property rights. Crescent is also considering filing a suit in the U.S. to freeze the Paraguayan government's assets in U.S. banks.
- 137 Crescent launched [...] an aggressive press campaign in Paraguay with a series of six consecutive articles in Paraguay's most influential newspapers. The articles profiled Crescent as a serious U.S. oil company, described the company's truncated plans to explore its Chaco and Alto Parana concessions, detailed the Ministry of Public Works (MOPC) irregular and arbitrary handling of the case, and discussed the negative consequences the dispute has for Paraguay's investment climate. The articles also discussed the role of the now confirmed involvement of the Ecuadorian Equipetrol Group through Lan Oil, the firm which Crescent argued from the start was behind the MOPC sudden change of the "rules of the game" [...]. Gonzalez also appeared August 26 on two local popular talk-show television programs in Asuncion. In the most dramatic of the two appearances, Gonzalez and his legal team engaged in a heated discussion with MOPC Vice Minister of Energy [...] and Director of Hydrocarbons [...]. By most accounts, the televised exchange exposed the bias of the MOPC towards Lan Oil, negatively impacting the MOPC's credibility.
- 138 [...] Despite Post's vigorous commercial advocacy efforts [...], the Government of Paraguay and Crescent are engaged in an escalating and public legal battle. Crescent's case has the potential to negatively impact future U.S. investment and our commercial bilateral relations.
- 139 "Rumors persist that discredited General and UNACE party leader Lino Oviedo and ex-president Nicanor Duarte Frutos are now working together to assume power via (mostly) legal means should President Lugo stumble in coming months. Their goal: Capitalize on any Lugo mis-steps to break the political deadlock in Congress, impeach Lugo and assure their own political supremacy. While many predicted political shenanigans in March during the traditional social protest sea-

son that accompanies the opening of Congress, little has come of it (largely because Lugo has been careful not to provide the political or legal rope with which to hang him, thus depriving Oviedo and Duarte the numbers in Congress for their supposed “democratic coup”). But that could change quickly here. Mid-March outrage over multi-million dollar subsidies for sesame growers via a discredited NGO was considered as a possible ground for impeachment before Lugo walked away from the program (though the controversy continues). For a president already facing many challenges -- internal political struggles, corruption, and the perception that his own leadership style is ineffective -- Lugo must now also worry about making a mis-step that could be his last.”

140 “Project Maven, a fast-moving Pentagon project also known as the Algorithmic Warfare Cross-Functional Team (AWCFT), was established in April 2017. Maven’s stated mission is to “accelerate DoD’s integration of big data and machine learning.” In total, the Defense Department spent \$7.4 billion on artificial intelligence-related areas in 2017 [...]. // Maven was tasked with using machine learning to identify vehicles and other objects in drone footage, taking that burden off analysts. Maven’s initial goal was to provide the military with advanced computer vision, enabling the automated detection and identification of objects in as many as 38 categories captured by a drone’s full-motion camera, according to the Pentagon. Maven provides the department with the ability to track individuals as they come and go from different locations.”

## SOBRE O AUTOR

Euclides André Mance, 1963, é filósofo, mestre em educação e sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação – IFIL. Lecionou na Universidade Federal do Paraná – UFPR na década de 90. Foi professor de Lógica, Filosofia da Ciência, Filosofia Latino-americana, Filosofia da Linguagem e Semiótica em instituições de ensino superior em Curitiba. Atuou como consultor em projetos da Unesco e da FAO relacionados ao Desenvolvimento Sustentável no Programa Fome Zero. Parte de sua obra está traduzida a diferentes idiomas. Entre seus livros, elencam-se: *A Revolução das Redes* (Vozes, 1999), *Redes de Colaboração Solidária* (Vozes, 2003), *Fome Zero e Economia Solidária* (IFIL, 2004), *Circuiti Economici Solidali – Economia Solidale di Liberaazione* (Pioda, Roma, 2017) e *Falácias de Moro* (IFIBE, 2017). Textos do autor estão disponíveis em [www.euclidesmance.net](http://www.euclidesmance.net).